



Guia de Fontes de Informação

sobre o Senado Federal



GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

A informação é um dos maiores patrimônios da época contemporânea. E o acesso da população às informações públicas tem garantido o exercício da cidadania e aprimoramento do nosso processo democrático.

E nisso é que reside o valor dessa obra *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*. Resultado do empenho dos servidores da Casa, esse trabalho irá prestar enorme contribuição na localização de obras de referência sobre o Parlamento Brasileiro e, em especial, sobre o Senado Federal.

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral
Senado Federal

Guia de Fontes de Informação

sobre o Senado Federal



Senado Federal
Mesa
Biênio 2011/2012

Senador **José Sarney**
PRESIDENTE

Senador **Anibal Diniz**
1ª VICE-PRESIDENTE

Senador **João Ribeiro**
2º SECRETÁRIO

Senador **Waldemir Moka**
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **João Vicente Claudino**
3º SECRETÁRIO

Senador **Cícero Lucena**
1º SECRETÁRIO

Senador **Ciro Nogueira**
4º SECRETÁRIO

Senador **Casildo Maldaner**
1º SUPLENTE

Senador **João Durval**
2º SUPLENTE

Senadora **Maria do Carmo Alves**
3ª SUPLENTE

Senadora **Vanessa Grazziotin**
4ª SUPLENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
DIRETORA-GERAL

Claudia Lyra Nascimento
SECRETÁRIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL

Guia de Fontes de Informação

sobre o Senado Federal



BRASÍLIA – 2013

Realização:
Secretaria Especial de Comunicação Social
Fernando Cesar Mesquita

Subsecretaria de Projetos Especiais:
Paulo Ricardo dos Santos Meira

Supervisão:
Elga Mara Teixeira Lopes
Fábio Renato da Silva
Luis Henrique Zucatti
Maria Teresa Firmino Prado Mauro
Paulo Ricardo dos Santos Meira

Concepção e Projeto:
Elga Mara Teixeira Lopes
Márcio André Pontes Teixeira
Paula Andréa Cochrane Feitosa

Coordenação Editorial da Obra:
Cristina Sudbrack Vidigal
Márcio André Pontes Teixeira
Paula Andréa Cochrane Feitosa

Revisão de Conteúdo – Secs:
Cristina Sudbrack Vidigal
Davi Emerich
Márcio André Pontes Teixeira
Nathalia Novais Rodrigues
Paula Andréa Cochrane Feitosa
Paulo Ricardo dos Santos Meira

Revisão Técnica – Seep:
Débora da Silva Oliveira
Letícia Tôrres
Rafael André Chervenski da Silva
Yara Ribeiro da Silva

Projeto Gráfico:
Isabela de Souza Lima Macedo
Luis Henrique Zucatti
Naiara Cristina Maurício da Costa

Foto Capa:
Rodrigo Viana

Diagramação:
Anna Carolina de Carvalho Moraes
Marília Meireles de Paiva
Naiara Cristina Maurício da Costa
Vinícius Fortaleza Veríssimo

Produção:
Felipe Segall Corrêa
Mariana Miranda Tavares
Rael Carneiro de Abreu Lagoeiro

Autores dos Resumos:
Cristina Sudbrack Vidigal
Fábio Alves Duarte
Fábio Renato da Silva
Felipe Segall Corrêa
Florian Augusto de Abreu Coutinho Madruga
Giovanna Giannotte de Miranda Lima
Jaqueline Rodrigues de Souza
Juliana Borges dos Santos
Kamilla Fernandes Crepaldi
Lucas Tibúrcio Duarte
Marcella Rios Aguiar de Vasconcelos
Marcelo Caio Lima da Costa
Márcio André Pontes Teixeira
Mariana Matos Hargreaves
Mariana Miranda Tavares
Paula Andréa Cochrane Feitosa
Paulo Ricardo dos Santos Meira

Na Biblioteca do Senado Federal

Supervisão Técnica:
Simone Bastos Vieira

Revisão das Referências Bibliográficas:
Carlilane Nery de Assis
Clarissa Leite Antão Ribeiro
Gessyca da Silva Lago
Marcela Caldas Villas Boas de Carvalho
Marília de Campos Moreira Santana
Stelina Maria Pinha

Seleção de Fontes Bibliográficas e Históricas:
Helena Celeste Ribeiro Vieira
Walderez Maria Duarte Dias

Apoio:
Gabinete da Presidência do Senado Federal
Secretaria de Biblioteca – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
Secretaria Especial de Editoração e Publicações/Subsecretaria de Edições Técnicas

Colaboração:
Pedro Pereira da Silva Costa

Guia de fontes de informação sobre o Senado Federal. – Brasília :
Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Subsecretaria de Projetos
Especiais, 2013.
421 p.

1. Catálogo, Bibliografia, Senado Federal, Poder Legislativo, Brasil. 2. Obra de referên-
cia. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. II. Título.

CDD 328.810016



Sumário

Apresentação	7
Prefácio	8
Preâmbulo	10
Fontes Primárias	
■ LEGISLAÇÃO E NORMAS	14
■ MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	20
■ PERIÓDICOS	44
Periódicos em geral	44
Artigos de periódicos especializados	64
■ PRONUNCIAMENTOS	124
Pronunciamentos da Presidência do Senado Federal	124
Pronunciamentos do presidente da República no Congresso	124
ABERTURA DE SESSÕES LEGISLATIVAS	124
POSSE PRESIDENCIAL	130
Pronunciamentos específicos	134
Fontes Secundárias	
■ BASES DE DADOS	158
■ BIOGRAFIAS	164
■ CAPÍTULO(S) DE LIVRO	206
■ CATÁLOGOS	218
■ CDs / DVDs / MULTIMÍDIA	226
■ DICIONÁRIOS, GLOSSÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	246
■ FOLHETOS	252
■ LIVROS	266
■ MANUAIS	330
■ MUSEUS	338
■ PRÊMIOS	346
■ UNIDADES DE INFORMAÇÃO	352
Fontes Terciárias	
■ ASSOCIAÇÕES	358
■ BIBLIOTECAS	364
■ CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO NO SENADO FEDERAL	372
■ INSTITUIÇÕES E SETORES/SERVIÇOS DO SENADO FEDERAL	374
Instituições	374
Setores e serviços do Senado Federal	381
Tabela de Classificação	
■ OBRAS CATALOGADAS E PERFIL TEMÁTICO	398
Bibliografia Consultada	420

O Senado Federal apresenta ao público mais um importante instrumento de transparência. Trata-se do *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*, obra de referência que abre as portas do grande acervo da Casa sobre a própria instituição, o Congresso Nacional e o Poder Legislativo.

Usando, sempre que possível, obras disponíveis na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado Federal, e o *site* da Casa na internet, o *Guia de Fontes* procura elencar as principais fontes – utilizando um conceito bem largo para a expressão, que, além das referências textuais, abarca também organizações e serviços.

O *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal* se constituirá, sem dúvida, em obra de grande utilidade que marcará um momento importante de nossa relação com o público.

José Sarney
Presidente do Senado Federal





Prefácio

No final de outubro de 2012, foi feita uma busca no mecanismo *Google*[®] utilizando-se o termo composto "Senado Federal". Como resultado, foi recuperado o incrível total de doze milhões e oitocentos mil itens relacionados com essa estratégia de busca. Não é preciso dizer que é quase impossível não ficar "surfando" nessa massa documental e, mesmo que a pessoa tivesse tempo, energia e vontade para fazê-lo, certamente iria despendar centenas de horas para literalmente "garimpar" um documento relevante que pudesse atender às suas necessidades de informação. Isso seria quase como procurar uma agulha num palheiro!

A quantidade crescente de documentos publicados nas diferentes áreas do conhecimento, aliada à especialização inerente ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, reflete decisivamente no processo de seleção e domínio das informações mais significativas e relevantes, constantes nos diversos documentos que caracterizam a estrutura de uma área temática específica. É nesse contexto, em que as informações crescem na ordem de *petabytes* (milhares de *megabytes*), que sobressai a necessidade de se ampliar o acesso à informação e que esse acesso seja feito com qualidade.

Vale a pena ressaltar que descobrir a literatura em qualquer área do conhecimento, entretanto, não garante que, por um lado, seja relevante ou significativa e, por outro, que venha a ser efetivamente utilizada pelos leitores potenciais. Assim, os instrumentos bibliográficos são construídos como propostas para divulgar e permitir maior acesso às publicações. E, para se conseguir a meta do acesso à informação, é necessária a existência de guias de fontes de informação – também denominados guias de literatura ou repertórios de literatura.

Mas o que seria um guia de fontes de informação? Ele é uma obra de referência feita "para ajudar os pesquisadores e outros interessados na busca de fontes de informação sobre um assunto específico. O principal objetivo dos guias é manter os seus leitores a par da existência das fontes de informação mais importantes, saber como utilizá-las e ajudá-los na otimização da pesquisa corrente ou retrospectiva. Os guias mais modernos referem-se não somente a documentos impressos, mas também a sítios na *internet* que funcionam como repositórios de informações" (CUNHA, 2001, p. 142).

Portanto, o guia de fontes de informação representa uma resposta à tendência da acentuada especialização dos pesquisadores que, em função do volume de publicações, muitas vezes acabam ficando mais restritos à literatura de um assunto específico. O guia é uma bibliografia seletiva, onde são incluídas somente as fontes de informação mais relevantes contendo detalhes analíticos e avaliativos sobre cada um dos documentos ali arrolados. Contém, por conseguinte, um alto valor agregado de informação.

Pensando nesses aspectos é que o Senado Federal elaborou o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*. Nele foram analisados 385 itens, dos quais 24 monografias, dissertações e teses; 58 artigos de periódicos especializados; 53 pronunciamentos; 41 biografias; 19 multimídias e 63 livros, entre tantas seções. A obra vem preencher uma lacuna na temática sobre o Poder Legislativo brasileiro, servindo como uma excelente bússola para os estudiosos do tema encontrarem, com relativa facilidade, as principais fontes de informação.

Mesmo com a excelência do presente Guia, é vital que sejam pensadas atualizações futuras para que o estudioso, o estudante e demais interessados na temática do Senado Federal possam continuar a elaborar novas pesquisas. Assim, este instrumento bibliográfico pode ser e será uma preciosa ajuda para o pensar e o amadurecimento dos estudos sobre uma das instâncias do Poder Legislativo no Brasil, tão importante para se alcançar a plenitude da democracia em nossas terras. Portanto, está de parabéns o Senado Federal pela publicação deste Guia. Oxalá seja um fator multiplicador das pesquisas relacionadas com tão importante área!

Murilo Bastos da Cunha
Universidade de Brasília





Preâmbulo

À Guisa de Informação

O Senado brasileiro acompanhou *pari passu* boa parte da construção da história do país. Desde sua criação, em 1824, até os dias atuais, subsiste uma lacuna nas referências para todos aqueles que se interessam pela pesquisa e estudo acerca do Poder Legislativo; um mecanismo que compile as principais obras que, sob os mais distintos pontos de vista, abordam o tema *Congresso Nacional* e seus afluentes.

O *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal* é uma obra que surge para preencher esse espaço. Propõe-se a organizar e facilitar o acesso a informações de cunho predominantemente institucional e histórico que se referem, direta ou indiretamente, aos temas Senado Federal, Congresso Nacional e Poder Legislativo. Municar cidadãos e instituições com tais informações amplia as possibilidades de participação popular e de aperfeiçoamento da relação entre os parlamentares e seus eleitores.

O trabalho realizado pela equipe da Subsecretaria de Projetos Especiais da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, com apoio da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e outras áreas da Casa, elencou fontes que servem aos demandantes em atividades como divulgações diversas, investigação acadêmica, ou até mesmo na simples compreensão do funcionamento do Poder Legislativo. Procurou-se abranger um espectro variado, que vai desde a pura descrição de características, lideranças e acontecimentos do Senado brasileiro até temas práticos e conexos, como o léxico adotado e as normas de funcionamento da Casa. São obras de potencial utilidade a profissionais do governo, acadêmicos, estudantes secundaristas e universitários, além de cidadãos que têm o Legislativo como objeto de interesse. Procuramos oferecer a seus usuários riqueza na variedade de temas por meio de referências eficazes. Em linguagem atual, o Guia é amigável.

As fontes de informação selecionadas foram categorizadas em primárias, secundárias e terciárias, de acordo com divisão proposta pelo professor Murilo Bastos Cunha (2001), a qual, por sua vez, se inspira no modelo estabelecido por Denis Grogan (1970), com adaptações em ambos, a exemplo da justaposição das fontes não documentais, como organizações e cursos, com as fontes terciárias, para efeito de simplificação, e a inclusão de uma classificação das obras por perfil, de efeitos práticos na consulta, uma necessidade identificada para atender ao público ao qual o Guia se destina.

Daí resulta uma publicação cujas fontes selecionadas transcendem livros e periódicos, abrangendo outras categorias como monografias, biografias, manuais, legislações, dicionários, folhetos, catálogos, bases de dados, *sítes* na internet (distribuídos por entre as diversas sessões), CDs, DVDs, além de museus, bibliotecas, associações, instituições diversas e setores/serviços do Senado Federal, que disponibilizam orientações para maior imersão no Poder Legislativo.

As fontes foram catalogadas conforme a seguinte estrutura:

1) Referência bibliográfica – dados objetivos das obras, adotando-se como regra o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o da *Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition* (AACR2), para os casos omissos. Esses dados incluem: nome do autor, nome da obra, cidade, editora, ano, número de páginas. Quando disponíveis, contém notas e um endereço na internet onde a versão em formato pdf pode ser encontrada.

2) Localizador – número de localização física da obra na Biblioteca do Senado Federal, sempre que disponível (artigos de periódicos não o possuem, sendo identificados por números de sequência, volumes e páginas). Dado relevante, tendo em vista que a busca pelas fontes priorizou as obras presentes na Biblioteca do Senado Federal e no sistema da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI.

3) Classificação temática – estabelecida de acordo com o foco temático da obra, seguindo legendas específicas:

I fonte de teor institucional;

H fonte de teor histórico;

L fonte de teor legislativo ou técnico-jurídico;

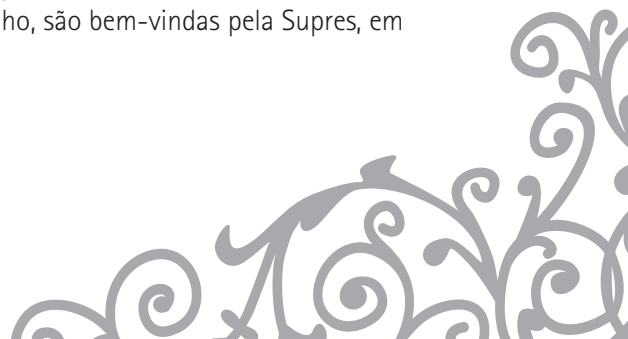
F fonte dotada de teor imagético, com a presença de fotos, desenhos ou ilustrações.

As classificações conferidas podem ser cumulativas, de modo que, se uma obra apresentar forte teor de um e de outro elemento, receberá classificação múltipla, conforme pode ser observado na tabela de classificação das obras por perfil. A classificação existe apenas como elemento de apoio à consulta; não apresenta caráter exaustivo ou terminante, mas, sim, predominante.

4) Resumo – fornece as linhas gerais da obra em seus aspectos mais evidentes, de acordo com a síntese elaborada por um dos analistas da equipe. Busca captar os propósitos da obra, a essência pretendida por seu autor ou responsável e seus determinantes mais proeminentes. Nos resumos, também é possível encontrar informações adicionais, tais como observações específicas, tom do discurso utilizado e contexto em que a obra foi produzida.

5) Sumário (disponível na versão eletrônica) – é a transcrição do sumário da obra, da forma mais fiel possível, com as principais divisões que a compõem e os números de página onde se encontram, efetuando-se simplificações quando muito extenso. Quando a obra não apresenta sumário, geralmente foram transcritos os principais tópicos ou temas tratados em sua estrutura.

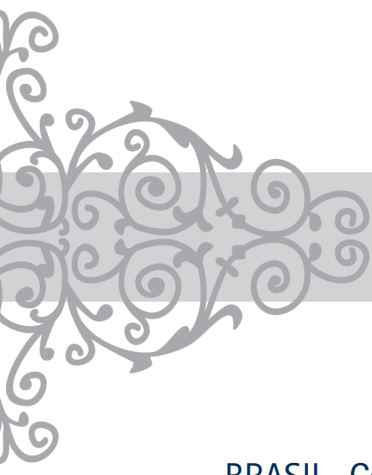
Por fim, ressaltamos que o *Guia de Fontes sobre o Senado Federal* não pressupõe o anseio de cobrir todo o leque de fontes de informação a respeito do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Poder Legislativo. A seleção de fontes envolveu prioritariamente critérios como a disponibilidade das informações relativas aos temas tratados, com a indicação de obras que contribuam para a consciência da relevância do Legislativo na sociedade brasileira. Contribuições para edições futuras, assim como dúvidas e sugestões acerca dos diferentes aspectos que marcam este trabalho, são bem-vindas pela Supres, em canal próprio para esse fim (supres@senado.leg.br).







Fontes Primárias¹



Legislação e Normas

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Ed. eletrônica. Brasília, 2011, 478 p. Normas conexas disponíveis em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2932/normas_conexas_regimento_3ed.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 abr. 2012.

Localizador (das edições impressas):

na Biblioteca da Câmara dos Deputados: 342.532(81)"1989" BRASI-CC REGIM 8.ED.

na Biblioteca do Senado (edição de 2006): 341.2532 B823 REGI 1989 7.ED.

Classificação:  

Resumo

Legislação administrativa, aprovada pela Resolução nº 17, a respeito do funcionamento do trabalho legislativo no Plenário e nas comissões da Câmara dos Deputados, bem como atribuições dos deputados e da Mesa em suas funções. O *link* das normas conexas incluído complementa o documento do Regimento Interno.

¹Conforme já exposto no preâmbulo deste Guia de Fontes, são bem-vindas sugestões de melhoria ou incremento dos capítulos das Fontes Primárias, tais como aquelas por parte dos autores de trabalhos acadêmicos cuja temática apresente forte tangência com o Poder Legislativo e outras por parte dos próprios senadores, no caso dos discursos históricos.

BRASIL. Congresso Nacional. **Regimento comum**: resolução n. 1, de 1970-CN, com alterações posteriores, até 2006 e legislação conexa. Brasília, 2007. 272 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70321>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

Localizador: 341.2536 B823 REGC 2007

Classificação:  

Resumo

Legislação administrativa, aprovada pela Resolução nº 1, de 1970-CN, com texto consolidado até 2006, que trata do funcionamento do trabalho legislativo no Plenário e nas comissões do Congresso Nacional, bem como das atribuições dos deputados e da Mesa em suas funções. A Biblioteca do Senado já possui versão atualizada até 2011, com localizador semelhante (341.2536 B823 REGC 2011).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 70/2012, pelo Decreto Legislativo 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94.** Brasília, 2012. 103 p. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

Localizador: 341.2481 B823 1988 1-70 CRF

Classificação:  

Resumo

Versa sobre os mais diversos assuntos da vida republicana do país. Sublinham-se, entre os vários dispositivos, o Título IV – Da Organização dos Poderes – e todas as seções do Capítulo I – Do Poder Legislativo –, com destaque maior para a Seção IV, Art. 52, que trata do Senado Federal.

As versões mais recentes com as emendas posteriores poderão ser consultadas em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em 18 abr. 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Regimento interno: resolução nº 93, de 1970.** Brasília, 2011. v. 1. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99774>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Localizador: D 341.2531 B823 REG 2011

Classificação:  

Resumo

Normas administrativas a respeito do funcionamento do trabalho legislativo no Plenário e nas Comissões do Senado Federal. Contém as atribuições dos Senadores e da Mesa em suas funções. O regimento determina, ainda, as regras para a formação de blocos parlamentares, de lideranças partidárias, de maioria e minoria; relaciona os tipos de comissões e informa sobre os relatórios e pareceres por elas produzidos. Detalha os diversos tipos de proposições existentes e o *quorum* necessário para a votação de cada uma.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Regulamento administrativo do Senado Federal**: resolução nº 58, de 1972, com as alterações introduzidas até o dia 25 de abril de 2007. Brasília, 2008. 312 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174851>>. Acesso em: 13. dez. 2011.

Localizador: 341.2531 B823 RAS 5.ED

Classificação:  

Resumo

O Regulamento Administrativo do Senado Federal é parte integrante do Regimento Interno que consiste em regulamento orgânico da Casa, com a previsão de sua estrutura. Rege a organização e o funcionamento dos serviços administrativos, as condições de revisão do processo administrativo e de provimento e vacância dos cargos e funções, as respectivas competências e disciplina o regime jurídico dos servidores do Senado Federal.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Resoluções do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicações/anais/asp/RE_Resolucoes.asp>. Acesso em: 1º ago. 2012.

Classificação: **L**

Resumo

Oriundas de projetos de resolução (PRN), são votadas em Plenário e após aprovadas, recebem o nome de resoluções. De competência privativa do Senado, as resoluções, de caráter autorizativo, estão publicadas na internet, no *Diário do Senado Federal* e, muitas delas, no *Diário Oficial da União (DOU)*. O período abrangido é de 1946 a 2011.

As resoluções versam sobre os mais diversos assuntos; por exemplo, a concessão de prêmios, como o Bertha Lutz ou D. Helder Câmara; a constituição de grupos parlamentares entre o Brasil e outros países; e a alteração do regimento interno ou do regulamento administrativo. Essas resoluções, antes de serem submetidas a votação em Plenário, passam por comissões, em que são relatadas e emite-se parecer favorável ou contrário a sua autorização.



Monografias, Dissertações e Teses

ALMEIDA, Aurenilton Araruna de. **Delegação legislativa: delegação interna corporis: evolução constitucional do poder conclusivo das comissões no parlamento brasileiro.** 2004. 28 f. Trabalho Final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 328.81 U58 2004 DLD

Classificação:  

Resumo

Busca elucidar como se deu a delegação *interna corporis* às comissões do Parlamento de decisões que não precisariam ser submetidas ao crivo do Plenário, em que período histórico ocorreu e se os procedimentos de apreciação correspondem aos objetivos e expectativas. Consta que não se trata de inovação da Carta de 1988. Para tanto, Almeida pesquisa trabalhos produzidos por especialistas em Congresso Nacional: monografias, artigos de periódicos, diários do Congresso Nacional e da Assembleia Nacional Constituinte – ANC (1987-1988), notas taquigráficas de audiências públicas da Subcomissão do Poder Legislativo da ANC, Constituição do Brasil, Emenda Constitucional nº 17/65; e analisa as convergências e divergências existentes acerca da delegação *interna corporis* às comissões em caráter final.

Em breve histórico sobre essas discussões, aponta que inicialmente foi instituída uma comissão de juristas, em 1956, para elaborar um anteprojeto de emenda à Constituição. Em 1965, Auro Andrade, então presidente, propõe um novo grupo de trabalho, composto de senadores e deputados, para apresentar nova proposta de reforma. O modelo em vigor atualmente foi amplamente discutido na Assembleia Nacional Constituinte, nas comissões da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo e na de Sistematização.

ALMEIDA, Cláudio Antônio de. **O processo legislativo brasileiro**. 2004. 33 f. Trabalho Final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 328.81 U58 2004 PLB

Classificação:  

Resumo

Por entender que a existência das comissões permanentes, tanto no Senado como na Câmara, provoca o que o autor chama de fracionamento político do corpo parlamentar, propõe a criação de uma comissão mista permanente de tramitação do Congresso Nacional, porquanto o objetivo final do Estado é a busca concreta da justiça material para o povo. Segundo o autor, uma análise comparativa dos conceitos de bicameralismo e federalismo nos Estados Unidos e no Brasil teria mostrado distorções que geraram entraves no processo legislativo brasileiro.

Esclarece que a principal função desempenhada pelas comissões é o exame de proposições, promovendo sua instrução até a produção do relatório que depois será enviado ao Plenário para exame final. Seriam um "filtro obrigatório" para todo projeto. Afirma que a criação dessa comissão para análise da tramitação dará maior operacionalidade à tramitação das propostas nas duas Casas, sem prejuízo à atuação dos demais setores e sem desestabilizar a estrutura do Congresso. Ao final, detalha a estrutura de funcionamento da nova comissão, além de sua composição parlamentar e técnica.

ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. **A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet.** 2007. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/174852/1/Dissert_Valeria_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2011.

Localizador: 341.2531 A447 TCS

Classificação:  

Resumo

Trata da evolução da comunicação do Parlamento brasileiro com a sociedade desde os primórdios do Poder Legislativo no Brasil, com cuidado histórico em retratar como era o Parlamento no tempo do Império e a comunicação dessa instituição com a sociedade em cada época. A autora registra a mudança da comunicação do Senado Federal com a sociedade pela tecnologia.

Reconstitui a criação da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal (Secs) e mapeia os processos de comunicação em vigor antes de o setor existir na instituição.

BACKES, Ana Luiza. **Democracia e sobre-representação de regiões: o papel do Senado.** 1998. 149 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

Localizador: 341.2827 B126 DSR

Classificação:  

Resumo

Analisa o problema das desigualdades regionais no Congresso brasileiro e mostra que este se fortaleceu a partir dos regimes militares, ampliando ainda mais seus poderes na Constituição de 1988. Parte da constatação de que a representação paritária dos estados na Câmara Alta assegura a uma "minoridade regional" (as três regiões menos desenvolvidas do país) o controle sobre três quartos dos representantes da Casa e pondera as razões e as consequências da sobrerrepresentação e a relação que isso tem com o papel do Senado.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo, n. 6). Dissertação de mestrado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Localizador: R 923.281 B813 QFQ

Classificação:   

Resumo

Oferece um perfil socioeconômico e regional da Assembleia Constituinte de 1946 com informações biográficas sistematizadas dos 338 senadores e deputados, titulares e suplentes, que dela participaram.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica dos principais estudos sobre o tema até 1998, data da publicação. No segundo capítulo, o autor explica os objetivos básicos e apresenta a metodologia utilizada para a coleta e sistematização dos dados. O terceiro capítulo contém diversas tabelas com a posição relativa dos vários partidos representados, a trajetória política anterior dos parlamentares dos partidos e o perfil social das bancadas das várias agremiações presentes na assembleia.

O quarto e último capítulo apresenta *Quem foi Quem na Constituinte de 46*, sistematizando as bancadas regionais dos inúmeros partidos, com a trajetória política de cada parlamentar e sua atuação durante o processo de elaboração constitucional.

CALHÃO, Dulcília Francisca Ramos. O processo investigador no Poder Legislativo. 2004. 28 f. Trabalho Final (Especialização)–Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 328.81 U58 2004 PIP

Classificação:  

Resumo

Mostra a comissão parlamentar de inquérito como importante instrumento de que o Poder Legislativo dispõe para exercer sua função investigativa e de controle sobre as atividades do Poder Executivo, dentro do que está estabelecido constitucionalmente como controle político-administrativo do Estado. Traz as exigências para a criação das CPIs, como a existência de um fato determinado, estando sujeita a limitações, principalmente no que diz respeito à transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico, devendo ainda obedecer a preceitos regimentais próprios da Casa e específicos das CPIs.

Aborda, ainda, a origem do Poder Legislativo, nos debates públicos para resolver problemas de ordem pública, em Atenas na Grécia, nos séculos V a VI a.C.

Demonstra que Roma teve o Senado com importância jurídica e política, e que na Idade Média, havia outros órgãos colegiados, chamados cortes ou parlamentos, além da Igreja e do Império, que possuíam funções judiciais.

CARVALHO, Edna de Souza. **O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado**. Brasília: Senado Federal, 2011. 265 p. (Coleção de teses, dissertações e monografias dos servidores do Senado Federal). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242658>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

Localizador: 025.174 C331 IGD

Classificação: 

Resumo

Com os avanços da tecnologia eletrônica, os gestores de conteúdo têm de estar atentos para fazer adaptações constantes aos modos de produção de conteúdo televisivo, em todo o tráfego digital de imagens e conteúdos, devido às transformações que vão se operando em rápida velocidade. O trabalho em questão analisa justamente a gestão de documentos audiovisuais digitais como uma das etapas do processo de produção em emissoras de televisão em ambiente digital. Isso é feito a partir do estudo de caso da TV Senado.

Explica os objetivos, a metodologia e os pressupostos que norteiam a pesquisa e define as hipóteses e as razões para a realização do trabalho. Como o objeto de estudo é a TV Senado, destaca-se o papel das emissoras legislativas como fonte de informação à sociedade sobre as atividades realizadas pelo Poder Legislativo e sobre arquivo de documentos em vídeos analógicos com tipologia específica. A segunda parte apresenta conceitos e referenciais teóricos, além de uma revisão da literatura, com a intenção de estabelecer discussão dinâmica que contraponha fundamentos histórico-conceituais ao contexto televisivo. Instala-se o debate da TV como veículo de comunicação, produto e centro de produção em contraposição aos conceitos da televisão como gestão da informação e do conhecimento, abordagem pouco usual na literatura de Comunicação Social.

CASTRO, João Bosco Marcial de. **O controle de constitucionalidade das leis e a intervenção do Senado Federal**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2008. 112 p. Apresentado originalmente como monografia do autor (especialização)-Universidade do Legislativo (Unilegis) e Universidade de Brasília (UnB).

Localizador: 341.202 C355 CCL

Classificação: **L**

Resumo

Apresenta a distinção entre controle de constitucionalidade abstrato, feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e o incidental e difuso, exercido por todos os membros do Poder Judiciário, que delega ao Senado a função de dar a palavra final sobre a inconstitucionalidade da lei. Estabelece uma discussão se caberia ou não ao Senado, tendo em vista questões de ordem social ou político-econômica, dar a palavra final ou se caberia tão somente cientificar aos jurisdicionados e à comunidade jurídica sobre a impossibilidade de se executar a lei, atribuindo ao Senado posição secundária. Segundo o autor, ao exercer esse segundo tipo de controle, o STF estaria preservando e contextualizando as normas constitucionais, portanto, admitindo que cabe mais ao tribunal que ao Senado a decisão final sobre a inconstitucionalidade.

Explica que a Constituição delimita as relações entre Estado e cidadãos e diz que a inconstitucionalidade decorre de irregularidade no procedimento de elaboração da lei ou por contrariedade de seu conteúdo a princípios e regras constitucionais. Define-se, a partir de então, um Poder que verificará se os atos praticados estão de acordo com a exata compreensão das regras constitucionais. Esse Poder deverá ser dotado de um tribunal constitucional: corresponde ao Judiciário.

Acerca do controle, acrescenta que o controle abstrato exercido pelo STF prima pela força normativa e pela eficácia da Constituição; o controle difuso exercido pelos demais tribunais limita-se ao caso concreto em que o litígio é dirimido e não tem efeito *erga omnes* e vinculante.

CAVALHERO, Myrian Violeta. **A federação refletida nas atividades do plenário do Senado em 2001 e 2002.** 2004. 33 f. Trabalho Final (Especialização)- Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 341.2531 C376 FRA

Classificação:  

Resumo

Utiliza como principal fonte para obtenção das informações o relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional relativo ao ano anterior. A autora escolheu a 51ª legislatura, em sua terceira e quarta sessões legislativas, que antecedem a eleição e renovação em dois terços dos senadores. Para avaliar se os senadores de fato representam a Federação e o interesse dos estados, foram analisadas as propostas de emenda à Constituição (PEC), os projetos de iniciativa dos senadores (PLS) e as resoluções do Senado – projetos de decreto legislativo – dos anos de 2001 e 2002, para concluir se houve estados mais beneficiados que outros ou se preponderou o equilíbrio federativo, com um país uno e coeso em seu desenvolvimento econômico e social.

Votações de crédito suplementar, por serem muito minuciosas, ficaram ausentes da análise. A análise do estudo levou em consideração como se comportam os parlamentares em relação ao pacto federativo. Vale lembrar que faz parte do trabalho parlamentar a participação em comissões técnicas, debates, audiências públicas, votações e apresentações e aprovação de proposições, a responsabilidade por relatorias de projetos, reuniões políticas, entre outras atribuições.

CRUZ, Walesca Borges Cunha e. **Projeto de visita do Parlamento Brasileiro: construção de uma nova imagem**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 74 p.+1 CD-ROM. (Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/160934>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 328.0981 C957 PVP

Classificação:  

Resumo

Introduz uma descrição de todas as áreas da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal.

Averigua o impacto do projeto de visita na construção da imagem positiva do Parlamento a partir das informações passadas ao visitante durante a visita ao Congresso Nacional, chamando especial atenção ao fato de alertar para a responsabilidade de cada cidadão na composição do Parlamento.

Trata-se de uma enquete, com amostra de 180 pessoas em 2008, acerca da opinião dos visitantes sobre o Programa de Visitação do Senado Federal. Ao final, a autora sugere roteiros diferenciados em quatro diferentes formas, bem como aponta algumas divergências de percepção entre as Relações Públicas e a Segurança Legislativa.

Contém CD-ROM com vídeos, fotos e áudios de entrevistas a autoridades, como o Secretário Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando César Mesquita e o ex-secretário de turismo do Distrito Federal, ex-deputado federal e atualmente senador da República Rodrigo Rollemberg. As entrevistas se estendem a funcionários e participantes da visita guiada ao Congresso Nacional, no que se inclui depoimento da própria autora da monografia.

FREITAS, Luiz Carlos Santana de. **O controle normativo da mídia do Congresso Nacional: critério de noticiabilidade e garantia do uso republicano dos veículos legislativos de comunicação de massa.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 95 p. (Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/162428>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

Localizador: 341.253 F866 CNM

Classificação: 1

Resumo

Estuda o conjunto de dispositivos legais estabelecidos para a mídia do Congresso Nacional, considerada como referência para outras esferas do Poder Legislativo, implicando a interferência direta na qualidade da notícia produzida pelos profissionais do Parlamento, a ser veiculada de acordo com critérios estabelecidos de noticiabilidade. Constata que a definição de regras rígidas busca evitar desvio de função da mídia legislativa, com o objetivo de divulgar informações isentas, imparciais e apartidárias sobre a atividade político-parlamentar.

A monografia é ligada à área de Comunicação Institucional, investiga os veículos de comunicação do Senado e da Câmara, abordando desde os aspectos históricos até os atos que normatizam a atuação dos mesmos. Traz documentos importantes à compreensão do funcionamento das Casas, uma vez que são mencionados os limites de atuação, bem como os objetivos e finalidades de cada veículo.

HEUSI, Érika de Castro. **Emendas individuais dos senadores ao orçamento anual: uma análise dos exercícios de 2008 e 2009**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 62 p. (Coleção de teses, dissertações e monografias de servidores do Senado Federal).

Localizador: 328.378 H595 EIS

Classificação:  

Resumo

Faz uma análise das emendas individuais de senadores apresentadas ao Orçamento da União dos anos 2008 e 2009, a fim de verificar a tese de se, de fato, há privilégio na liberação de recursos – pagamento das emendas – para os parlamentares pertencentes a partidos da base de apoio do governo. Conclui que nesses anos houve relativo equilíbrio entre parlamentares governistas e da oposição quanto à liberação das emendas, não confirmando, portanto, a tese inicial.

Traça análise quantitativa das emendas individuais. Faz distinção das emendas conforme seu caráter nacional ou destinação a estados e municípios e análise sobre a que áreas/funções de atuação do governo foram destinadas as emendas individuais.

O referencial teórico adotado é o dos autores Pereira e Mueller (2002) e Roubini e Sachs (1989), segundo os quais há uma tendência a um maior *deficit* público em governos de coalizão multipartidária. Dito de outra forma, em países em que o poder é disperso, formado por muitos partidos políticos, nos quais ocorre a alternância do controle político ao longo do tempo, há maior probabilidade de ineficiência na política orçamentária.

LLANOS, Mariana. **Los Senadores y el Senado en Argentina y Brasil: informe de una encuesta.** Hamburg: Institut Fur Iberoamerika-kunde, 2003. 38 p., il. gráfs. (Arbeitspapier, v. 10).

Localizador: F 341.253109 L791 SSA

Classificação: 

Resumo

Trabalho de pesquisa comparativa com senadores argentinos e brasileiros, esboçando sua visão sobre as duas mais altas casas legislativas na Argentina e no Brasil. Os dados fornecidos valem por si só para um país isoladamente, caso interesse a configuração do Congresso e a opinião dos senadores que responderam ao questionários de perguntas sobre o Senado e a Câmara dos Deputados em 2002.

Contém gráficos e tabelas com vários números sobre ambos os países, tais como de distribuição total; dos parlamentares que atenderam à pesquisa, por partido; opinião sobre a diferença entre as duas Casas; mensuração de funcionamento, imagem pública dos parlamentares, qualidade das leis e rendimento global; fatores que levam em conta para sua tomada de decisões, com várias perguntas do gênero e outras valorações conferidas pelos senadores dos dois países. Expõem-se análises e conclusões.

MACEDO, Isabela de Souza Lima. **A importância da arquitetura de marcas na identidade visual de uma organização: um estudo de caso do Senado Federal.** 2011. 81 f. Trabalho final (Especialização) – Curso em Gestão da Comunicação nas Organizações, Centro Universitário de Brasília (Uniceub), 2011.

Localizador: D 328.81 C744 2011 IDA

Classificação:   

Resumo

Com o objetivo de identificar a existência de uma arquitetura de marcas no Senado Federal, o trabalho faz uma varredura em 27 setores da Casa e verifica a criação, independente e sem coordenação, de 41 logomarcas que, em sua maioria, não atingiam os objetivos estruturais, estratégicos e de funcionalidade. Originou-se de um relatório de 2010, elaborado pela Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres), que abrangeu publicações, arquivos eletrônicos, internet e a intranet do Senado. Detectou a necessidade de criação de uma identidade visual do Senado e da validação de critérios objetivos que propiciassem uma arquitetura de marcas da organização, até então inexistente.

O trabalho foi dividido em três capítulos: o que apresenta os conceitos de marca, seus elementos visuais e verbais, e sua influência na construção de marcas; o que aprofunda a discussão e aborda conceitos como identidade de marca, programas de construção de marca, estrutura, processos organizacionais e arquitetura de marca; e o capítulo que estabelece a aplicabilidade ao caso do Senado.

Paralelamente, foi feito um estudo específico sobre o Brasão da República utilizado por todos os órgãos oficiais, inclusive o Senado, em publicações oficiais, convites e ofícios. O brasão também requer uso padronizado; tem sido descaracterizado de diversas formas, prejudicando sua permanência no tempo como símbolo da República e, especificamente, como componente do sistema de identidade visual do Senado.

Na conclusão do trabalho, a autora sugere que os órgãos de comunicação da Casa – TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e Jornal do Senado – mantenham logomarca individual por terem contato direto com o público externo. Segundo a autora, também devem possuir logomarca individual o serviço de saúde dos servidores; o Sistema Integrado de Saúde (SIS); a Polícia Legislativa; e a Secretaria de Assistência à Saúde do Senado (Sams), por envolverem serviços de segurança e saúde, de maior necessidade, que precisam ser identificados facilmente. Os setores administrativos, por sua vez, deveriam suspender o uso de logomarcas individuais e adotar a logomarca de família do Senado Federal, o que serve para consolidar a marca que, conforme a pesquisa da Supres, foi considerada de fraca identificação com seu público interno. Ao final, propõe um manual de identidade visual a ser criado pela Subsecretaria de Projetos Especiais, apresentado e discutido com os diversos setores da instituição.

MANZUR, Jorge Luis Lopes. **Variantes da regra da maioria: o caso do Senado Federal brasileiro, de 1999 a 2002.** 2003. 142 f., il. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

Localizador: 341.2531. M296 VDR

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

Resumo

Trata do tema "regra da maioria" no Senado. Apresenta os principais teóricos do assunto: Rousseau, Condorcet, Black, Arrow, Plott, M. Buchanan, Gordon Tullock, Hinich e Munger, e suas principais conclusões. Na introdução, Manzur explica a imperatividade de o homem que convive em sociedade buscar a coletivização das ações e a enorme dificuldade de alcançar a unanimidade nas decisões, desde as mais simples até as mais complexas. É quando surge o conceito de maioria, cuja essência é que poucos acatem a decisão de muitos, mecanismo esse que é preponderantemente uma escolha coletiva. Daí advém a associação comum que se faz entre maioria e democracia. Porém, ao mesmo tempo, surgem indagações sobre se esse seria o mecanismo mais eficiente de tomada de decisões e se haveria um mecanismo que permita a confiança no acerto da decisão. Provoca questionamentos sobre se a determinação do mecanismo afeta a escolha em si e sobre que grau de consenso é necessário alcançar para aproximar a vontade geral da vontade da maioria.

O trabalho divide-se em três etapas, nas quais analisa as instituições que disciplinam a utilização das variantes da regra da maioria: a) a complexidade da regra de formação de maioria; b) as variantes da regra no Senado; e c) a utilização das variantes da regra no Senado. Entre os teóricos, Manzur concentrou-se nos clássicos da Ciência Política, M. Buchanan e Gordon Tullock, autores de *The Calculus of Consent* (O Cálculo do Consenso, 1961) e por *Analytical Politics* (1997), de Melvin Hinich e Michael C. Munger, sobre a análise dos custos envolvidos nos tipos de decisão. Das fórmulas utilizadas, conclui que no ordenamento jurídico brasileiro, prevalece a de consenso de mais da metade das pessoas com direito a voto ($K = N/2 + 1$).

NOVELLI, Ana Lúcia Coelho Romero. **Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional**. 2010. 210 p. (Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221280>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 328.81 N938 ICOP

Classificação: 

Resumo

A proposta do estudo foi analisar o fenômeno da opinião pública brasileira em seu relacionamento com o Congresso Nacional, no que diz respeito aos processos de construção e percepção das imagens veiculadas pela mídia na esfera pública.

O tema foi analisado a partir da percepção do modo de apresentação do Congresso Nacional pela mídia impressa e sua comparação com os resultados de pesquisa de opinião a respeito do Congresso Nacional publicados por esses veículos. Mais do que reflexo da imagem projetada do Parlamento pelos veículos, o resultado das pesquisas de opinião podem ser considerados como um elemento de consolidação da imagem construída pela mídia.

A identificação das características e formas de retratação do Parlamento brasileiro pela mídia, a convergência temática que limita as possibilidades de compreensão da amplitude dos trabalhos realizados pelo Congresso e a coincidência de opiniões entre o noticiário e as pesquisas de opinião são algumas das descobertas deste trabalho que procurou, antes de tudo, iniciar uma discussão sobre temas tão pouco explorados no Brasil.

Apresenta dados importantes referentes às pesquisas de opinião nos períodos de 1983-1994 e de 1995-1998.

OLIVEIRA, Hélio Ferreira de. Principais limitações materiais aos poderes das comissões parlamentares de inquérito no âmbito federal. 2005. 24 f. Trabalho Final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 328.81 U58 2005 PRL

Classificação: 

Resumo

Apresenta um panorama geral sobre a função fiscalizadora do Poder Legislativo e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em seguida, apresenta uma visão histórica de como esse poder se desenvolveu, enumera as suas limitações materiais, as principais prerrogativas da CPI e a necessidade de um suporte qualificado para suas deliberações. No final, apresenta o Mandado de Segurança nº 23.452/RJ como referência para delimitação dos poderes da CPI, sob pena de ficar sujeita ao controle jurisdicional do Poder Judiciário.

Oliveira argumenta que, para a manutenção e sobrevivência da ordem social nas sociedades modernas é necessária a existência de controle. Expõe a visão de autores que serviram como base do trabalho: Escobar (1999) avalia o controle como instrumento da democracia - vincula esta à transparência dos atos da administração pública; Meirelles (1995) considera a capacidade de vigilância que um órgão, poder ou autoridade exerce sobre a conduta funcional do outro uma forma de controle, sendo a transparência pré-requisito para a democracia. O inchaço da máquina administrativa estatal teria sido acompanhado do aumento dos casos de corrupção e isso estaria chamando a atenção da opinião pública. Porém, na opinião do autor, os governantes só dariam atenção aos casos de corrupção, caso estes ultrapassem os limites estruturais aos quais estão "tradicionalmente confinados".

OLIVEIRA, Vera Lúcia Leopoldino. **A experiência do Senado no Império**. 2004. 23 f. Trabalho final (especialização)-Curso de Direito Legislativo, Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2004.

Localizador: D 328.81 U58 2004 ESI

Classificação:  

Resumo

O artigo aponta as características do Senado em diferentes momentos históricos do Brasil Imperial. Retrata a origem do Senado brasileiro e a atuação parlamentar desse período. Ao final, conclui que o Senado do Império teve um papel mais de continuidade do que de ruptura, exercendo uma importante função de mediador entre a Coroa e as aspirações populares advindas da Câmara. Encerra citando a prevalência da vontade imperial como grande obstáculo para a consolidação de uma atividade parlamentar plena no período.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **O campo político brasileiro: a ação parlamentar das senadoras no Congresso Nacional (1987-2003)**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2255/3/O%20Campo%20Pol%C3%ADtico%20Brasileiro.PDF>>. Acesso em: 9 out. 2012.

Classificação:   

Resumo

Faz uma análise da ação política da bancada feminina do Senado Federal entre 1987 e 2003, indicando, por meio de seus pronunciamentos e matérias legislativas, elementos reveladores da natureza da participação das senadoras do período no campo da política brasileira. Deseja refletir as áreas de interesse da bancada feminina do Senado, analisando a existência de continuidades, descontinuidades ou mesmo rupturas entre tais interesses e as reivindicações históricas do movimento feminista no Brasil.

O referencial teórico deste trabalho é balizado pela teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002), sobretudo no que tange à investigação dos conceitos de campo político e *habitus*.

RODRIGUES, José Ribamar. Rádio Senado: a interação com a sociedade. 2005. 33 f. Monografia (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), 2005.

Localizador: D 302.2344 R696 RSE

Classificação: 

Resumo

Analisa como a Rádio Senado pode contribuir para a construção de outra visão sobre a imagem e a atuação dos políticos e do Senado Federal, diversa da versão da mídia tradicional.

Para tanto, o autor traça um resumo teórico da comunicação de massa, passando pela história do rádio no mundo e no Brasil, pelas questões legais e jurídicas que regem o exercício da radiodifusão nacional, pelo controle do Poder Legislativo sobre esse exercício até o desenvolvimento da comunicação social no âmbito do Senado Federal. A partir daí, o autor discorre sobre a Rádio Senado em suas diversas frentes de atuação (FM, Ondas Curtas e Radioagência), sua programação e, sobretudo, seu papel de aproximar os cidadãos do Legislativo, objetivando fazer com que eles se tornem conhecedores do trabalho desempenhado pelos senadores e acompanhem as discussões em pauta, tanto no Plenário quanto nas Comissões da Casa.

Um aspecto peculiar da Rádio Senado é analisado em sua atuação como prestadora de serviços à comunidade, além daquele de difusora da cultura popular, por meio da música e das radionovelas. Por fim, avalia o trabalho de controle social da mídia eletrônica, exercido pelo Conselho de Comunicação Social, como preceitua o art. 224 da Constituição Federal de 1988.

SILVA, Fábio Renato da. *A atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal*. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de pós-graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31766/000784982.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

Classificação: **I** **L**

Resumo

O trabalho estuda a faceta política de Darcy Ribeiro por meio de uma metodologia que leva em conta o contexto sócio-histórico e as formas simbólicas por meio das quais é possível uma intervenção no meio social com vistas a modificá-lo. O referencial metodológico utilizado aproxima a Hermenêutica da Profundidade ao Contextualismo Linguístico. A pesquisa reflete sobre a atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal, demonstrando que a sua atuação política é relevante para compreender as diversas formas de intervenção para a concretização de suas ideias sobre educação, índios, negros, América Latina e outras bandeiras de luta.

Busca compreender a atuação de Darcy Ribeiro como senador a partir de seus diálogos e embates políticos, além de conhecer o contexto sócio-histórico em que sua atuação estava imersa e identificar como a atuação do senador disputou e/ou dialogou com outros atores políticos e intelectuais.

O *corpus* empírico da pesquisa foi composto de alguns discursos e apartes, da revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias*, e de requerimentos, projetos de lei e artigos publicados na grande imprensa.

Conforme o próprio autor, "as ideias e projetos de Ribeiro analisados na dissertação demonstram a atualidade e permanência de suas realizações".

SOALHEIRO, Marco Antônio de Castro. **Reflexos e perspectivas da comunicação institucional do Senado**. 2005. 41 f. Trabalho final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2005.

Localizador: D 328.81 U58 2005 RPC

Classificação:  

Resumo

Parte do pressuposto de que o Congresso Nacional é "presença obrigatória em qualquer lista das instituições públicas negativamente avaliadas. Mesmo demonstrando em sucessivas legislaturas sua importância para a governabilidade, sua imagem junto à população é de ineficiência". Como explicação, salienta principalmente a distorção da imagem por grande parte da mídia e também a falta de informações do cidadão sobre a atividade parlamentar.

Para melhorar essa imagem, houve investimentos na estrutura de comunicação do Senado, a partir de 1995, composta por televisão, rádio, agência, jornal, relações públicas e *Alô Senado* (serviço 0800), de modo a esclarecer o cidadão de que ele dispõe de mecanismos legislativos para exercer sua cidadania e influir no processo decisório – tais como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, além da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por intermédio da qual pode apresentar projetos de iniciativa popular que venham a se transformar em leis que o beneficiem.

Demonstra ter havido avanços, os quais deram maior transparência às atividades dos parlamentares e do Congresso, e aponta a necessidade de maior reforço no conceito de eficiência da instituição junto à opinião pública. Destaca que, até 2005, muitos ainda questionavam a própria existência do Senado ou ainda ignoravam a diferença entre este e a Câmara dos Deputados, daí o desafio representado por uma comunicação legislativa eficaz, campo novo do saber, que vincula ciência política, oratória, antropologia e semiologia.

SOUZA, Marly do Carmo e. **Regimento interno do Senado Federal: uma análise crítica**. 2005. 27 f. Trabalho Final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2005.

Localizador: D 328.81 U58 2005 RIS

Classificação: [I](#) [L](#)

Resumo

Aborda a recém-criada Comissão de Reforma do Regimento Interno, presidida pelo então senador Marco Maciel, de modo a garantir a atualização do regimento, cuja última revisão data de 1988, período da Assembleia Nacional Constituinte.

Aponta que o debate de normas jurídicas provoca, muitas vezes, distorções e entendimento diverso do previsto na legislação. Embora algumas mudanças possam suscitar divergências, a maioria delas já está implantada na prática, faltando apenas incorporá-las ao regimento.

Demonstra que essas mudanças estão sendo promovidas por pressão da sociedade nos parlamentos do mundo inteiro para que haja adaptação aos novos tempos e se deem soluções ágeis aos problemas. Nesse contexto, o Senado, visto como pilar da democracia, exerceria papel fundamental na tomada de decisões sobre os rumos do país. Registra, por fim, o fato de que a reforma do regimento interno ainda não foi concluída.

TORRES, Hamilton Carlos de Abreu. **O Senado e o poder de fiscalização**. 2005. 29 f. Trabalho Final (Especialização)-Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasília, 2005.

Localizador: D 328.81 U58 2005 SPF

Classificação: 

Resumo

Apresenta a teoria da tripartição de poderes de Montesquieu para enfatizar que essa é uma maneira de a sociedade participar, por meio da representação, nas decisões governamentais. Menciona que o legislador embasou-se na teoria do filósofo para a formação do Estado brasileiro.

Passando pelos conceitos de Estado liberal e Estado absolutista, diz que a representatividade é a forma de a sociedade intervir nas decisões econômicas e sociais que a atingem. Indica que a participação do povo por meio da representação serve para a consolidação e formação de um estado livre e soberano, sendo que aquele que for eleito para representá-lo, irá praticar atos em nome do grupo que o sufragou.

Observa que na medida em que a sociedade participa das decisões há um índice maior de aceitação social das políticas implementadas e que a sociedade possui meios de se prevenir contra o possível arbítrio das autoridades. Demonstra, em suma, que o Poder Legislativo exerce, entre outras funções, a função fiscalizadora sobre os atos do Poder Executivo.



Periódicos

Periódicos em Geral

ANAIS DO SENADO FEDERAL. Brasília: Senado Federal, 1823- . Disponível em: <www.senado.gov.br/publicacoes/anais/>. Acesso em: 13 jul. 2012.

Classificação:   

Resumo

O acesso *Publicações/Anais do Senado/Pesquisar*, dentro do Portal do Senado Federal, oferece os documentos de história legislativa desde o período do Império até o ano de 1998. As informações disponíveis nos Anais do Senado Federal são retiradas do *Diários do Senado Federal* para serem consolidadas na forma de anais.

A Subsecretaria de Anais é responsável pela publicação dos trabalhos das sessões, organizados por ordem cronológica, ano a ano, contendo discursos, apartes, debates, votações, tramitações de proposições e demais documentos envolvidos na dinâmica do processo legislativo. Reúne o registro oficial de todas as sessões realizadas no decorrer do ano, nos plenários do Senado e do Congresso Nacional.

A base de dados da pesquisa encontra-se em fase de atualização para abranger ano final mais recente que o de 1998. Os interessados em acessar informações do período compreendido entre 1999 até o ano atual deverão acessar a opção, no Portal do Senado, *Atividade Legislativa/Plenário do Senado/Diários do Senado*.

Contato

Telefone: (61) 3303-3440
E-mail: ssans@senado.gov.br

BOLETIM DO LEGISLATIVO. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 2011- . Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim_do_Legislativo.html>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Apresenta temas relevantes e de ampla discussão no Congresso Nacional. É uma publicação *on line*, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. São artigos curtos, de duas ou três páginas, elaborados pelos próprios servidores da Casa, para o debate de temas diversos, com enfoques explicativo e propositivo, de modo a auxiliar a compreensão dos públicos externo e interno. Periodicidade variável.

CARTA DO SENADO. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Divulgação e Relações Públicas, 1983-1991.

Classificação:  

Resumo

Com periodicidade semanal, a revista *Carta do Senado* foi publicada entre 1983 e 1991. Editada pela então Secretaria de Divulgação e Relações Públicas, contém pequenas notas sobre as atividades desenvolvidas no Plenário pelos parlamentares. Editada de forma simplificada, era datilografada e remetida via Correios.

CARTA': falas, reflexões, memórias. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991-1996.

Classificação: **I** **H** **L**

Resumo

Revista editada pelo gabinete do senador Darcy Ribeiro (1991-1997). Foram publicados, ao todo, 16 volumes, entre os anos 1991 e 1996.

Carta' tinha o propósito de ser uma reflexão crítica sobre temas de interesse da nação brasileira. O objetivo da publicação foi contribuir para a transformação da realidade nacional e latino-americana por meio da ação discursiva. Os volumes apresentam artigos, discursos, projetos, entrevistas, entre outros textos de autoria do senador e de outros atores políticos, e dividem os artigos em três seções: Falas e Escrituras; Reflexões; e Memórias. Entre os vários temas abordados, destacam-se: educação, povos indígenas, população negra, privatização, dívida externa, América Latina e fundação de Brasília.

Nem todos os volumes dizem respeito diretamente à atividade de legislar; no entanto, os temas são recorrentes nas discussões das diversas comissões do Congresso Nacional, com reflexos nos projetos de lei elaborados.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília: Câmara dos Deputados, 1890- . Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

Classificação:   

Resumo

Estão disponíveis as seguintes publicações oficiais da Câmara dos Deputados:

1) *Diário da Câmara dos Deputados*: a partir de 16 de novembro de 1890.

Histórico dos nomes da Coleção de Diários da Câmara dos Deputados:

- de 1890 a 1917, *Diário do Congresso Nacional* - Estados Unidos do Brasil;
- de 1917 a 1930, *Diário do Congresso Nacional* - Estados Unidos do Brasil;
- em 1934, *Diário da Câmara dos Deputados* - Estados Unidos do Brasil;
- de 1934 a 1937, *Diário do Poder Legislativo* - Estados Unidos do Brasil;
- de 1946 a 1953, *Diário do Congresso Nacional* - Estados Unidos do Brasil;
- de 1953 a 1995, *Diário do Congresso Nacional* - Seção I;
- de 1995 até hoje, *Diário da Câmara dos Deputados*.

2) *Diário do Congresso Nacional*: a partir de 1º de agosto de 1953.

3) Anais da Câmara dos Deputados: 29 de abril de 1826 a 17 de junho de 1974.

4) Anais e Diários das Assembleias Constituintes: 17 de abril de 1823 a 01 de junho de 1994.

Contato

E-mail: informa.cedi@camara.gov.br

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Brasília: Senado Federal, 2001- . Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/diarios/Diario>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Classificação:   

Resumo

O *Diário do Congresso Nacional* é um informativo oficial das atividades do Parlamento. São publicadas nos Diários as atas das sessões plenárias e de comissões, normas promulgadas, atos administrativos e outras informações. Nas atas são publicados os discursos, os textos integrais de projetos, pareceres e outros documentos lidos na sessão plenária, cujas datas servem de referência para a realização de buscas nos diários.

A partir do ano de 1879 até junho de 1889, passam a circular junto com o *Diário Oficial*, os pronunciamentos, debates, discussões, atos legislativos e administrativos da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores, com a denominação *Diário do Parlamento Brasileiro*, editado pela "Typographia nacional". Após a Proclamação da República, os pronunciamentos, debates, discussões, atos legislativos e administrativos do Parlamento passam a circular no *Diário do Congresso Nacional – Estados Unidos do Brazil*. Incluem sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, circulando com esse título de 16 de novembro de 1890, data de sua primeira publicação, até o dia 1º de junho de 1917. Essas informações constam do livro de Casimiro Neto, *A Construção da Democracia*, de 2004.

O *Diário do Congresso Nacional* também possui versão impressa, disponível inclusive para assinaturas.

Contato

E-mail: seep.multimedia@senado.gov.br

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Brasília: Senado Federal, 1954- . Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/diarios/Diario>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Classificação:   

Resumo

O *Diário do Senado Federal* é um informativo oficial das atividades do Senado. São publicadas nos Diários as atas das sessões plenárias e de comissões, normas promulgadas, atos administrativos e outras informações. Nas atas são publicados os discursos, os textos integrais de projetos, pareceres, matérias legislativas e outros documentos lidos na sessão plenária, cujas datas servem de referência para a realização de buscas nos diários.

Versão impressa também disponível, inclusive para assinaturas.

Contato

E-mail: seep.multimedia@senado.gov.br

EM DISCUSSÃO! Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria Jornal do Senado, 2010- . Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/revista-em-discussao>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

A revista *Em Discussão!* é publicada desde abril de 2010 e possui periodicidade bimestral. Introduce debates de temas relevantes para a população, com ampla discussão no Congresso Nacional mediante considerável repercussão por entre o corpo senatorial da Casa, inclusive nas unidades da Federação. É também uma publicação *on line* de livre acesso.

EM PAUTA. Brasília: Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais, 2007- . Disponível em <<http://www.senado.gov.br/senado/secretarias/scotri>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Periódico semanal de responsabilidade da Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais. A publicação aborda temas de grande relevância que estão em discussão nos plenários da Câmara e do Senado Federal. Os artigos facilitam o entendimento da complexidade inerente à atuação do Senado no desenvolvimento da Federação brasileira.

ESPECIAL CIDADANIA. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria Jornal do Senado, 2003-. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O *Especial Cidadania* é uma publicação eventual, geralmente na forma de encarte, existente desde 15 de setembro de 2003, nos formatos impresso e digital. Aborda de forma detalhada e específica assuntos emergentes de interesse do cidadão, os quais podem possuir, por exemplo, cunho social, político e econômico.

ESPECIAL JORNAL DO SENADO. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria Jornal do Senado, 2007- . Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/jornal>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O *Especial Jornal do Senado*, existente desde 2007, é uma publicação eventual, geralmente na forma de encarte, editada com relativa frequência, com a finalidade de detalhar ao leitor assuntos que adquiriram maior relevo social em dado momento e que merecem destaque pelo Jornal. Disponível nos meios impresso e digital.

JORNAL DO SENADO. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria Jornal do Senado, 1995-. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O *Jornal do Senado* é um periódico diário publicado em dias úteis, desde 4 de maio de 1995, nos formatos impresso e digital. Aborda toda a sorte de temas relevantes para o país e em discussão nos plenários da Câmara e do Senado Federal. Os artigos facilitam o entendimento do cidadão sobre os fatos que ocorrem no Plenário, nas Comissões e sobre as proposituras dos gabinetes. O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe da Secretaria Agência Senado e pode ser reproduzido mediante citação da fonte.

OS "CABEÇAS" DO CONGRESSO NACIONAL: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), [1993?-].

Classificação: **I** **F**

Resumo

Os *"Cabeças" do Congresso Nacional* é uma publicação anual do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) que apresenta uma pesquisa cujo objetivo é identificar os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. A proposta do Diap subsidia o movimento social organizado com informações sobre a atuação de deputados e senadores. A metodologia empregada inclui aspectos quantitativos e qualitativos e envolve entrevistas, levantamento de pronunciamentos e aferição de resultados de votações.

A pesquisa já se tornou tradicional e é citada de forma recorrente em matérias sobre política veiculadas na mídia. Contudo, é preciso ter cautela ao analisar determinados aspectos das informações ali dispostas, como, por exemplo, a metodologia empregada. Apesar de apresentar um capítulo específico sobre as técnicas de investigação, os critérios para seleção dos parlamentares não estão totalmente claros e sugerem certo grau de subjetividade.

PARECERES DA CONSULTORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL. Brasília: Senado Federal, Consultoria Geral, 1976-1998.

Classificação:  

Resumo

Trata-se de um conjunto de pareceres jurídicos elaborado pelos consultores legislativos do Senado, de 1976 a 1996, publicados em diversos volumes, que podem interessar a estudantes de concursos públicos, de regimento e legislação relativa a servidores públicos e a estudiosos do Direito. Nesse período, somente pareceres de caráter reservado não foram publicados, sendo que a maioria dos publicados foi aprovada pela Mesa.

Chamado em 1976 de *Pareceres da Consultoria Jurídica* e, a seguir, intitulado *Pareceres da Consultoria geral* até 1995, quando passou a ser editado pela Advocacia do Senado Federal, ocasião em que recebeu a denominação de *Informações, Pareceres e Ações*; e no ano seguinte mudou novamente de nome, passando a se chamar *Pareceres e Informações*.

QUORUM: revista do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social, 1989.

Classificação:    

Resumo

A Revista *Quorum* é uma publicação da Secretaria de Comunicação Social do Senado com periodicidade trimestral que durou um ano, o de 1989, composta de diversos artigos sobre temas relativos ao Poder Legislativo: definição do valor do salário mínimo, modernização administrativa do Senado, função investigativa do parlamento e também assuntos mais específicos, como as eleições presidenciais que resultaram na vitória de Fernando Collor de Mello e os 100 anos de proclamação da República, em sua edição de dezembro de 1989, entre outros temas, inclusive os não políticos, como a morte do Rei do Baião, Luiz Gonzaga.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA: Senado Federal e Congresso Nacional. Brasília: Senado Federal, 1999- .

Classificação: **I** **L**

Resumo

O relatório da Presidência do Senado presta contas do trabalho desenvolvido durante uma sessão legislativa – período correspondente a um ano –, indicando resultados dos trabalhos legislativos e administrativos.

Apresenta dados detalhados e estatísticas sobre: proposituras, sessões plenárias, reuniões, comissões, subcomissões, lideranças, composição de trabalhos pelos senadores e atuação institucional do Parlamento brasileiro nos planos interno e externo, entre outros. Contém vários gráficos e tabelas.

Contato

Site: <<http://www.senado.gov.br/atividade/resenha/default.asp>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Para contatos a respeito, ver, neste Guia de Fontes de Informação, item referente ao Portal Atividade Legislativa, da Secretaria-Geral da Mesa, responsável pela publicação.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, 1964- . Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/171>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

A *Revista de Informação Legislativa* (RIL) é um periódico trimestral, fundada pelo então presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, com circulação ininterrupta desde 1964. A publicação aborda temas relevantes em discussão nos plenários da Câmara e do Senado Federal e possui indexação no sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os artigos facilitam o entendimento de aspectos do Direito e das Ciências Humanas.

REVISTA SENADO. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, Secretaria Jornal do Senado, 2005- . Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/revistas>>. Acesso em: 31 out. 2012.

Classificação:   

Resumo

De periodicidade anual, publicada desde 2005, tratando de assuntos diversos relacionados ao Congresso Nacional e ao Poder Legislativo, com foco maior no balanço de atividades do Senado Federal, a Revista Senado inclui matérias que traçam retrospectos. Disponível em meio impresso e digital.

SENATUS: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001- . Disponível em <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/revistaSENATUS>>. Acesso em: 10 out. 2012.

Classificação:   

Resumo

Publicada pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal (SIDOC), a revista *Senatus*, de periodicidade variável, com números compreendidos entre 2001 e 2010, divulga trabalhos na área de Ciências Sociais e na área legislativa.

THOTH. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997-1998.

Classificação:    

Resumo

A série de publicações de seis volumes, de distribuição restrita, publicada entre 1997 (três volumes) e 1998 (três volumes), de responsabilidade do gabinete do Senador Abdias Nascimento, falecido, apresentava artigos de reflexão social, sobretudo a respeito da temática racial e da questão do negro na sociedade brasileira e no Congresso Nacional. Os artigos são de autoria do senador e de vários convidados de relevo. Destacam-se os artigos:

- Aspectos da experiência afro-brasileira (n.3, p. 167-182, set./dez.1997);
- Drummond que Exu te salve, poeta (n.2, p. 21-24, maio/ago. 1997);
- Violações dos direitos humanos no mundo africano (n. 1, p. 167-182, jan./abr. 1997).

Disponível na Biblioteca do Senado Federal.

Artigos de periódicos especializados

ACCIOLY FILHO. Por que o Senado? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 3, n. 52, p. 95-102, out/dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180976>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

Artigo originário da conferência proferida na Associação Brasileira de Imprensa, em comemoração ao sesquicentenário do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1976.

Trata da discussão a respeito da importância de um parlamento bicameral para a manutenção da democracia brasileira. O autor faz um resgate histórico do parlamento, discorrendo sobre exemplos de organizações políticas na Grécia Antiga, em Roma, França, Inglaterra. Depois traz a discussão aos dias atuais citando países que adotam o bicameralismo e suas posições desenvolvimentistas no mundo moderno. O autor explica ainda a importância de um sistema diferenciado de eleição para as duas Casas e discorre sobre competências concorrentes e exclusivas do Senado brasileiro. Para concluir seus argumentos, Accioly Filho finaliza o artigo exaltando a importância de se manter uma Federação para o regime democrático, sendo essa uma atribuição intrínseca do Senado.

ALENCAR, Ana Valdez Aires Neves de. O Senado na estrutura constitucional brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, v. 13, n. 50, p. 169-288, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181319>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

Classificação:   

Resumo

Retrata a posição do Senado na estrutura constitucional brasileira, ao longo das diferentes constituições da história do país. Serve de fonte de consulta para materiais institucionais. A análise, por ser de 1976, não contempla a mais recente Constituição brasileira.

ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. A comunicação do Senado e o direito à informação. *Revista de Informação Legislativa*, v. 42, n. 166, p. 347-364, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/639>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Localizador: D 328.81 U58 2004 CSD

Classificação:  

Resumo

Analisa assuntos como o direito à informação do cidadão, a comunicação e um pouco de sua história, e assuntos que estão em evidência como os poderes da internet, a comunicação do Senado e um estudo de caso: "A Agência Senado" (p. 235). O artigo tem como finalidade responder duas perguntas: "O Estado, representado pelo Senado, está cumprindo o seu dever de fornecer informação? O indivíduo, inserido em condições coerentes com a realidade social do país, exerce seu direito de ser informado pelo Estado?" (p. 348).

São abordados alguns dos serviços de comunicação do Senado Federal como possíveis instrumentos de participação e acesso à informação. Há referências sobre a Agência Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado, TV Senado, Serviços de Relações Públicas (p. 358), sobre o poder da internet (p. 360) e até sobre o direito à liberdade de expressão (p. 354).

BARBOSA, Osório. Por que o presidente do Senado preside o Congresso Nacional? **Boletim dos Procuradores da República**, Brasília, v. 10, n. 78, p. 6-8, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fundacaopedrojorge.org.br/images/stories/Documentos/boletins/boletim78.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Classificação: **I** **L**

Resumo

O autor parte de uma indagação de um colega: por que razão não seria o presidente da Câmara a presidir o Congresso Nacional uma vez que: 1) a Câmara representa o povo e seu presidente é o segundo na linha sucessória da Presidência da República (primeiro, no Congresso Nacional); 2) a Câmara cuida de um eventual processo de *impeachment* do presidente da República.

A essa indagação, Barbosa responde primeiro com o argumento da tradição da Roma antiga e do Senado romano, *senatus*, e do Conselho de Anciãos da Antiguidade, na qual o fator idade era visto como fonte de sabedoria. Norberto Bobbio, cientista político, confirma a indicação de *senectude* é um fator de diferenciação. Tanto que, com o surgimento da República, o Senado antigo passou a assumir funções importantes como decidir questões de justiça, finanças públicas e religiosas.

Porém, o argumento de maior peso que apresenta é dizer que as funções estabelecidas pela Constituição para o Senado, art. 52, e, particularmente, suas atribuições exclusivas, é o ponto que confere a ele um peso institucional maior e mais forte do que o atribuído à Câmara. Cabe ao Senado julgar o presidente da República e outras autoridades por crime de responsabilidade. E até mesmo no caso do *impeachment*, embora caiba à Câmara dar autorização para abertura do processo contra o presidente da República, o julgamento e o processo ocorrem no Senado.

O autor volta novamente ao fator idade ao mencionar a idade necessária para eleger-se senador e diz que os senadores têm maior tranquilidade na apreciação das causas e no refreamento dos ânimos mais exaltados, argumentando ainda que para exercer a Presidência do Congresso, cargo de natureza organizacional e administrativa e menos de natureza legislativa, é preciso alguém equilibrado, capaz de moderar adequadamente os debates e organizar bem as votações. Isso, segundo ele, pode ser feito por alguém com experiência e equilíbrio, advindos da idade.

BENEVIDES, Mauro. Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976. *Revista de Informação Legislativa*, v. 13, n. 50, p. 27-36, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/224164/1/000393233.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.

Classificação: 

Resumo

Trata-se de discurso proferido pelo então senador Mauro Benevides, em comemoração aos 150 anos do Senado brasileiro. Com o intuito de saudar o aniversário da câmara senatorial, o texto faz uma defesa histórica da instituição, com rica exemplificação de importantes momentos vividos pela Casa, sem deixar de lado os protagonistas desses grandes episódios, os senadores, que, desde o tempo do Império, representaram a negação ao Absolutismo e a expressão da necessidade de que outras vontades, opiniões e pensamentos que não os do Imperador pudessem ter voz no destino da Pátria.

O artigo é uma fonte de pesquisa histórica sobre o Senado, além de ser referência para se encontrarem trechos de discursos de senadores ilustres do passado. Também presente na Biblioteca do Senado na forma de discurso, sob o localizador: D F 341.252 B465 SSF

BIM, Eduardo Fortunato. A função constitucional das Comissões Parlamentares de Inquérito: instrumentos da minoria parlamentar e informação da sociedade. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 42, n. 165, p. 107-121, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/262>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Eduardo Fortunato, advogado em São Paulo, avalia que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem na função investigativa um fim em si mesmo, não se prestando, portanto, à atividade punitiva, como ocorre, por exemplo, no processo de *impeachment*. Ele procura demonstrar que a CPI se encaixa na função de controle e fiscalização do Legislativo, função autônoma enquanto fiscalizatória. Segundo ele, ela é autônoma e não tem, como querem alguns, uma relação necessária com o propósito de legislar ou punir administradores ímprobos. Seu propósito é influenciar a sociedade ou o governo, fazendo do parlamento uma caixa de ressonância. Tanto que somente a ideia de se criar uma CPI já serve para inibir a atividade do Executivo.

O texto, redigido em 1984, procura demonstrar por meio da citação de literatura que a legitimidade da CPI não decorre de futuras e eventuais medidas legislativas. Embora distinga a função de controle da CPI como eminentemente política, diz que ela contém um elemento jurídico, mas afirma que os juízos políticos são mais elásticos e finalísticos. Citando Crick, a definição de controle parlamentar é influência, não poder direto; conselho, não ordem; escrutínio (sondagem), não início; e publicidade, não secreto.

Utiliza definição de Florentina Navas Castilho que divide as CPIs em controle-fiscalizatórias e controle-responsabilidade, sendo essas últimas capazes de exercer sanção jurídico-política, podendo levar o governo à demissão. As primeiras são aquelas que resultam em perguntas, interpelações, moções e comissões de investigação e podem se subdividir em sentenciadoras e avaliadoras, na definição de Mauro Márcio Oliveira (1991). Nenhuma delas enseja responsabilidade política (*impeachment*); podem ensejar responsabilidade administrativa (improbidade administrativa); não ensejam responsabilidade penal, não se destinando à condenação de ninguém.

BONAVIDES, Paulo. O Senado Federal e as regiões. *Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, Rio de Janeiro, v.9, n.7, p.7-9, jan./jun.1995.

Classificação:  

Resumo

Enfoca a crise institucional vivida pelo Senado e apresenta como solução, a ser tratada pela reforma constitucional daquele ano, a mudança do *Senado dos estados* para o *Senado das regiões*, sob a alegação de que isso lhe daria um substrato mais profundo por ser a Câmara Alta a responsável pela paridade representativa dos entes da União.

Paulo Bonavides menciona que a Constituição de 1934 praticou uma espécie de extinção branca do bicameralismo ao propor que o Senado passasse a ter somente a função de coordenação dos poderes federais entre si. A Câmara Alta teria perdido sua razão de ser com a queda da hegemonia dos setores aristocráticos. Porém, Bonavides ressalta que o bicameralismo ainda se sustenta sob o argumento da eficácia moderadora na elaboração das leis.

O autor argumenta que existem dezessete artigos, quatorze no corpo da Carta Magna e três nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que, devido a uma dimensão mais global de redução das desigualdades regionais, seria mais bem conduzido se o Senado representasse as regiões. Entre eles, está o artigo 3º, inciso III, do capítulo da *Ordem Econômica*, sobre a redução das desigualdades regionais. Por isso, o autor propõe que o Senado funcione como instrumento de vanguarda da nação e salvaguarda do pacto federativo.

BRAGA, Sérgio Soares. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-50, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=ptpt>. Acesso em: 10 out. 2012.

Classificação: 

Resumo

Apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o grau de informatização dos órgãos legislativos da América do Sul. Foca principalmente no impacto da internet no funcionamento das instituições democráticas sul-americanas com o exame comparado da organização dos *websites* dos órgãos parlamentares dos diferentes países. Apresenta tabelas, quadros e gráficos com dados sobre critérios de pontuação dos *sites* legislativos, *websites* parlamentares analisados, navegabilidade, centros decisórios, parlamentares, processo decisório, relação com o público e interatividade, administração e informação dos *sites* parlamentares. Por conseguinte, dispõe de indicadores úteis para a avaliação de *sites* e *hotsites* institucionais do Senado Federal.

O estudo propõe indicadores de mensuração para avaliar – de forma quantitativa e qualitativa – o quanto os parlamentos desses países avançaram no uso da informatização em prol do melhor funcionamento das instituições políticas democráticas, especialmente no que se refere ao controle dos representantes pelos cidadãos.

CALMON, Pedro. O Salão do Senado. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 71-76, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180974>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

O pronunciamento registra os principais fatos históricos ocorridos no salão do palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado Federal, atual sede da Faculdade de Direito da UFRJ. O texto, extraído de palestra pública integrante do curso sobre o sesquicentenário do Senado, ministrado no local, apresenta-se em tom épico e saudosista. Brinda o leitor com uma linguagem elaborada e de leitura rápida. Pedro Calmon desfia os primórdios do Senado brasileiro de forma concisa e exemplificativa, fazendo apologia aos grandes senadores que trocavam reverências entre si, à época "siberiana", devido ao frio das salas, dos marqueses e viscondes, aos costumes do "Velho Senado", eternizados também por Machado de Assis em suas crônicas. Destaca a figura de Rui Barbosa como senador e tribuno e os tempos áureos do então decorado e dourado salão do plenário que passou a servir de salão nobre da Faculdade décadas depois.

O artigo é útil para quem pretende se aproximar do espírito do Senado no passado. Traz à baila, implícita ou explicitamente, argumentos sobre o papel do Senado como instituição e seus benefícios para a estabilidade política e dos regimes monárquico e republicano. Evidencia de forma clara o caráter mais frio e ponderado que o caracterizava nos tempos da monarquia, diferenciando-o da Câmara dos Deputados – aspecto que, por outro lado, serviu para resolver questões importantes para o Brasil.

CAMPOS, A. C. Os senadores diante de um terminal. *Dados e Idéias*, Rio de Janeiro, v.9, n. 68 p. 45-46, jan. 1984.

Localizador: 1525 (da Biblioteca da Câmara dos Deputados)

Classificação:  

Resumo

Aborda uma das iniciativas do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), de organizar e dinamizar as informações dos gabinetes, para melhor auxiliar as tarefas dos senadores. Para isso, buscava aumentar a memória dos computadores e introduzir novo *software* capaz de etiquetar correspondências, vincular um computador a agências de notícias para transmiti-las aos gabinetes, dotar os gabinetes de um processador de texto mais eficaz, ligando o microcomputador à impressora capaz de produzir imagens de melhor qualidade. Foram escolhidos modelos I-7000 da Itautec, que substituíam com algumas vantagens, os modelos IBM.

A ideia era também montar, com o mesmo *software*, um pequeno banco de dados para os senadores com artigos, jornais, dados para discursos, compromissos agendados e pedidos encaminhados. Estava previsto um banco de dados chamado "memória", no qual os próprios senadores pudessem criar seus próprios aplicativos, e para isso, estava se procedendo à atualização dos discos de memória, com ampliação da capacidade para duas unidades de disco que somadas atingiam 13,2 *megabytes*.

Como o Prodasen gerenciava diversos sistemas, inclusive o de ministérios e assembleias estaduais, segundo o seu então diretor, Rui Oscar Dias Janiques, a automação dos gabinetes permitiria a descentralização das atividades, desafogando o sistema central, que se encontrava sobrecarregado. À época eram 120 terminais de usuários do Congresso, 14 ministérios, 14 assembleias estaduais e 16 alimentadores de bancos de dados, além da fotocomposição do Centro Gráfico do Senado. Havia projeto de vincular a rede do Congresso à Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (Renpac).

Volume disponível apenas para consulta local na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

CAMPOS, Theresa Catharina G. Museu Histórico do Senado Federal. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 93-95, dez. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70285>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação: **1**

Resumo

Artigo sobre o funcionamento do Museu do Senado, sua história e seu acervo. A autora inicia o texto discorrendo sobre a história do Museu do Senado, depois sobre os destaques do acervo que se encontram disponíveis para os visitantes apreciarem. Dentre eles vale salientar as cadeiras do plenário do Palácio Conde dos Arcos e Monroe, confeccionadas por então presidiários do Rio de Janeiro. Por último, Theresa Campos expõe os horários de visitas e como se deve proceder em casos de visitas guiadas.

CASTRO, André; CARVALHO, Sidney. Senado Federal: o edifício e sua história. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 156-195, abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/184690>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Por ocasião dos 50 anos do Palácio do Congresso Nacional, o artigo visou realizar uma análise de sua construção no que concerne à sua história arquitetônica, seu processo de construção, sua concepção, os projetos originais, as características atuais e as perspectivas de futuro: funcionamento e conservação.

Os autores mostram como os três edifícios que abrigaram o Legislativo brasileiro são representativos, por meio de sua arquitetura e dos movimentos estéticos correspondentes, de um conjunto de valores da sociedade, de suas necessidades e aspirações e, sobretudo, da forma como o mundo é visto em cada época.

O Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, surge como obra fundamental na história da arquitetura brasileira representando, em sua forma, o ponto de inflexão que representou a construção de Brasília. O fato de o edifício elevar-se em altura e imponência, tanto sobre a Esplanada dos Ministérios, quanto sobre a Praça dos Três Poderes, tem caráter simbólico demonstrando que o Poder da República de maior importância é aquele que representa os cidadãos.

O Palácio Monroe, por sua vez, situado na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, tem uma história de glória e decadência, que culminou na sua demolição no governo Geisel. Nascido do movimento eclético, que valorizava a mistura de diversos estilos arquitetônicos, abrigou a Câmara dos Deputados até 1925, e o Senado a partir de então. Numa decisão controversa, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e uma campanha favorável do jornal *O Globo*, acaba sendo demolido em 1975.

Localizado no Campo de Sant'Ana, o Palácio Conde dos Arcos, atualmente utilizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), representou dois momentos distintos da história do país: a Independência, com uma fachada neoclássica e inspiração francesa, e o período colonial, com predominância do estilo barroco e rococó.

CERVO, Amado Luiz. Fontes parlamentares brasileiras e os estudos históricos. *Latin American Research Review*, Albuquerque, v.16, n. 2, p. 172-181, 1981.

Classificação:  

Resumo

Aborda algumas fontes de informação constantes nos Arquivos do Senado e da Câmara dos Deputados. O trabalho foi centrado na investigação de material relativo ao Parlamento e às Relações Exteriores.

O historiador, especialista em Relações Internacionais, refere-se ao acervo do Congresso Nacional como um dos mais ricos, porém desconhecidos, sobre a história do Brasil, disponível para pesquisadores, por meio dos anais e arquivos do Senado e da Câmara, os quais remontam à época do Império. Amado afirma que o volume e a natureza da documentação são pouco conhecidos, assim como sua importância e contribuição histórica.

O campo de interesse do autor é a pesquisa sobre o papel do parlamento nas relações internacionais e, sobre isso, ele afirma haver informações do governo, as chamadas *indicações* – atualmente chamadas de *pedidos de informação* – enviadas dos ministérios, desde 1829, para a Câmara dos Deputados, versando sobre todas as questões internacionais nas quais o Brasil se envolveu, sob a forma de correspondência diplomática, mas também as relativas a receitas e despesas públicas, produção e comércio.

A publicação alude a algumas coleções que podem ser de interesse institucional, tais como: anais do Senado do Império do Brasil (1835, 1836, 1838 e 1840 a 1857); O Parlamento e a Evolução Nacional; Atas do Conselho de Estado, Índices Onomástico e Temático dos Anais do Parlamento Brasileiro.

Outra documentação que pode interessar para consulta são os documentos de particulares, individuais ou coletivos, como petições, requerimentos, representações e memórias, que lançam luz sobre as pressões sociais sobre o sistema de decisões à época imperial.

CHAVES, Leite. O Senado da Praça dos Três Poderes. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 85-94, out/dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180967>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Fruto da conferência proferida no curso sobre o sesquicentenário do Senado Federal na Faculdade de Direito da UFRJ em 1976. Inicia com recordações do autor sobre a Faculdade de Direito e as experiências ali vividas. Posteriormente, o autor discorre sobre o Senado e a sua mudança de localização, as vantagens e desvantagens dessa mudança nos trabalhos legislativos. Ressalta alguns pontos importantes sobre a razão da existência e da necessidade do Senado e entra na questão da ditadura militar estar reprimindo essas atribuições tão importantes para o país. Por fim, demonstra a relevância do processo de elaboração legislativa e como a ditadura atrapalhou esse processo.

COELHO, Adélia Leite. Histórico da Biblioteca do Senado Federal. *Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília*, v. 1, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 1973.

Classificação:  

Resumo

Breve histórico da Biblioteca do Senado. A autora, ex-diretora da Biblioteca, divide essa história em quatro fases. A primeira, de 1826 a 1889, é marcada pelos primórdios do setor, quando, ainda incipiente, era chamada de livraria e funcionava juntamente com o Arquivo do Senado. A segunda, de 1889 a 1960, notabiliza-se pela revitalização da Biblioteca durante a presidência do senador Dr. Manuel Vitorino Pereira. A terceira fase é marcada pela transferência para Brasília e, na quarta, de 1972 a 1973, destaca-se a automação da Biblioteca.

Na segunda fase (1891-1960), quando o presidente do Senado é Manoel Vitorino Pereira, são adquiridas obras de maior importância, como os Anais da Convenção e do Congresso Federal norte-americano de 1879 até hoje, e a Coleção Hansard ou os Anais do Parlamento Inglês, desde 1066 até 1894. Em 1898, com o auxílio da Biblioteca Nacional, é adquirido o primeiro catálogo.

Entre 1826, quando foi proposta sua criação, até 1866, a biblioteca permaneceu uma ideia, tendo sido proposta pelo Visconde de Cairu, e passando pela avaliação das três comissões existentes à época: de Legislação, Comércio e Finanças. Em 1837, a biblioteca recebe a primeira obra considerada importante, os 30 volumes dos debates do parlamento inglês, a ponto de merecer uma menção em Plenário. Em 1863, é publicado o primeiro regulamento do Senado. Porém, somente em 1866, começa a existir de fato uma preocupação em montar uma biblioteca adquirindo obras na Rua do Sabão, no Rio de Janeiro ou na Europa, sob o comando do Visconde de Abaeté. Nesse ano a biblioteca recebe 155 volumes. Em 1871, ela possui 883; em 1883, conta com 1.143. Contudo, o zelo com as obras não é muito grande, tanto que se informa o extravio de várias delas.

Na última fase, aderiu a um amplo programa de integração da informação no Senado, com as principais obras sendo acessadas em formato digital, e com a Rede RVBI, formada por 15 bibliotecas públicas integradas em rede.

DRUMMOND, Maria Claudia. A presença do Senado brasileiro no Mercosul: um breve histórico. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal, v. 47, n. 186, p. 313-329, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/198689>>. Acesso em: 13. dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Defende a ideia de que a criação de blocos regionais como o Mercosul (Mercado Comum do Sul) oferece novas formas de participação do Parlamento nas Relações Internacionais. O início dessa participação se deu com a onda de redemocratização da América Latina na década de 1980. O artigo confere ao acordo de Integração, Cooperação e Desenvolvimento assinado por Brasil e Argentina a legitimação da democracia nos dois países. Além disso, a criação do Parlatino, posterior Comissão Parlamentar Conjunta, com seu regimento interno, culmina no Parlamento do Mercosul, que possui a função de facilitador na articulação de interesses setoriais em conflito. A autora destaca que o Parlamento do Mercosul não se sobrepõe ao Parlamento nacional, tendo o primeiro apenas a função de consultoria parlamentar. Por fim, é abordada a importância da cobertura das reuniões do Parlamento do Mercosul pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal. O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Interlegis também participam do processo de informação ao cidadão, a fim de fornecer mais transparência ao processo de integração tratado no Parlamento do Mercosul.

Documento interessante para tratar especificamente sobre a atuação do Senado no Mercosul, além de mencionar a importância dos meios de comunicação da Casa para conferir transparência aos trabalhos parlamentares na área de Relações Internacionais.

ESTRUTURA técnico-administrativa da Câmara e do Senado. *Anuário Parlamentar Brasileiro*. Brasília, n. 3, p. 20-23, 1989.

Classificação:  

Resumo

Aborda a estrutura técnico-administrativa da Câmara dos Deputados, similar à do Senado, composta da diretoria-geral, da Mesa, à época, 1989, das diretorias administrativa e legislativa. Mostra que, na maioria das vezes, o diretor-geral é respeitado por políticos e jornalistas e exerce enorme influência sobre os políticos, uma vez que comanda toda a estrutura administrativa como a definição de quem irá ocupar os gabinetes, liberação de verba extraordinária, os famosos *jetons*, ou até mesmo o desconto em folha de deputados faltosos, o que, conforme diz o texto, dificilmente ocorre devido ao *esprit de corp*.

Salienta a importância dos cargos da Mesa, cujos parlamentares detentores dos cargos de presidente, primeiro e segundo vice-presidentes, 1º secretário, 2º secretário, 3º secretário e 4º secretário possuem alguns privilégios sobre os demais, a exemplo do caso do primeiro vice-presidente, que substitui o presidente em sua ausência, ou exerce a função de emitir parecer nos requerimentos de informações ao Executivo. Chama a atenção para a importância do cargo da 1ª secretaria, por ser a que, de fato, exerce a administração de toda a Casa, cargo que costuma ser um "trampolim" para a Presidência da Casa.

Diz, ainda, que o diretor-geral é a "pessoa mais poderosa da Câmara" e menciona que a 4ª secretaria, por lidar com as residências dos parlamentares, aluguéis de apartamentos ou hotéis, acaba sendo uma "grande imobiliária entre amigos", tendo como fator complicador, para quem exerce a função, aqueles parlamentares não reeleitos que não querem abandonar o imóvel.

Fascículo disponível apenas para consulta local na Biblioteca do Senado.

FARIA, Walter. O Senado do Império e a abolição. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 9, n. 33, p. 187-250, jan./mar. 1972. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180509>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Apresenta em detalhes como se deu a decisão, na Câmara e no Senado, da votação pela Abolição da escravidão, mostrando que, embora tenha havido a pressão das ruas, a questão foi amplamente discutida no Congresso por liberais e conservadores. No Senado, os dois votos contrários à Abolição, do Barão de Cotegipe e de Paulino de Souza, representante dos cafeicultores do Rio de Janeiro, os quais sabiam serem voto vencido, estavam devidamente fundamentados. O Barão de Cotegipe demonstra grande preocupação com que a libertação dos escravos fosse apenas um pretexto para, com a libertação do homem pelo homem, haver a desapropriação da terra, gerando uma situação de incertezas, a queda da monarquia e a instauração da República.

Paulino de Souza, por sua vez, mesmo percebendo o interesse já antigo do setor exportador de aumentar os lucros da produção com a especulação dos estoques, defende, no Senado, o setor cafeicultor que está em franca decadência no Rio de Janeiro, onde os escravos são idosos, ao contrário de São Paulo, onde o café vai bem e os grandes proprietários já estão preparados para a importação de mão de obra com a imigração. No campo oposto, os cafeicultores do Vale do Paraíba reagem, estando cientes de que será diminuído seu poder de concorrência na produção.

Há, no artigo, uma discussão de que a liberdade dada ao escravo é ampla, sem discussão de como ele faria para garantir um salário digno, dando condições ao proprietário de terras, seu antigo dono, de pagar o menor valor possível.

FIGUEIREDO, Paulo de. O Senado e a nova Constituição. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 8, n. 31, p. 149-158, jul./set. 1971. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180491>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Escrito no período da ditadura militar e nos anos da Guerra Fria, por um consultor jurídico do Senado e procurador fiscal de Goiás, especializado em teoria do Estado, adota certo tom panfletário ao defender o Poder Legislativo como fundamento democrático em contraposição ao comunismo e ao fascismo. Defende a ideia de que o Parlamento adquire maior importância em sociedades democráticas fortes, nas quais está identificado; alega que tal identificação com o povo é sua "autêntica expressão".

Embora admita já nesse período um crescimento do papel legiferante do Executivo e que tenha havido uma flexibilização do instituto da delegação de poderes no Legislativo, considera que este exerce funções judiciárias relevantes e contribuições nas áreas econômica, fiscal e administrativa do Estado. Discorda dos que consideram que o Legislativo esteja sendo diminuído em seu papel, e diz que, embora ele tenha sofrido restrições de ordem econômica, as reformas lhe deram maior poder de fiscalização da vida político-econômica do governo.

Comparando a Constituição vigente de 1967 e a Emenda de 69, com as Cartas anteriores de 1934 e 1946, Paulo de Figueiredo faz um apanhado das alterações feitas na Carta e principalmente dos avanços e novas funções. Admite que a competência legislativa individual dos parlamentares foi restringida em matéria financeira, mas, em contrapartida, elogia a ampliação de disposições como aprovação prévia de magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), do governador do DF, dos conselheiros do TCDF e chefes de missão diplomática, considerando que a qualidade da Administração "em muito" dependerá da qualidade de seus agentes, entre outras novas funções. Comemora, entre outros, o fato de o senador passar a ser proibido de oferecer projetos beneficiando financeiramente "entidades financeiras insignificantes", de incluir localidades onde residem seus eleitores, à margem de rodovias, ou de criar cargos públicos para seus protegidos.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O Senado e a Abolição. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 61-70, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180973>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Localizador: F 320.981 F825 PS

Classificação:   

Resumo

Conferência proferida no curso sobre o sesquicentenário do Senado Federal na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 1976.

O professor Afonso Arinos, que também atuou como senador, proferiu palestra sobre como o processo de Abolição da Escravatura no Brasil começou e terminou no Senado brasileiro, evitando derramamento de sangue, lutas violentas e colapso social. Registra que a Abolição, em nosso caso, passou por quatro fases paulatinas: a Lei Euzébio de Queirós (1850), que extinguiu o tráfico de escravos; a Lei do Ventre Livre; a Lei dos Sexagenários e, finalmente, a Lei Áurea, sendo que todas essas iniciativas envolveram, de alguma forma, senadores ou pessoas ligadas ao Senado. Traça paralelo com outras nações, ressaltando que, em geral, o processo abolicionista, embora tenha ocorrido mais cedo nesses países, sofreu conflitos de impacto, como o da Guerra de Secessão nos EUA. Esclarece, ainda, as motivações inglesas para fomentar a Abolição da Escravatura no Brasil, bem como partidos e personalidades que defendiam ou se opunham ao projeto abolicionista.

O material é rico, sobretudo na descrição das biografias e currículos dos políticos atuantes da época. Constitui exemplo de atuação do Senado em um dos mais importantes episódios da História do Brasil. Em outras palavras, apresenta caso antigo do cumprimento da missão do Senado na mediação e resolução de questões polêmicas e na garantia da estabilidade institucional do país.

GENNARI Netto, Octavio. O sistema de informação jurídica do Congresso Nacional. *Revista de Informática Jurídica*, Brasília, n. 1, p. 1-26, abr. 1974. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/199813/1/revistainformaticajuridica.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Classificação: **1**

Resumo

Fala da instalação do então Serviço de Processamento de Dados, o Prodasen, em 1971, como uma necessidade da Casa de sistematizar e ordenar as informações jurídicas e legislativas para facilitar o trabalho dos parlamentares. Menciona a dificuldade de sistematização da linguagem jurídica, à época, com a existência de 62.235 leis, emendas constitucionais e decretos-leis. Enfatiza a importância de se encontrar uma linguagem unificadora para indexação de termos de jurisprudência e da necessidade de as assembleias estaduais conhecerem as legislações federais, às quais deveriam se sujeitar. Para implantação do Prodasen foi feito um convênio com o Serviço de Processamento de Dados do Servidores Federais (Serpro) e a IBM forneceu os equipamentos.

Os dados processados nos computadores da época foram a ementa das normas legais de 1946 a 1972, com a data de promulgação e de publicação da lei; referências, retificações e republicações; remissões sobre revogações, insubsistências, regulamentações ou alterações nas leis; decretos expedidos pelo Poder Executivo; decretos expedidos pelo Poder Legislativo e decretos expedidos pelo Conselho de Ministros, entre setembro de 1971 e janeiro de 1973. Decretos-leis expedidos pelo Poder Executivo a partir de novembro de 1966; referências bibliográficas das bibliotecas da Câmara e do Senado; e controle de tramitação das matérias. O nível hierárquico utilizado foi até decreto.

HOMEM, Roberto. Senado e Brasília: construindo a história. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília*, v. 8, n. 1, p. 12-37, abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181306>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:   

Resumo

Retrata o processo político, em tom de memória, incluindo bastidores e determinantes do projeto da construção de Brasília e do Palácio do Congresso Nacional. Apresenta ilustrações, cópias de documentos e discursos sobre a inauguração da cidade, do Palácio e da atuação do Senado à época.

Narra o clima de ansiedade que toma conta das pessoas presentes à sessão inaugural de abertura dos trabalhos legislativos, especialmente em função do carisma do presidente Juscelino Kubitschek, convidado a abrir os trabalhos. Detalha as dificuldades "monumentais" como a dimensão da construção da capital e do prédio do Congresso em prazo exíguo e em condições desumanas, sobretudo para os operários que trabalharam na sua construção. À época o presidente do Senado era o vice-presidente da República, João Goulart.

No fecho do artigo, após o repórter relatar os diversos empecilhos – morte de operários (tema que teria sido abafado pelas empreiteiras, denunciado pela oposição e ignorado por JK em seu livro de memórias *Por que construí Brasília*), incêndio, alagamento da biblioteca, falta de mobiliário nos apartamentos, usurpação de apartamento, edifício inconcluso, cita o discurso de Jango, em que este menciona a Marcha para o Oeste, sonho de Getúlio Vargas, e transformada em realidade por Juscelino Kubitschek, prevista desde a Constituição de 1891.

Relata alguns excessos de grandiosidade do projeto, como a proposta de Senado e Câmara funcionarem em conjunto, o plano de construção de uma sala de televisão para cinco mil pessoas e de um Plenário capaz de suportar um público de mil pessoas, mais 700 deputados, 100 senadores, 200 jornalistas e 200 convidados, todas descartadas.

JACQUES, Paulino. O Senado como poder moderador. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 50, p. 75-82, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181306>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Busca demonstrar que, desde os primórdios civilizatórios, o Senado teve a função moderadora dos demais poderes, no regime parlamentar, passando pelo Império e pela República. Argumenta que "o Senado é a mais poderosa e eficiente segunda Câmara existente no mundo cujas funções constituem um dos freios mais eficazes, um dos contrapesos reais do nosso sistema". Tece comparações históricas com o papel de moderação do Senado norte-americano.

Ressalta que, no Brasil, o Senado do Império, em sua condição de câmara vitalícia, era "inteiriço e inabalável" em contraposição à Câmara dos Deputados sujeita a "maremotos políticos". Na República, embora tenha se tornado eletivo e temporário, permanece com a função moderadora clássica na Constituição de 1891. Acrescenta que a Constituição de 1934, em vez de enfraquecer o Senado, transforma-o em Conselho de Estado, ao estabelecer em seu artigo 67, que ele tem a função de coordenação dos poderes federados, que nada mais são do que o Executivo e o Judiciário, reforçando seu papel moderador.

Apresenta, ainda, a tese defendida por Borges de Medeiros, que defendia a existência do Poder Moderador, que deveria pairar acima dos demais: "corrigir os desvios, modelar os excessos e conter suas respectivas órbitas aos outros poderes, sobre os quais velará incessantemente", tese defendida por Emanuel Kant. Essa constituição cria, inclusive, uma seção permanente do Senado que, mais tarde, viria a ser a Comissão Representativa do Congresso Nacional. Até mesmo a atual consultoria legislativa do Senado surgiu, em seus primórdios, como consultoria técnica dos ministros de Estado cujos pareceres deveriam ser respeitados. Por extensão, assessoravam o Senado e a Câmara.

JOBIM, Danton. O Legislativo e a imprensa. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p.15-20, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180975>>. Acesso em: 13 de dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Discurso proferido em conferência na Associação Brasileira de Imprensa em comemoração ao sesquicentenário do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1976.

O Senador Danton Jobim se autoproclama "o único senador que saiu diretamente da imprensa para o Senado sem anterior militância partidária". Faz considerações breves, porém valiosas, sobre os seguintes temas: a relação do jornalista com a política; a importância fundamental das liberdades de imprensa e de expressão para a democracia moderna; o necessário diálogo entre parlamentares e jornais; Senado: conceito, natureza, características; Machado de Assis: "O Velho Senado" e a imprensa do Segundo Reinado; jornalismo literário e doutrinário; história da imprensa; e o Senado no Império e na República.

JOBIM, Nelson. Constituição e democracia. In: ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES FEDERAIS, 17., 2000, Brasília. **Trabalhos apresentados**. Brasília: Ajufe, 2001. p. 53-63, 68-74.

Classificação:  

Resumo

O texto é a transcrição de uma conferência feita pelo autor, cujo objetivo é mostrar como se deu a formação do sistema político-eleitoral brasileiro e as consequências disso no desenho das relações entre os Poderes da República e, internamente, entre as instituições que integram esses Poderes.

JUNQUEIRA, Caio. Os mitos do Congresso. *Valor Econômico*, São Paulo, ano 11, n. 536, p. 4-6, fev. 2011.

Classificação: **1**

Resumo

Traz uma compilação de estudos e pesquisas que desmitificam várias ideias que se têm a respeito do Poder Legislativo. Entre as conclusões mais importantes, pode-se citar: o Congresso Nacional dá ao governo um apoio estruturado e disciplinado; existe uma preocupação de se aprovarem projetos de cunho social em detrimento daqueles cujo benefício seria voltado apenas para as clientelas eleitorais dos parlamentares; e, por último, a produção legislativa, em sua maioria, ainda é feita dentro do Congresso Nacional e não pelo Poder Executivo, como roga a imprensa.

LIBERDADE: abre as asas sobre nós. Quorum, Brasília, v. 1, n. 4, p. 8-20, dez. 1989.

Classificação: **I** **L** **F**

Resumo

Tem por tema os 100 anos de Proclamação da República no Brasil. Nela, o senador Divaldo Suruagy, representante de Sergipe, admite que, embora represente avanços, a República não construiu o Brasil desejado pelos brasileiros, não fez a dignificação da função legislativa e a concretização dos anseios da sociedade brasileira, necessitando ser aperfeiçoada. Reflete que História e República ocorrem com o processamento da "verdadeira ética política" e da defesa do estímulo integral ao exercício da cidadania. Com a promulgação da Constituição de 1988 estaria, diz o senador, havendo o encontro da República com seus ideais maiores.

Suruagy avalia que a República construiu uma democracia elitista, com a viabilização de partidos políticos somente no pós-64. E a expansão dos ideais liberais a partir da Constituição de 1946 teria servido de base à ampliação dos espaços de ação política.

O deputado Bernardo Cabral vê na promulgação da Constituição de 1988 o resgate da legitimidade popular, por meio da promulgação do ideal republicano, que, através do plebiscito, decidiu sobre a forma de governo. Ele analisa que um mérito do Império foi a instituição parlamentarista, que garantiu um dos mais longos períodos de equilíbrio político. Porém, alertou que na República não existe um sistema partidário, no sentido moderno. Menciona os barões do café, no ocaso da monarquia, que formaram a elite econômica, o que refletiu no apoio político dado àquele regime.

Nelson Carneiro, por sua vez, presidente do Congresso, diz que a Federação se fortaleceu na autonomia dos estados, revigorando o regionalismo, com as regiões colaborando entre si. Criticou o sistema presidencialista dizendo que ele carrega em si deturpações que lhe são próprias. Pediu que os Poderes da União avaliassem o bem e o mal, por ação ou omissão, que fizeram à República, mencionando estatísticas que mostram a falta de igualdade: 50% de eleitores com 1º grau incompleto; 75% ganham menos de dois salários mínimos; 37 milhões de menores carentes e oito milhões de menores abandonados.

MAGALHÃES, Manoel Vilela de. A primeira sessão legislativa em Brasília. *Senatus*: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília, v. 8, n. 1, p. 38-43, abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/184691>>. Acesso: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Publicado na Revista *Senatus* de abril de 2010, o artigo do jornalista Manoel Vilela de Magalhães intitulado *A primeira sessão legislativa em Brasília* situa o leitor sobre o ambiente entusiasmado e o *frisson* causado com a transferência dos trabalhos legislativos do Rio de Janeiro para uma Brasília ainda castigada pela poeira do Cerrado nos anos 60, onde os redemoinhos eram conhecidos pelo nome de Saci.

O repórter, vindo de São Paulo, surpreende-se com um prédio ainda em fase de acabamento em que Câmara dos Deputados e Senado separam-se pelo tapete, verde, na Câmara, e azul, no Senado. Ele narra as dificuldades de logística para transportar os servidores para o Congresso dos bairros Asa Sul e Cruzeiro e a opção por micro-ônibus que permitia a passagem pela parte subterrânea que dava acesso à chamada "chapelaria", nome herdado do primeiro prédio do Congresso, o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. A Câmara optara por um ônibus um pouco maior e, segundo Vilela, passara vexame, pois este "engastalara" nas estruturas do prédio sem conseguir avançar.

A sessão solene do Congresso Nacional, de abertura dos trabalhos legislativos, ocorreu no mesmo dia da inauguração de Brasília, 21 de abril, e no mesmo mês, aconteceu a primeira sessão ordinária do Senado Federal. A maioria dos repórteres viera do Rio de Janeiro e estava habituado à rotina do Plenário no Palácio Tiradentes. Manoel Vilela viera de São Paulo e contou com a ajuda de Leyla Castello Branco, jornalista que também era servidora do Senado. Vilela ficou feliz com a notícia de que a Taquigrafia fornecia ao comitê de imprensa cópia dos pronunciamentos e resultado das votações em tempo real.

MAIA, Agaciel da Silva. O Centro Gráfico do Senado. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 9999, p. 11, 13 set. 1990.

Classificação:  

Resumo

Relata o surgimento, no ano de 1963, dos Serviços Gráficos do Senado Federal em substituição ao parque gráfico-editorial do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), que fora fracionado com a mudança para a nova capital. Em seguida descreve o desenvolvimento tecnológico e operacional do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF. Segundo o autor, a gráfica, criada em 1963, foi inicialmente empregada apenas na impressão dos trabalhos legislativos; porém, com o passar dos anos, assumiu a incumbência de produzir publicações oficiais de peso como a *Revista de Informação Legislativa*. Por fim, evidencia a importância que a gráfica teve no suporte aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e como agente de divulgação da Carta Magna de 1988. Encerra o artigo dando um panorama do tipo e volume de produção da gráfica do Senado no início dos anos 90 e traça perspectivas para os anos seguintes.

MAIA, Agaciel da Silva. Senado, do Império à República. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 11619, p. 4, 20 fev. 1995.

Classificação:  

Resumo

Discorre sobre a história do Senado no Brasil, passando por diferentes períodos como Império, República, parlamentarismo, ditadura. De forma bastante abreviada e sucinta, o autor elucida as características do Senado em cada período político, de modo a constituir uma referência para pesquisas sobre a história resumida do Senado.

MARINHO, Josaphat. O art. 64 da Constituição e o papel do Senado. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 5-17, jun. 1964. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180651>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação: **L**

Resumo

Faz inúmeras ponderações, utilizando-se da jurisprudência existente no artigo 64 da Constituição, que incumbe ao Supremo Tribunal Federal (STF) o controle de constitucionalidade para declarar pela constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou decreto, cabendo ao Senado Federal, uma vez tomada a decisão pelo Supremo, fazer valer a decisão.

Esclarece que até mesmo a decisão do STF é passível de revisão, ainda que tomada por maioria qualificada, devido à continuidade da função revisória e criadora. E também, como prescreve o regimento do Supremo, "se o Senado Federal não tiver decretado suspensão da execução da lei ou decreto", conforme seu art. 86, § 6º.

Em outras circunstâncias, poderá o Tribunal revisá-la, mesmo que tenha sido incluída na chamada Súmula de Jurisprudência Dominante, porque as decisões devem estar sujeitas permanentemente a decisões revisionistas de juízes ou tribunais, mesmo que tenham sido bem fundamentadas e lúcidas. E, mesmo que um enunciado venha a fazer parte da súmula, ainda assim ele não será imutável. João Mangabeira ensina que "não colhe afirmar que os tribunais só declaram a inconstitucionalidade quando está fora de qualquer dúvida razoável".

Como forma de minimizar os inconvenientes do sistema, o STF adota fórmulas protetoras da segurança dos julgamentos. Toma como precaução exigir quórum mínimo e a autoridade dos precedentes estabelecidos. Segundo Alfredo Buzaid, o Senado não pode se comprometer como "mero cartório de registro de inconstitucionalidade" e deve usar de sua prerrogativa de se omitir ou adiar para momento que julgue oportuno a declaração de inconstitucionalidade de lei ou decreto, pois cabe a ele decidir, em última instância, o conhecimento da decisão judicial e a decisão sobre a oportunidade das circunstâncias políticas e sociais.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O Poder Legislativo e os tratados internacionais: o *treaty-making power* na Constituição brasileira de 1988. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 38, n. 150, p. 27-53, abr./jun. de 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/677>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:   

Resumo

Joga luz sobre uma discussão doutrinária que divide em duas correntes a legitimidade para assinar tratados, atos e convenções internacionais. Se esta caberia apenas ao Executivo, por ser este o responsável pela condução da política externa do país, ou se deve passar pelo crivo do Poder Legislativo, que, por sua vez, exerce o controle sobre os atos do Executivo.

O autor contrapõe dois autores, Hildebrando Accioly e Haroldo Valladão. O primeiro é favorável à tese de que o Executivo pode fechar acordos sem necessariamente ter a aquiescência do Legislativo. Ele se baseia nos costumes norte-americanos chamados de *Executive agreements* em que a renovação de acordos já existentes, temas de menor importância, agentes ou funcionários que tenham competência para fechar acordos de interesse local ou de importância restrita, ou tratados de *modus vivendi* para deixar as coisas como elas estão, devam ser fechados pelo Executivo sem dependerem da ratificação pelo Legislativo. Accioly acredita que quem conduz a política externa é o chefe do Executivo.

Valladão, por sua vez, defende que não se deve recorrer ao direito internacional para tratar de um tema de direito interno, já que se trata de exegese constitucional e que diz respeito à soberania de um país, e questões de soberania dizem respeito ao Congresso Nacional. Para Valladão, o direito interno de cada país é que define o maior ou menor poder do governo de um Estado para negociar e assinar tratados internacionais. Ele se vale do fato de o Brasil ser signatário da Convenção de Havana, de 1928, que, diz, impõe absoluta necessidade de ratificação para todos os tratados.

Para o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Resek, vale a vontade conjugada de ambos os poderes. Mirtô Miranda concorda com Resek e diz que "decreto legislativo é autorização ao Executivo para concluir o acordo e é a aquiescência do Congresso à matéria nele contida. O decreto legislativo, sem a promulgação do presidente da República, após as demais formalidades, nenhum valor normativo possui, segundo a corrente dominante no Brasil".

MENDONÇA, Beatriz. A voz de Brasília é o Senado. **Quorum**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 32-33, set. 1989.

Classificação:    

Resumo

Trata de uma função do Senado Federal exercida até 1991, quando, após eleitos, tomaram posse os primeiros deputados distritais do Distrito Federal. Até a ocasião, o Senado tivera como uma de suas funções a de Câmara Distrital do Distrito Federal, e para tanto havia a Comissão do Distrito Federal, cuja atribuição, de modo simplificado, era atender às reivindicações e sugestões da comunidade do Distrito Federal (DF), estreitando o relacionamento entre comunidade e Parlamento. A comissão era composta de 21 membros, entre titulares e suplentes. O presidente da comissão, Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, eleito por 11 votos a 8, havia atuado na comissão por quatro legislaturas e morava em Brasília há 15 anos.

A Comissão do DF atuava para estudar e emitir pareceres sobre projetos referentes a Brasília; ter contato direto com a comunidade; realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e receber petições, reclamações, representações e queixas de pessoas, contratos ou omissões de autoridades ou entidades públicas do DF.

Entre os projetos apresentados na comissão estava o que estabelecia eleição direta para os administradores regionais pela comunidade e o que previa apresentação de projeto de lei à Mesa pela sociedade civil legalmente registrada, dando vez à participação popular. Com a Constituição de 1988, o DF ganha o direito de eleger governador, vice-governador e deputados distritais.

MIRANDA, Pontes de. Poder Legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 8, n. 50, p. 73-74, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181033>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Associa a criação dos poderes na Antiguidade às noções de religião, moral, arte, Economia, política e Direito. Argumentando, que, enquanto a moral e a arte costumam estabilizar a política, a Economia tende a desestabilizá-la. A Ciência, por sua vez é neutra, apenas discernindo o que é do que não é, e o Direito surge para promover equilíbrio e estabilidade à política, na medida em que aumenta sua permanência.

Mesmo tendo havido no passado a unidade de poder ou sua multiplicidade, a Justiça feita pelo povo com o julgamento em massa, e a eleição de alguns membros do Poder Executivo ou Legislativo, a evolução histórica fez com que se caracterizasse o que caberia a cada um dos poderes e como apreciariam seus atos. Na Constituição de 1824, deputados e senadores podiam ocupar cumulativamente cargos no Executivo, sendo nomeados ministros de Estado ou conselheiros de Estado.

Também intitula a política como um dos sete principais processos sociais de adaptação e, por isso, as funções tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo são políticas. Dessa forma ele entende que o Direito depende da política, mas diminui sua instabilidade do grau 2 para 1.

Ao mesmo tempo, o autor admite que, embora o Judiciário zele pela aplicabilidade das leis, a regra não é absoluta. Lembra que há regras jurídicas resultantes de simples regulamentos e avisos, e aquelas que procedem de decisões judiciais, pela interpretação e preenchimento de lacunas deixadas pelo Legislativo. O autor traça, enfim, um painel da interpenetrabilidade das diversas ciências humanas.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Senado brasileiro: um conselho de anciãos? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 47, n. 187, p. 269-279, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/198706>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:  

Resumo

Desenvolvido na forma de hipótese a ser confirmada ou rejeitada, conclui pela rejeição à hipótese formulada de que a idade, como sugerida pelos gregos e romanos, é fator fundamental na tomada de decisões do legislativo moderno. O autor se respalda em estudos teóricos recentes, dos Estados Unidos e do Brasil, alguns dos quais refutam a ideia de que a idade superior a 30 anos tenderia a fazer com que os senadores atuassem com maior ponderação, paciência e autoridade na tomada de decisões ou tenderiam, no espectro ideológico, para posições mais conservadoras e à direita.

Embora alguns estudos como o de Crittenden (1962) apontem tendência à identificação com o Partido Republicano com o aumento da idade, Manheim (1997) identifica que a juventude não se inclina por postura conservadora ou progressista, apenas tende a aproveitar oportunidades. Outro estudo (Rodrigues, 1987) constata que o aumento da idade leva a mais conservadorismo e radicalismo.

Robson Pereira analisa o perfil etário de senadores e deputados nos períodos da Constituinte e na legislatura 2003-2006, comparando a média das idades aos perfis ideológicos direita, esquerda e centro. A conclusão mostra não haver dados significativos que vinculem idade a espectro político. Procura estreitar a análise, comparando o espectro político aos partidos de direita a esquerda, mas também não encontra grandes variações na idade, para justificar a hipótese.

A análise mais importante é sobre as votações nominais, com a variável "votos favoráveis ao governo e à direita", tomando por base o líder do PFL. O autor conclui que os favoráveis ao governo não decorrem do fator idade, mas de determinantes como ser ou não da base de apoio ao governo. Há ainda uma tendência de os mais idosos buscarem as comissões temáticas associadas à *hard politics*, que tratam temas mais densos. Assim, o Senado contar com integrantes de mais idade em seu conjunto assume importância simbólica e complementar ao papel da Casa de tratar dos assuntos mais relevantes.

OLIVEIRA, Edmundo Alberto Branco de. O Solar do campo de Sant'Ana. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 13, n. 52, p. 103-106, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180969>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O representante do corpo discente da Faculdade de Direito da UFRJ, sede do evento comemorativo, a qual corresponde à primeira sede do Senado no Brasil, discorre brevemente em seu discurso sobre os velhos tempos do Solar, ressaltando algumas personalidades históricas ao longo do tempo desde o nascedouro do Senado no 6 de maio de 1826 até os idos do Palácio Monroe.

OLIVEIRA FILHO, João de. O Senado, sua missão e o lugar dos senadores da República. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 36-44, set. 1964. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180841>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Busca encontrar nas constituições brasileira e norte-americana justificativas para projeto de lei que beneficiaria ex-presidentes da República com o cargo de senador vitalício e conselheiro da República, sem direito a voto, no ano de 1964, durante a ditadura militar. Tal proposição também resguardaria o ex-presidente com o instituto da imunidade por foro privilegiado.

A proposta fora rejeitada com base na Constituição de 1946, em vigor. Ele, no entanto, refuta o argumento relativo ao artigo, que unia, em igual patamar e como cláusulas pétreas, o Brasil constituir-se em república federativa composta de estados federados, e o Senado Federal ter igualdade de representantes. O autor procura demonstrar que as formulações são conceitos independentes e, portanto, não constituíram empecilho para apresentação da propositura.

Compara constituições de alguns países e observa que, em comum, os senadores têm por característica o espírito de tradição e autoridade; número inferior ao terço de deputados; exige-se mais idade para serem eleitos; são eleitos por frações territoriais, o que torna sua eleição mais difícil; há combinações que fazem dela eleição indireta. Justifica sua proposta alegando que José Bonifácio, Patriarca do Brasil, não tendo obtido cargo vitalício no Senado, ficou desprotegido no final da vida e morreu pobre.

OS PASSOS da CPI. *Quorum*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 22-25, jan. 1989.

Classificação:   

Resumo

Relata a criação da chamada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção, criada em fevereiro de 1988. Relata que ela teve 55 reuniões nas quais colheu 49 depoimentos e fez algumas acareações, procedimento, que segundo esclarece a matéria, era prática pouco usual na investigação parlamentar.

À época do governo Sarney foram identificadas irregularidades na alocação de recursos sem previsão orçamentária, por meio da edição de decretos, em desrespeito a artigos da Constituição de 1967. Os desvios de recursos ocorreram com a intermediação de empresas de consultorias no repasse de recursos da União a prefeituras. No relatório final, a CPI propôs o indiciamento do ministro Aníbal Teixeira, dezenas de prefeitos de São Paulo, um de Minas Gerais, além de algumas empresas privadas e da Superintendência da Marinha Mercante.

Na ocasião, funcionaram simultaneamente outras quatro CPIs: das Comunicações, sobre irregularidades em concessões de rádio e TV; CPI sobre importações de alimentos; CPI do césio, para apurar responsabilidades político-administrativas pelo acidente com a cápsula de césio em Goiânia; e a CPI das indústrias farmacêuticas, sobre indícios de fraudes na importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos por multinacionais e desdobramentos da atuação dessas empresas no país, que resultaram em aumento abusivo dos preços e na desnacionalização do setor.

PAULINO, Jacques. O Senado do Império e o pragmatismo parlamentar brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 77-84, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180980>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação: 

Resumo

Texto de discurso proferido por Paulino Jacques, professor, na ABI, quando dos 150 anos do Senado Federal, em que o professor discorre sobre a constituição e funcionamento do Senado no tempo do Império.

O autor menciona o que chama de "pragmatismo parlamentar", que define como o "conjunto de práticas observadas no Parlamento, de acordo com a lei ou a *latere dela*", tais como a "Fala do Trono", "Resposta à Fala do Trono", "Interpelações aos Ministros de Estado", "Moções de confiança", "Moções de desconfiança" e a "Dissolução da Câmara dos Deputados". Obra explica o *modus operandi* do Senado no tempo do Império.

PINTO, Magalhães. A ABI e o Senado. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 13-14, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180991>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação: ⓘ

Resumo

Discurso de abertura do evento de lançamento da edição cinquenta da *Revista Legislativa Brasileira*, toda dedicada à comemoração do sesquicentenário do Senado Federal. O então presidente do Senado, Magalhães Pinto, discorre sobre a importância do trabalho da imprensa na cobertura dos acontecimentos políticos do país como uma entidade fiscalizadora e impulsionadora de ideais.

PINTO, Magalhães. Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 13, n. 50, p. 7-10, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224166>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação: **I** **H**

Resumo

Inicia recordando que desde 1824 o Parlamento é a única instituição que sobrevive na integridade de sua feição original. Menciona os senadores como instrumentos da transitoriedade entre a monarquia e a república. Enfatiza o papel do parlamentar na gênese do pensamento político brasileiro e na concretização das grandes reformas governamentais. Recorda também os momentos em que foram suprimidas as liberdades públicas e as aspirações nacionais quando o Senado sucumbiu; em outras palavras, quando o Parlamento foi fechado. O senador finaliza seu discurso reverenciando o Senado pelos seus 150 anos de tradição.

PRIMEIRO Congresso-República dos Estados Unidos do Brasil. *Senatus*: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília, v. 2, n. 1, p. 44-46, dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70301>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Contextualiza o quadro histórico "Assinatura do Projeto da Constituição de 1891, no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro", pertencente ao acervo do Museu do Senado, fornecendo breve biografia de seu autor, Gustavo Hastoy, e dados biográficos sobre as principais personalidades retratadas no ato solene, destacadas em negrito a seguir.

A pintura a óleo e moldura em ouro foi um presente da Beneficência Portuguesa ao Senado, como um reconhecimento dos portugueses que se julgaram contemplados na Carta Magna, conforme carta remetida pela entidade. Entre os biografados, estão o Marechal Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, então ministro da Guerra, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, e Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública.

O quadro data de 22 de junho de 1890. Os biografados foram em algum momento de sua trajetória política senadores da República, caso de Rui Barbosa, que em 1877 tornou-se deputado provincial para, no ano seguinte, entrar para o parlamento e tornar-se um dos redatores da nova Carta. Outro exemplo é Campos Salles. Antes de tornar-se presidente do Brasil, foi ministro da Justiça do governo provisório e eleito senador por três mandatos, nenhum dos quais assumiu, pois exerceu outras funções, entre as quais a de presidente (1898-1902).

Relação das 19 personalidades (as biografadas, em negrito):

1. Tenente Honorário José de Albuquerque Mello – Telegrafista
2. Almirante Eduardo Wandenkolk – Ministro da Marinha
3. **Benjamim Constant** – Ministro da Instrução Pública
4. Primeiro-Tenente Pedro Rabello – Ajudante de Ordens
5. **Marechal Floriano Peixoto** – Ministro da Guerra
6. **Rui Barbosa** – Ministro da Fazenda
7. Major **Hermes Rodrigues da Fonseca** – Ajudante de Ordens

8. Menino Mário Hermes da Fonseca
9. José Felix da Cunha Menezes – Intendente Municipal
10. **Marechal Deodoro da Fonseca – Generalíssimo**
11. Tenente-Coronel Lobo Botelho – Ajudante de Ordens
12. Coronel Jaques Ourique – Secretário Militar
13. Dr. João Severiano da Fonseca Hermes – Secretário Geral
14. Exm^a Sra D. Mariana da Fonseca – Esposa do Generalíssimo
15. **Francisco Glicério – Ministro da Agricultura**
16. Capitão Clodoaldo da Fonseca – Oficial de Ordens
17. José Cesário de Faria Alvim – Ministro do Interior
18. Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles – Ministro da Justiça
19. Quintino Bocaiúva – Ministro do Exterior

RADIOGRAFIA do Congresso: Interlegis, a comunidade virtual. Boletim do Diap, Brasília, v. 9, n. 110, p. 14, out. 1999.

Classificação:  

Resumo

Publicado no Boletim do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), informa sobre a existência do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Legislativo – financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo principal objetivo é integrar os diversos Legislativos existentes no país, nas esferas federal, estadual e municipal, tanto por meio eletrônico, para permitir uma padronização do processo de elaboração de leis, da esfera administrativa e de controle dos legislativos, quanto do intercâmbio de informações por meio de seminários, congressos, audiências públicas, reuniões, votações de projetos etc.

Informa que o programa foi inicialmente voltado para 500 municípios-pólo, para, gradualmente, integrar os menores municípios, a fim de melhorar a qualidade da legislação produzida nas casas legislativas. As câmaras estaduais e municipais têm acesso, via internet, a dados sobre legislação, jurisprudência e texto integrais sobre propostas em tramitação, além de poderem se informar sobre atividades e propostas em exame nas comissões permanentes, especiais, comissões parlamentares de inquérito e decisões que estão sendo tomadas nas comissões e nos Plenários da Câmara e do Senado.

A ideia é democratizar o acesso às informações e viabilizar maior participação dos diversos extratos sociais por meio da internet.

RAULINO, Pérola Cardoso. Um sistema de disseminação seletiva de informações para o Congresso Nacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 169-179, jul./dez. 1973.

Classificação: ⓘ

Resumo

Serviu de ponto de partida para uma tese de mestrado em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Defende a necessidade de sistematizar o grande volume de informações de que o parlamentar necessita para desempenhar adequadamente suas funções, nas comissões e no Plenário. Para isso, optou-se pelo Sistema de Disseminação Seletiva de Informações (DSI, em inglês), de Luhn, base de dados bibliográfica que facilita o acesso do parlamentar a informação relevante e atualizada, para subsidiar pareceres e emendas a projetos.

Para isso, foram enviados questionários a 66 parlamentares tendo por base informações de bibliotecários sobre temas mais pesquisados e fontes bibliográficas comumente mais consultadas pelos parlamentares, dentro de um universo diversificado e complexo de temas debatidos nas duas casas do Congresso.

Os parlamentares foram entrevistados e tiveram a liberdade de sugerir temas e fontes adicionais. Para fazer a sistematização dos dados foram levados em conta arquivos de pesquisas, arquivos de bibliografias, estatísticas diárias e projetos de lei em tramitação.

RUSSOMANO, Rosah. O Senado e o bicameralismo federal brasileiro. *Revista de Informação legislativa*, Brasília, v. 13, n. 50, p. 103-114, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181311>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:  

Resumo

Analisa que as câmaras surgiram, em primeiro lugar, para proteger o povo dos abusos dos chefes de Estado em relação a tributos, portanto, os primeiros direitos foram os financeiros e não os legislativos. Isso pode ser verificado, segundo ela, quando se observa a importância que tem no Legislativo atual a questão orçamentária e de tributação.

Entende-se que unicameralismo está associado a Estado unitário e ao presidencialismo, enquanto o bicameralismo está vinculado a estados federais, portanto, ao federalismo, e a regimes parlamentaristas. Na Inglaterra, o unicameralismo surgiu a partir de manobras táticas de reis, barões e burgueses frente às dificuldades que enfrentavam, estando subordinado ao soberano como instrumento de governo. Os representantes das comunidades inicialmente não tinham as mesmas prerrogativas da nobreza e do clero, tinham que ficar em silêncio e passaram a fazer comissões clandestinas, surgindo daí a Câmara dos Comuns. Na realidade, sua atribuição era dar anuência para a cobrança de impostos.

A dissensão entre o Papa e o monarca teria levado os bispos a discutirem a cobrança de impostos em comissões próprias, o que levou à formação de duas câmaras. A Câmara dos Comuns surgiu da união dos nobres, cavaleiros, com os burgueses das cidades. Foi da Inglaterra monárquica com regime parlamentarista que se consagrou o bicameralismo.

No Brasil, as vagas para o Senado por eleição indireta, via sistema censitário, afastavam-se da democracia. Em 1934, houve tentativa de se estabelecer o unicameralismo. O controle do Legislativo sobre o Executivo foi feito com a criação da Comissão Permanente do Senado, futura Comissão Representativa do Congresso. Atualmente, segundo a autora, o Senado se insere nas características, atenuadas, do modelo "sistemático" de bicameralismo, em que se tenta desvincular os senadores de lutas político-partidárias e, pela maior idade, desvinculá-los das paixões e do desejo de inovar.

SAMPAIO, Bairton. Nelson Carneiro assume sob aplausos do Senado. *Quorum*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 15-16, abr. 1989.

Classificação:   

Resumo

Sobre a transferência do cargo de presidente do Senado e do Congresso de Humberto Lucena para Nelson Carneiro, deixa entrever dois aspectos recorrentes no Poder Legislativo: 1) a ênfase dada à necessidade de resgate da imagem do Legislativo, que estaria, segundo frisa Nelson Carneiro, desgastada perante a opinião pública, num período em que o Parlamento resgata boa parte de suas atribuições após a promulgação da nova Constituição de 1988; 2) a ênfase dada por Lucena às características políticas de Carneiro, cunhado à época por ele de "político de mãos limpas e honradas", antecipando-se em 23 anos à expressão "ficha limpa".

Também o líder do então PFL, atual DEM, Marcondes Gadelha, menciona a "ádua tarefa" que Nelson Carneiro tem à frente de consolidar o Poder Legislativo, que não é mais, avalia, um "mero cartório" a referendar as propostas do Executivo. Tanto a gestão de Lucena é elogiada como uma tentativa de resgate da imagem do Legislativo quanto se cria uma expectativa de que a de Nelson Carneiro servirá para refletir as demandas e expectativas da sociedade, dentro do conceito de que o Parlamento é "voz e eco das aspirações coletivas".

SAMPAIO FILHO, Durval. Os Palácios do Senado e da Câmara. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 13, n. 50, p. 289-364, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181318>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Traz uma compilação de leis, resoluções, projetos, indicações, pareceres, relatórios, editais, atas, pronunciamentos e noticiários referentes à construção de um palácio do Congresso Nacional e aos palácios da Câmara e do Senado desde o Império até os dias atuais. O texto revela-se referência histórica dos Palácios do Senado e da discussão da construção dos prédios do Congresso Nacional.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. O Poder Legislativo no Brasil. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, n. 88, p. 39-66, jan./mar. 1978.

Classificação: **H** **L**

Resumo

Trabalho apresentado no 2º Fórum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais (2º Fona-jur), realizado na UnB, de 8 a 12 de agosto de 1977. Fornece um histórico do Legislativo brasileiro, deduzindo que este, hoje, é preponderantemente de tipo homologatório.

O artigo descreve o funcionamento e o papel do Poder Legislativo no Império, na Primeira República (1889-1930), na Segunda República (1930-1937), na Terceira República (1937-1945), na Quarta República (1945-1964) e na Quinta República (1964-1976). O texto conclui que "o bicameralismo se mantém em toda a nossa história" e que "não há sinais de enfraquecimento da segunda Câmara".

Inclui listas cronológicas das principais leis do Império, da 1ª e da 4ª Repúblicas.

SANTOS, Ruy. Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 50, p. 11-26, abr./jun. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/224163>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação: 

Resumo

Discurso proferido pelo senador Ruy Santos, durante sessão solene de Comemoração dos 150 anos do Senado brasileiro. O discurso faz um retrospecto da história da instituição, desde sua criação na década de 1820. O senador é crítico em relação à formação da primeira legislatura, e a outros aspectos da composição da Casa, mas não deixa de elogiar suas grandes realizações ao longo do tempo. Outro ponto bastante enfatizado na fala do parlamentar é a evolução do Senado, especialmente quando deixa de ser imperial para se tornar federal. Por fim, o texto aborda questões como a relação Senado x Câmara dos Deputados e suas diferenças, além de traçar o perfil resumido de muitos dos senadores que marcaram a história da instituição. O artigo é referência para consultas sobre a história do Senado. Também se encontra disponível na Biblioteca do Senado em formato de folheto individual sob o localizador F 341.252 S337 SDL.

SARNEY, José. Congresso, base da democracia. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 51, p. 21-36, jul./set. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180959>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Transcrição de palestra proferida pelo senador José Sarney sobre os 150 anos do Senado. As seis partes que compõem o texto (história da Instituição através das constituições; importância política do Senado no Império; o Senado do Império – principais figuras; importância política do Senado na República; o papel do Senado republicano; e Legislativo e desenvolvimento) conferem uma linearidade cronológica à narrativa.

O texto adquire mais relevância a partir do momento em que o senador José Sarney assume a presidência pela quarta vez e ultrapassa Rui Barbosa como parlamentar mais longínquo na Casa. Com isso, torna-se uma referência interessante em pesquisas não apenas sobre a história do Senado, mas também sobre a vida do parlamentar.

SILVA, Francisco Agenor Ribeiro da. O Senado e a estruturação política do Império. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 13, n. 52, p. 43-60, out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180971>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Conferência proferida no curso sobre o sesquicentenário do Senado Federal na Faculdade de Direito da UFRJ, 1976.

O professor-autor discorre sobre a formação da configuração territorial do Brasil, a miscigenação das raças de nosso país, entremeando as participações de personalidades históricas – muitas, desconhecidas, algumas do Senado imperial ou do período da incipiente República. Foca no período da história do Brasil que vai da vinda da família real ao pós-Independência. O discurso é pomposo, mantendo-se fiel ao que o autor deseja falar, e curioso, possuindo grande valor histórico. Relaciona alguns senadores que julga relevantes. Valoriza os efeitos da coexistência de grupos políticos heterogêneos, sempre apaziguados pelo Senado ao final, o que contribuiu para o amadurecimento político do Brasil.

Pode ser aproveitada em trabalhos que exijam reconstituições e digressões históricas profundas sobre o Brasil, sobretudo no que diz respeito à soberania e à independência, pois analisa os grupos e os condicionantes que levaram o país a estas.

SILVA, João Carlos Teixeira da. Senado Federal: 180 anos. *Senatus*: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília, v. 5, n. 1, p. 26-35, mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99646>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Traz a história do Senado Federal, desde as origens, e trata dos eventos alusivos aos 180 anos da Casa. Mescla história do Parlamento com reportagem sobre as comemorações dos 180 anos. Apresenta ilustrações das diferentes sedes do Senado, além de lista dos primeiros 50 senadores, quando a Casa foi criada, em 6 de maio de 1826, é fonte de pesquisa para trabalhos institucionais.

Traça uma revisão histórica completa da função do Senado durante a Monarquia e a República, diferenciando o Brasil dos demais países latino-americanos, na concepção de um sistema de parlamento bicameral que, à semelhança do sistema inglês, serviu para consolidar a unidade territorial e, com o auxílio das elites, garantiu a integridade da Nação.

Formado, em sua maioria, por representantes da nobreza e da Igreja, o Senado fazia um contraponto à Câmara dos Deputados, que abrigava ideias republicanas; os senadores eram mais próximos ao imperador e exerciam papel conciliador.

O jornalista aponta as prerrogativas diferenciadas do Senado em relação à Câmara: fiscalizar o endividamento dos entes federados e dar a última palavra sobre a indicação de diplomatas, magistrados e outras autoridades.

Nesse artigo, além de fotografias, ilustrando a sessão especial comemorativa, há dados sobre as três sedes do Legislativo, uma delas, o Palácio Monroe, demolido no governo Geisel, e o significado das cúpulas e da localização do Congresso atual, a sugestão da criação da biblioteca ainda em 1826 e seu estágio atual, e o lançamento da Coleção de Obras Raras, em 2006, reunindo uma série de documentos antigos de interesse histórico.

SILVA, José Afonso da. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 47, n. 187, p. 137-154, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/198698>>. Acesso em: 2 mai. 2012.

Classificação:   

Resumo

Introduz o conceito de poder como unidade de delegação para atender aos interesses de um grupo em uma sociedade e insere o conceito de soberania popular para justificar a presença do conceito de separação de Poderes e então abordar a diferença entre função legislativa e órgão legislativo. Conceitua ação legislativa como um ajuste das ações governamentais para o desempenho de seus encargos.

Apresenta o conceito de representação que, segundo o autor, responde pela origem e desenvolvimento do Poder Legislativo. Sua origem se encontra nos estamentos feudais, embora a ideia mantenha em si uma contradição fundamental que é a de incluir setores sociais até então marginalizados da sociedade, sem que, no entanto, eles assumam uma representação direta.

Na sequência, perpassa a noção de bicameralismo, contra a qual se opõe, como elemento eficaz da democracia. Mostra que o bicameralismo brasileiro, consagrado pela Constituição de 1891, teve origem na constituição estadunidense, e é considerado essencial ao federalismo, dogma que teria surgido durante a estruturação do Poder Legislativo nos Estados Unidos em 1877.

Destaca que a Constituição de 1934 diminuiu a importância do Senado, situando-o no capítulo Da Ordenação dos Poderes e não naquele que introduz o Poder Legislativo, deixando ao Senado a tarefa de "órgão de equilíbrio do sistema federativo". Introduz os conceitos de bicameralismo desigual ou imperfeito ou unicameralismo imperfeito, ideia que defende, em contrapartida ao bicameralismo perfeito. Discorre ainda sobre a formação das leis, explicando seu componente ideológico, representado pelos detentores do poder.

Situa, de forma ampla, o conceito de iniciativa legislativa e aborda as diferentes funções exercidas pelo Poder Legislativo. Conclui enfatizando a função política do Legislativo como caixa de ressonância da sociedade, razão pela qual, regimes ditatoriais procuram atingi-los fortemente.

SIMÕES, Mário. Prodasen – 33 anos de história a serviço da modernização do Senado e do Legislativo brasileiro. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 70-76, nov. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99769>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

O artigo traça um resumo da história do Prodasen, a motivação para sua criação, as principais evoluções do setor ao longo do tempo, as maiores contribuições da secretaria ao Poder Legislativo federal e os principais projetos implementados nos anos recentes em relação ao de divulgação da obra.

SOARES, Rosinethe Monteiro. Legislativo Brasileiro na Nova República. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 22, n. 86, p. 77-92, abr./jun. 1985. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdfs/item/id/181603>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Classificação:   

Resumo

Traça um longo painel do clima político que propiciou o retorno à normalidade democrática, mostrando que houve uma intensa mobilização social, que teria partido dos meios de comunicação e de diversos setores da opinião pública, como clero, artistas, professores e políticos, que repercutiu no Congresso e fez com que ele funcionasse como caixa de ressonância de todos os "ruídos sociais", tornando-se o Parlamento a sede das *démarches*, o local de decisão formal e informal das questões políticas.

Mostra a opressão gerada por um crescimento econômico desigual em que os investimentos geraram acúmulo de capital, porém resultaram no empobrecimento das massas, que viram seu consumo adiado e que começa a ser repudiada, dando início a um movimento de contrarrevolução. Nesse momento, o Congresso fica na berlinda, e a imprensa exerce maior pressão, exigindo ações mais renovadas e atitudes mais audazes do Parlamento. A autora observa um lento despertar de uma letargia dos legisladores após 20 anos de hibernação. Em certo ponto, os dois candidatos à eleição indireta para a Presidência passam a concorrer pela identificação com a oposição.

Nesse contexto, avalia ser importante que o Congresso reassuma funções de fiscalização e controle e reaprenda a exercer funções parlamentares tradicionais da democracia representativa, como o controle do orçamento. A autora descreve as reformas administrativas ocorridas no Senado e na Câmara, mostrando a predominância de estrutura centralizada e apontando a necessidade de delegação de funções.

VALLADÃO, Haroldo. O Senado e a lei de criação dos cursos jurídico-sociais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 13, n. 52, p. 31-42. out./dez. 1976. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180966>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Conta a história da lei criadora dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais. O autor destaca a participação do Senado na elaboração dessa lei com discussões enriquecedoras e com propostas de emendas relevantes. Ao final, o artigo mostra como as faculdades criadas em decorrência da lei formaram homens influentes que fizeram a diferença na história do país, como Castro Alves.

VIEIRA, David Gueiros. O Senado e a questão religiosa - 1866-1876. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 14, n. 53, p. 39-66, jan./mar. 1977. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180986>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:  

Resumo

Aborda tema específico: o conflito entre Maçonaria e Igreja Católica, tendo a Monarquia brasileira como elemento implicado e a prisão dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa como estopim. A rivalidade, segundo o autor, foi motivada por “forças multinacionais” – termo cunhado por ausência de outros melhores – destrinchada no artigo, a saber: 1) a Igreja Católica Apostólica Romana; 2) o capitalismo multinacional, sobretudo exercido por ingleses e americanos; 3) forças “anárquicas” de livre-pensamento (notadamente, a Maçonaria) e 4) as forças anticatólicas e de reforma religiosa (protestantes, judeus, espíritas etc.).

Narra como diversos senadores se posicionaram e atuaram na questão, recebendo influências diversas de cada um desses grupos. Termina por afirmar que: “Mais uma vez, o Senado atuara como fiel da balança da consciência nacional, mantendo o equilíbrio entre as forças radicais e restaurando a paz no seio da família brasileira.”

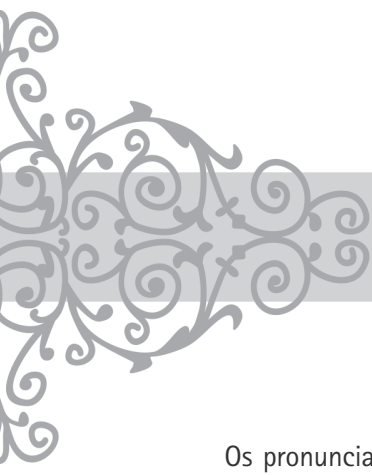
A obra possui caráter de direcionamento para uma questão pontual. No entanto, constitui exemplo de: 1) desenvoltura do Senado em intrincadas questões, desde os primeiros anos da Casa; 2) questão específica que contou com aprofundamento por pesquisador do meio acadêmico, sendo tal feito uma raridade na memória coletiva do Legislativo brasileiro (David Gueiros Vieira pesquisou em fontes de diversos países para publicar sua tese).

VIEIRA, Simone Bastos; VIEIRA, Helena Celeste; PINHA, Stelina Martins. A biblioteca do Senado: sua história e a nova capital. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 281-299, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/198707>. Acesso em: 14. dez. 2011.

Classificação: 

Resumo

Pertencente a uma edição especial da Revista *Senado Federal: 50 anos de Brasília*, conceitua as funções de uma biblioteca e discorre sobre a importância da Biblioteca do Senado na garantia do direito à informação. Em seguida, faz um relato histórico da sua origem, quase concomitante com a do próprio Senado imperial em 1826, até os dias atuais, com especial atenção para a Biblioteca do Senado na nova capital, Brasília. A sessão *A Biblioteca do Senado Hoje* dá uma noção ampla do acervo e serviços oferecidos. No encerramento, o artigo declara a filosofia da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e lança uma proposta de futuro condizente com os desafios da sociedade da informação.



Pronunciamentos

Os pronunciamentos dos senadores podem ser buscados e visualizados na internet, disponíveis em <<http://www.senado.gov.br/atividade>>, acesso em 11 jul. 2012, no Portal Atividade Legislativa, opção Plenário do Congresso/Serviços/Pronunciamentos. Além disso, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal, possui diversos títulos relacionados a discursos, biografias e ao desempenho dos senadores de diferentes legislaturas, em geral publicados pelos respectivos gabinetes.

Pronunciamentos da Presidência do Senado Federal

A Presidência da Casa possui *link* para discursos de destaque referentes aos três últimos anos de gestão, com classificação em potencial **I** **H** **L** para quaisquer deles:

Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/presidencia/discursos.asp>>. Acesso em: 3 jul. 2012

Pronunciamentos do presidente da República no Congresso

Abertura de sessões legislativas

Todo ano, no dia 2 de fevereiro, quando se inicia a sessão legislativa que inaugura os trabalhos legislativos, o presidente da República envia, a senadores e deputados do Congresso Nacional, a Mensagem ao Congresso Nacional (MCN), seja anunciando as principais ações e estratégias que pretende implementar durante seu mandato presidencial, seja realizando uma prestação de contas do que já foi realizado até aquele momento no plano econômico, social, na política externa, educação, saúde, enfim, as prioridades de governo. A seguir, reproduzimos as referências de discursos feitos por diversos presidentes, alguns dos quais foram também senadores.

Recebem a classificação tripla (**I** **H** **L**), porque potencialmente tais discursos abordam as três áreas, institucional, histórica e técnico-legislativa.

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). Mensagem ao Congresso Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1986, 108 p.

Localizador: 341.25117 B823SA M 1986

Classificação: **I** **H** **L**

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, 1987. 166 p., il.

Localizador: 341.25117 B823SA M 1987

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Mensagem ao Congresso Nacional:** na abertura da 2ª sessão legislativa da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1988. 218 p., il.

Localizador: 341.25117 B823SA 1988

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Mensagem ao Congresso Nacional:** na abertura da 3ª sessão legislativa da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1989. 161 p.

Localizador: 341.25117 B823SA 1989

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney). **Mensagem ao Congresso Nacional:** na abertura da 4ª sessão legislativa da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1990. 306 p.

Localizador: 341.25117 B823SA 1990

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1990-1992: Collor). **Mensagem ao Congresso Nacional:** na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 1991. 188 p.

Localizador: 341.25117 B823CO 1991

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1990-1992: Collor). **Mensagem ao Congresso Nacional:** na abertura da 2ª sessão legislativa da 49ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1992. 261 p.

Localizador: 341.25117 B823CO 1992

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1992–1995: I. Franco). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 49ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1993. 217 p., il.

Localizador: 341.25117 B823FR 1993

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1992–1995: I. Franco). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 49ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1994. 277 p., il.

Localizador: 341.25117 B823FR 1994

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995, 108 p.

Localizador: 341.25117B823CA MCN 1995

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1996. 113 p.

Localizador: 341.25117 B823CA MCN 1996

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997. 185 p.

Localizador: 341.25117 B827CA MCN 1997

Classificação:   

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1998. 202 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 1998

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: na abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 1999. 274 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 1999

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 2000. 225 p., il.

Localizador: 341.25117 B813 MCN 2000

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 2001. 247 p., il. color.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2001

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (1995–2002: F. H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2002. 560 p., il. color.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2002

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2003, 266 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2003

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2004. 260 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2004

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2005. 300 p.

Localizador: 341. 25117 B823 MCN 2005

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2006. 236 p.

Localizador: 341.25117 B823mc MCN 2006

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2007. 236 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2007

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL. Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2008. 252 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2008

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

BRASIL, Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2009. 308 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2009

Classificação:   

BRASIL, Presidente (2003–2010: L. I. Lula da Silva) **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura. Brasília, Presidência da República, 2010. 422 p.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2010

Classificação:   

BRASIL. Presidente.(2011- : Dilma Rousseff). **Mensagem ao Congresso Nacional**: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. 2011. Brasília: Presidência da República, 2011. 410 p., il.

Localizador: 341.25117 B823 MCN 2011

Classificação:   

BRASIL. Presidente (2011- : Dilma Rousseff). **Mensagem ao Congresso Nacional**: 2011: 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Brasília, Presidência da República, 2012. 468 p.

Classificação:   

Posse presidencial

Mensagens presidenciais são também proferidas no Congresso por ocasião da posse do presidente da República em seu mandato presidencial. Oferecemos abaixo referências de tais discursos pós-Golpe Militar de 1964.

Boa parte deles se encontra compilada na seguinte obra, dividida em dois volumes – exceção feita ao discurso de posse da presidenta Dilma Roussef, cuja referência é fornecida na sequência. Recebem a classificação tripla (I H L), porque potencialmente tais discursos podem abordar as três áreas.

Volume 1

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: Discursos de Posse de Deodoro a Lula.** Brasília: Senado Federal, 2004. v. 1

Localizador: 320.08 B71 3 PDP V. 1

Classificação:   

Resumo

Com base na utilização da retórica, o autor, consultor legislativo da Casa, faz uma análise dos discursos dos presidentes da República, desde Deodoro da Fonseca até Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme avalia no prefácio o historiador Antonio J. Barbosa, essa análise servirá para cidadãos comuns e historiadores “desvelarem a alma das elites brasileiras”. A leitura dos discursos presidenciais permite acompanhar a trajetória política brasileira, no que ela tem de permanências e rupturas, nos sucessivos golpes contra a democracia.

O autor explica, no início da obra, a arte da retórica, lembrando seus primórdios na Grécia e sua origem elitista. Resume sua significação dizendo que a retórica é a arte de convencer ou persuadir um determinado auditório e de obter uma deliberação em favor das teses defendidas pelo orador. Como exemplos de excelentes oradores estão Pe. Antônio Vieira, Rui Barbosa, Carlos Lacerda e aqueles que ajudaram a construir uma retórica mais popular: Joaquim Nabuco, Gregório de Matos, Castro Alves, Graciliano Ramos e Raquel de Queiróz, Chico Buarque, Caetano e Gilberto Gil. Menciona, ainda, a apropriação, pela mídia, da linguagem política, econômica e burocrática; e, pelos políticos, da linguagem midiática para se aproximar mais do povo, via simplificação da linguagem “cada vez mais próxima do popular”.

Volume 2

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: A oratória dos Presidentes do Senado: sob o signo de Rui Barbosa.** Brasília: Senado Federal, 2006. v. 2.

Localizador: D 320.08 B713 PDPR

Classificação:   

Resumo

Analisa os discursos de posse e de abertura das sessões legislativas feitos pelos presidentes do Senado e presidentes do Congresso de 1891 a 2005. Para tanto, utiliza conceitos de retórica – orador, auditório, acordo – buscando identificar a expressividade e os meios de que os presidentes se utilizaram nos diferentes períodos da história brasileira, ao longo dos 100 anos da República. Esse trabalho foi antecedido por outro do mesmo gênero intitulado *Palavra de Presidente – Discurso de posse de Deodoro a Lula* (LGE, 2004). Discorre sobre quem eram os oradores, seus interlocutores e os acordos buscados.

As indagações que se faz são: o que eles pensavam de si mesmos; qual sua concepção de democracia e de desenvolvimento; como viam o povo brasileiro; as alianças estabelecidas no Executivo, entre os partidos, com a sociedade. A análise é feita com base na identidade dos oradores, suas crenças e cortesias, com base nas peças oratórias, denominadas "configurações". A seção *Perigos, problemas, inimigos e proposições* identifica que projeto de Brasil tinham por meio da identificação dos problemas e das soluções apontadas.

A democracia e os diversos momentos em que o processo democrático é interrompido, suas consequências para o funcionamento das instituições democráticas, sendo novamente retomado, são acompanhados por meio da análise dos discursos presidenciais, os quais refletem esses momentos. Revolução de 30; Estado Novo, em 1937; a implantação da ditadura militar, em 1964, com a interrupção da realização de eleições presidenciais, extinção dos partidos, implantação do bipartidarismo, eleições indiretas para prefeitos; Emenda Constitucional nº 1/67, entre outros fatos relevantes, são analisados, via discursos dos presidentes da Casa.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante compromisso constitucional perante o Congresso Nacional, Brasília, DF.** Pronunciamento em: 01 janeiro 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>>. Acesso em: 25 jun. 2012

Classificação:   

Pronunciamentos Específicos

Destacamos abaixo, de forma não exaustiva, pronunciamentos de cunho predominantemente institucional e histórico que marcaram a história do Congresso Nacional e do Senado ao longo da história.

BALEEIRO, Aliomar; ALVES, José Carlos Moreira; MARINHO, Josaphat. Os 150 anos do poder legislativo. Brasília: Senado Federal, 1973. 29 p.

Localização: LF 341.252 B183 OAP

Classificação: **I** **H**

Resumo

Discurso proferido pelo então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Aliomar Baleeiro, em 1973, por ocasião das comemorações do sesquicentenário do Senado, em que o ministro ressalta a importância qualitativa dos legisladores da Constituinte de 1823, a despeito das reiteradas e fortes críticas feitas por seus contemporâneos. Contrapõe-se à crítica do inglês John Armitage que faz uma ressalva aos três Andradas: "hábeis, destemidos, sagazes e conhecedores das fórmulas parlamentares, havia pouquíssimos deputados acima da mediocridade". Armitage separa os parlamentares em duas categorias: os velhos, "inclinados à realeza" (Monarquia); e os moços, "proprietários de pequenas fortunas".

BENEVIDES, Mauro. **Congresso dos novos tempos**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 20 p.

Localização: F 341.252 B465 CNT EX.2

Classificação: **I** **H**

Resumo

Discurso proferido, por ocasião da sessão solene de abertura da 49ª legislatura, logo após o lançamento do Plano Collor. Ocorre em um momento político em que a imagem dos políticos e do Congresso está desgastada, em que o país sai de um processo eleitoral no qual o eleitor mostrou seu descontentamento com a classe política por meio de alto percentual de votos em branco. Mauro Benevides salienta a importância de o Congresso Nacional restaurar sua imagem perante a opinião pública e de exercer suas prerrogativas constitucionais, readquiridas por meio da Constituição de 1988.

Ressalta a movimentação política da Casa, com os parlamentares imbuídos de sua tarefa de melhorar o plano econômico, ao qual apresentaram 800 emendas ao texto, em, segundo o autor, um Congresso dinâmico, aplicado em mostrar serviço, em dar transparência aos trabalhos legislativos, em minorar a prática clientelista; um Parlamento que atuará com vigor como "peça basilar do arcabouço institucional".

Em um contexto de conflagração externa com a Guerra do Golfo, e com problemas internos, como uma inflação incontrolável, Mauro Benevides vê como relevante o papel do Congresso como parceiro do governo nas decisões nacionais, desde que não abra mão de sua independência. Considera natural as discordâncias do Executivo, sempre como uma prerrogativa no sentido de compatibilizar as ações com o progresso do país e o bem-estar da população. Alega ser tempo de os parlamentares trabalharem de forma "criteriosa e assídua", independentemente de quaisquer interesses, a fim de recuperar a imagem do Parlamento e o prestígio do Congresso Nacional.

CLEOFAS, João. **O Congresso e o destino da democracia**. Brasília: Senado Federal, 1970. 15 p.

Localização: F 328.81 C628 CDD

Classificação: **I** **H**

Resumo

Recém-empossado no cargo de presidente do Senado, com o aval do então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, durante a ditadura militar, João Cleofas, do partido Arena, fala em transição para a democracia, por meio da legalidade e pelo exercício da oposição legítima, em contraposição ao movimento armado e clandestino, embora sem mencioná-lo diretamente. Trata da Emenda Constitucional nº 1/69, que edita os Atos Institucionais e representa um endurecimento do regime.

Em pleno período de supressão das liberdades democráticas, menciona a importância da classe política no funcionamento do sistema democrático e diz que ela representa o suporte básico de todas as reformulações em favor dos interesses da pátria e do povo. Defende que o restabelecimento do pleno regime democrático é um trabalho "construtivo, paciente e obstinado". Ao salientar que essa tarefa representa um desafio ao espírito público e que teria fracassado em passado recente, diz que, para alcançá-la, é necessário adquirir legitimidade, com estímulo à ordem e à segurança, mas que tais cuidados não devem ser confundidos com pretextos para a introdução de regimes autoritários.

Deixa claro discordar de práticas terroristas, mas pontua que a oposição ao governo é indispensável à manutenção e ao aperfeiçoamento da democracia, e que o Congresso Nacional deve exercer seu papel falando, debatendo, advertindo e votando.

FARACO, Daniel. **O parlamento: qual o seu papel, hoje?**. Discursos proferidos nas sessões de 27 de setembro e 11 de outubro de 1971. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972. 35 p.

Localização: L F 320.981 F219 PQP

Classificação: ⓘ

Resumo

Aborda o enfraquecimento do Estado liberal nas diversas nações europeias – Inglaterra, França e Alemanha – além dos Estados Unidos, e o fortalecimento do Estado intervencionista como causa da transformação do papel do Parlamento, de sua função clássica, para uma função de mero chancelador das decisões do Poder Executivo, tema discutido por parlamentares opositoristas em reportagem no jornal inglês *The Economist*.

É contrariado, em aparte, pelo colega Alceu Collares, deputado pelo MDB, o qual alega que a comparação não procede, uma vez que diferentemente dessas nações, o Brasil vive uma ditadura militar, a qual chama de “governo da Revolução” e, portanto, não poderia estar sendo comparado a nações de regime democrático, nas quais os parlamentos têm origem popular e em que “a força do representante advém da confiança que o homem deposita em cada representante seu para dirigir os destinos do governo”.

FRAGELLI, José. **O Poder Legislativo**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. 20 p.

Localização: D F 341.252 F811 PL

Classificação: **I** **H**

Resumo

Proferido na Escola de Guerra Naval, inicia com um elogio à Marinha, pela defesa do território e importância para a unidade territorial e formação da nação; à expulsão dos portugueses de Salvador; e participação no controle de diversas revoltas durante o processo de Independência do país como Balaiada, Guerras dos Cabanos e Farrapos, Sabinada, Guerra do Paraguai e outras.

Faz referência a discurso de Tancredo Neves (referenciado à página 141 desta obra), proferido na Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, em que esse então senador menciona as três principais funções do Legislativo, que seriam: a função de controle e fiscalização do Poder Executivo; a de atender às aspirações e reivindicações do povo; e a de realizar debates sobre os grandes temas relevantes para o país. Considera que os debates representam "a alma do Parlamento". Sobre o debate, cita novamente Tancredo, para quem tem o mérito de corrigir o erro, punir a corrupção, prevenir contra os abusos e mobilizar a Nação para se defender.

Para José Fragelli, é primordial que o Legislativo se adapte permanentemente às transformações do meio social, sendo uma alavanca das conquistas da consciência social, que atua como um dique que impede esses avanços. Dito de outra forma, o Legislativo endossa as reivindicações sociais e tem meios de "forçar" o Executivo a ser um Poder forte, respeitado e criador, ou, se ele for inoperante, expressa essa precariedade do governo a que serve.

Fragelli serve-se do cientista político Georges Burdeau (1905-1988) para ressaltar a atividade de controle do Poder Legislativo, a qual esse último classifica como a "função parlamentar por excelência".

FRANCO, Albano. **O papel do Senado no entendimento nacional**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1990. 12 p.

Localização: F 320.981 F825 PS

Classificação: **I** **H** **L**

Resumo

Discurso proferido pelo senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, do partido do então presidente Fernando Collor, PRN, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em dezembro de 1990, num momento em que o Plano Collor I já não surtia mais os efeitos esperados e a inflação parecia haver voltado com força, estando os juros a quase 30% ao mês. Na ocasião, Albano Franco pede o apoio dos colegas para a aprovação de medidas econômicas, explicitadas em dois documentos: *Brasil: o país que a gente quer* e *O esforço nacional pela estabilização*.

Ao longo do discurso, diz que o momento era de dificuldades e, portanto, de unir forças, de deixar as diferenças e os interesses conflitantes de lado. Sugere que os políticos devem fazer como os patrões e empregados fizeram ao aceitarem um acordo sobre uma política salarial com sacrifícios de ambas as partes para superar esse momento de crise.

Mauro Benevides, líder do PMDB, observa, em aparte, que Senado e Câmara haviam aprovado em junho daquele ano proposta de política salarial, vetada por Collor. Benevides vai além, mostrando a postura autoritária de Collor, a qual denomina de "abusiva", ao tentar legislar sobre política salarial via medidas provisórias. Ainda assim, dá seu aval ao desejo de Albano Franco de que o Senado aprove a criação de duas comissões especiais para analisar os documentos por um pacto nacional em torno de novas medidas econômicas, que viriam a ser o Plano Collor II.

MELLO, Arnon de. **Participação do Poder Legislativo na evolução do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1972. 32 p.

Localização: F 341.252 M527

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

Resumo

Em discurso pronunciado em 1972, o senador Arnon de Mello (AL) ilustra como os parlamentares brasileiros, em 1821, antes mesmo da declaração de Independência do país, atuaram com postura corajosa e independente da Coroa portuguesa, contrapondo-se às imposições do Executivo. Ao citar rebelião de parlamentares reunidos em assembleia constituinte em Portugal, e seu asilo em navio inglês após fuga que simbolizou seu posicionamento contrário à postura de submissão aos interesses portugueses, Arnon de Mello conclui: "cito os fatos para demonstrar o teor moral dos parlamentares brasileiros, sua bravura e determinação a serviço da causa da Independência do Brasil."

O senador menciona nomes proeminentes como José Bonifácio, José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar, e José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Marquês de Caravelas, entre outros, integrantes do Parlamento do Império, demonstrando que os parlamentares "se impõem pelas palavras tanto quanto pelas ações, pelas ideias como pelas atitudes".

Outro dado que tem importância histórica é a menção de que um decreto contra a censura à imprensa foi editado ainda à época de Dom João VI, em 1822, e, segundo Arnon, a liberdade de imprensa superava em importância, naquele período, a própria concepção de liberdade em seu sentido mais amplo, representando "fator capital desta". Comenta o papel dos jornais que, mesmo efêmeros, permitem o debate de ideias e acontecimentos. E informa que o diário *O Tamoyo* publicou, em agosto de 1823, um mês após, a queda de José Bonifácio do ministério por "franca oposição" ao Imperador Dom Pedro I.

NEVES, Tancredo. **O Poder Legislativo e suas prerrogativas**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980. 20 p.

Localização: F 328.81 N518 PLP EX2

Classificação: **I** **H** **L**

Resumo

Em palestra proferida aos advogados da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, em 1980, portanto em plena vigência da ditadura militar, Tancredo Neves parece bastante preocupado com a situação vigente de turbulência política e social e incertezas acerca da manutenção da ordem. Seu discurso é afirmativo acerca da importância da manutenção da ordem jurídica para a estabilidade do país e dos valores do espírito e da dignidade da pessoa humana, que ela sustenta. Ele menciona ser missão de advogados, juristas, magistrados e políticos o zelo pela supremacia do Direito, hegemonia da liberdade e da Justiça e enfatiza o comprometimento desses valores e instrumentos com a democracia.

Cita o filósofo francês Jacques Maritain, que via nos evangelhos cristãos a essência dos valores democráticos, como único regime compatível com as exigências da consciência do homem; e Maurice Duverger, para reforçar a ideia de normas de vida que assegurem a ordem e o desenvolvimento cultural e social sem a quebra de valores inerentes à dignidade da pessoa humana. O senador destaca ainda o dinamismo da democracia, formada por lutas e conflitos, cujo motor com suas descargas, garante o seu rejuvenescimento e a flexibilidade de suas estruturas. Por fim, menciona o medo das elites dominantes diante da possibilidade de acesso das classes desfavorecidas ao poder econômico e bens da civilização, enfatizando a necessidade de o país passar por reformas urgentes, sem as que corre o risco de instalar-se o caos social.

PINTO, José de Magalhães. **Aula inaugural: Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político.** Brasília: Senado Federal, 1976. 16 p.

Localização: F 328.81 P659 AIN

Classificação: **I** **H**

Resumo

Traça um retrato histórico da instituição Senado como sendo, desde o Império, de preeminência política e relevo constitucional. Defende a existência do Parlamento, devido ao caráter pluralista da sociedade. O Parlamento atual seria decorrência do período histórico que marca o surgimento do Estado nacional.

Do texto extrai-se que o papel do Parlamento é de conciliação entre o exercício da autoridade do Estado e as liberdades individuais. Até mesmo em D. Pedro I, o autor enxerga aceitação dos princípios liberais, pelo título que ele próprio se dá de "Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil". Os princípios que norteiam o Parlamento brasileiro são conciliação e não ruptura; transação e não imposição; liberalismo e não autoritarismo, sendo essas as gêneses da vontade nacional, características da vida democrática. Até na vitaliciedade dos cargos do Senado, Magalhães Pinto diz que, embora derivados do voto popular, estariam imunes ao julgamento periódico e aos azares de eleições de "autenticidade duvidosa", considerando que, dessa forma, constituíam-se, em corpo político estável da nação.

Mesmo sendo uma maioria conservadora, o Senado acabou materializando ideais liberais, como abolicionismo, leis agrárias, imigração, orçamento, supressão do tráfico e incentivo à produção. Estabelecendo uma comparação entre o período Imperial, quando o Senado foi criado, e o século 20, ele mostra que não foram criadas instituições que substituíssem os parlamentos. Mostra que se instituiu o sistema parlamentar no Império, sem que a Constituição o previsse e esta não foi impedimento para a Proclamação da República ou para a Abolição da Escravatura. Conclui dizendo que o Parlamento no Brasil sempre foi o "penhor" da representatividade de todos os governos.

RIBEIRO, Fávila. **O Legislativo e a problemática da responsabilidade na organização constitucional contemporânea.** Brasília: Senado Federal, 1980. 69 p.

Localização: 341.25 R483 LPR

Classificação:   

Resumo

Versa sobre a permanência do caráter individualista embutido na concepção de representatividade adquirida com a ascensão da burguesia e queda do absolutismo aristocrático feudal. O parlamentar cita inúmeros filósofos para ilustrar categorias de pensamento que mostram a preponderância da concepção individualista e a crença na sobrevivência do mais forte e no progresso social a partir da espontaneidade, via Lei da Harmonia Cósmica.

Inicialmente, a burguesia teria absorvido as ideias jusnaturalistas, de que os indivíduos possuíam direitos naturais que antecediam o Estado e que não podiam ser prejudicados para depois rechaçar o conceito e estabelecer o primado do direito positivo. Então, na política, adota-se o regime democrático; na economia, o capitalismo; na área social, a burguesia como classe dominante, e tudo isso estaria balizado pelo primado do legalismo.

O parlamentar observa que o conceito de soberania sofre um processo de despersonalização, ao ser objetivado nos ordenamentos constitucionais e serve para sistematizar as competências políticas. Com o viés legalista, a soberania perde seu caráter político, para se revestir de envergadura jurídica. Ele também avalia que a soberania seria "atomizada" no povo, enquanto a participação individual permaneceria sendo a "pedra de toque" da concepção representativa de povo, manifestando-se na Constituinte, na produção legislativa e na elaboração da opinião pública.

Essa concepção de liberdade individual aparece na Constituição devido à preocupação dominante do Estado em salvaguardá-la contra a interferência abusiva da autoridade. À função legislativa cabe, segundo o autor, uma predominância encarregada de prefixar competências ou regular condutas, por meio de normas gerais, inserida no sistema de controle político e de freios e contrapesos.

SARNEY, José. [180 anos do Parlamento brasileiro]. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=333776>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

Classificação:  

Resumo

Considera que a criação do Senado, marcada pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte, é um marco na criação das instituições públicas brasileiras. A partir da Independência do país, ter-se-ia começado a pensá-lo como nação; a Constituinte teria herdado o caráter simbólico, de conteúdo ideológico, da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos em dar suporte à nacionalidade, como na França, com a Assembleia Nacional e a formação dos Estados Gerais, que afirmaram a soberania daquele país.

Sarney atesta que a ideia predominante era assumir a soberania nacional e o pensamento era o de congregar, de "amor ao Brasil". Diz que tudo estava por fazer, o país não existia, daí a necessidade de fazer leis, códigos, sistemas educacionais, uma "tarefa monumental". Os constituintes tiveram que improvisar ao criar o regimento e as comissões e quando um deles quis discursar foi impedido, pois lá só se podia apresentar projeto de lei, então conhecido pelo nome de memória. Entre os projetos apresentados estava o de transferência da capital para o Planalto Central e o de catequese dos índios, apresentado por José Bonifácio.

Entre as tarefas da Constituinte, buscou-se instituir a harmonia entre os poderes e a anistia aos portugueses. Os constituintes tinham direito a honorários constituintes. Preocupou-se com a liberdade de imprensa, quando a imprensa não estava institucionalizada, o mesmo ocorrendo com a magistratura. Sarney reforça que sempre se encontrou solução para os problemas nacionais no âmbito do Parlamento, mesmo nos momentos mais difíceis como em 1954, 1960, 1961 e 1964, quando os políticos, em vez de se autodestruírem, buscavam construir consenso para garantir a continuidade do Parlamento.

SARNEY, José. [20 anos de democracia]. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=352786>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

Classificação:  

Resumo

Faz uma retrospectiva histórica da delicadeza do momento da transição política, e em especial da capacidade política de Tancredo Neves, figura que se resume pelo espírito de conciliação, de aglutinar forças de todos os matizes políticos e da sociedade civil para trafegar com facilidade durante período difícil na transição democrática brasileira em 1985. Na ocasião do discurso, em 2005, o Senado era presidido por Renan Calheiros.

Antes, porém, de chegar ao movimento Diretas Já e de como Tancredo o aproveita para se eleger pelo colégio eleitoral, como solução viável para aquele momento, Sarney recorda a tradição brasileira de construção do poder político no país que, diferentemente da América Espanhola, não se deu por lutas sangrentas, como pensou Bolívar, mas justamente por esse espírito de conciliação. Tancredo Neves teria catalisado o peso dessa tradição conciliadora, expressa no campo da pluralidade, algo difícil de alcançar na política, típico de um estadista, para quem acima da política está o interesse de todos.

Sarney revela, nesse discurso, que, ao se ver na obrigação de assumir a Presidência da República, com a morte de Tancredo Neves, em março de 1985, fez enorme esforço para obter a legitimidade para o cargo. Ele frisa que não ficou alheio ao sabor dos acontecimentos. Durante todo seu discurso, faz jus à figura de Tancredo, não lhe poupando elogios, sempre enfatizando sua capacidade de articulação e de costurar consensos desde a crise criada com a vitória de Juscelino Kubitschek, e também no governo João Goulart.

Por fim, Sarney faz uma justificativa histórica de seu governo, na qual alega ter buscado um "caminho próprio", com a intenção de comandar a transição, e mostra seus inúmeros pontos positivos e conquistas, especialmente no plano social, mas também no controle à inflação, ponto normalmente bastante criticado, e enumera fatos como o país ter ascendido à posição de 7º economia industrial; ter buscado isonomia salarial; ter criado a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a unificação do Orçamento da União. Isso diante de desafios de uma abertura que enfrentou 12 mil greves, forças emergentes da clandestinidade, e o retorno das Forças Armadas a suas funções constitucionais.

SARNEY, José. [20 anos de Plano Cruzado]. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=361170>>. Acesso em 6 jul. 2012.

Classificação:  

Resumo

Faz uma retrospectiva da implantação do Plano Cruzado, em seu governo, destacando que foi uma proposta ousada para a época, se comparada ao que propunha o Consenso de Washington, proposta neoliberal, que seria a adoção de uma política extremamente recessiva e que penalizaria o povo brasileiro. Preocupado com a classe mais pobre da população brasileira, Sarney resolve ousar e manda um de seus ministros da área econômica, Pécio Arida, a Israel, também um país de inflação alta à época, para estudar o seu plano de combate à inflação, quando o implanta no Brasil.

Apesar de pedir auxílio a Ulysses Guimarães para angariar o apoio da classe política, não o obtém, o que dificulta a implantação do plano. Nesse momento, a transição democrática enfrenta várias greves e legaliza partidos políticos e centrais sindicais, que se desatrelam do governo e ganham ampla autonomia. Sarney cita inúmeras conquistas sociais do seu governo: programa do leite, saúde na família, atenção materno-infantil com o Programa Alimentação Suplementar; farmácia básica; merenda escolar; e criação do seguro-desemprego, junto com o Plano Cruzado. Também no governo Sarney houve a legalização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e implantação do 13º salário dos servidores públicos.

Quando o Plano Cruzado começa a apresentar problemas, Sarney recorda a decisão de introduzir a correção mensal dos salários. Parlamentares presentes à sessão e que foram governadores à época em que Sarney presidiu o país recordaram sua política de saneamento básico e água potável, construção do Porto de Sergipe e do Programa Calha Norte, de proteção da fronteira da Região Amazônica, além da aproximação entre Brasil e Argentina, com a criação do Mercosul, segundo José Agripino, "o mais ousado gesto de soberania continental".

SARNEY, José. [Adauto Lúcio Cardoso.] Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=355196>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

Classificação:  

Resumo

Denota a importância de Adauto Lúcio Cardoso, deputado federal nos anos 50. Sarney o descreve como um homem que não aceitava composições e “lançava dardos no coração dos adversários”. A homenagem aconteceu por ocasião da passagem do centenário de seu nascimento, ocorrido pouco antes, dia 24 de dezembro de 2004. Seus contemporâneos foram, como ele, expoentes da União Democrática Nacional (UDN).

Conservador, contrário a João Goulart e adepto ao golpe militar, ainda assim tinha convicções democráticas, pelas quais lutou. Na Câmara, enfrentou um protesto da União Nacional dos Estudantes (UNE) contra um aumento das passagens de ônibus, pelo qual foi espancado e preso.

Num período histórico tumultuado, que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas, a ascensão de Juscelino Kubitschek, a doença de Café Filho e a deposição de Carlos Luz, Cardoso é escolhido pelo governo militar, revolução na qual acredita, para presidir a Câmara. Aceita o posto sob a condição de não haver cassações aos deputados, opõe-se à aceitação da cassação pela Comissão de Constituição e Justiça, e renuncia ao cargo.

A seguir, como presidente do Congresso, rejeita a entrada das tropas para evadir os cassados e, mais uma vez, renuncia ao cargo. É enviado pelo presidente para o Supremo Tribunal Federal. Lá se coloca contrário à censura de livros e periódicos e mais uma vez renuncia ao cargo. Adauto Cardoso concedeu anistia ao líder estudantil Vladimir Palmeira.

SARNEY, José. [Aliomar Baleeiro]. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=354115>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

Classificação:  

Resumo

Presta uma homenagem ao ex-deputado constituinte, estadual e federal, criador e secretário-geral da União Democrática Nacional (UDN) na Bahia, partido que nasceu em oposição a Getúlio Vargas. Como deputado estadual, atuou na Bahia e depois no Rio de Janeiro. Entre suas principais qualidades, Sarney destaca sua capacidade oratória, como grande líder opositor a Vargas, com quem chegou a travar quase uma luta física certa vez. Tinha o poder de ferir o coração do adversário, ao ponto de quem não o conhecia confundi-lo com alguém arrogante. Foi amigo de Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Aduino Cardoso e Bilac Pinto, mas conviveu também com Prado Kelly, João Agripino, Milton Campos, José Bonifácio, Carlos Lacerda e Ernani Sátiro. Sofreu perseguições durante a ditadura do Estado Novo, por ter apoiado José Américo de Almeida para a Presidência da República nas eleições de 1938, quando Getúlio deu o golpe.

Como constituinte da Carta de 1946, destacou-se por seus conhecimentos na área financeira, tendo atuado na Subcomissão de Discriminação de Renda. Naquele ano, durante o governo Dutra, destacou-se como grande liderança, por sua personalidade combativa.

O futuro presidente Carlos Castello Branco dizia que ele era o "mais eficiente e cáustico opositor que já apareceu na Câmara sob a Constituição de 1946". Ao ser escolhido, Castello, a quem Aliomar apoiou, institui o bipartidarismo, fecha o Congresso e vários parlamentares são indicados por ele para o Supremo Tribunal Federal, inclusive Baleeiro, que, ainda assim, aplica seu senso de justiça, como professor de Direito que era, e se rebela contra decretos-leis que julgava exceder das funções de Castello: os que criavam impostos e autorizavam despesas ou empréstimos; também não aceitava a determinação do presidente para que determinado tema fosse declarado de "segurança nacional" sem o aval do Congresso.

SARNEY, José. [Homenagem a Afonso Arinos]. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=359467>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

Classificação:  

Resumo

O senador José Sarney faz uma homenagem ao escritor, historiador, formulador de política externa, constitucionalista, poeta, acadêmico e professor, Afonso Arinos de Melo Franco, pela passagem de seu centenário de nascimento, em 27 de novembro de 2005. Sarney denomina-o de "monstro sagrado da inteligência brasileira", ao descrever sua capacidade intelectual e por ser um catedrático de Direito Constitucional, autor do que ele chama de "obras definitivas" de literatura brasileira, história e política.

Cita o círculo de amigos de Afonso Arinos e também sua ascendência familiar, paterna e materna, para descrever a nobreza de sua linhagem intelectual. O próprio Afonso Arinos se comparava a Joaquim Nabuco e ambos escreveram obras sobre seus pais: Arinos, o Estadista da República, sobre Afrânio de Melo Franco, e Nabuco, sobre o Conselheiro Nabuco, O Estadista do Império. Para Sarney, ele foi tão eminente quanto Bernardo Pereira de Vasconcelos – que buscou a consolidação do Império após a Independência –, o Conselheiro Saraiva, o Visconde de Rio Branco e, entre os mais recentes, Milton Campos.

O senador destaca sua importância para a política externa do país durante o curto governo Jânio Quadros e durante o regime parlamentar, em 1962, no gabinete Brochado da Rocha, quando foi ministro das Relações Exteriores. Sarney diz que ele foi visionário ao perceber, em pleno período da Guerra Fria, que o Brasil poderia ter uma política independente e acenou com a retomada das relações diplomáticas com a URSS, o reconhecimento da China e compreendeu o fenômeno de Cuba, além de ter feito aproximação com a África. Era contrário a um alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

Seu maior feito, segundo ele próprio, foi a Lei Afonso Arinos, contra a discriminação racial. No Senado, Casa à qual dedicou "sua alma", embora tenha sido deputado federal, presidiu as comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça.

SARNEY, José. [Homenagem ao pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco]. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=384453>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

Classificação:  

Resumo

Ao discursar sobre Joaquim Nabuco, grande pensador e abolicionista brasileiro, o presidente do Senado José Sarney, por ocasião do centenário da morte de Nabuco, em 17 de janeiro de 1910, revela informações sobre personalidade conhecida da história brasileira. Sarney enfatiza a importância de Nabuco para a causa da abolição, explicando que seu destaque se deu, sobretudo, por ele ter criado, pela primeira vez, a unidade do país em torno de uma consciência nacional contra a escravatura. Teria adotado a causa por ter-se identificado com o sofrimento dos negros. Sarney recorda que é dos negros a herança brasileira da alegria, da musicalidade, da dança, da espontaneidade, que encanta os outros povos.

Nabuco teria atribuído a um importante jornalista da época, Joaquim Serra, de quem era muito amigo, o sucesso da campanha abolicionista. Nabuco pregou, discursou, abriu jornais e empolgou a causa, dedicou-se à luta final e, por vezes, até esmoreceu. O livro *O Abolicionismo* foi uma obra da juventude, tendo sido reescrita diversas vezes.

A descrição diferenciada que Sarney faz de Nabuco refere-se a sua beleza física, mencionada na obra de Gylberto Freire, "bem vestido e de bigodes fartos, ar de tranquilidade absoluta, voz pausada que raramente alcançava tons mais altos, um dos mais brilhantes oradores do País". Diz dele o jurista, membro da Academia Brasileira de Letras e seu contemporâneo, João Carneiro Souza Bandeira, "nada faltava a sua personalidade"; no livro *Minha Formação*, aponta Sarney, aparece seu lado místico e religioso. Homem da noite, gostava de mulheres, hábito adquirido quando assessorou o Barão de Penedo, como secretário da embaixada brasileira em Londres. Como intelectual romântico, foi fiel à monarquia até o fim, tendo se afastado da política durante dez anos.

SARNEY, José. Saudação ao Supremo Tribunal Federal por ocasião de seu centenário. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 19 abr. 1991. DCN2, p. 1690-1695.

Classificação:  

Resumo

Discurso no qual o senador José Sarney mostra como nasceu o Supremo Tribunal Federal, que, à época do Império, em 10 de maio de 1808, levou o nome de Supremo Tribunal de Justiça. Sarney recorda que, quando o Supremo completou 50 anos, em 1941, o Brasil vivia em plena ditadura Getúlio Vargas, o Congresso Nacional tinha sido fechado, assim como as assembleias estaduais e as câmaras municipais, e os estados estavam sob intervenção. À época, o jurista Paulo Brossard teria dito: “transcorria o cinquentenário da República sem República e sem Federação”. E o Supremo era uma corte sem dimensão política, que servia a um Estado unitário. Com a República, a ele estava confiada a guarda da Constituição. Na Constituição elaborada em 1890, o Supremo surge para pôr um limite ao poder ilimitado do parlamento.

Sarney aponta que a concepção do Supremo no Brasil sempre esteve estreitamente vinculada à noção de Senado, tanto que a escolha dos juízes foi primeiro pensada como tendo as características dos senadores: “poderão ser selecionados dentre os juízes seccionais ou entre os cidadãos de notável saber e reputação que possuem as condições de elegibilidade para senador”. O texto constitucional vinculou a imagem do ministro do Supremo à do senador vitalício.

Em outra parte do discurso, Sarney revela que Rui Barbosa decepcionou-se com o Supremo, por ocasião da Revolta da Armada, liderada pelo Almirante Custódio José de Melo, por não ter concedido *habeas corpus* aos revoltosos. Mostra também as arbitrariedades do regime de Vargas, que anulou por decreto sentença do STF. Cita Aliomar Baleeiro, senador e depois ministro do STF, que teria enfrentado a ditadura, ao atribuir inconstitucionalidade ao Decreto nº 322, negando-se a atribuir-lhe caráter de necessário à segurança nacional pelos critérios de urgência e interesse público relevantes, que foram submetidos ao crivo do tribunal. Demonstra que o Supremo, comparado à Suprema Corte americana, julga muito mais casos no mérito e liminarmente. Admite que, mesmo nos períodos de endurecimento do regime, o STF não foi fechado e conviveu com um país em turbulência. Para Sarney, o STF é o “guarda incorruptível da vida da Federação”, zelando pelos princípios que a inspiram na Carta da República. É também um poder independente e “silencioso”, atento aos deveres como baluartes das liberdades e garantias constitucionais.

SARNEY, José. **Senado: 185 anos**. Brasília: Senado Federal. 2011. 93 p.

Localização: 320.981 S246 SEN

Classificação: **I** **H**

Resumo

O presidente do Senado, José Sarney, em discurso comemorativo aos 185 anos de existência do Senado, situa-o como o 2º parlamento mais antigo do mundo, ficando atrás apenas do Legislativo dos Estados Unidos. Em sua análise, considera que o Senado é a Casa que mais contribuiu para a formação das instituições brasileiras, visto que no período imperial ele era uma instituição forte, composta por parlamentares vitalícios, que respaldavam as decisões do imperador.

Sarney faz um apanhado histórico, situando, no século VIII, a disseminação das cartas constitucionais mundo afora, movimento que teve início na Europa, partindo da Inglaterra, em 1215, com a Carta Magna imposta ao Rei João sem Terra e, depois, na Revolução Gloriosa de 1866, com o *Bill of Rights*, até chegar à França, onde seguiram-se cinco constituições, até chegar à Constituição do Império. Na Península Ibérica, a Constituição de Cádiz (*La Pepa*) dura dois anos (1812-1814), é dissolvida e depois é restaurada (1820-1823) e influencia o processo de construção constitucional em Portugal (set.1821 a nov.1822), com a participação de deputados brasileiros.

No Brasil, Sarney cita a importância de José Bonifácio de Andrada e Silva, detentor de grande conhecimento por ter viajado toda a Europa e ter ocupado o cargo de secretário perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa. Juntamente com o processo de Independência do país, a formulação de uma constituição, por meio da assembleia constituinte, teve ideias avançadas para a época, por contar com pessoas esclarecidas como o Visconde de Cairu, que tinha lido Adam Smith, e trazia os ideais liberais à Carta. Sarney avalia os primeiros parlamentares brasileiros como homens simples, porém de ideias avançadas, por introduzirem conceitos como liberdade de imprensa onde não havia imprensa; prerrogativas da magistratura, onde não havia Judiciário; e garantias individuais onde o poder era absoluto.

SESSÃO solene comemorativa do sesquicentenário da 1ª reunião do Congresso Nacional. Brasília: Senado Federal, 1980. 22 p. Contém os discursos "O Congresso Nacional na história política do Brasil", de autoria do senador Aderbal Jurema, e "Parlamento e democracia", de autoria do deputado Norton Macedo".

Localização: F 341.253 S493 SSC

Classificação:   

Resumo

O discurso trata da sessão comemorativa aos 150 anos de realização da 1ª sessão do Congresso Nacional, então chamada de Assembleia Geral Legislativa, no Palácio do Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1830. Na ocasião, senadores e deputados estavam discutindo emenda dos deputados a projeto do Orçamento. A emenda em debate trata da inconstitucionalidade do acúmulo do cargo de senador e capelão-mor, justamente o cargo do então presidente da Assembleia Geral, bispo capelão-mor do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho.

Outro ponto discutido é a ausência do povo na primeira sessão, a qual Jurema diz estar de acordo com o regimento interno da Casa, uma vez tratar-se de discussão da peça orçamentária, na qual o regimento não prevê a presença de populares. Portanto, argumenta o parlamentar, o que poderia sinalizar "um mau começo para o Congresso Nacional", é, na realidade, indicativo de obediência às normas. Aderbal Jurema confirma a composição elitista do Parlamento: bispos, padres, professores, advogados, médicos, ex-juizes e militares.

Um segundo discurso, intitulado Parlamento e Democracia, do deputado Norton Macedo, por ocasião da celebração dos 150 anos de instalação dos trabalhos legislativos, ressalta que, muito mais que o excesso de produção legislativa, cabe ao Congresso Nacional o exercício do poder político, em uma sociedade cada vez mais complexa, a exigir soluções para seus problemas sociais, políticos e econômicos. Ainda que convivam ideias divergentes, Macedo defende que o parlamento não pode abdicar de sua obrigação de propor, de seu direito de fiscalizar e de seu dever de participar.

Norton Macedo ressalta que as escolhas políticas feitas pelo Brasil desde o Império sobre a forma de organização do Estado não foram meramente imitativas, mas uma estratégia deliberada e eficaz com o objetivo de articular o país com a comunidade internacional. Segundo o deputado, tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo, representado pela Assembleia Geral Legislativa, em 1830, tiveram como função exclusiva representar a Nação. O parlamento serviu àquela época para preservar a nacionalidade e sustentar a legitimidade do poder nacional. Na atualidade, ele ressalta a importância, a validade e a missão do Parlamento.

SIMON, Pedro. **Da legitimidade do Congresso**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980. 66 p.

Localização: 341.2722 S596 DL

Classificação: **I** **H**

Resumo

O senador Pedro Simon, do PMDB, discute em Plenário, em 1980, qual medida a ser adotada a respeito da possibilidade de haver eleições municipais naquele ano, pleito defendido pela oposição e repudiada pelo governo. Simon recorda que, à época da extinção dos partidos políticos, abril de 64, pelo Ato Institucional I, houve questionamentos do que ocorreria com as eleições municipais e que a resposta foi que a Comissão encontraria uma fórmula. Simon questiona o relator à época, que teria utilizado justamente esse argumento.

Segundo Simon, naquele momento, o governo estava em crise e não teria como fazer a máquina governamental operar nem para eleger quem o governo quisesse e nem para atender as reivindicações dos candidatos a prefeitos, daí seu desinteresse em promover as eleições. Ao contrário, a oposição queria e estava lutando para que as eleições municipais se realizassem, inclusive em cidades onde não existissem diretórios municipais, propondo que fossem representados por membros de diretórios regionais ou da referida comissão, encarregada de supervisionar o processo eleitoral. A discussão estava tensa em Plenário, uma vez que o ministro da Justiça teria propalado, por meio de pronunciamento em televisão, que poderia haver intervenção nos municípios que insistissem em realizar eleições, hipótese que, segundo Simon, não encontrava respaldo na Constituição, na Lei de Segurança Nacional e nem mesmo em leis estaduais.

VIANA FILHO, Luiz. **Um novo Congresso**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980. 6 p.

Localização: F 328.81 V614 NOV

Classificação: **I** **H** **L**

Resumo

O então presidente do Senado, Luiz Viana Filho, faz um balanço da sessão legislativa, mencionando o quanto o Senado cresceu em importância devido ao acréscimo de atribuições e a "profundas modificações" ocorridas na prática parlamentar que, segundo ele, não teriam sido previstas pelos legisladores. Seguidor estrito do regimento da Casa, Viana critica o fato de em reunião conjunta do Congresso Nacional, seu presidente ter, em determinados momentos, cedido a práticas antirregimentais. Admite, no entanto, que, de maneira geral, os debates ocorreram de modo a engrandecer o Parlamento. O discurso mostra que há uma preocupação da opinião pública sobre os trabalhos legislativos, que estaria voltada para os rumos da política nacional.

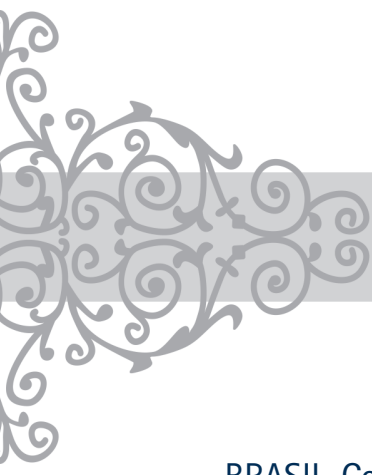
Outro aspecto relevante é a preocupação do presidente com o debate sobre a importância de os partidos políticos adquirirem uma diferenciação de ideias e princípios que traduzam as aspirações das diversas correntes de pensamento da sociedade, apontando na direção de uma reforma política. Ele ressalta a necessidade de o eleitor saber em quem e no que vota.

O presidente faz um balanço das matérias votadas, das comissões parlamentares de inquérito existentes e das dúvidas acerca de uma nova CPI mista diante da existência de dez CPIs em andamento, cinco em cada Casa, solucionadas em consulta às comissões de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara e do Senado, e destaca a importância da colaboração entre presidente e líderes, a par das questões partidárias, para a viabilização dos trabalhos, visando o desenvolvimento político, social e econômico do país. Naquela sessão legislativa, um projeto estabelecendo as prerrogativas do Poder Legislativo foi derrubado sem uma proposta de transição.





Fontes Secundárias²



Bases de Dados

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. **Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)**. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>>. Acesso em: 15 out. 2012

Classificação:    

Resumo

Biblioteca digital aberta, que armazena, preserva, divulga e dá acesso, em formato digital, a mais de 220 mil documentos. O acervo digital é variado, dividindo-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos. As obras publicadas na BDSF são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e *download* gratuitos das obras.

² Conforme já exposto no preâmbulo deste Guia de Fontes, são bem-vindas sugestões de melhoria ou incremento dos capítulos das Fontes Secundárias, a exemplo daquelas por parte dos autores de livros cuja temática apresente forte tangência com o Poder Legislativo e outras por parte de profissionais especializados, tais como no ramo da Museologia.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. **Constituinte nos jornais**. Coleção da Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/103421>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Classificação:   

Resumo

Coletânea de documentos sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Está dividida em duas coleções. A primeira é formada pelo *Jornal da Constituinte*, o órgão oficial de divulgação da Assembleia Nacional Constituinte. A segunda coleção é composta por notícias publicadas nos principais jornais brasileiros sobre a cobertura da Assembleia Nacional Constituinte, no período de abril de 1977 a junho de 1989.

LEXML: Rede de Informação Legislativa e Jurídica. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2012.

Classificação:  

Resumo

Portal especializado em informação jurídica e legislativa. Reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil. Disponibiliza vocabulários controlados, documentação suplementar e arquivos de apoio.

RELATÓRIOS DA PRESIDÊNCIA [do Senado Federal e do Congresso Nacional]. Parte integrante da Coleção Produção Institucional, organização da Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242558>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Classificação:   

Resumo

Coleção de relatórios da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, sobre as atividades e prestações de contas do Poder Legislativo brasileiro, desde 1830. Traz tabelas demonstrativas dos atos do Senado nas sessões legislativas; quadros demonstrativos das aposentadorias e jubilações; lista de pareceres e requerimentos aprovados; resumos dos índices dos pensionistas; relação de livros e publicações periódicas adquiridas por compra ou doação pela biblioteca; quadro com nomes dos senadores do Império do Brasil, nomeados desde 1826 até 1877 (1878); exposições do presidente sobre falecimentos, renúncias, homenagens, preenchimento de vagas, modificações do regimento e mudanças do Senado; tabela de nomenclatura para a estatística da importação direta (1903); documentos relativos à construção de um novo edifício para o Senado (1920); quadro dos trabalhadores do Senado; quadro demonstrativo dos trabalhos realizados nas secretarias do Senado; relação de senadores nas sessões legislativas; tabelas de proposições, decretos, resoluções e projetos aprovados e atos do Poder Legislativo.

SIGA Brasil. Sistema desenvolvido pelo Senado Federal. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil>. Acesso em: 15 out. 2012.

Classificação:  

Resumo

Sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao Siafi e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

SISTEMA de informações do Congresso Nacional (Sicon). Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 26 set. 2012.

Classificação:   

Resumo

Agrega pesquisas em diversas bases: Agência Senado, bibliotecas da RVBI, Constituinte, discursos de senadores, legislação federal, matérias em tramitação no Senado Federal, recortes de jornais e repositório de documentos legislativos.



Biografias

BARATA, Carlos Eduardo. **Presidentes do Senado no Império**. Brasília: Senado Federal, 1997. 783 p.

Localizador: R 923.281 B226 PSI

Classificação:  

Resumo

Aborda questões sociais, políticas e diplomáticas por meio do levantamento de como as famílias ascenderam e se mantiveram no poder durante o 1º e 2º impérios. Em uma abordagem ampla e didática, o autor procura situar "quem é quem" na política dos áureos tempos e as influências exercidas por meio das alianças familiares.

Observa-se que a política brasileira durante o Império esteve em mãos, em grande parte, das famílias desses administradores do Senado. É grande a quantidade de informações sobre a genealogia, as missões diplomáticas exercidas no período da Presidência e a biografia dos senadores e seus descendentes e sua atuação na Presidência do Senado durante o período imperial.

As questões diplomáticas e políticas são tratadas também no item *Efemérides* e os estudos genealógicos se apresentam como importante fonte de informação histórica. Nos capítulos referentes aos presidentes do Senado biografados são listadas informações sobre seus retratos, estátuas e bustos, matrimônio, obituário, necrológico, descendência, biografia, dados documentais, bem como filiação, formação e currículo, além de títulos, honrarias e condecorações, obras publicadas, heráldica e missões.

BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.
São Paulo: Unesp, 2005. 350 p., il. fots.

Localizador: 923.281 I74BPA PIB

Classificação:  

Resumo

A obra é resultante de aprofundada pesquisa sobre a vida, pública e privada, da Princesa Isabel. O texto, no entanto, não se atém à mera descrição biográfica da protagonista, senão aborda as diversas facetas da mulher que foi d. Isabel, sempre permeadas pela relação de gênero e poder no Brasil oitocentista, cujo contexto era de acentuada opressão masculina e subordinação feminina. O autor tenta explicar por que as mulheres tiveram tanta dificuldade para mudar tais estruturas e premissas e criar um sistema que lhes conferisse autonomia e igualdade. Ressalte-se que a obra permite que d. Isabel fale por si por intermédio de cópias de suas cartas e memórias. As ilustrações – valioso acervo fotográfico, boa parte pertencente aos descendentes da princesa – também cumprem importante papel no livro, pois ajudam a elucidar a vida de d. Isabel e a dos que a cercavam.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos presidentes do Senado Federal: 1826 a 1999. 5. ed. Atual. Brasília: 1997. 99 p. il.

Localizador: R 923.281 B823 DP 1826-1999 5.ED.

Classificação:  

Resumo

A obra, de 1997, apresenta todos os presidentes do Senado, desde 1826, no período imperial, até 1999, legislatura presidida por Antonio Carlos Magalhães. Cada presidente é apresentado em sua filiação pessoal, partidária e política, bem como em sua trajetória pública e em suas principais contribuições e atuações no campo político, período de gestão à frente do Senado, cargos exercidos, títulos honorários e condecorações recebidas.

Ao final, é apresentada uma lista bibliográfica para o pesquisador interessado em conhecer mais profundamente o biografado.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores da Bahia, 1826-2000. 3. ed. rev. e atual. Brasília: 2000. 251 p.

Localizador: R 923.28142 B823 DBS 3.ED.

Classificação:  

Resumo

Lançado por ocasião da 4ª Feira Internacional do Livro da Bahia, realizada de 11 a 16 de junho de 1996, a obra registra atos, feitos, lutas e vitórias dos parlamentares do estado, retratando parte da história do Brasil. Na visão do então senador Antônio Carlos Magalhães, que presidiu a Casa (1997-1999 e 2000-maio 2001), o Senado Federal é primordialmente um fórum de debates, tendo como funções permanentes a representação dos interesses da Federação e o zelo por seu equilíbrio. Os parlamentares, por sua vez, avaliam o senador na apresentação da obra, contribuem para a modernização institucional do país. Entre os biografados, estão figuras de expressão nacional como João Mangabeira, Josaphat Marinho, Luiz Viana Filho, Muniz Sodré, Octávio Mangabeira, Rui Barbosa, Paulo Souto, Ruy Santos e Zacharias de Góes.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores da Paraíba, 1826–2000.** Brasília: 2000. 132 p.

Localizador: R 923.28133 B823 DBS

Classificação: **I** **H**

Resumo

Apresenta informações sobre ideias e ações que, na visão do então senador e primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, foram fundamentais para a formação cultural e política do povo brasileiro. *Dados biográficos dos senadores da Paraíba* abrange o período de 1824 a 2000; tem a função de auxiliar a conservar a memória política do país, servindo de fonte a pesquisadores e ao público em geral, numa amostra de seus personagens mais ilustres.

Cunha Lima acredita que o projeto das biografias tornou-se um ambicioso processo de conservação e democratização da informação e traz biografias que enriquecem a trajetória política de homens públicos como Antônio Mariz, Assis Chateaubriand, Cunha Lima, Epitácio Pessoa, Humberto Lucena, João Agripino e outros.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores de Goiás, 1826–1996. Brasília: 1996. 91 p.

Localizador: R 923.28173 B823 DBS

Classificação:  

Resumo

Evidencia a mudança provocada na geopolítica do país com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília e a conseqüente incorporação do Centro-Oeste brasileiro, creditada a Juscelino Kubitschek, que foi senador por Goiás, tido como principal referência na galeria de senadores goianos. Numa comparação com a importância de eventos históricos que influenciaram os rumos da política brasileira e o brilho de diversos tribunos baianos, catarinenses e paulistas, o então senador Mauro Miranda afirma que Goiás, por sediar a nova capital, foi o “berço do redescobrimto”.

O senador Pedro Ludovico também é citado como referência por ter sido responsável por utopia semelhante a Brasília e considerada impensável para a época, a construção de Goiânia. O senador Alfredo Nasser, por sua vez, originalmente da União Democrática Nacional (UDN) e depois do Partido Social Progressista (PSP), em um de seus mandatos como deputado federal (1959–63 e 1963–1965), presidiu a comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar acusações de extorsão no Departamento Federal de Segurança Pública do Distrito Federal. Outros biografados do estado de Goiás: Antônio Caiado, Dário Cardoso, Henrique Santillo, Íris Rezende, Olegário Pinto e Rocha Lima, entre outros.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores de Pernambuco, 1826–2001**. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: 2001. 243 p.

Localizador: R 923.28134 B823 DBS 3.ED

Classificação:  

Resumo

O aspecto histórico, tanto no período colonial, quanto no Império e na República, serve de referência para ressaltar o caráter visionário e idealista que inspirou os primeiros políticos pernambucanos a lutarem contra o invasor holandês. Índios, negros e portugueses fizeram nascer o "gérmen da brasilidade" junto ao talento de Martim Afonso de Souza nas duas únicas capitanias hereditárias brasileiras que prosperaram, relembra o então primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson. No estado em formação, surgem a indústria da cana-de-açúcar e os primeiros representantes do pensamento pernambucano.

E o Senado já exerce o papel de caixa de ressonância política da Nação, como sinaliza o senador; desde a Independência, tudo o que existe de relevante ou duradouro no país tem ou teve como origem a participação decisiva do Poder Legislativo.

Outro senador expressivo de Pernambuco, Marco Maciel, recorda que o movimento "Fico", 1ª versão oficial do Grito da Independência, surgiu como resposta a discurso de José Clemente Pereira, presidente do Senado e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, quando a câmara alta ainda se vinculava às câmaras municipais. Depois, no Império, esclarece o senador, segundo Pimenta Bueno, marquês de São Vicente e político brasileiro, na obra *Lições de Direito Público Brasileiro*, o Senado funcionava como princípio conservador da nacionalidade, atuando como órgão de equilíbrio entre a Coroa portuguesa e a Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo combativo e de espírito conciliador. Já na República, adquire sua configuração atual, refletindo o perfil de cada região e representando os sentimentos, anseios e aspirações de um povo.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores de Santa Catarina, 1826–1996. Brasília: 1996. 85 p.

Localizador: R 923.28164 B823 DBS

Classificação:  

Resumo

Serve de consulta e pesquisa sobre a vida administrativa, parlamentar e política dos senadores de Santa Catarina.

Dissemina à sociedade, a partir de uma base de dados atualizada, informações sobre a biografia dos senadores do estado, desde o Império até os dias de hoje. Trabalho gerenciado pela então Subsecretaria de Arquivo, com a participação da Secretaria de Documentação e Informação, das subsecretarias de Arquivo, Edições Técnicas, de Biblioteca e do Centro Gráfico do Senado Federal e da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores de São Paulo, 1826-2000. 3. ed. rev., ampl. e atual. Brasília: 2000. 225 p.

Localizador: R 923.28161 B823 DBS 3.ED.

Classificação:  

Resumo

Obra lançada aproveitando um momento simbolicamente importante, a celebração dos 500 anos do país, e também a 16ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 1998. Entre os pesquisadores das biografias, estava a professora de história Edilis Bokel, que faleceu durante os trabalhos e mereceu uma homenagem. É de sua autoria o destaque sobre a importância das *Entradas e Bandeiras*, expedições empreendidas para o alargamento das fronteiras do estado que deram ao país a dimensão que ele tem hoje. A obra é uma forma de reavivar a memória remota e recente da história do país e possibilitar a estudantes e pesquisadores consulta e pesquisa sobre os representantes do estado de São Paulo.

Conforme aponta Azevedo Marques, no livro *Província de São Paulo*, o estado iniciou sua participação política em 22 de janeiro de 1826. E nos primórdios do Senado, de 1827 a 1832, foi presidido por um senador paulista, o bispo e capelão-mor D. José Caetano, José Caetano da Silva Coutinho. Outros três nobres o acompanharam nessa legislatura: marquês de S. João da Palma, visconde de Congonhas do Campo e visconde de São Leopoldo.

Vale lembrar que foi na então província de S. Paulo que foi dado o Grito da Independência, e hoje o estado é o que abriga a maior população, o maior parque industrial, a maior produção econômica e uma intensa vida cultural e artística, dando grande contribuição ao crescimento econômico do país.

BRASIL. Congresso Nacional . Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins**. 2. ed. rev., amp. e atual. Brasília: 2001. 163 p.

Localizador: R 923.2811 B823 DBS 2.ED.

Classificação:  

Resumo

O senador José Sarney faz a apresentação do livro que integra a série *Dados biográficos dos senadores por estado*, editado pelo Senado e lançado na 1ª Feira Pan-americana do Livro em Belém (PA). Ao salientar a importância da publicação, o senador, representante do Amapá, observa que a região tem sido, cada vez mais, alvo da cobiça internacional e representa uma conquista decorrente da luta de brasileiros para consolidar a soberania sobre imensos espaços vazios, além de ter sido objeto de guerra diplomática dos portugueses para evitar a conquista pelo império espanhol. Tendo como símbolo o Barão do Rio Branco, Sarney enfatiza o trabalho da diplomacia brasileira não só pela pacificação do território do Acre, mas pela luta constante para que a Amazônia como um todo continue sendo espaço geográfico do Brasil.

O trabalho dos parlamentares, como representantes desses estados, torna-se ainda mais relevante, na opinião de Sarney, para reforçar esses estados como novas fronteiras de desenvolvimento. Roraima e Amapá foram transformados em estados, a partir da promulgação da Constituição de 1988, assim como Tocantins, criado por desmembramento da parte norte de Goiás.

Entre os biografados mais recentes desses estados estão José Sarney (AP), Marina Silva e Tião Viana (AC) e, entre os de legislaturas anteriores, Aluizio Bezerra (AC), Ernandes Amorim (RO) e Sebastião Rocha (AP).

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Amazonas, 1855–2001. 2. ed. rev., ampl. e atual. Brasília: 2001. 132 p.

Localizador: R 923.28113 B823 DBS 2.ED.

Classificação:  

Resumo

Tendo entre os biografados nomes ilustres como Amazonino Mendes, Arthur Virgílio, Barbosa Lima Sobrinho, Bernardo Cabral, Eunice Michilles, Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, a obra resgata parcela da história político-partidária dos biografados, seus atos e obras, cargos ocupados e façanhas. Na apresentação, o então senador Bernardo Cabral ressalta que o livro reaviva a memória de nomes pouco conhecidos no cenário político, porém, igualmente ilustres como representantes do estado.

Pesquisadores das áreas de documentação, informação, editoração e publicações buscaram dados nos arquivos e anais do Senado Federal. Segundo a comissão organizadora da série, o livro inclui referências bibliográficas de monografias e artigos de revistas e jornais de autoria dos senadores biografados. Serve de fonte "rica e fidedigna" para a atual e futuras gerações sobre os registros da história representativa do estado do Amazonas no Senado.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Ceará, 1826-2000.** 2. ed. Brasília: 2000. 167 p.

Localizador: R 923.28131 B823 DBS 2.ED.

Classificação:  

Resumo

Publicada em 1996, em 12 volumes, contendo a biografia de 62 senadores, a série *Dados biográficos dos senadores por estado*, abrange o período de 1826 até os dias atuais. De acordo com o então senador Lúcio Alcântara (CE), a série possui dupla perspectiva: de um lado proporcionar ao leitor conhecer a trajetória individual de cada senador, sua atividade política e parlamentar; de outro, permite a ele perceber, no conjunto de biografias, aspectos peculiares da evolução do processo político estadual.

Entre os biografados do estado do Ceará estão Carlos Jereissati, Cesar Cals, Cid Saboia, Lúcio Alcântara, Mauro Benevides, Pompeu de Souza e Virgílio Tavora.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Distrito Federal, 1890-1996. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 1996. 88 p.

Localizador: R 923.28174 B823 DBS

Classificação:  

Resumo

Focalizam-se neste volume os senadores do Distrito Federal, a partir de 1960, e os do Rio de Janeiro, sede da capital do Império e da República até 1960, quando da inauguração de Brasília. Serve de referência como fonte de pesquisa sobre a história política brasileira para pesquisadores e público em geral. Aborda o Distrito Federal em uma perspectiva histórica, tendo Brasília como capital da República a partir de 1960 e dotada de representação política a partir de 1986.

Dedicado aos que estudam História com o objetivo de melhor compreendê-la, este volume contempla políticos como Luis Carlos Prestes, capitão do Exército que comandou a Intentona Comunista de 1935, e Afonso Arinos, jurista e orador renomado, que elegeu-se senador pelo então Distrito Federal em 1958. Arinos ocupou o cargo até 1966, mas afastou-se duas vezes do cargo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no governo Jânio Quadros e no regime parlamentarista.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Espírito Santo, 1826-1998. Brasília: 1998. 99 p.

Localizador: R 923.28152 B823 DBS

Classificação:  

Resumo

Destaca a importância de a sociedade do Espírito Santo manter a memória da contribuição dos senadores das diversas legislaturas para o desenvolvimento econômico e social do estado. Entre os senadores biografados está Carlos Lindemberg, constituinte de 46, que foi governador do estado e fundou e presidiu o PSD no Espírito Santo, tendo presidido no Senado a Comissão de Economia. Também fundador do PSD, o senador Atílio Vivacqua, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, de 1947 a 1951, e foi autor de projeto de lei que instituiu o Fundo da Economia Cafeeira. Outros biografados são os senadores Gerson Camata, Monteiro de Barros, Moacyr Dalla, Moniz Freire e José Ignácio Ferreira, que faz a apresentação do livro.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Pará, 1826-2001**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Brasília: 2001. 136 p.

Localizador: R 923.28115 B823 DBS 2.ED.

Classificação: **I** **H**

Resumo

Menciona a aproximação que as feiras do livro proporcionam entre o Senado e o cidadão. Considerando que *Dados biográficos dos senadores do Pará* abrange o período de 1826 a 2001, é, na visão do então senador e seu presidente, Jader Barbalho, uma publicação útil a pesquisadores, estudantes e professores e serve para resgatar o nome e a vida parlamentar desde o Império, passando pela República até a legislatura de 1996.

Jader considera o trabalho gráfico bem elaborado e de fácil consulta, enfatizando as características do Pará como estado de base extrativista, com grande biodiversidade e cultura em que se misturam três raças. Entre os biografados estão Hélio Gueiros, Jader Barbalho, Jarbas Passarinho, Joaquim Nabuco, Juvêncio Dias e Lauro Sodré.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Paraná, 1854/1997. Brasília: 1997. 99 p.

Localizador: R 923.28162 B823 DBS

Classificação:  

Resumo

Conforme disposto na apresentação da obra, o estado foi elevado a essa condição por lei imperial de agosto de 1853 e emancipou-se em dezembro daquele ano. A ideia foi reunir e atualizar material de consulta e pesquisa para interessados na história do Brasil, com informações pessoais, profissionais e fatos da vida política e administrativa dos senadores, fornecendo à comunidade material acessível e transparente.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro, 1826–2001. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: 2001. 216 p.

Localizador: R 923.28153 B823 DBS 3.ED.

Classificação:  

Resumo

O Rio de Janeiro foi cenário do primeiro e segundo Império, da turbulência da Regência, da Proclamação da República e da Revolução de 30, o que confere ao estado um peso político e uma história ímpar no Brasil, tornando-o “um pequeno cadinho dos sonhos e fantasias de todos os brasileiros”. O Brasil independente nasceu com sede no Rio de Janeiro e também foi lá que a atividade parlamentar prosperou, com seus representantes emprestando-lhe o “brilho, a lucidez e o idealismo”, bem descritos por Machado de Assis em “O Velho Senado”.

Essa obra consolida a política de divulgação das publicações oficiais, a um baixo custo, e com o objetivo de democratizar o acesso dos cidadãos às informações legislativas.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul, 1826–2001. 3. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: 2001. 192 p.

Localizador: R 923.28165 B823 3.ED.

Classificação:  

Resumo

Ao longo do Império, como uma das instituições mais antigas do país, o Senado contribuiu, pela força e dignidade de seus representantes, para manter a unidade nacional. Como representante do Rio Grande do Sul, o senador Pedro Simon escolheu, entre inúmeros pares ilustres, três a quem, segundo ele, a Nação deve favor especial: Getúlio Vargas, como o que mais tempo comandou o país, "Senhor absoluto" e que "deixou a vida para entrar na história", com o gesto extremo do suicídio. Governou o estado, foi ministro e ascendeu à Presidência da República. Alberto Pasqualini, o segundo, foi, avalia o senador, um grande político e "o maior teórico" do trabalhismo. E Paulo Brossard, por ter combatido e derrubado a ditadura militar de 1964. Outro dado relevante é que transcorreram três quartos de século entre a Revolução de 30 até que o Rio Grande do Sul elegeu a primeira mulher senadora, Emília Fernandes, em 1994.

A obra permite percorrer de forma rica e sinuosa, e com um olhar "curioso e indagador" sobre os personagens da biografia, a fim de se conhecerem fatos menores e redescobrir um desenho mais preciso, um perfil mais verdadeiro, daqueles que contribuíram para a história do Parlamento brasileiro e do Brasil.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores: quinquagésima quarta legislatura 2011-2015**. Brasília, 2011. 436 p.

Localizador: D 923.281 B823 2011-2015

Classificação:  

Resumo

Constitui importante obra de referência e preservação da memória institucional. As informações revelam a trajetória de cada parlamentar, a atividade desenvolvida ao longo da vida pública e informações adicionais como: profissão, nascimento, filiação, cônjuge, filhos, formação educacional, mandatos eletivos, cargos exercidos, informações profissionais, missões no exterior, homenagens recebidas, participações em congressos e seminários e trabalhos publicados.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Senadoras: dados biográficos: 1979-2012.** Brasília, 2012. 2 v., il., retrs.

Localizador: R 923.281 B823 SENA 1979-2012

Classificação:  

Resumo

Publicação que busca valorizar a crescente participação feminina na política. Assinala que a Princesa Isabel no ano de 1871 assumiu interinamente o trono como princesa imperial regente e somente por isso não ocupou assento no Senado Federal, cargo que o artigo 46 da Constituição de 1824 lhe facultava: "Os príncipes da Casa Imperial são senadores, por direito, e terão assento no Senado logo que chegarem à idade de 25 anos".

Dessa forma, foi somente em 1979 que o Senado teve a presença oficial da mulher, quando Eunice Michilles assumiu a vaga do senador João Bosco, pelo Amazonas, por ocasião de seu falecimento. Já as senadoras Júnia Marise e Marluce Pinto foram eleitas diretamente pelo voto em 1991.

Do Império à República foi um longo trajeto em direção à modernização dos costumes até que fosse possível o aumento da presença feminina nos mais diversos meios institucionais. No Senado, a Lei nº 10.745, de 2003, instituiu o Ano Nacional da Mulher.

CAMEU, Francolino; SOUSA, Aleixo Alves de. **Políticos e estadistas contemporâneos: subsídios para a história política do Brasil**. São Paulo: Typ. Piratininga, 1917. 3 v., il.

Localizador: R 923.281 C182 PEC

Classificação: **I** **H**

Resumo

Escrita em 1917, procura ter o cuidado de ser imparcial sobre seus biografados. O subtítulo indica que a intenção é fornecer subsídios para que o leitor possa, por meio de personalidades como a de Pinheiro Machado, general do Exército e senador do Império, relatar a história política do Brasil. Seus historiados passam do Império ao período republicano e eles buscam fornecer ao historiador subsídios e informações que o habilitem a fazer um julgamento justo, evitando a fácil tentação da demagogia ou do endeusamento. Buscam, segundo as justificativas na apresentação da obra, ser imparciais na apreciação dos políticos e dos acontecimentos reportados.

A obra, em três volumes, está distribuída em séries. A primeira delas trata dos políticos: general Pinheiro Machado, senador Epitácio Pessoa, senador Tavares de Lyra, senador João Luis Alves e senador Rui Barbosa.

A 2ª série trata de Rui Barbosa e de Alfredo Ellis, e os autores são cuidadosos ao assinalar que falar sobre Rui Barbosa é uma responsabilidade muito grande, referem-se a ele como "a mais possante intelectualidade da América do Sul", assim considerada, entre as nações mais cultas do mundo, "mestras do civismo e da democracia". Os autores o avaliam como um gênio que nem sempre foi compreendido. Assumem a pretensão de fazer uma análise de conjunto e em detalhe.

Na introdução à 3ª série, sem mencionar os biografados, os autores admitem que irão agradar a uns e desagradar a outros, mas que buscaram ser imparciais e sinceros em seus julgamentos. A intenção deles é fornecer ao historiador subsídios e informações sobre os homens públicos daquele período, porém avaliam que alguns foram contaminados pelo vício da demagogia. Ainda segundo os autores, o homem comum não valoriza ou reconhece o "orador discreto, o fecundo argumentador, o homem de gabinete". Essa série biografava Washington Luis, Melo Vianna, Arthur Bernardes, Antônio Azeredo, Paulo de Frontin, Lauro Muller, Lacerda Franco, João Lyra, Affonso de Camargo e Mendonça Martins.

CARDOSO, Clodomir. Clodomir Cardoso: senador 1934/37, senador constituinte 1946/53. Brasília, 1997. 581p. (Grandes vultos que honraram o Senado, 2)

Localizador: 923.281 G752 ADF

Classificação:   

Resumo

Na apresentação da biografia do ex-deputado estadual e federal, ex-senador, ex-governador do Maranhão, jurista, professor, membro da Academia Maranhense de Letras, biógrafo, jornalista e, conforme o presidente José Sarney, grande humanista e pensador, Clodomir Cardoso contribuiu para a feitura da Constituição de 1946, graças a seus consolidados conhecimentos jurídicos e também por seu caráter civilista.

Escreveu mais de dez livros sobre temas como a atuação jurídica da mulher, a Constituição de 1891, a Reforma Constitucional de 1926, sociedades anônimas, prescrições de ações por dívida, além de ter realizado estudo aprofundado sobre Rui Barbosa, sua integridade moral e a unidade de sua obra. Seus conhecimentos jurídicos serviram também para sua atuação, por dez anos, como membro da Comissão de Constituição e Justiça. No Senado, distinguiu-se por seu espírito público, conhecimento dos problemas nacionais e grande formação cultural.

CASTRO, Augusto Olympio Gomes de; CASTAGNINO, A. Souto. **O Senado Federal de 1890 a 1927: relação dos senadores desde a constituinte até a 13ª legislatura.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1927. 150 p., il. fots.

Localizador: R 923.281 C 355

Classificação:   

Resumo

Apresenta a relação de senadores, desde a Constituinte até a 13ª legislatura, em cada unidade da Federação, contendo breve biografia de cada parlamentar, acompanhada de foto; além de índice remissivo por nome de senador. A obra está imbuída de caráter documental e descritivo.

COSTA, Virgílio. **Apresentação de Afonso Arinos.** Brasília: Senado Federal, 2009. 748 p., il. (Edições do Senado Federal, v. 124).

Localizador: 923.281 F825C AAA

Classificação:   

Resumo

Biografia do político, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, polemista e intelectual Afonso Arinos (1905-1990). Com vasta iconografia, o livro encontra-se dividido na biografia propriamente dita e na parte documental, composta de cronologia, salva de poemas, fotobiografia, antologia, fortuna crítica e bibliografia.

FARIA, Alberto de. **Mauá: Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá: 1813 - 1889**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, 550 p., il. (Biblioteca do Espírito Moderno. História e biografia. Série 3, 46)

Localizador: 923.881 M447F

Classificação: 

Resumo

Primeira biografia de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, foi elaborada por meio de intensa pesquisa em documentos históricos, como correspondências pessoais, discursos, cartas, pareceres, relatórios, depoimentos, revistas, jornais, folhetos, panfletos e livros, muitos deles acessados na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Público Nacional.

Destaque para a participação de Mauá no Parlamento brasileiro – deputado federal pelo Rio Grande do Sul –, e para os conflitos com os parlamentares Zacarias de Góis e Vasconcelos e Gaspar da Silveira Martins.

FERNANDES, Carlos F. de Souza (Org.). **Senado brasileiro: relação por ordem chronologica dos senadores do Brazil desde a fundação do Senado do Imperio...** Rio de Janeiro: Ao Luzeiro, 1912. 1 v.

Localizador: R: 923.281 S729 S

Classificação:  

Resumo

Escrito em linguagem arcaica, apresenta uma relação, por ordem cronológica e por província, dos senadores desde a fundação do Senado do Império, em 1826, até a sua dissolução em 1889. Exibe a lista tríplice, que em alguns casos, variava em número de indicados, pela qual o Imperador avalizava um senador escolhido. Traz dados do Senado da República desde 1890, ano em que se instalou, ainda como Congresso Constituinte, até 15 de junho de 1911. Traz ainda a relação dos presidentes do Senado e seus vice-presidentes, dos deputados integrantes da Constituinte de 1823 e dos membros do Congresso Constituinte de 1890.

FIGUEIREDO, Argemiro de. **Argemiro de Figueiredo**. Brasília, 1998. 529 p. (Grandes vultos que honraram o Senado, 3)

Localizador: 923.281.G752 CC

Classificação:  

Resumo

Considerado figura importante, tanto para a política paraibana quanto para a política nordestina, exerceu diversos papéis de destaque, particularmente o governo do estado. Em sua carreira política, defendeu valores como liberdade e igualdade e foi intransigente na defesa dos princípios democráticos. Sua visão da política era humanista e tinha como objetivo o alcance da justiça social. Ao longo de sua vida pública, atingiu destacada envergadura política, tendo denunciado os principais males do país, como as desigualdades regionais e sociais e a enorme concentração de renda, que levavam, na sua concepção, à existência de um “país bipartido”, metropolitano e colonial.

Figueiredo aprimorou seu pensamento político e jurídico a partir de 1964, com uma perspectiva abrangente dos problemas nacionais. Tinha consciência da importância de fatores externos na consolidação da democracia, da política como representativa de interesses concretos e do relacionamento governo/oposição como tendo necessidade de distanciar-se de extremismos para poder adotar posturas responsáveis em proveito da nação.

FONSECA, João Justiniano da. **A vida de Luiz Viana Filho**. Brasília: Senado Federal, 2005. 287 p., il., fots.(Edições do Senado Federal, v. 58). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1103>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

Localizador: 923.281 V614F VDL

Classificação:  

Resumo

Biografia do político e escritor – historiógrafo e biógrafo – Luiz Viana Filho (1908-1990), que exerceu vários mandatos eletivos: deputado federal, governador da Bahia, ministro, senador da República e presidente do Congresso Nacional.

Além das obras de cunho histórico, legou-nos importantes biografias de vultos da vida nacional, como Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, José de Alencar, Eça de Queirós, Machado de Assis, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Miguel Osório. Inclui fotografias de várias fases e reproduções de documentos.

LUCENA, Humberto. **Humberto Lucena**. Brasília, 2006. 737 p. (Grandes vultos que honraram o Senado, 6)

Localizador: 923.281 G752 HL

Classificação:   

Resumo

Retrata a vida política do paraibano Humberto Lucena, deputado estadual por duas vezes, deputado federal, senador, líder partidário, fundador do PMDB, presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Descreve a trajetória de cinquenta anos de vida pública do biografado, seus projetos de lei e as homenagens recebidas após seu falecimento, além de reproduzir seus discursos memoráveis.

A coleção *Grandes vultos que honraram o Senado* faz justiça aos grandes marcos da história do Legislativo brasileiro.

MAIA, Agaciel da Silva. **O Senado e seus presidentes: Império e República.** Brasília: Senado Federal, 2004. 293 p., il. fots.

Localizador: R 923.281 M 217 SSP

Classificação:   

Resumo

Traz, de forma objetiva, pontual e ilustrada, a biografia de todos os senadores que já assumiram a Presidência da Casa, desde os tempos do Império até a Era Sarney. Cada biografia é aberta com uma citação de relevo do senador retratado (todos, com desenho ou foto), seguindo-se os dados: estados de origem e de representação do senador, formação e currículo, datas de nascimento e posse, fim de mandato e morte, seus feitos, fora e dentro da instituição, além de episódios que marcaram sua vida política e a do período em que chefiaram a Câmara Alta, tais como questões épicas, tratados, crises, discursos polêmicos etc. O livro não abrange somente resumos de histórias de vida, mas, efetivamente, registros dos acontecimentos políticos mais importantes das épocas de atividade do Senado.

Citações no início de cada biografia podem ser úteis (a maior parte, porém, não é composta de frases de efeito, mas fruto da atividade no Senado). Há transcrição da crônica *O Velho Senado* de Machado de Assis, ao final, e algumas passagens testemunhadas pelos senadores ou sobre eles. O livro contém ilustrações, em escalas de cinza, não só das figuras de todos os senadores, como também de momentos, relíquias ou prédios históricos.

MAIA, Agaciel da Silva. **Parlamentares do Rio Grande do Norte: senadores (do Império à República)**. Prefácio de José Sarney. Brasília: Senado Federal, 2002. v.1, il.

Localizador: R 923.28132 M217 PRG

Classificação: **I** **H** **F**

Resumo

Abrange todos os senadores do estado do Rio Grande do Norte, do Império à República (1826–2002), com uma biografia detalhada e subsídios sobre vida e obra de cada um, tais como Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, José Augusto Bezerra de Medeiros, Georgino Avelino, Dinarte Mariz, Agenor Maia, Torres Homem (visconde do Inhomirim), Affonso de Albuquerque Maranhão e Walfredo Gurgel.

Muitos senadores tinham formação intelectual precária, se olhados à luz dos títulos acadêmicos, enquanto outros foram, a um só tempo, médicos e diplomatas, jornalistas e industriais. Participaram de um tempo em que a grande luta democrática era pela abolição da escravatura, pela concessão do direito de voto às mulheres, até o Brasil que avança para uma convivência pacífica em um novo mundo, que entra no século XXI às voltas com os grandes debates trazidos pelo fenômeno social e político da globalização.

Enfoca, ainda, a universalidade de Dinarte Mariz ou de Agenor Maria que, muitas vezes, com os olhos postos em Caicó ou na Chapada do Apodi, conseguiram sentir o cotidiano de milhões de homens do campo, sertanejos, pessoas simples para as quais os fenômenos das secas cíclicas eram questão de vida ou morte, e, ao lado destes, expoentes da cultura nacional como José Augusto Bezerra de Medeiros e Tavares de Lyra, abordaram questões candentes como reformas constitucionais e novas diretrizes econômicas para o desenvolvimento do país.

MOTTA, Marly Silva da. **Teotônio Vilela**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: FGV, 1996. 299 p. (Grandes vultos que honraram o Senado, 1)

Localizador: 923.281 G752 TV

Classificação:   

Resumo

A biografia, consequência de sugestão do senador Pedro Simon, relata a trajetória de vida do senador Teotônio Vilela. Inicia-se pelo final da sua carreira política, quando vice-presidente do PMDB, período em que descobre um câncer. Destaca sua luta pela realização imediata de eleições diretas para presidente da República na década de 80, recuperando imagens, momentos e charges importantes.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Apresentação e cronologia Raymundo Faoro. Posfácio Evaldo Cabral de Mello. Textos de Machado de Assis, José Verissimo Baptista Pereira. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v., il.

Localizador: 923.281 A663N EI 5.ED.

Classificação:   

Resumo

Apresenta a biografia detalhada de José Thomaz Nabuco de Araújo, senador do Império e pai do autor do livro. Ultrapassa a mera proposta de biografia, tendo em vista oferecer vasto panorama do período. Joaquim Nabuco foi pioneiro em retratar o Império brasileiro com tal abrangência que o livro, publicado em sua primeira edição em três volumes em 1897/99, permanece atual.

NETO, Leonardo Leite. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros: de 1826 a 1986**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1986. 4 v.

Localizador: R 923.281 B 823 CBS

Classificação:  

Resumo

A coleção, em seu primeiro volume, exibe estatísticas sobre os dados biográficos dos senadores (ex.: escolaridade, ocupação de outros cargos públicos e atividades, distribuição por estado etc.), características e história do Senado brasileiro (assinada pelo cientista político Vamireh Chacon), senadores maçons, entre outros. Em seguida, em ordem alfabética, os quatro volumes traçam um perfil dos senadores ao estilo "folha corrida", normalmente ilustrado com retrato e em torno de duas páginas. É obra completa, de cunho biográfico, disponível na Biblioteca do Senado, e sua abrangência vai desde a instauração da Casa, no Império, até a data de conclusão do trabalho, em 1986.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1973. 2 v.

Localizador: R 923.281 N778

Classificação: **I** **H**

Resumo

Escrito em comemoração ao sesquicentenário do Senado, relaciona os senadores do Império por província. Foi escrito pelos cientistas políticos Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo em 1973. Apresenta também uma tabela das legislaturas de 1826 a 1889, ano de Proclamação da República.

PRESTES, Luiz Carlos. **Luiz Carlos Prestes: o constituinte, o senador (1946-1948)**. Sérgio Soares Braga, organizador. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 772 p. (Edições do Senado, 10). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1079>>. Acesso em: 08 out. 2012.

Localizador: 320.981 P936 LCP

Classificação:  

Resumo

Mostra momentos importantes da vida do constituinte e senador Luiz Carlos Prestes, que passou anos sofridos em cativeiro, inspirando respeito até mesmo em seus próprios adversários. Registro de participantes de vários momentos históricos políticos, até mesmo do cancelamento do registro eleitoral e da cassação dos mandatos do PCB, resultado do combate parlamentar e judiciário travado por Prestes e seus companheiros.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro**. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. 212 p. (Grandes vultos que honraram o Senado)

Localizador: 923.281 G752 DR

Classificação: **I** **H** **L**

Resumo

Biografa o mineiro de Montes Claros, Darcy Ribeiro. Ressalta suas principais propostas de leis, como as na área da educação e a que colocava o pedestre em situação privilegiada em relação ao automóvel, capazes de gerar inversões em antigas lógicas da sociedade brasileira.

Destaca o fato de que o número das proposituras que lhe são atribuídas não era elevado, mas que sempre revelaram visões contundentes e significativas sobre o Brasil, com alto potencial de transformação.

SISSON, S. A. (Ed.). **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 v., il. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1027>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

Localizador: R 920.081 G154 GDB

Classificação:   

Resumo

Avalia ser possível revelar grandes acontecimentos políticos de um país por meio das histórias de estadistas, diplomatas, sábios e poetas. O livro abarca os primórdios do Império, o Grito da Independência e seus principais acontecimentos e atores, com figuras marcantes como o padre José de Anchieta que, embora não nascido no Brasil, foi preponderante nos desdobramentos históricos, até o padre Caldas, poeta e famoso orador fluminense.

O autor diz que a aproximação com o herói das batalhas ou com o poeta na efervescência de sua produção literária faz com que o cidadão comum sinta-se participe da história. Também as gerações futuras poderão se inspirar no exemplo desses brasileiros ilustres e de seus feitos.

SOUSA, Pompeu de. **Pompeu de Sousa: perfil parlamentar**. 2.ed. Brasília: Senado Federal, 2001. 593 p. (Grandes vultos que honraram o Senado)

Localizador: 923.281 G272 OS 2.ED.

Classificação: **I** **H**

Resumo

Considerado um político lúcido e combativo, Pompeu de Souza foi responsável, na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), pelo artigo 220, que proporcionou aos meios de comunicação ampla liberdade de imprensa. Em sua atuação política no Distrito Federal, contribuiu para a elaboração do plano diretor do DF, as diretrizes da política urbana, a fixação de normas para licitação e contratos da administração pública, e o financiamento, pela União, de sistemas de educação e saúde.

Democrata convicto, defensor da liberdade e da Justiça, educador emérito, co-fundador da Universidade de Brasília e um dos mais importantes e influentes jornalistas do país, foi o criador do *lead*, parágrafo principal de um texto jornalístico, que estabelece uma comunicação imediata com os leitores. No jornalismo, trabalhou no *Diário Carioca* e foi contemporâneo de Carlos Castello Branco, Armando Nogueira, Jânio de Freitas e Evandro Carlos de Andrade. Na política e no mundo artístico, conviveu com Juscelino Kubitschek, Assis Chateaubriand, San Thiago Dantas, Afonso Arinos, Paulo Mendes Campos, Nelson Rodrigues, Claudio Santoro, Nelson Pereira dos Santos, Ferreira Gullar e Otto Lara Rezende.

Politicamente, conspirou contra o Estado Novo. Foi fundador da UDN, tendo criado a corrente Esquerda Democrática, que viria a se tornar o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**. Brasília, 2010. 223 p. (Grandes vultos que honraram o Senado, 7)

Localizador: 923.281 G752 PP

Classificação:  

Resumo

Biografia Petrônio Portella, considerado o "arquiteto da abertura democrática", por sua habilidade na arte de dialogar. Destaca que, graças a seu esforço pessoal, foi possível efetivar o acordo com os militares, que ficou conhecido como a Missão Portella, para uma abertura ampla, lenta e gradual, com a anistia aos exilados políticos pela ditadura.

Relembra fatos como: sua presidência no Senado entre 1971 e 1973; a liderança no governo Médici; em 1974, reeleito senador, a Missão Portella durante o governo Geisel em seus planos de abertura; nova presidência no Senado entre 1977 e 1979; comando da Comissão de Relações Exteriores, função que abandonou para exercer o cargo de ministro da Justiça de João Figueiredo; cotação para a sucessão presidencial, dada sua capacidade de articulação; e, finalmente, seu falecimento em Brasília, vítima de ataque cardíaco.

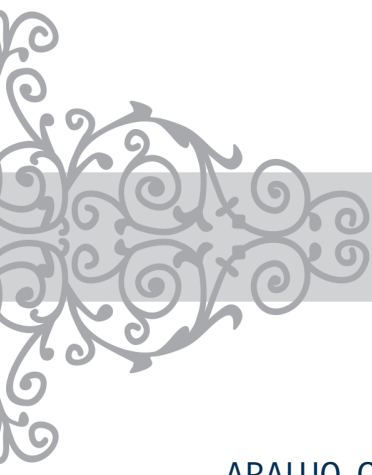
VIANA FILHO, Luiz. **A vida de Ruy Barbosa**. 14. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2008. 665 p.

Localizador: 923.281 B238VI VRB 14.ED.

Classificação:  

Resumo

Edição *post mortem* promovida pelos herdeiros de Luiz Viana Filho, acadêmico que dá nome à Biblioteca do Senado Federal, dedicada a traçar biografia do patrono da instituição, Rui Barbosa. A obra apresenta citações e transcrições que não só delineiam a trajetória pessoal do tribuno, com destaque para seus grandes momentos, mas que também conferem contextualização histórica de diferentes épocas do Império e da República no Brasil. A edição anterior (11. ed., 490p.) foi elaborada no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira, em 1987, quando o autor ainda vivia.



Capítulo(s) de Livro

ARAUJO, Caetano Ernesto Pereira de. O bicameralismo na Constituição de 1988. In: **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois**. Bruno Dantas et al. (Org.) Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, v. 2, p. 331-345.

Localizador: 341.2481 C758 CBV

Classificação:  

Resumo

O texto faz a recapitulação de algumas das funções atribuídas pela literatura às segundas Câmaras no mundo e um breve histórico do bicameralismo no Brasil. Apresenta os poderes conferidos ao Senado pela Constituição de 1988 e faz uma comparação com os poderes dos Senados de outros países. Por fim, analisa as duas principais hipóteses concorrentes na literatura sobre o papel do Senado: aquela que vincula o Senado e seus poderes à estrutura dos sistemas presidencialistas e a tradicional hipótese federativa.

BROSSARD, Paulo. A experiência parlamentarista no Império e na República. In: SIMPÓSIO SOBRE O PARLAMENTARISMO, 1983, Brasília, DF. **Parlamentarismo já** - Anais do Simpósio sobre o Parlamentarismo. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987. 43-74 p.

Localizador: 341.237 S612 PJA

Classificação:  

Resumo

Paulo Brossard, senador à época, faz uma narrativa histórica sobre o Parlamentarismo do Império brasileiro e da República na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brossard discorre sobre a origem e formação do sistema no mundo e sua adoção por D. Pedro I, que o conferencista qualifica como chefe de Estado de tendências liberais, apesar de Imperador absolutista. Participaram do debate – no qual o sistema parlamentarista é comparado com o presidencialista em uma abordagem histórica – Paulo Brossard, Bonifácio de Andrada, Murilo Badaró, Jarbas Lima, José Machado, Roberto Rolemberg e Victor Faccioni. Ao final das discussões é sugerida a criação de uma frente parlamentarista multipartidária.

CASTRO, Ramiro Berbert de. **Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palacio Monröe e Bibliotheca Nacional.** Rio de Janeiro: Brasil. Ed., 1926. 66 p., il. fots. Separata do livro do centenário da Câmara dos Deputados, 1826-1926. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179460>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: V 725.110981541 C355 HDE 1926

Classificação:  

Resumo

O documento aborda momentos históricos passados e descrição arquitetônica da Cadeia Velha, do Palácio Monroe e da Biblioteca Nacional, tais como a condenação de Tiradentes, o concurso de arquitetura vencido pelo Monroe, as várias sedes da Câmara, a morte de Rui Barbosa, entre outros fatos históricos relevantes.

FONTINELLE, Mário M. O Senado. In:____. **Minha mala, meu destino.** Coordenação de Raquel Cavalcante. Brasília: Alhambra, 1988. p. 61-65. principalmente il. fots.

Localizador: 918.174 F684 MMM

Classificação:   

Resumo

Fontinelle ("Fonte"), mecânico de avião de origem humilde, amigo do presidente Juscelino Kubitschek e fotógrafo por paixão, tem o privilégio de ser autor de interessantes fotos aéreas sobre a construção de Brasília, tais como a do marco zero da Capital.

É descrito na apresentação deste livro, composto basicamente de fotografias, como o "candango que, ao invés de edifícios, constrói imagens...". O livro contém reprodução dos originais de interessantes notas em tom de memórias, opiniões e relatos. As fotos registram populares bastante curiosos, bem como as obras dos edifícios públicos e privados do surgimento da cidade. A obra possui seção sobre a construção do Palácio do Congresso Nacional.

MONTEIRO, Tobias. A constituição outorgada. In: _____. **História do Império: o Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1939-1946. v. 2, p. 9-56.

Localizador: 981.04 M775 H

Classificação:  H

Resumo

De conteúdo histórico, versa sobre acontecimentos específicos do período do Primeiro Reinado. Fornece alto grau de detalhes e de determinantes que concorriam para o posicionamento das personalidades envolvidas e para algumas interfaces com a outorga da primeira constituição do país. A obra, como um todo, contém retratos de autoridades e respectivo índice.

MONTEIRO, Tobias. A dissolução da constituinte. In: _____. **Historia do Império: a elaboração da independência**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. p. 801-845.

Localizador: L 981.034 M775

Classificação: **H**

Resumo

A obra, de conteúdo histórico, versa sobre acontecimentos específicos do período da Independência, desde a invasão francesa em Portugal até a consolidação territorial brasileira no imediato pós-Independência. O capítulo destacado retrata a dissolução da Assembleia Constituinte, culminando na outorga da primeira constituição do país. Ao final, o livro contém retratos de autoridades da época e respectivo índice.

MONTEIRO, Tobias. A dissolução do Congresso. In: _____. **Pesquisas e depoimentos para a história.** Rio de Janeiro: F. Alves: Aillaud Alves, 1913. p. 325-326.

Localizador: L 981.04 M775 P

Classificação: **H**

Resumo

Este último capítulo registra, assim como o restante da obra, depoimentos de personalidades políticas de fins do século XIX sobre episódio específico da vida política do país, com revelações exclusivas dos protagonistas de tais acontecimentos decisivos, algumas das quais vieram à tona no *Jornal do Commercio*, publicação das mais renomadas da época.

MONTEIRO, Tobias. A lucta do parlamento. In: _____. **História do Império: o Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1939-1946. v. 2, p. 273-288.

Localizador: 981.04 M775 H

Classificação: 

Resumo

De conteúdo histórico, versa sobre acontecimentos específicos do período do Primeiro Reinado. Fornece alto grau de detalhes e de determinantes que concorriam para o posicionamento das personalidades envolvidas e para algumas interfaces de questões internas do Congresso imperial. A obra, como um todo, contém retratos de autoridades e respectivo índice.

MONTEIRO, Tobias. Exageros da Constituinte. In: _____. *História do Império: a elaboração da independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. p. 748-774.

Localizador: L 981.034 M775

Classificação: **H**

Resumo

A obra, de conteúdo histórico, versa sobre acontecimentos específicos do período da Independência, desde a invasão francesa em Portugal até a consolidação territorial brasileira no imediato pós-Independência. O capítulo destacado mostra as dissonâncias parlamentares prévias à dissolução da Assembleia Constituinte, culminando na outorga da primeira constituição do país. Contém retratos de autoridades da época e respectivo índice.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. As sondagens de opinião como mecanismo de participação da sociedade. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Paulo: Difusão, 2011. p. 229-241. (Série pensamento e prática).

Classificação: 

Resumo

Trata das diferentes formas de sondagem de opinião e de participação popular (e.g., referendo, plebiscito e iniciativa popular), pelos quais a sociedade participa do processo democrático.

Analisa também a comunicação pública a serviço do engajamento legislativo, com a apresentação da experiência do serviço DataSenado. Como contribuição do artigo, a autora aponta a pesquisa de opinião como ferramenta de comunicação pública que viabiliza a participação da sociedade no processo político-legislativo, com ênfase no diálogo e na interatividade. Nas considerações finais, acrescenta que a variedade de assuntos e de abordagens nas pesquisas de opinião do DataSenado possibilita às sondagens cumprirem sua função comunicativa, buscando a opinião dos cidadãos e levando ao conhecimento dos parlamentares o desejo da população antes da tomada de decisões.

PINTO, Paulo Brossard de Souza. Presidencialismo ou parlamentarismo. In: CONSTITUIÇÃO e constituinte. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987. p. 89-105.

Localizador: 341.2 C758 CC

Classificação:  

Resumo

Apanhado histórico das origens e do desenvolvimento do presidencialismo e do parlamentarismo no Brasil e no mundo. Em um estilo coloquial, o autor discorre sobre as características do sistema presidencialista e do sistema parlamentarista, pontuando questionamentos e observações sobre as vantagens e desvantagens de um e de outro, com base em exemplos do que ocorreu na história política de países como os Estados Unidos e a Inglaterra. No final, aborda a transição da monarquia para a república no Brasil e a conseqüente substituição de um sistema quase parlamentarista, fortemente centrado na figura do imperador, por um sistema presidencialista, que, em sua opinião, significou o abandono das instituições nacionais em favor do modelo americano.



Catálogos

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2000. v. 1, il. (Série comemorativa A Câmara nos 500 anos). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/561>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 016.090 B823 CBC

Classificação:   

Resumo

Contém informações sobre duzentas obras raras distribuídas em cinco capítulos. Cada obra vem acompanhada de uma descrição bibliográfica, bem como do autor e colaboradores, e informações sobre o conteúdo da obra, seu valor intrínseco e as condições físicas do exemplar. Inclui exemplares dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. A seleção foi feita levando-se em consideração a antiguidade da obra, o valor histórico e literário para a construção do pensamento social brasileiro e o eventual interesse para historiadores, pesquisadores e bibliófilos.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados: Brasil por escrito**. Brasília, 2004. v. 2, il. (Série coleções especiais. Obras raras, n. 1). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/581>>. Acesso em: 14 dez 2011.

Localizador: 016.090 B823 CBC

Classificação:   

Resumo

Este segundo volume traz somente obras referentes ao Brasil. Inclui desde livros do século XVI até alguns do início do século XX. Oferece um panorama da História do Brasil desde o seu descobrimento até a Proclamação da República e da fixação definitiva das fronteiras brasileiras pelo trabalho do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco. Alguns assuntos históricos são representados, como a documentação sobre a escravatura de negros e de índios, as lutas contra os holandeses e o processo da Independência. Traz a correspondência entre o Príncipe Regente Dom Pedro e seu pai, Dom João VI, complementada por ofícios e documentos das diversas províncias e por depoimentos de militares portugueses submetidos a conselhos de guerra, que questionaram as suas atuações ao longo do processo. Essas publicações são particularmente raras por terem sido impressas pelas Cortes de Lisboa para distribuição somente aos seus membros e proibida a reprodução.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Biblioteca. **Catálogo alfabético: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898-. v.

Localizador: 018.1 B823 CA

Classificação:   

Resumo

Trata-se do primeiro catálogo alfabético das obras adquiridas para compor o acervo da biblioteca do Senado. A obra relaciona, alfabeticamente, os livros, publicações periódicas, mapas, plantas e cartas geográficas, totalizando 3.359 itens.

O trabalho é uma indexação das obras disponíveis na Biblioteca do Senado em 1898. A parte interessante do livro é a introdução, em que consta a história de como surgiu a primeira sede do Senado, o Palácio do Conde dos Arcos, e do início da Biblioteca do Senado, que funcionava em prédio anexo.

Na introdução, encontram-se algumas fotos das instalações da Biblioteca do Senado em 1898 e uma breve relação de obras importantes que faziam parte do acervo na época. Obra rara da Biblioteca.

BRASIL.Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. **Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho**. Brasília. 2011. 471 p., il. (Edições da Biblioteca do Senado Federal, 5).

Localizador: R 016.090 B823 CORA

Classificação:   

Resumo

Contém registros originais sobre a história e a política do país desde o século XVIII. É composto por 275 obras raras pertencentes ao acervo da Coleção Luiz Viana Filho, levando-se em consideração a antiguidade da obra; o valor histórico, cultural e literário para a construção e preservação da memória brasileira; a importância dessas obras no universo dos bibliófilos, pesquisadores e historiadores; e, ainda, as edições consideradas especiais no mercado editorial.

As obras resenhadas vêm acompanhadas de uma descrição bibliográfica e de uma breve biografia do autor, além de reproduções e ilustrações para que se conheça a beleza dos originais armazenados na Sala de Obras Raras da Biblioteca do Senado Federal. Os documentos são apresentados por divisão temática, a saber: textos históricos dos séculos XVIII e XIX, em que foram inseridas obras do Império português, de viagens e descrições, de História do Brasil, Política, Administração e Direito, de abolicionismo e de Política Externa Brasileira; obras de autores biografados por Luiz Viana Filho, especificamente José de Alencar, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Machado de Assis; e obras literárias, de autoria de importantes figuras das letras portuguesas e brasileiras.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Conselho Editorial. **Catálogo de publicações. Edições do Senado Federal.** Brasília. 2011. 62, 45 p., il. color.

Localizador: 017.4 B823 ESF

Classificação:   

Resumo

Catálogo duplo, regular e periódico, de obras disponíveis para compra na Livraria do Senado. Ilustrado, é dividido em duas seções: Catálogo de Publicações e Edições do Senado Federal, com títulos selecionados pelo Conselho Editorial do Senado, ora inéditos, ora republicações de obras antigas já esgotadas.

O Catálogo de Publicações traz obras de caráter econômico, político e histórico sobre a realidade brasileira, perfazendo 116 títulos. Inclui uma coleção de biografias chamada "Grandes vultos que honraram o Senado", além de obras em mídia eletrônica (CD-ROMs e DVDs).

A segunda parte, Edições do Senado Federal, traz temas diversos – boa parte deles históricos – totalizando, na edição analisada, 162 obras.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Obras de arte do Senado Federal**. Brasília, 2010. 249 p., il., color. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/192231>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 709.81 0813 ODA

Classificação: 

Resumo

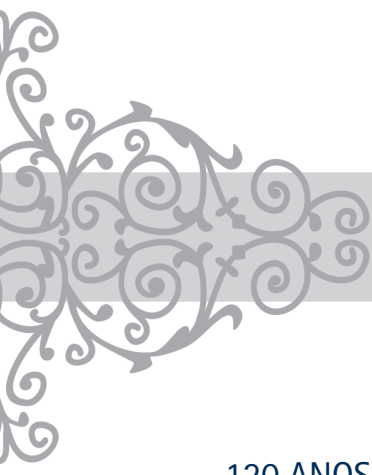
Contém, de forma selecionada, as mais importantes e significativas obras do acervo artístico do Senado Federal. Assinadas por artistas nacionais, estrangeiros e autores de produção recente, as obras distribuem-se em quadros, painéis, gravuras, tapeçarias e esculturas. As 152 peças selecionadas são destaque do que há de mais interessante sob a guarda do Serviço do Museu Histórico Senador Itamar Franco.

SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Catálogo de escritores do Legislativo federal e do TCU.** 5. ed. Brasília, 2009. 44 p.

Classificação:  

Resumo

Elenca os escritores a partir de diversos ângulos: a diversidade temática vai desde poesia a publicações técnicas. São livros publicados por servidores ativos e aposentados, catalogados em cinco edições, de 2004 a 2009.



CDs / DVDs / Multimídia

120 ANOS da República. Direção e roteiro de Paulo Acrisio. Produção de Cristina Monteiro, Mayra Cunha e Alisson Machado. Brasília: TV Senado, 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=15861> Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação: **I** **H** **F**

Resumo

Com a participação de historiadores, museólogo e populares, o vídeo conta a história da República, desde a transição da Monarquia à pressão popular no final da década de 70. O desejo de maior participação política modernizou o país, que necessitou de industrialização imediata, surgimento de uma nova moeda, trabalho assalariado e a criação e promulgação da Constituição Federal em 1891, que estabelecia a divisão dos poderes em Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como lançava os moldes do sistema bicameral do Parlamento.

O documentário enfoca a nova legislação eleitoral de 1932, que permitiu o voto da mulher e tornou o voto secreto. Outros temas abordados foram o golpe militar de Getúlio Vargas, dando início ao Estado Novo, e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, além de diversas mudanças na política brasileira.

A CHAMA da liberdade – escravidão. Direção e roteiro de Paulo Acrísio. Produção de Dalva Kowalski e Déa Barbosa. Brasília: TV Senado, 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=1461>. Acesso em: 13 nov. 2012.

Classificação:   

Resumo

O documentário mostra como, desde os primeiros tempos, os negros e seus descendentes vindos da África se rebelaram contra a escravidão. Podem-se perceber, pelo vídeo, passagens por várias fases e momentos vividos na história, com ápice no fim da escravidão. O vídeo inclui também menções a personalidades, como Joaquim Nabuco, que achava que não só a escravidão deveria ser extinta, mas também a desigualdade em si; e Zumbi dos Palmares, o grande líder do Quilombo dos Palmares.

A CONSTITUIÇÃO da cidadania. Direção de João Carlos Fontoura. Produção de Alisson Machado e Valéria de Castro. Brasília: TV Senado. 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=1441>. Acesso em 14 dez. 2011.

Classificação:    

Resumo

O vídeo ilustra o depoimento de várias personalidades políticas que participaram da Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, pondo um fim ao período obscuro do Regime Militar e possibilitando novos direitos e garantias aos cidadãos brasileiros. A aliança democrata promove a eleição de Tancredo Neves, que foi o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura, e permite a participação da população na elaboração da constituinte com 122 emendas populares e 12 milhões de assinaturas em todo o Brasil.

A EXPEDIÇÃO Cruls e outras expedições para a mudança da capital. Brasília: Senado Federal, Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, 2010. 2 CD-ROM.

Localizador: 918.17 E96 ECO

Classificação:   

Resumo

Compreende os fac-símiles dos relatórios da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil (1892-1894) – Comissão Cruls; da Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1896); da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil (1946-1948) – Comissão Polli Coelho; e, da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1953-1954) – Comissão José Pessoa.

O material multimídia teve por objetivo tornar públicos os relatórios das comissões exploradoras para a mudança da Capital. Os relatórios estão distribuídos em dois CDs; o CD-ROM n° 1 apresenta os relatórios técnicos da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada pelo Doutor Luís Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, que se realizou de 1892 a 1894; já no CD n° 2 consta o relatório parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, também chefiada por Cruls, que realizou trabalhos complementares àquela e funcionou de 1894 a 1895.

Os relatórios apresentam-se como válido material para o estudo e a compreensão de todo o emaranhado social, político, militar e científico que envolveu a transferência da capital federal brasileira do litoral para o Planalto Central.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho** – 1826-2006: 180 anos. Brasília: 2006. 1 CD-ROM.

Classificação:   

Resumo

CD-ROM com documentário gravado pela TV Senado e arquivo em pdf sobre o livro de aniversário de 180 anos da Biblioteca do Senado. Faz um retrospecto da origem desse importante setor do Senado Federal, da abrangência de seu acervo e de seus serviços. Contém depoimentos, cenas e ilustrações.

BRASIL 500 anos. Texto e roteiro de César Motta. Brasília: Senado FM, 2000-2002. 22 CDs de áudio. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programa.asp?COD_PROGRAMA=151>. Acesso em 28 mar. 2012.

Localizador: 981 B823 BQA

Classificação:  

Resumo

Série de programas em áudio, transmitidos pela Rádio Senado de 21-4-1999 a 22-4-2000, que marca as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e narra diversos acontecimentos históricos da trajetória do país, desde a formação étnica e territorial de Portugal, passando pelos antecedentes das grandes navegações portuguesas e culminando nos pilares da civilização brasileira em seus vários estágios.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Memória do Senado Federal**. Brasília: Prodasen, 1997. 1 CD-ROM.

Localizador: 341.2531 B823 MSF

Classificação:  

Resumo

Contém mais de 2.200 referências bibliográficas referentes às atividades, realizações e projetos do Presidente do Senado no biênio 1995/97 veiculados na imprensa e/ou publicados em livros, revistas e avulsos; inclui o texto integral correspondente a cada documento referenciado. Os textos, em sua maioria, são matérias e notas jornalísticas de 43 títulos de periódicos.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Memória do Senado Federal: n. 2.** Brasília, 1999. 1 CD-ROM

Localizador: 341.2531 B823 MSF

Classificação:  

Resumo

O volume 2 do projeto intitulado "Memória do Senado Federal" é uma coletânea de matérias veiculadas na mídia sobre os trabalhos da Casa durante o biênio 1997/1998 (Mesa Diretora sob a presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães). O *clipping* foi realizado pela Secretaria de Comunicação Social em conjunto com a Secretaria de Informação e Documentação, a Subsecretaria de Biblioteca e o Prodasen.

Contém referências bibliográficas e a imagem do texto integral de cada notícia referenciada.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição em áudio**. Brasília: Rádio Senado, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Radio/programa.asp?COD_PROGRAMA=121>. Acesso em 28 mar. 2012.

Classificação:  

Resumo

A Rádio Senado gravou em áudio o texto integral da Constituição Federal de 1988. O material contém também todas as alterações ao texto da Carta Magna até o mês de fevereiro de 2010 (Emenda Constitucional nº 55). Novas atualizações são disponibilizadas no *site* da Rádio. O trabalho promove acessibilidade a portadores de necessidades especiais e enseja o alcance da "Lei das leis" ao cidadão. A Câmara dos Deputados possui trabalho semelhante (até a Emenda nº 57), cujo número de localizador na biblioteca da Câmara é 342.4(81)(094) "1988" BRASI CONST.

CÓDIGO de Defesa do Consumidor. Roteiro e reportagem de André Ricardo Nunes. Produção de Cefas Siqueira. Brasília: TV Senado/Repórter Senado, 2010. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=22261>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:    

Resumo

O documentário faz uma comparação entre os períodos que compreendem o antes e o depois da elaboração do Código de Defesa do Consumidor. Antes de sua elaboração, os consumidores estavam lançados à própria sorte, sendo submetidos a transações comerciais sem o devido amparo legal.

O vídeo também menciona os benefícios trazidos pelo Código, além de citar os efeitos da globalização, por meio do comércio eletrônico, no estabelecimento de novas fronteiras para o consumo.

COLEÇÃO constituições brasileiras. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 1 CD-ROM.

Localizador: 341.2481 C691 CCBR

Classificação:    

Resumo

O Senado, em uma parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf) e o Centro de Estudos Estratégicos (CEE), do Ministério da Ciência e Tecnologia, viabilizou a publicação da Coleção Constituições Brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988 na versão em CD-ROM e também no formato *pdf*. Em cada volume, ocorre contextualização da versão da Constituição federal tratada.

GETÚLIO do Brasil. Direção, edição e roteiro de Chico Sant'Anna e Deraldo Goulart. Produção de Bruno Castro. Brasília: TV Senado, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=1341>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

A história de Getúlio Vargas é contada passo a passo por historiadores e pessoas que dela participaram. Filho de general e integrante de uma família que já fazia parte da política, desde que era acadêmico de Direito já pensava no futuro. Junto a seus companheiros de curso, fazia parte de campanhas e adentrava cada vez mais na seara política. Começou como deputado estadual, logo depois federal, passando por vários cargos importantes até chegar à Presidência do Brasil. Getúlio representou uma era no país, houve um Brasil “antes” e “depois” de seu governo.

GRANDES momentos do parlamento brasileiro. Brasília: Senado Federal, 1998-1999. 2 v. + 5 CD-ROM. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70392>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

Localizador: 320.08 G752 GMP

Classificação:   

Resumo

Transcrição exata dos discursos de senadores célebres, contendo também as intervenções de seus interlocutores em Plenário. O objeto do discurso pode ser importante acontecimento histórico-político ou algo relevante para a vida do Congresso Nacional.

MACHADO de Assis - a crônica e a história. Brasília: TV Senado, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=16201>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O escritor e jornalista Machado de Assis testemunhou momentos históricos; estava ali como espectador, traçava o perfil de cada um. Assim foi feita a crônica *O Velho Senado*, que revive o antigo Parlamento brasileiro. No jornal *Diário do Rio de Janeiro*, iniciou sua carreira na imprensa como jornalista, crítico dos costumes da corte. Escreveu, ainda, peças literárias, contos, poesias e romances famosos. Entre 1861 a 1867 fez uma série de crônicas – “Comentários da semana”, “Ao acaso” e “Cartas fluminenses”. Entre 1883 a 1896, na *Gazeta de Notícias*, publicou suas séries mais famosas – “Bons dias”, “Balas de Estado” e “A Semana”. Machado acompanhou a vida social, política e histórica, de forma poucas vezes vista. Por ser, talvez, um pouco irônico, algumas vezes não era bem aceito.

MAGALHÃES, Marcos (Coord.). **História do Senado brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 2008. 3 CD-ROM, 4 3/4pol. + 1 livreto (88 p., il. fots.).

Localizador: 341.2531 B823 HSB

Classificação:   

Resumo

Obra em cooperação com o Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília (UnB), composta por um livreto e três CD-ROMs, que relatam a história do Senado brasileiro, e estão divididos por períodos: o primeiro, de 1822 a 1889; o segundo, de 1889 a 1946; o terceiro, de 1946 a 2006. Os CD-ROMs apresentam conteúdo considerável em extensão, além de ser um resumo de excepcional qualidade, elaborado por historiadores. O conteúdo das mídias é enriquecido com imagens (ilustrações, pinturas e fotografias) de diversos períodos, bem como com vídeos.

NOVO Código de Processo Civil. Direção de Deraldo Goulart. Produção de Ana Evelyn, Carla Caldas, Mayra Cunha e Silvio Schimit. Brasília: TV Senado, 2010. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=3701>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:    

Resumo

O vídeo trata das mudanças por que passou a Justiça brasileira a partir da adoção do Código de Processo Civil, que entrou em vigor na década de 1970.

No documentário, são registradas as críticas à morosidade processual e a semelhança do Código brasileiro a códigos estrangeiros, algo não necessariamente positivo, fatos que apontam para a necessidade de reformas, a fim de que a norma atenda às necessidades da sociedade brasileira em suas demandas.

O CONGRESSO faz parte da sua história. Brasília: Senado Federal, 2009. 8 p. + 2 CD-ROM, 2 DVD. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/mudouparavoce2011>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

Localizador: 341.2536 C749 CFP

Classificação:  

Resumo

A campanha publicitária objetivou elucidar como as leis aprovadas pelo Poder Legislativo afetam a vida do brasileiro. Demonstrou por meio de depoimentos a relação entre o processo legislativo e os avanços da nossa sociedade. A campanha "O Congresso faz parte da sua história" responde a algumas das questões que envolvem a relação do Parlamento com o cidadão. O relato de pessoas que foram diretamente beneficiadas com leis aprovadas pelo Congresso sustenta o tema da campanha, assim como o *slogan* "mudou para você, mudou para o Brasil". A sua veiculação ocorreu entre o primeiro e segundo semestre de 2009 e contou com peças para o meio impresso e digital.

As peças gráficas, *VTs* e *spots* sempre dizem respeito a um dos seis temas escolhidos para a campanha: seguro desemprego, Código de Defesa do Consumidor, Código de Trânsito Brasileiro, Lei Maria da Penha, ampliação da licença-maternidade e Lei dos Trabalhadores Domésticos.

Na página da campanha na internet, hospedada no portal do Senado Federal, o público pode fazer *downloads* de todas as peças produzidas para essa ação de comunicação (*vídeos*, *áudios*, *pop ups*, *anúncios*, *cartazes* e *postais*), além de obter informações sobre as leis e *press releases*.

RUY Barbosa (1849-1923). Brasília: TV Senado, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=13181>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Classificação:   

Resumo

O vídeo é uma biografia da vida política do baiano Rui Barbosa que foi vice-chefe do governo provisório de Deodoro da Fonseca e ministro da Fazenda, ministro da Justiça interino, deputado, senador e vice-presidente do Senado. O político influenciou tanto a política brasileira como o Judiciário, ajudou na construção da ideia de eleições livres, de voto secreto, da criação dos partidos políticos e da instituição da democracia social e do mandado de segurança.

A trajetória do jurista é sintetizada por meio de ilustrações, jornais de época e frases de efeito.

UM ROTEIRO pela história do Senado no Brasil e no mundo. Brasília: Senado Federal, 2007. 45 p. + 7 CD-ROM. (Série 180 anos do Senado Brasileiro). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/178217>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

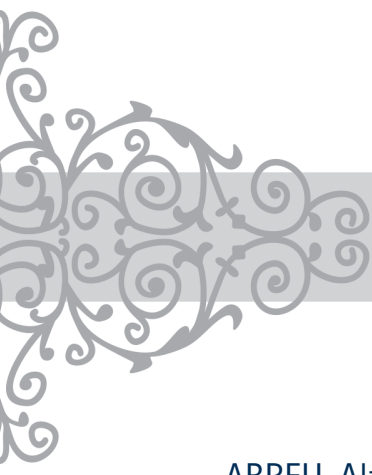
Localizador: 341.2531 R843 RHS

Classificação:  

Resumo

A obra integra a série *180 anos do Senado brasileiro*, sendo composta por 7 CD-ROMs, totalizando 45 programas em áudio que contam a história do Senado desde a Roma Antiga até os dias atuais no Brasil. Integram as gravações: narração da história, interpretação de personagens por meio de diálogos e sonorização para contextualizar a narrativa e os diálogos.

Por ser em áudio, e contar com recursos sonoros e narrativos interessantes, os volumes são referência para trabalhos audiovisuais sobre a instituição, especialmente de conteúdo histórico.



Dicionários, Glossários e Enciclopédias

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., il.

Localizador: R 981.003 D546 DH 2.ED.

Classificação:  

Resumo

Versa sobre personalidades de vulto no cenário político, social, cultural e econômico brasileiro, com destaque para políticos e suas biografias, por ordem alfabética. Tece registros sobre suas carreiras e enumera todos os cargos que ocuparam na administração pública. A primeira edição data de 1984.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Dicionário comentado do cadastro parlamentar**. Brasília: Senado Federal, 1997. 27 p.

Localizador: F 341.2531 D546 DCC

Classificação:  

Resumo

Assiste o parlamentar de primeiro mandato ou o servidor público do Legislativo, de modo geral, a compreender os diversos auxílios a que tem direito, como organizar o gabinete parlamentar, o número de funcionários, distribuir a verba indenizatória – que pode ser utilizada em despesas de aluguel, manutenção de escritório, alimentação, serviços de consultoria e pesquisa, contratação de segurança, assinatura de publicações, TV a cabo, internet, transporte e hospedagem do parlamentar e de seus assessores, entre outras tarefas – assim como nos documentos necessários ao exercício da função.

O dicionário informa também sobre os auxílios relativos a sua saúde e a de seus dependentes e as remunerações a que tem direito, de acordo com os tipos de cargos e funções exercidos no Senado. Trata da declaração de bens, cessão de servidor para outro órgão público, exoneração em caso de cargo em comissão, designação e desligamento de servidor para função comissionada, entre tantas outras características da atividade legislativa. Enfim, detalha os direitos e deveres do servidor e do parlamentar.

FARHAT, Said. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil.** São Paulo: Fundação Peirópolis: Melhoramentos, 1996. 998 p.

Localizador: R 328.8103 F223 DPP

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

Resumo

Objetiva dar ao leigo, em linguagem simples, uma ideia de como se processa a política e o Congresso, e o processo de fazer leis, sistematizando o sentido das expressões mais utilizadas na vida política e no Parlamento brasileiro. O autor explica que adotou o método do verbete em ordem alfabética, utilizando referências cruzadas para facilitar a busca. Cada verbete ganha vida própria e Fahrat busca dar exemplos concretos de usos e emprego das expressões, pois acredita que, de modo geral, os brasileiros têm dificuldade de lidar com conceitos abstratos. Do ponto de vista político, assinala ter feito opção por uma visão "serena e crítica dos fatos" no ambiente social e humano em que estão inseridos, nos anos em que o Brasil ainda lutava pelo retorno à democracia.

Sobre as críticas que se faz à atuação do Legislativo, o autor menciona que, embora existam "votações açodadas" e "decisões incompreensíveis" de parlamentares que agem segundo os interesses de grupos de pressão, há muitos deputados e senadores que se esforçam para fazer o melhor. Ainda segundo ele, as sociedades não evoluem de acordo com seus desejos e preferências, mas ao ritmo da opinião pública, que tende a mudar de rumo ao sabor do vento. Ele cita Oto Olivetti, para quem a abertura da sessão legislativa e o voto vencido, em que a minoria expressa sua preferência, mesmo tendo de se submeter à vontade da maioria, são dois momentos simbólicos das vicissitudes do processo legislativo. Quando se pede a proteção de Deus para abertura dos trabalhos, estaria, diz Fahrat, admitindo-se, por princípio, a "fragilidade intrínseca do processo legislativo".

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Vocabulário da política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010. 462 p.

Localizador: R 320.03 N778 VDP

Classificação:  

Resumo

O livro traz a origem e a explicação de conceitos e verbetes relacionados à política. Por exemplo: administração pública; baixo clero; crime político; despotismo; federalismo; inelegibilidade; jurisprudência; lei orgânica; reforma política; soberania; voto proporcional; xiita.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 475 p.

Localizador: R 341.28203 P853 DV

Classificação: **H** **L**

Resumo

Extenso dicionário sobre os termos relacionados ao ato de votar, tanto vinculados ao processo eleitoral no país, como em outros lugares do mundo, situando historicamente o eleitor no plano nacional e internacional.

Apresenta desde termos afetos ao universo político-eleitoral norte-americano como *recall* (espécie de plebiscito para decidir se um político deve continuar no cargo para o qual foi eleito), *caucus* (assembleias), *spoil system* (mecanismo que regia a ocupação dos cargos públicos americanos no século XIX, entregues a militantes e cabos eleitorais do partido vencedor) como, na letra c, o nome de Milton Campos, senador por duas vezes (1958-1966) e (1966-1972), governador de Minas e participante do Golpe de 64 que apeou João Goulart do poder e que pediu demissão do cargo de ministro do governo Castelo Branco por discordar do Ato Institucional nº 2. Na letra v, de voto, aparecem, entre inúmeras definições, *voto a descoberto*, *voto de liderança*, *voto da mulher* e *voto em branco*.

QUEM foi quem nas reformas constitucionais. Brasília: Diap, 1998. 395 p., il., fots.

Localizador: R 923.281 Q3 QFQR

Classificação:   

Resumo

A publicação do Diap atribui aos deputados notas e pontuação de acordo com sua votação nas reformas administrativa e previdenciária ocorridas em 1994, se favorável ou contrária aos interesses dos trabalhadores assalariados. Segundo o Diap, nos Estados Unidos existe uma publicação semelhante, porém, lá são 10 os órgãos não governamentais que procuram exercer esse controle sobre a atuação parlamentar, de forma a informar ao eleitor se o seu representante está atuando em conformidade com o programa partidário e as promessas feitas no período eleitoral. A ideia é orientar o eleitor para as próximas votações, com base na fidelidade ou ausência de comprometimento do parlamentar com as questões sociais, mensurar e julgar sua atuação que, ao longo do mandato, pode se afastar de seu compromisso com os eleitores em prol de interesses político-partidários.

Como não há correspondência exata nas votações na Câmara e no Senado, e nesse último, foram votados somente o texto base e uma emenda supressiva, os senadores não receberam nota, mas um amplo perfil e a definição do voto, se a favor, contrário, se absteve-se ou ausentou-se. A pesquisa, de ordem qualitativa, privilegiou votações de matérias cuja aprovação ou rejeição significou redução ou supressão de direitos dos trabalhadores, a exemplo da exigência de idade mínima para o trabalhador requerer aposentadoria, numa tentativa de evitar viés ideológico.



Folhetos³

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Jovem Cidadão**. Brasília, [1999?]. [10] f., il. color.

Localizador: F 341.2228 J62 JC

Classificação: 

Resumo

"Jovem Cidadão" é uma revista destinada às crianças, onde são encontradas informações sobre dois assuntos principais: Constituição do Brasil e símbolos nacionais. Idealizada para levar informações de cidadania a pequenos estudantes dos diversos estados brasileiros, é distribuída gratuitamente em eventos literários dos quais o Senado Federal participa.

³ De acordo com a norma ABNT NBR 6029 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, folheto é uma "Publicação não periódica que contém no mínimo cinco e no máximo 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN)." Acima desse número de páginas, a denominação cabível é a de livro. No ramo da Comunicação Social, bem como para o mercado editorial, existe uma forma intermediária, a do livreto, que difere do folheto na forma de encadernação, apresentação e naturalmente no volume, sem chegar a compor um livro. Esta seção contempla também alguns livretos, publicados na forma encadernada e não em dobras.

BRASIL.Congresso Nacional. Senado Federal. **Museu do Senado**. Brasília, [199-?]. 1 folha solta dobrada.

Localizador: F 341.2531 B823 MSE

Classificação:   

Resumo

Trata-se de folheto cuja proposta é divulgar a existência do Museu Histórico do Senado Federal e de seu acervo. Faz um retrospecto das três sedes que o Senado já teve; pontua a necessidade de se contar com o zelo ao patrimônio derivado dos numerosos anos de atividade e, por fim, destaca exemplos notáveis no acervo.

Nova versão de folheto foi lançada em 2012 para atender aos propósitos de divulgação do Museu do Senado, recém-rebatizado de Museu Histórico Senador Itamar Franco.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **O Senado Brasileiro**. Brasília, 1999. 15 p.

Localizador: F 328.81 B823 SBR

Classificação:  

Resumo

Relata a história, atribuições, forma de funcionamento, processo legislativo, comissões, e serviços de comunicação social e de biblioteca do Senado. Existe outra edição dessa obra, também de 1999, apenas com menos assuntos abordados, inclusive com o mesmo localizador. Nessa edição, a história do Senado é revista do Império à República até dias atuais.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Palácio do Congresso Nacional**: Brasília, Câmara dos Deputados = Palace of the National Congress: Brasília, Chamber of Deputies. Brasília: Módulo, [196-?]. 1v.

Localizador (na Biblioteca da Câmara dos Deputados): 725.11(81) PALAC-CN PALAC
Classificação:   

Resumo

Folheto ilustrado, com fotos em preto e branco, sobre o Palácio do Congresso Nacional em Brasília, publicado em época próxima à sua construção. Contém histórico, descrições e plantas simplificadas da construção, além da lista de deputados e senadores que compunham a legislatura do período de inauguração. Textos em português e em inglês.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Senado: 150 anos**. Brasília, 1976. 46 p., il.

Localizador: F 341.2531 B823 SCA

Classificação:   

Resumo

Organizado por meio de divisão histórica pautada nos três palácios-sedes do Senado Federal, apresenta sucintos textos históricos e factuais, por vezes épicos. A obra, comemorativa, não se destina a análises críticas; consiste, no entanto, de um autorretrato possivelmente útil aos interessados em se debruçar nos primeiros 150 anos da Casa.

CENTRO Gráfico do Senado Federal: 30 anos. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993. 1 v., il.

Localizador: F 341.2531 C397 CGD

Classificação:   

Resumo

Traz um resumo da história da Gráfica do Senado, além de descrever o papel e o funcionamento dos setores que a compõem. A obra apresenta as diversas aquisições de maquinário feitas e o que se pretendia adquirir para melhor equipar e modernizar o Centro Gráfico.

A obra é ricamente ilustrada e conta com imagens da Gráfica por ocasião dos seus 30 anos. Existe uma reimpressão de mesmo conteúdo e localizador, datando do ano subsequente, 1994, renomeada com o subtítulo "31 anos".

FERNANDES, Edvaldo. **A institucionalização da advocacia do Senado Federal como salvaguarda das competências constitucionais do Congresso Nacional.** Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos da Consultoria, [2010?]. 22 p. (Textos para discussão, 72) Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD72-EdvaldoFernandes.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2012.

Localizador: F 341.2531 F363 IAS

Classificação:   

Resumo

O Senado Federal tem interesses jurídicos específicos e competência a preservar, especialmente em um contexto de judicialização da política e de expansão do governo em detrimento do Estado, que justifica a institucionalização de uma advocacia legislativa própria para aniquilar ou reduzir a assimetria informacional em matéria jurídica do Poder Executivo.

Por ter o Senado competência judiciária, a Advocacia do Senado passa pela institucionalização, que lhe confere posições jurídicas emblemáticas do Estado Democrático de Direito, constantes da Constituição, em seu artigo 5º. Dessa forma, a defesa judicial das prerrogativas do Poder Legislativo por órgão próprio, no caso a Advocacia, possibilita ao Parlamento implementar os princípios da harmonia e independência entre os poderes, de modo a otimizar as condições políticas e viabilizar a universalização dos direitos fundamentais. Para isso, são propostos critérios objetivos que dividem as competências entre a Advocacia do Senado e a Advocacia-Geral da União.

MACHADO, Alcantara. **O Senado na Constituição de 1934**. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1937. 29 p. Separata de: Revista da Faculdade de Direito, jan-abr de 1937, vol. 33, fasc. i.

Localizador: F 341.2531 M149 SC

Classificação:   

Resumo

A revisão profunda da obra constitucional de 1891 nunca fora reclamada por correntes consideráveis da opinião pública. Partindo dessa premissa, o autor adverte que a reforma parcial do texto feita em 1926 já havia suscitado protestos e que até mesmo a Revolução de 30 não havia proposto sua revisão integral. Após sua concretização, saíram em busca de uma ideologia e, portanto, de sua reformulação. O argumento utilizado por seus defensores foi conformar a Constituição à realidade brasileira.

Em meio a tendências as mais díspares – fascistas, comunistas, social-democratas e outras – surgiu o anteprojeto do Itamaraty elaborado por Osvaldo Aranha, João Mangabeira e Afrânio de Melo Franco. Contaminada por ideias e paixões antagônicas, ameaçada de dissolução por golpe militar, e movida pela opinião que anseava pelo retorno ao regime da lei, a nova Constituição ficou longe da perfeição técnica e política.

MAIA, Agaciel da Silva. **O apoio do Centro Gráfico do Senado Federal à Assembléia Nacional Constituinte.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 1 v., il. col.

Localizador: F 686.2098174 M217 ACG

Classificação:   

Resumo

Relata um período de grande atividade, tanto do Centro Gráfico do Senado, no processamento e armazenamento de informações, e sobre a Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos tiveram duração de um ano, para entregar à sociedade brasileira, a nova Carta Constitucional, promulgada em outubro de 1988.

Destaca, ainda, o trabalho dos servidores dessas áreas, o qual denomina "meticuloso, difícil e importantíssimo", de coleta de material jurídico e informações técnicas, de triagem e catalogação dos mais diversos e polêmicos assuntos para subsidiar o trabalho dos constituintes e, no caso do Prodasen, a moderníssima estrutura de armazenamento e processamento de dados utilizada para receber, processar e catalogar fontes de consulta e as sugestões populares em nível municipal. A publicação no Centro Gráfico envolveu critérios como importância da informação e as dimensões continentais do país.

Os servidores trabalhavam em turnos de 12 a 14 horas, como "uma colmeia em atividade ininterrupta", sem feriados, sábados ou domingos, num verdadeiro "mutirão cívico", em que todos tinham compreensão do momento histórico vivido, do alto espírito profissional e da consciência do dever cumprido.

PEDROSA, Júlio Werner. **O parque gráfico do Senado Federal e sua evolução tecnológica.** Brasília: Senado Federal, 2001. 9 p., il.

Localizador: DF 686 2098174 P372 PGS

Classificação:  

Resumo

Descreve o processo de modernização por que passou o parque gráfico da Casa no período 1994-2001, com a aquisição de maquinário mais moderno e melhor distribuição de pessoal, de modo a garantir publicações de melhor qualidade e maior produtividade ao setor, bem como maior conforto e qualidade de vida aos funcionários.

Ressaltam-se as diversas ações de criação, desenvolvimento e gerenciamento, iniciadas pela reestruturação de cargos, com a implantação de um coordenador para cada área. As principais aquisições e mudanças técnicas e de maquinaria acompanharam os novos fluxos produtivos existentes nas maiores empresas do ramo no país e no mundo, visando uma produção mais eficaz. Publicaram-se livros em braile, demanda antiga, para atender o público interno e externo com deficiência visual.

PONTES, João Batista. **A participação das comissões permanentes do Senado Federal no exame da proposta orçamentária anual.** Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2004. 15 p. (Textos para discussão, 13). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD13-JoaoBatistaPontes.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2012.

Localizador: F 341.2531 P813 PDC

Classificação:    

Resumo

Explica como a organização dos poderes da República e a Constituição Federal facultaram ao Congresso Nacional e a suas Casas criar comissões permanentes e temporárias, com atribuições definidas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação, nos termos da Constituição. Cabe às comissões mistas examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República; exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas casas; e receber e emitir parecer sobre as emendas aos projetos de lei de natureza orçamentária e demais matérias de sua competência.

SENADO Federal. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1995. 12 p.

Localizador: F 328.81 S474 SEF

Classificação:   

Resumo

Aborda especificamente o trabalho realizado pelo então Centro Gráfico do Senado, dotado de modernas instalações e de equipamento de editoração eletrônica, responsável pelas publicações de obras de autoria do Senado Federal ou dos senadores. Expõe, com ilustrações e objetividade, as atribuições, a forma de funcionamento e parte das instalações do Senado. Predomina o caráter meramente descritivo, inclusive com a relação dos senadores daquela legislatura.

SIGA Brasil: o Senado abre o orçamento da União. Brasília: Senado Federal, 2004. 31 p.

Localizador: F 341.2531 S574 SBS

Classificação:  

Resumo

Compara o lançamento do aplicativo *Siga Brasil* à criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o Siafi. O *Siga Brasil* permite ao cidadão acompanhar a execução orçamentária do governo, desde a apresentação do projeto orçamentário pelo governo ao Congresso até a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), passando pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA), todos eles submetidos pelo Executivo à análise e ao complemento do Parlamento. José Sarney, presidente da Casa à época do lançamento, afirmou que o Siga Brasil é um sistema que permite acompanhar, com facilidade, o uso de recursos públicos nacionais, por meio da busca a diversos sistemas – Siafi, Selor, Sidor, Siasg – e apresenta os resultados na forma de relatórios.

Oferece informações sobre grandes áreas de destinação de recursos como saúde e educação, possibilitando a análise da evolução da dívida pública e o controle das transferências para ministérios, estados e municípios. O sistema vem acompanhado de um glossário de termos orçamentários. Sarney ressalta que a transparência das atividades públicas aproxima o Legislativo da democracia direta, na qual todos têm a palavra. Avalia que o sistema também funciona como uma forma de restaurar o valor do indivíduo em uma democracia de massas.

ZIRALDO. **Eu Senadoro um passeio!** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. 32 p., il. color. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/192424>>. Acesso em: 14. dez. 2011.

Localizador: 341.2531 B823 ESP

Classificação:   

Resumo

História em quadrinhos, com boa qualidade gráfica e texto didático, que tem como protagonista o personagem Menino Maluquinho, assinado por Ziraldo, e destinado ao público infanto-juvenil. Retrata o trabalho no Congresso Nacional, com foco no Senado, inclusive com espaços para interatividade.



Livros

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976. 222 p., il.

Localizador: 725.110981 541 A282 P

Classificação:   

Resumo

Apresenta memória da segunda sede do Senado brasileiro, em seus aspectos como: 1) símbolo da projeção da antes desconhecida classe de arquitetos e engenheiros nacionais, ao ganhar o "Grande Prêmio – Medalha de Ouro", superando arquitetos de 51 nações, em função de sua construção como sede do pavilhão brasileiro na exposição de Saint-Louis (1904), recebendo o efusivo reconhecimento da imprensa norte-americana e mundial; 2) berço do pan-americanismo de Joaquim Nabuco e Rio Branco, durante a "Terceira Conferência Pan-Americana" (1906), já no Brasil; motivo de cédula de mil-réis que circulou durante 36 anos; motivo de dois selos dos Correios; palco e "testemunha" dos mais importantes acontecimentos políticos brasileiros durante 54 anos dos 71 da República em que o Rio de Janeiro foi capital da nação.

Publicado no pós-demolição imediato do palácio, o livro, de cunho investigativo e em tom de denúncia, coleta documentos – sobretudo relatos jornalísticos – e relaciona fatos que apontam para a negligência e o descaso de autoridades e para as pressões feitas por parte do setor privado, resultantes na demolição acelerada do palácio, em sucessivos desmandos, interesses escusos e possíveis superfaturamentos. A obra apresenta algumas ilustrações (fotos, desenhos de planos e reprodução de documentos). Possui relevância, em se tratando do Palácio Monroe e de uma obra da Coleção Especial da Biblioteca do Senado.

ALECRIM, Octacílio. **Idéias e instituições no Império: influências francesas.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1953. 240 p.

Localizador: 341.24 A366

Classificação: 

Resumo

Obra de Direito Comparado, que traça paralelo entre os Direitos brasileiro e francês à época do Império no Brasil. Enfoca a primeira Constituição do país, outorgada por D. Pedro I, perscrutando-lhe também suas outras influências. Destaca pensadores da época e da posteridade que teceram comentários filosóficos e políticos e destacaram a importância da interação entre os poderes da nação, inclusive o Poder Moderador.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado, 1710–1730*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1973. v. 6. (Documentos históricos do Arquivo Municipal).

Localizador: L 341.2531 A772 CS

Classificação: 

Resumo

Compilação de cartas remetidas pelo Senado da Câmara de Salvador ao Rei de Portugal – e ao procurador do Senado soteropolitano, em Lisboa –, entre os anos de 1710 e 1730. Os textos tratam de assuntos concernentes à administração da cidade baiana na época, como o preço dos impostos sobre o açúcar e a regulação comercial dos escravos. O Senado da Câmara de Salvador era uma instituição com fins político-administrativos, que representava na prática os interesses comerciais e políticos da aristocracia açucareira baiana, sua visão de mundo e seus preconceitos. O teor das cartas tem não só valor descritivo dos problemas administrativos que envolviam o Brasil Colônia, mas principalmente revela o perfil da sociedade brasileira na primeira metade do século XVIII, e a forma como ela se relacionava oficialmente com as autoridades portuguesas. Obra de valor histórico. Primeiros registros da palavra “Senado” no Brasil; não se referindo à esfera nacional, como de costume, mas às câmaras instaladas nas principais cidades brasileiras da época.

ASSIS, Machado. **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2008. 523 p.

Localizador: B869.8 A848 VSE REIMPR.

Classificação:  

Resumo

O velho Senado é uma obra constituída de crônicas de Machado de Assis. Quando redator do *Diário do Rio de Janeiro*, no período de 1861 a 1896, acompanhou, de semana a semana, todos os acontecimentos políticos do país e do mundo. Sem deixar escapar nenhum tema, estava voltado não apenas para a política, mas também para o teatro, literatura e poesias. Algumas de suas crônicas, além de terem um caráter crítico, possuem também romantismo. O autor chega a citar poemas em algumas crônicas. O livro se divide em seis partes, apresentadas por ordem cronológica com notas elucidativas de rodapé: "O velho Senado", "Diário do Rio de Janeiro" (1861 a 1867), "Semana Ilustrada" (1863 a 1873), "Ilustração Brasileira" (1876 a 1878), "O Cruzeiro" (1878) e "Gazeta de Notícias" (1883 a 1896). Inicialmente, há pequenas apresentações sobre as crônicas mais relevantes. Contém crônicas sobre leis, votos, Parlamento e sobre os acontecimentos políticos semanais no tempo do Império e da República. Ao final da publicação, há dados biográficos dos presidentes da Academia de Letras que contribuíram com a apresentação da obra.

BAROUD, José Jabre. **Senado: fatos ou versões**. Brasília: Alpha Gráf., 2009. 189 p.

Localizador: 341.2531 B267 SFV

Classificação:  

Resumo

Ao estilo de memórias, o autor inclui relatos de fatos curiosos a respeito do cotidiano da instituição, como o funcionamento do Senado no Rio, as reformas da biblioteca, o "trem da alegria", a criação do Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) e os senadores que se notabilizaram de uma forma ou de outra. É narrado em tom pessoal, focando em histórias de bastidores, de cunho interno, mas também em fatos políticos marcantes dos anos 80 e 90, relatados sob o ponto de vista do autor.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **A Câmara dos Deputados.** Brasília, 1993. 51 p., il. color.

Localizador: F 341.2532 B823 CDD

Classificação:   

Resumo

Com perfil institucional, trata, de forma direta e sucinta, dos setores e atividades da Câmara dos Deputados. O material é ricamente ilustrado, sendo dotado de linguagem acessível ao leitor comum, que irá encontrar também informações históricas e curiosas relativas à Instituição.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Senado: apoio administrativo e legislativo.** Brasília, 1995. 101 p.

Localizador: 725.110981 541 A282 P

Classificação:  

Resumo

Com finalidade de especificar áreas, normas e serviços do Senado Federal, foi escrito para auxiliar os senadores da legislatura 1995-1999. Por ser um manual, não é muito detalhado, mas aponta os principais tópicos de cada setor apresentado e informa o que os parlamentares devem saber basicamente.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva – 1826–2006**. Brasília: Senado Federal, Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca, 2006. 210 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70371>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 341.2531 B823 BAL

Classificação:   

Resumo

Trata-se de obra representativa da história e da envergadura da Biblioteca do Senado. Dividida basicamente em "História", "A Biblioteca Hoje" e em algumas seções de coleções especiais, esta publicação comemorativa e ricamente ilustrada faz um retrospecto da origem desse significativo setor do Senado Federal, da abrangência de seu acervo e de seus serviços.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Guia do parlamentar**. Brasília, 2010, 9 v. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/possesenadores2011/guia-do-parlamentar.aspx>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

Localizador: F 341.2531 B823 GDP

Classificação:    

Resumo

O objetivo precípua é apresentar, às senadoras e aos senadores da Legislatura em questão e aos funcionários dos gabinetes, orientações básicas sobre a infraestrutura e os diversos serviços da Casa disponíveis para o desenvolvimento da atividade parlamentar. Acaba por servir também a novos funcionários e interlocutores do Senado. Contém breves descritivos e/ou históricos sobre o setor específico analisado em cada volume.

Possui versão eletrônica e impressa. Divide-se nos seguintes volumes: Diretoria-Geral; Prodasen; Biblioteca; Secretaria de Recursos Humanos; Secretaria-Geral da Mesa (intitulado Manual de Atividades Legislativas na versão eletrônica); Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Assistência Médica e Social; Manual de Eventos – Relações Públicas; e Gráfica do Senado, disponível somente na versão impressa à época em que o *link* foi acessado.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **O Senado na história do Brasil. 2. ed. rev. e atual.** Brasília, 1996. 132 p., il. color.

Localizador: 341.253109 B 823 SHB 2.ED.

Classificação:   

Resumo

Traça panorama fotográfico e textual, não só do Senado, mas do universo que o rodeia, com apologias à riqueza arquitetônica de Brasília, à cultura brasileira, ao acervo e patrimônio da Casa, além de tributo a Rui Barbosa e alusão a grandes momentos da história do Brasil. Aponta ainda os pontos de tangência desses acontecimentos históricos com a instituição. Utiliza linguagem institucional e solene e, no decorrer dos capítulos, assume tom de relato histórico. Relaciona também os setores da Casa. A publicação também tem edições de 1995, 1999 e 2002.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Senado Federal. Rio de Janeiro: Spala, [1984?], 225 p., il. color.

Localizador: 341.253109 B823 SF

Classificação:   

Resumo

Publicação trilingue (português, inglês e espanhol), traça a trajetória da Casa desde 1824 até 1984. O livro contém a reprodução dos originais de diversos documentos históricos (atas, cartas, leis e outros textos) emitidos por grandes dirigentes do Império e da República à Assembleia Geral (Império) e ao Senado.

BRIGAGÃO, Clóvis; SILVA, Raul Mendes (Org.). **História do poder legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Log on ed. Multimídia, 2003. 378 p.

Localizador: 341.252 H673 HPL

Classificação:  

Resumo

Os organizadores consideram a publicação uma sistematização histórica e temática do Parlamento brasileiro, escrita de forma didática, à disposição de estudantes e pesquisadores, que aponta as virtudes e os defeitos do Poder Legislativo, do Império aos dias atuais. José Sarney, então presidente do Senado, traçou o perfil do político que os eleitores desejam e salientou as diferenças entre os poderes da República.

Sarney associa a história do Legislativo ao ideário de nação e de formação da nacionalidade e do Estado brasileiro como democracia. A história do povo contada por meio das ideias que circularam e circulam nas câmaras da nação. Para ele, o Parlamento é o fiel da balança democrático, evitando a exorbitância de um dos poderes e, em consequência, um regime autocrático. Na obra, são aprofundados os conceitos de *parlamento*, *representação* e *democracia*.

O então presidente da Câmara, João Paulo Cunha, avalia que a Câmara dos Deputados tem papel essencial para a sobrevivência da democracia no país. Faz uma retrospectiva histórica, desde a ruptura do Absolutismo na Europa, o envio de representantes brasileiros à constituinte portuguesa até a verificação da necessidade de independência do país. Salienta os vários períodos ditatoriais pelos quais o Parlamento passou, sempre com "vozes da oposição" manifestando-se em sentido contrário. Destaca o papel das lideranças parlamentares e do Congresso na consolidação do regime democrático. Teóricos veem o surgimento de partidos políticos e do eleitorado como fator de diminuição da representação.

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/Universidade Cândido Mendes), oferece ao leitor um estudo do fenômeno da representação política, diferenciando-a de outras formas de representação da sociedade, enquanto Antônio Octávio Cintra e Marcelo Barrozo analisam a vida parlamentar e suas relações com a sociedade brasileira. O jornalista Pedro Couto avalia os movimentos sociais e seus reflexos no ato de votar nos últimos 50 anos, pela origem e condição social. O livro aborda ainda, de forma sistematizada, as três constituintes no Brasil, 1824, 1891 e 1987.

BURGI, Sergio et al. **As construções de Brasília**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010. 239 p., il. fots. (algumas color).

Localizador: 918.174 C758 CBR

Classificação:   

Resumo

Expõe ricos ensaios fotográficos de paisagens e cenas cotidianas da época da construção de Brasília, com algumas fotos excedendo esse período, chegando até o ano de 2009. Especialmente as fotos de Marcel Gautherot se destacam pelo olhar aguçado que conjugou registro arquitetônico com humanismo, com diversas ocorrências sobre o Palácio do Congresso Nacional e a Praça dos Três Poderes.

CALHEIROS, Renan; SUASSUNA, Ney; OLIVEIRA, Luiz Alberto de (Coord.). **Reengenharia do legislativo: a experiência do grupo de trabalho de reforma e modernização do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1995. 155 p., il.

Localizador: 341.2531 B823 RDL

Classificação:   

Resumo

Em 1995, o presidente do Senado, José Sarney, autoriza a realização de uma reforma administrativa e legislativa que modernize e dê maior agilidade aos trabalhos legislativos, no contexto de um questionamento acerca do papel dos parlamentos no mundo, onde permanecem dúvidas sobre a divisão tradicional de poderes proposta por Montesquieu. O trabalho é feito em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob a coordenação do senador Renan Calheiros, do PMDB, e colaboração dos senadores Ney Suassuna, então do PMDB, e Luiz Alberto de Oliveira, do PR.

O livro salienta que o desenvolvimento tecnológico e o aumento da pressão da mídia levou os parlamentos a tornarem-se os poderes mais vulneráveis da República, pois mantêm um relacionamento mais aberto e constante com a sociedade, estando mais sujeitos a cobranças. Um processo irreversível de modernização da estrutura parlamentar impõe-se para instrumentalizar adequadamente os parlamentares.

Determina-se que tal reforma seja feita com ampla consulta aos diversos setores, envolvendo diretores das diversas áreas, questionários a serem respondidos e tabulados, e informações coletadas sobre a estrutura existente e as mudanças que se pretende sujeitas a análise dos senadores, com relatórios setoriais sobre problemas, até a formulação de um relatório final, incluindo gráficos e tabelas. A diretriz adotada é de que a reforma administrativa deveria ser implantada após ser testada.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **CPI: guia de referência rápida das Comissões no Senado Federal e no Congresso Nacional: 1974 a 2005.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 52 p.

Localizador: 341.25377 C268 CGD

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

Resumo

Apresenta, na forma de diversos gráficos e tabelas, as comissões parlamentares de inquérito criadas, no âmbito do Senado e, mistas – do Senado e da Câmara, no período de 1974 a 2005. A análise abrange desde o período militar, Geisel e Figueiredo, passando pela transição, com José Sarney, até Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e três quartos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005.

O detalhamento permite verificar a criação, composição da mesa dirigente dos trabalhos até a publicação dos relatórios finais, desde a escolha do presidente, vice-presidente e relator até a produção do relatório conclusivo ou a extinção da CPI por decurso de prazo ou outro motivo. A comparação histórica possibilita identificar quantas CPIs e CPIMs foram criadas a cada período e sua produtividade, a partir dos relatórios finais. Também constam informações sobre a legislação que regula sua criação e funcionamento.

CARVALHO, Manuel Emilio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas cortes gerais de 1821**. Introdução Pedro Calmon. Brasília: Senado Federal, 2003. 334 p. (Edições do Senado Federal, v. 12.) Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1083>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 981.03313 C331 DBG

Classificação:  

Resumo

Contém registros e comentários da participação parlamentar brasileira, a repercussão dos fatos, como o acolhimento no Brasil dos decretos das cortes portuguesas que decidiam o destino constitucional brasileiro. O processo da nacionalização brasileira também é apresentado pelo autor.

É retratada, ainda, a passagem da construção política e histórica do Brasil, os processos durante a longa caminhada para a independência da nação brasileira. Incertezas, necessidades, protestos, grandes responsabilidades e decisões, relata situações que cercaram os deputados no Congresso no período pré e pós-Independência. A obra possui outras duas edições.

CELSO, Afonso. **Oito anos de Parlamento: reminiscências e notas**. Brasília: Senado Federal, 1998. 163 p. (Biblioteca básica brasileira). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1025>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

Localizador: 341.237 A257 OAD

Classificação:  

Resumo

Narrativa das atividades e do funcionamento do Parlamento sob a ótica de Afonso Celso, que exerceu o cargo de deputado federal representando o estado de Minas Gerais por oito anos. O livro oferece melhor compreensão do funcionamento do Parlamento brasileiro na época do Império, em especial da Câmara dos Deputados. Temas como a abolição da escravatura e o crescimento do movimento republicano são abordados no livro, bem como uma descrição minuciosa sobre o ritual da Câmara, o debate parlamentar, a oratória e o emprego de manobras políticas.

CHACON, Vamireh. **História institucional do Senado do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997. 531 p.

Localizador: 341.2531 C431 HIS

Classificação:   

Resumo

Alia as concomitantes características de: 1) breve recomposição da história do Senado como instituição da humanidade; 2) varredura completa do Senado como instituição no Brasil; 3) riqueza de detalhes presentes no texto. O livro serve como fonte de informação histórica; constam nele, além da antologia de discursos senatoriais, biografias de senadores como: Visconde de Abaeté, Visconde e Marquês de Abrantes, Cândido Mendes de Almeida, Visconde de Ouro Preto e Marquês do Paraná. Apresenta, ainda, índice onomástico ao final.

CHARTRAND, Robert L. et al. **A informática e o legislativo**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1985. 98 p. (Curso de informática jurídica, v. 3).

Localizador: F 029.934 I43 IL

Classificação: [1](#)

Resumo

Analisa-se o papel e a utilidade da informática e das tecnologias da informação para a eficácia no desenvolvimento das atividades legislativas e de suporte a estas últimas nos Estados Unidos: desde o arquivamento e acesso eletrônico de informações concernentes ao orçamento federal, tributos e outras matérias legislativas, até a composição da agenda de um parlamentar e de um sistema de atenção a solicitações de informações por cidadãos. Serve como referência para outros países.

CORRÊA, Maurício. **Senado, personagem e instituição**. Brasília: Senado Federal, 1992. 130 p.

Localizador: 328.81 C824 SPI

Classificação:   

Resumo

Trata-se de um discurso elaborado pelo autor à época da revisão da Constituição de 1988 e que visa defender a existência do bicameralismo e, por extensão, do Senado, cuja história e importância são lembradas e enaltecidas. O texto faz um apanhado histórico do papel do Senado brasileiro no Império e na República, e recorda alguns senadores que foram protagonistas em momentos importantes da história do país. Faz referência também a modelos estrangeiros de bicameralismo e rebate argumentos a favor do unicameralismo. A publicação possui ilustrações de senadores do Império e da República e também dos prédios que serviram de sede ao Senado.

DEZEN JÚNIOR, Gabriel. **Regimento interno do Senado Federal: comentado e esquematizado**. Brasília: Vestcon, 2008. 201 p.

Localizador: 341 2531 D 5362 SFR

Classificação: [I](#) [L](#)

Resumo

Edição comentada, com remissões, à qual foram acrescentadas as resoluções aprovadas até a data da publicação do livro. O autor explica que somente foram incluídas no livro lacunas e imprecisões do regimento interno da Casa, cujas consultas à Presidência do Senado, à Mesa ou à Consultoria Legislativa tenham sido formalmente incorporadas ao documento. Obra indicada para consulta de interessados em dominar a linguagem do processo legislativo da Casa.

DRUMMOND, Maria Cláudia. **A democracia desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração.** Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas, 2010. 415 p. (Coleção de teses, dissertações e monografias de servidores do Senado Federal). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221254>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

Localizador: 327 D795 DDDD

Classificação:  

Resumo

Além de abordar as transformações ocorridas no cenário internacional ao longo do século XX, a pesquisa mostra que decisões relativas a questões com impacto sobre o cotidiano dos cidadãos são tomadas em níveis supranacionais ou intergovernamentais. Dessa forma, o cidadão se vê distante do processo decisório e impotente para nele intervir ou se fazer representar. A pesquisa busca constatar se as instituições parlamentares regionais são capazes de cobrir o "deficit democrático". Para tanto, são examinados o Parlamento Europeu, o Parlamento Andino, o Parlamento Centro-Americano e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, mais tarde transformada em Parlamento do Mercosul. Com um apanhado histórico interessante a respeito de parlamento e representatividade, a pesquisa mostra como os cidadãos podem interferir e participar das decisões que afetam o seu cotidiano.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição**. Brasília: Senado Federal, 2005. 256 p. (Edições do Senado Federal, v. 39).

Localizador: 981.0435 D946 A

Classificação:  

Resumo

Primeiro livro sobre o processo abolicionista no Brasil, esta obra reúne documentos e, cronologicamente, descreve os passos históricos para a criação da consciência abolicionista no país. O autor parte dos antecedentes históricos do fenômeno, passa pelo período de 1830 a 1850, envereda pela abolição do tráfico e do contrabando, enumera os precursores da ideia libertária, apresenta as leis de emancipação da escravidão, entre outras tantas observações, comentários de atos públicos, debates parlamentares, textos legislativos, arquivos de imprensa, da tribuna e das relações internacionais. Sobre este volume, escreveu Rui Barbosa: "Entregando-se ao trabalho de minudenciosa documentação e crítica imparcial, a que se entregou, o douto e laborioso autor deste estudo arredou-se da trilha dessa costumeira inveterada, e abriu, com o seu excelente exemplo, o caminho aos que, de futuro, quiserem, com seriedade, aprofundar o balanço desta época obscurecida pelas adulterações contemporâneas, elucidando e desfabulando a história das duas revoluções, onde tem suas origens imediatas o Brasil atual".

FARHAT, Said. **Lobby: o que é, como se faz: ética e transparência na representação junto a governos.** São Paulo: Aberje: Pierópolis, 2007. 511 p.

Localizador: 322.43 F223 LOB

Classificação:  

Resumo

Retrata o *lobby* como uma atividade legítima e necessária à democracia brasileira. O autor explica todas as especificidades que envolvem o trabalho dos lobistas, fala com desenvoltura sobre grupos de interesse, grupos de pressão, grupos de resistência e afirmação e explana as relações destes grupos com os partidos políticos, isso tudo sem deixar de falar dos limites éticos. Contemporâneo, Farhat discorre sobre como o uso de novas tecnologias pode ajudar o trabalho dos lobistas. Traz, ainda, uma descrição de como é feito o *lobby* no Brasil e suas particularidades, além de relatos de *lobbies* históricos na política brasileira desde os tempos de abolição da escravatura. Obra cujo conteúdo sustenta que democracia se constrói com participação ativa da sociedade civil organizada.

FERREIRA, Josué dos Santos. **Os meandros do Congresso Nacional: como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras.** Prefácio Mário Garnero; colaboradores especiais Senador Ronaldo Cunha Lima et al. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 902 p., il. + 1 CD-ROM.

Localizador: 341.2533 F383 MCN

Classificação: [I](#) [H](#) [L](#)

Resumo

Mostra a importância do Parlamento brasileiro para a consolidação do Estado Democrático de Direito, desde o Império até o advento da República no país. Destaca a atuação do Parlamento vinculada ao debate de temas centrais para a solução dos principais problemas políticos do país, e, com isso, "fazendo a própria história do país", e contribuindo para seu desenvolvimento sociopolítico e econômico. Sinaliza especialmente o papel da Câmara que, segundo o autor, então deputado federal, desde o período parlamentarista no Império, sempre deu maior agilidade à tomada de decisões, papel este que se estendeu ao período republicano.

Avalia que, durante o período imperial, a opinião pública permaneceu à parte do processo político pela falta de informações sobre as atividades do Congresso, devido à escassez de documentos. Nesse sentido, ele destaca a iniciativa da Mesa Diretora da Câmara, em 1971, de instituir o prêmio *Poder Legislativo*, que resultou em duas monografias vencedoras: *A ideologia liberal no processo de Independência do Brasil*, do professor Vicente Barreto; e *A contribuição à História do Congresso Nacional do Brasil, no período da monarquia*, de José Honório Rodrigues, trabalhos teóricos, que, de certa forma, vieram suprir essa lacuna.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: TSE, Secretaria de Documentação e Informação, 2005. 367 p., il.

Localizador: 341.28 F383 ESE

Classificação:   

Resumo

Faz a exposição, em ordem cronológica, de todos os sistemas eleitorais já adotados no Brasil. Eventualmente são feitas referências a fatos e situações histórico-sociais que deram origem a algumas das normas eleitorais do país. O texto foi organizado a partir de artigos publicados em *Boletins Eleitorais* dos anos de 1956 e 1957.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo; PILA, Raul. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. xxiv, 387 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1055>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

Localizador: 341.23 F825 PP 1999

Classificação:   

Resumo

Transcende a discussão do sistema de governo mais adequado ao Brasil para questões políticas, constitucionais, históricas e referentes ao processo legislativo. Com linguagem erudita e rigor científico, os parlamentares Afonso Arinos e Raul Pila travam um debate em que, além do conteúdo, é possível compreender como os trâmites regimentais colaboram para a democracia brasileira.

IMPrensa e parlamento: homenagem dos cronistas políticos brasileiros ao Congresso Nacional na pessoa do Sr. Nereu Ramos, Presidente da Câmara dos Deputados, em 3-12-1953. Florianópolis: APC, 1988. 74 p.

Localizador: F 328.81 I34 IP

Classificação:  

Resumo

Compilação de discursos, artigos e editoriais sobre homenagem promovida por cronistas políticos ao Congresso Nacional e, em especial, ao presidente da Câmara no período, Nereu Ramos. Os textos datam de dezembro de 1953 e se reportam à Constituinte de 46 e aos trabalhos subsequentes promovidos pelo Parlamento. Entre os textos, destaca-se o discurso proferido pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

IOKOI, Zilda M. Gricoli. **O Legislativo na construção da República.** São Paulo: Contexto, 1990. 116 p. (Série República).

Localizador: 341.252 I64 LNC

Classificação:  

Resumo

Ao longo dos 100 anos da República, diz a autora do livro, a cultura política brasileira tem alimentado o estereótipo de que o povo estaria despreparado para a democracia, para escolher seus governantes e votar. Tais chavões imobilizam o indivíduo em sua práxis histórica. Dessa forma, as classes dominantes acabam por atribuir os vícios do sistema às classes subalternas. E assim, de modo perverso, os donos do poder responsabilizam pelo sucesso do mecanismo do clientelismo justamente aqueles sujeitos aos favores e à corrupção. Os donos do poder justificam a implantação do clientelismo, alegando que essa é a linguagem que o povo entende, reconhece e valoriza.

Durante o período, foram marcantes a ausência das classes populares nos processos eleitorais e a classe dominante como detentora das decisões sobre como educar o povo e o que seria interesse nacional e valores cívicos. Somente nas Revoluções Praieira e Balaiada, à época da Independência, mas para preservar seus próprios interesses, há uma associação entre a classe dominante e popular. Com a Abolição da Escravatura, a chegada dos imigrantes e a industrialização, e, em 1881, o acesso universal ao voto, começa a existir o conflito de classes, e essas passam a exigir seus direitos, e a querer ter voz no processo produtivo.

Surgem grupos interessados no apoio do governo para obter concessões para a construção de estradas de ferro, transportes urbanos, escoamento da produção, abastecimento das cidades e serviços necessários ao crescimento econômico. Surge também o debate sobre a necessidade de modernizar o processo produtivo e a agricultura, o que anima setores das classes médias emergentes.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília.** Brasília: Senado Federal, 2009. 480 p., il. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1039/15/573889.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

Localizador: 981.74 K95 PQ 3.ED (referente à edição de 2006, assim como o link acima; a tiragem analisada neste Guia é a de 2009, que praticamente não difere da disponível na Biblioteca)

Classificação:   

Resumo

Trata-se de depoimento sobre a construção de Brasília relatado pelo próprio Presidente Juscelino Kubitschek, responsável principal pela construção e fundação da nova capital federal. Importante obra para os que desejam conhecer os bastidores da concepção e concretização da cidade, que incluem também a participação e as reações do Congresso Nacional no processo.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889.** Introdução de Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1978. 259 p., il. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos. Série Estudos Históricos, v. 2).

Localizador: 341.2531 L533 S

Classificação:  

Resumo

Reavaliação do papel da Casa, no conjunto da vida institucional brasileira, até a Proclamação da República. Inicia descrevendo como funcionava o Parlamentarismo no regime instituído pela Constituição de 1824. Alega que os princípios jurídicos sustentadores desse sistema de governo – separação de poderes, regime representativo e princípio da legalidade – não funcionavam na prática no país. Ela observa que o Poder Moderador conferia ao Imperador d. Pedro II condições de dominar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A autora encerra o capítulo introdutório descrevendo as diferenças entre os sistemas parlamentares na Inglaterra, França e Bélgica e destaca, principalmente no que se refere às Câmaras Altas, a maior força conferida ao Senado no Brasil. No segundo capítulo, dedicado à procedência socioeconômica e cultural dos senadores, estão os requisitos para ser senador à época. Encerra esse capítulo retratando o Senado Imperial como um órgão conservador composto por homens cultos, geralmente bacharéis, representantes de uma oligarquia.

Ao final, a autora relata os problemas e crises do período, chamando especial atenção para o descrédito das instituições monárquicas. O desfecho da obra traz o embate entre a Monarquia conservadora de um lado e os militares apoiados por grupos abolicionistas e republicanos de outro, tensão que culminaria na troca de regime.

LEMOS, Leany Barreiro (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, 2008. 461 p. (Edições Unilegis de Ciência Política, v. 4). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180410>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

Localizador: 341.2531 S474 SFB

Classificação:   

Resumo

O livro está dividido em quatro partes: a primeira se encarrega de abordar questões clássicas dos estudos sobre: o federalismo, o presidencialismo, os tipos de representação das câmaras altas. Na segunda parte, o foco são os membros do Senado e suas carreiras, ou os padrões de recrutamento da instituição. A terceira parte se concentra na atividade legislativa do Senado – suas prerrogativas e seu desempenho em comparação com a Câmara, bem como a organização de seus sistemas de comissões. A quarta e última parte cuida de duas prerrogativas exclusivas do Senado ligadas ao controle.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. 174 p., il.

Localizador: 302.230981 L732 MID

Classificação: [1](#)

Resumo

A obra está dividida em três partes. A primeira aborda a relação entre mídia e política, com enfoque na análise da cobertura a partir da presunção de culpa e do conceito de escândalo midiático de Thompson. Além disso, investiga narrativas construídas pela mídia e casos gerais de omissão, saliências e distorções. Veículos de comunicação como *Veja*, *Época*, *TV Globo*, *Folha de S. Paulo* são estudados a fim de exemplificar as relações da mídia com a política. Na segunda parte, é investigada a concentração da mídia brasileira nos grandes grupos econômicos do país, bem como são analisadas as questões dos políticos concessionários de radiodifusão e da proposta de legalizar a prática com urna mudança na Constituição. Por fim, a terceira parte se refere à cobertura das eleições de 2002 pelo *Jornal Nacional*, além de discutir a importância do jornal e da televisão para a formação da opinião pública no Brasil.

LOBO JÚNIOR, Hélio. **Antes da guerra: a missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1914. 260 p.

Localizador: 981.0434 L799 A

Classificação: 

Resumo

Descrição dos esforços diplomáticos feitos pelo Império brasileiro no sentido de interromper a guerra civil que se iniciara no Uruguai em 1863 e vitimou muitos brasileiros que lá viviam. Comenta o trabalho da missão Saraiva, que foi uma espécie de ultimato do Brasil e da Argentina ao governo de Aguirre, e a repercussão que isso teve no nosso país, citando a posição da Câmara e do Senado. O livro trata das ações que originaram a Guerra do Paraguai. O capítulo IV traz a opinião de alguns senadores em relação ao conflito e às ações do governo brasileiro na condução da política externa naquele momento.

MAIA, Agaciel da Silva. **Tempo de transformação**. Brasília: Letrativa, 2007. 256 p.

Localizador: 341.2531 M217 TDT

Classificação:  

Resumo

Apresenta uma panorâmica do Senado Federal, de sua história, de sua missão institucional, tendo como recorte o Congresso Nacional. A obra aborda etapas, metas alcançadas, leis, CPIs, grandes destaques, como a luta da mulher brasileira por seus direitos, a revolução do ILB, temas polêmicos, reformas políticas e trabalhistas e o novo Senado no mundo moderno. Rádio Senado, TV Senado, a atuação na internet e o Interlegis também integram a obra, que fala resumidamente sobre o que acontece e como acontece na Casa, nos séculos XX e XXI, a exemplo, do capítulo "Como Nasce uma Lei".

MASCARENHAS, Nelson Lage. **No Senado do Império**. Brasília: Senado Federal, 1978. 234 p.

Localizador: 328.81 M395 N

Classificação:  

Resumo

Registra episódios ocorridos entre os senadores do Império no período de 1826 a 1889, com os debates colhidos nos Anais do Senado, que na época não puderam ser publicados. A obra relata alguns dos fatos curiosos que outros livros históricos não citam. Há também frases de efeito ditas por alguns personagens importantes da época, como Vasconcelos e Holanda Cavalcante.

O livro expõe diálogos entre os senadores, há explicações sucintas, em tom histórico, no início dos capítulos, sobre os acontecimentos. Entre os debates, destacam-se: "Contanto que fale", "As prendas de laiá", "E eram tão amigos" e "Eleições, corrupção e voto do analfabeto".

MIRANDA, Yvonne R. de. **Os últimos 13 anos do Senado no Rio.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1991. 2 v.

Localizador: 341.2531 M672 UAS, volumes 1 e 2

Classificação:  

Resumo

Expõe visão crítica sobre vários episódios que marcaram a vida do Senado, até então ocupante do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, nos treze anos que antecederam a transferência de sede para Brasília. Os dois volumes do livro são escritos em tom de memória jornalística sobre acontecimentos marcantes, quase todos datados; muitos, curiosidades; outros, ligados ao mundo midiático ou "para-político" (trata-se em boa parte de uma compilação de notas de coluna política de jornal). A obra apresenta, ainda, biografias comentadas sobre os principais senadores, jornalistas e frequentadores do Palácio Monroe à época, bem como a história deste último.

MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011. 135 p., il. (algumas col.). Disponível em <www.iea.usp.br/textos/livropapeldocongresso.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

Localizador (na Biblioteca da Câmara dos Deputados) : 328 CONGR-PC CONGR

Classificação:   

Resumo

Apresenta os principais resultados da pesquisa *O Desempenho do Congresso Nacional no Contexto do Presidencialismo de Coalizão*, realizada por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPS), da USP e coordenada pelo professor José Álvaro Moisés, entre agosto de 2009 e março de 2010. O estudo trata da atuação de deputados e senadores brasileiros durante as legislaturas de 1995/1998, 1999/2002 e 2003/2006.

Organizado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), tem por base o banco de informações sobre votações nominais da Câmara dos Deputados e cobre o período de 1990 até 2007. Apresenta dados sobre o processo legislativo brasileiro, os deputados, as votações nominais, as coligações eleitorais e os partidos políticos, entre outros. O banco de dados foi atualizado com informações sobre o desempenho do Senado e as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) das duas casas legislativas e CPIs mistas, cujo principal objetivo é examinar o papel do Congresso nas três legislaturas mencionadas em face das atribuições a ele conferidas pela Constituição de 1988, em especial, o controle sobre os demais poderes e sua dimensão propriamente representativa.

O estudo do regimento interno das duas casas do Congresso Nacional presente no livro possibilitou avaliar como o processo legislativo centrado nas prerrogativas presidenciais, na atuação do colégio de líderes dos partidos, na existência de prazos bem definidos de tramitação das proposições e no funcionamento de comissões permanentes ou especiais colabora para uma melhor compreensão acerca do desempenho do legislativo brasileiro.

MONCLAIRE, Stéphane (Coord.) **A Constituição desejada: saic: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. 2 v.

Localizador: 320 C756 CD

Classificação:  

Resumo

Ilustra o momento histórico da vida política e jurídica do país, em agosto de 1985, como decorrência de mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente José Sarney, visando à reforma da Carta Magna, que teve na Comissão de Constituição e Justiça do Senado setor fundamental. Foi estabelecido um Sistema de Apoio Informático à Constituinte (Saic), com o apoio do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). A parceria rendeu a criação de um banco de dados único no mundo, capaz de coletar, armazenar e tornar disponíveis informações relevantes para todos os constituintes.

MOURA, Francinira Macedo de. **Direito parlamentar**. Brasília: Brasília Jurídica, 1992. 187 p.

Localizador: 341.25 M929 DPA

Classificação:  

Resumo

Expõe, de forma objetiva, os conceitos inerentes ao Direito Parlamentar. As estruturas parlamentares e o funcionamento do Parlamento aparecem na obra de forma didática, facilitando a compreensão de temas que passaram por atualizações e modificações no decorrer do tempo. A obra recupera a origem da instituição parlamentar, mostra sua evolução no Brasil e mostra como as funções na ordem política têm sua especificidade própria, tanto que são submetidas a um estatuto e a um processo parlamentar que lhes é próprio, onde são gestadas as leis que, por sua vez, também seguem rito específico, de acordo com a finalidade a que se destinam.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2003. 214 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1078/4/667747.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2012.

Localizador: 981.0435 N117 ABS

Classificação:  

Resumo

Obra em tom de libelo pelo fim da escravatura. Nas doze partes em que o livro está dividido, Joaquim Nabuco (1849-1910) estuda as causas, o caráter jurídico e humanista, os fundamentos econômicos que sustentaram a escravidão, a necessidade de aboli-la, e apresenta as consequências do fim da servidão que adviriam de seu término. O texto foi escrito e originalmente publicado em Londres, na Inglaterra, para onde o autor se retirou durante o intervalo entre um mandato e outro na Câmara dos Deputados.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. Sistemas políticos e o modelo brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2007. 355 p.

Localizador: 321.8 N778 SPM

Classificação:   

Resumo

Oferece uma introdução à Ciência Política, possibilitando a compreensão de conceitos relacionados. Mostra a influência dos sistemas eleitorais nos sistemas partidários, a relação entre sistemas políticos e de governo, a evolução recente do sistema eleitoral no Brasil, as particularidades dos sistemas partidários e a chamada crise de representação vivida por partidos políticos e parlamentos na sociedade contemporânea. Há vários quadros a respeito das eleições no Brasil; comparativos com outros governos, como por exemplo, da Inglaterra e dos Estados Unidos, alianças e coligações, regiões administrativas e o número de eleitores, além de índice de fracionamento da bancada federal.

NOGUEIRA, Octaciano. **O Senado Federal em perguntas e respostas**. Brasília: Senado Federal, 2011. 88 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/c-edit/c-edit-perguntas/data/files1/o_senado_federal_em_perguntas_e_respostas.pdf>. Acesso em 11 out. 2012.

Localizador: 341.2531 N778 SFP

Classificação:   

Resumo

Apanhado de questões políticas sobre o Poder Legislativo, especialmente sobre o Senado Federal. A obra detalha o funcionamento do Senado Federal: descreve os trabalhos do plenário, das comissões, as atribuições da Mesa, a ação fiscalizadora da Instituição, entre outros pontos. O autor discorre também sobre temas políticos básicos como Democracia, Constituição e Divisão de Poderes. O livro é voltado para leigos, explica questões fundamentais sobre política, governo e Senado Federal na forma didática de perguntas e respostas.

O CLERO no parlamento brasileiro: Senado do Império. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982. 2 v. (Documentos parlamentares).

Localizador: 320.981 D637 CPB

Classificação:  

Resumo

No lançamento do segundo volume, de um total de cinco, englobando a primeira sessão legislativa, até 1889, e realizado em parceria com o Centro João XXIII, por meio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), e com a Fundação Casa de Rui Barbosa, o trabalho é promovido pelo então presidente do Senado Jarbas Passarinho. Ele ressalta que a publicação resgata a poderosa influência da Igreja nas decisões políticas no período imperial, marcando a tradicional união entre Igreja e Estado. Jarbas Passarinho ressalta as qualidades dos parlamentares representativos do setor que, segundo ele, tinham notável sensibilidade social, atuavam como líderes de suas comunidades, eram notáveis oradores, tendo influenciado substancialmente no pensamento político brasileiro.

Esses parlamentares do clero foram representativos das chamadas "ideias ilustradas", em voga à época da luta pela Independência do país, capitaneada por Dom Pedro I.

O LEGISLATIVO brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012. 177 p.

Localizador: 341.252 L514 LBF

Classificação: [I](#) [L](#)

Resumo

Reúne seis artigos acadêmicos que analisam a imagem do Parlamento frente à opinião pública e à mídia impressa, no período 1987-2004. Por meio de pesquisas, estudos de caso e comparações, os autores abordam a composição e o funcionamento dos legislativos nos âmbitos estadual e local, a dinâmica das mudanças de partido e a imagem do Parlamento como é percebida pela opinião pública e representada pela mídia impressa.

Os diversos capítulos abordam diagnósticos da popularidade das instituições democráticas brasileiras, com base em resultados de pesquisas de opinião e na imagem do Senado retratada na mídia impressa, até investigações sobre como a estrutura do processo decisório tem afetado as trajetórias políticas dos parlamentares nos âmbitos federal, estadual e municipal. Incluem temas como fidelidade partidária, recorrente nos noticiários e nas propostas de reforma política, contribuindo para a compreensão do funcionamento do sistema democrático e suas perspectivas.

Trata-se de parceria da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) e do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (Cesop/Unicamp); uma coautoria de professores das Universidades de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

OLIVEIRA, Mauro Márcio. Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal: sua história e desempenho no período de 1946 a 1989. Brasília: Senado Federal, 1991. 250 p.

Localizador: 341.25377 048 CPI

Classificação: 

Resumo

Análise e avaliação dos aspectos metodológicos do funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, dos aspectos concorrentes, de natureza legal e regimental, além de reunir informações bibliográficas sobre CPI disponíveis em Brasília, em especial na rede de bibliotecas da qual participa a do Senado Federal.

PASSOS, Edilenice Lima. *Mesas diretoras do Senado Federal 1891 a 1992*. Brasília: Senado Federal, 1991. 134 p.

Localizador: 341.2531 P289 MDS

Classificação:  

Resumo

Possui a missão específica de arrolar as mesas diretoras do Senado no período republicano e, também, de complementar um trabalho análogo desenvolvido pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (Cedoc), intitulado *Mesas da Câmara: 1826-1982*, que lista a composição das Mesas Diretoras daquela Casa. Possui perfil referencial e documental. O levantamento não contempla as mesas extraordinárias, tampouco as das constituintes.

PATRÍCIO, Djalma José. **Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação.** Blumenau: Furb, 1998. 216 p.

Localizador: 322.43 P314 PGP

Classificação: 

Resumo

Partindo das obras escritas sobre grupos de pressão – e *lobby* – e tendo como referências básicas os textos dos estudiosos Stanislaw Ehrlich e Jean Meynaud, o livro dá destaque à função da comunicação de massa como instrumento de pressão. Dividido em três partes, o texto tem a proposta de apresentar um mote evolutivo do tema.

PINTO, Odorico Pires. **O solar do Conde dos Arcos.** Rio de Janeiro: São José, 1972. 149 p., il.

Localizador: 727.110981541 P659 SCA

Classificação:   

Resumo

Referência histórica sobre o Palácio do Conde dos Arcos, primeira sede do Senado Federal (1826-1924), na cidade do Rio de Janeiro. A abordagem, não obstante, remonta aos idos do condado dos Arcos, séculos antes, em Portugal, cobrindo os primórdios do local, então possuído por D. Marcos de Noronha e Brito. Não tem a pretensão de recontar grandes momentos da história do Brasil, enaltecer os idos da casa como Senado, nem de fazer apologia a grandes vultos de época. O livro apresenta diferenciais pela particularidade de pesquisa do Condado dos Arcos e dos bastidores dos "Senados" Imperial e Federal, registrando momentos históricos, hábitos e atos dos senadores que utilizaram o palácio. Inclui retrato de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos de Valdevez; ilustração do Paço do Senado, da segunda metade do século XIX; óleo de Vítor Meireles: aspecto do interior do Senado: juramento da Princesa Isabel; e fotografia do Senado Republicano depois das obras de ampliação.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. 432 p.

Localizador: 341.28 P853 VNO 2.ED.

Classificação:  

Resumo

Ordena os períodos republicanos em função das constituições, tal qual o costume francês. A obra foi escrita em função da escassez de bibliografia sobre a história eleitoral do Brasil. O texto se inicia com o período colonial, seguindo para as eleições indiretas do período imperial, chegando até o republicano, com a adoção do voto direto. O conteúdo é histórico, com a exposição de diálogos, artigos e leis que retratam a história do voto no Brasil.

PRODASEN: Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal: 30 anos: 1972/2002. Brasília: Senado Federal, 2003. 1 v.

Localizador:001.6 P964 PCI

Classificação:   

Resumo

Publicação comemorativa dos 30 anos do Prodasen. O livro tem início com uma abordagem histórica do período da década de 1970, que serve de contexto à adoção das Tecnologias da Informação, com a inauguração do Prodasen. Trata da função do setor como agente que confere agilidade ao processo legislativo, além de mencionar sua contribuição à gestão e à segurança da informação dentro do Senado Federal.

RODRIGUES, José Honório. RODRIGUES, Leda Boechat (Org.). **O Parlamento e a evolução nacional: introdução histórica 1826-1840**. Brasília, Senado Federal, 1972. 6 v.

Localizador: 328.3 P252 PEN

Classificação:  

Resumo

Trata das questões do Parlamento do Império até a Quarta Legislatura. O livro contempla questões essenciais para o entendimento da Casa, tais como: a formação do pensamento político brasileiro, a tradução do vocabulário parlamentar da época, a estrutura do trabalho parlamentar, a explicação do sistema representativo e do sistema de maioria e minoria, além da descrição dos edifícios do Senado e da Câmara. A obra também indica importante bibliografia a quem deseja compreender a relação entre a história do Brasil e o Poder Legislativo, a história deste e de seus representantes, bem como a bibliografia parlamentar que auxilia uma análise do histórico político das duas Casas.

SALDANHA, Nelson. **História das idéias políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 384 p. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1052>> Acesso em: 15 dez. 2011.

Localizador: 320.981 S162 HIP

Classificação: **H**

Resumo

Possui resumo na abertura de cada capítulo. Entre os temas abordados, destacam-se: a ideia de "origem" para a historiografia latino-americana, herança europeia e versão ibérica: a monarquia lusa; instalação do homem na colônia, o Estado português, estrutura social, situação econômica e padrão barroco; situação da colônia, organização das coisas públicas, vida municipal, Lei da Boa Razão e seu significado histórico-cultural; cultura ocidental do século XVIII e seus reflexos no Brasil, movimentos rebeldes da época e seus componentes ideológicos; Dom João no Brasil, a Revolução Pernambucana de 1817, preparação da mentalidade política que acompanharia a Independência e o Império; influxos doutrinários, ambiência cultural, imprensa e as figuras de Bonifácio, Gonçalves Ledo e Cairu; Constituição de 1824; ideias republicanas, da questão religiosa e da Abolição da Escravatura; discussões sobre o cientismo e o positivismo; o contexto da gênese do texto da Constituição de 1891; liberalismo e as disputas políticas; crítica à República e à Constituição; Revolução de 1930 e suas circunstâncias; fim da Segunda Guerra e queda de Vargas; motivações polêmicas depois de 1950 (nacionalismo brasileiro, reforma agrária, conceito de soberania).

SALLES, Mauro. **Ciclo de palestras: o Senado e a opinião pública**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social, 1997. 6 v. em 1, il.

Localizador: 328.81 C568 CDP 1997

Classificação:  

Resumo

Reúne as transcrições das palestras e debates do ciclo de cinco conferências intitulado "O Senado e a Opinião Pública", realizado pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal. Destaque para algumas palestras em específico, as quais contêm também publicação autônoma, em volume separado, catalogada pela Biblioteca do Senado com localizador próprio:

A imagem do Senado e o posicionamento dos Senadores, Mauro Salles. **Localizador:** F328.81 S168 IMA
Em 19 de abril de 1995, no Senado Federal, o palestrante discorreu sobre várias questões concernentes à imagem institucional do Senado, abordando a atuação dessa Casa perante o cidadão, questões de planejamento, identidade, lideranças, o peso de sua liturgia, culminando nos aspectos midiáticos que envolvem o Senado, sobretudo em suas relações com a imprensa, e nos aspectos ligados à imagem de cada político.

A publicidade na democracia. Nizan Guanaes. **Localizador:** F 328.81 G913 PUBLI

Em 30 de maio de 1995, o palestrante discorreu sobre a publicidade nos governos democráticos e criticou a ausência de uma política de comunicação pública efetiva e atual. O texto é rico em conceitos sobre a publicidade, servindo como ótima fonte de pesquisa para publicitários e demais comunicadores.

A pesquisa de opinião e o processo político. João Francisco Meira. **Localizador:** F 328.81 M514 PDO

Em 13 de junho de 1995, o conferencista, então diretor do Instituto Vox Populi, apresentou afirmações como as de que a pesquisa não é causa original de nenhum fenômeno ou processo político e que a eficácia desse serviço não se atrela à capacidade de predição, senão à de formulação e comprovação de estratégias públicas; no mesmo momento em que uma pesquisa é divulgada, já cria condições para que a tendência por ela mostrada se modifique.

Ao informar que a pesquisa não é a causa original de nenhum processo ou fenômeno político, ele diz que a eficácia deste serviço não está propriamente na sua capacidade de predizer, mas na sua utilidade na formulação e comprovação de estratégias políticas.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009. 581 p., il.

Localizador: 070.4 S132 MDFN

Classificação: [I](#) [L](#)

Resumo

Analisa o fenômeno da comunicação institucional por meio de mídias corporativas (ou mídias das fontes) no Brasil. Observa essa nova realidade como uma ação da sociedade civil brasileira para se comunicar diretamente com a opinião pública, sem passar pela intermediação das mídias tradicionais, que em sua maioria é de perfil privado. O autor faz uma reflexão sobre como ela se diferencia das outras mídias afins, como a publicidade e as relações públicas e, também, sobre a rotina e a dialética da profissão de jornalista institucional. As informações foram obtidas a partir de observações realizadas entre 2002 e 2005, concentrando-se, de maneira mais efetiva, sobre o sistema midiático do Senado Federal do Brasil e sobre a ação dos jornalistas que para ele trabalham.

SARNEY, José. **O parlamento necessário**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1982, 2 v.

Localizador: 320.08 S246 PN

Classificação:   

Resumo

Composto de dois volumes, contém pronunciamentos, ao longo de anos de atuação parlamentar de José Sarney no Senado Federal em sucessivos mandatos. Os textos apresentam conteúdos relacionados à política interna e externa, à cultura, a problemas econômicos e sociais, ecologia, direitos civis, liberdade de imprensa e ciência e tecnologia.

SILVA, Mário Elesbão Lima da. **Tópicos de regimento interno: Senado Federal & Câmara dos Deputados & Câmara Legislativa do DF: estudo comparado dos regimentos das três casas legislativas.** Brasília: [s.n.], 2005. 615 p.

Localizador: 341.253.S586 TRI

Classificação: [I](#) [L](#)

Resumo

Voltada para o público de "concurseiros", trata dos regimentos internos do Senado, da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, fazendo um estudo comparativo por meio de tabelas, por tópicos e sinalizando os artigos a que se referem, mostrando as especificidades de cada um e o que esses regimentos têm em comum. Serve ainda, segundo o autor, para o estudo separado de cada um desses regimentos, de acordo com o interesse do pesquisador ou estudante. Faz um apanhado do processo legislativo, demonstrando o grau de complexidade dos regimentos e o uso de terminologias próprias do processo legislativo. Ao final, traz exercícios, provas de concursos anteriores e remissão a artigos dos respectivos regimentos.

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **A evolução do controle da constitucionalidade e a competência do Senado Federal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 155 p.

Localizador: 341.2 S586 EDC

Classificação:   

Resumo

Explica que, até a data de publicação da obra, 1997, a doutrina jurídica brasileira ainda não havia assimilado o caráter político assumido pelo controle de constitucionalidade dado pela Constituição de 1946, quando o Senado voltou a integrar o Poder Legislativo, especialmente a partir da emenda EC 16/65. Esse caráter foi complementado pela Emenda Constitucional 1/69 e novamente acolhido pela Constituição de 1988.

Segundo o autor, a doutrina ainda trata o tema como se o controle de constitucionalidade tivesse caráter exclusivamente judicial, difuso e incidental, como determinado pela Constituição de 1891, cujo sistema foi uma cópia direta do sistema norte-americano. A mudança para o sistema misto, direto e incidental ocorreu na Constituição de 1934. Porém, o conteúdo político do controle somente foi adquirido com a Constituição de 1946 e decorre da competência decisória dada ao Senado, pela etapa que compete a este no processo, e também com a competência exclusiva do Congresso Nacional em caso de inconstitucionalidade por omissão. Em abril de 1977, na ditadura militar, decresce seu conteúdo político, que volta a adquirir importância novamente com a Constituição de 1988.

SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da. **O controle da constitucionalidade e o Senado.** 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 201 p.

Localizador: 341.2 S586 CCS 2.ED.

Classificação: 

Resumo

Seu tema central é a evolução do sistema de controle de constitucionalidade no Direito brasileiro, e o papel atribuído ao Senado Federal nesse sistema. O texto procura demonstrar que o conteúdo político do controle se traduz na competência decisória do Senado, na etapa que lhe é destinada pela Constituição nesse processo e pela participação do Congresso, no que diz respeito à inconstitucionalidade por omissão. Destaques para os capítulos 3 e 4, que tratam das atribuições e atuação do Senado. O livro traz também um estudo comparado sobre o tratamento dado ao controle da constitucionalidade no Direito da Espanha, Itália, Áustria, Alemanha, Portugal, Polônia, Romênia, República Tcheca e República Eslovaca.

SOARES, Rosinethe Monteiro. BAAKLINI, A. I. **O poder legislativo no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. 1975. 184 p.

Localizador: 341.252 S676 P

Classificação:   

Resumo

Adota forte crítica metodológica no campo da ciência social, em que os autores avaliam predominar a visão estrangeira, que tem uma imagem distorcida sobre o Congresso brasileiro, e crê que o Brasil não possui instituições políticas atuantes. A obra é de 1975 e faz referência explícita ao funcionalismo público como tendo origem nos militares da Revolução de 1964. Admite-se a fraqueza dos partidos políticos e do Congresso Nacional,

Os autores consideram que os analistas políticos não percebem o Congresso como centro nacional de compromisso político devido ao caráter formal de sua produção legislativa. Revela-se uma filtragem na análise do processo político e a negação da importância do Congresso no processo decisório nacional, por sua estrutura importada da realidade americana, em que o Executivo simbolicamente tem o mérito da maioria das políticas adotadas.

A ação do Congresso torna-se invisível aos olhos dos analistas porque muitas das decisões compartilhadas com o Executivo não são formais ou são tomadas em instâncias inferiores, não aparecendo de forma explícita a participação dos congressistas, passando a falsa noção do Legislativo como "pouco produtivo". Os autores enfatizam a coerência existente entre os dois poderes com interesses comuns em relação aos interesses nacionais, os quais transcendem posições partidárias, fazendo do processo partidário um esforço conjunto, tornando a política diluída nas diversas áreas de ação.

TAUNAY, Affonso de Escagnole. **O Senado do Império**. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. 268 p., il.

Localizador: 923.281 T226 SDI

Classificação:   

Resumo

Traz informações detalhadas sobre o Senado e os senadores do Império. Em forma de notas, o autor fala sobre o funcionamento da Casa, o processo de escolha dos senadores, quem foram os ocupantes das cadeiras, de 1826 a 1889, e as relações de parentesco que havia entre os membros da instituição. A obra traz os retratos de figuras ilustres que se tornaram senadores durante o Império e cita nomes e datas de maneira pormenorizada.

TESTA, Antonio Flávio (Org.). **Marketing político e comunicação: o Senado e a opinião pública.** Colaboradores: Rosa Maria Gonçalves, Beatriz de Mendonça Jorge e Costa. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social, 1999. 274 p.

Localizador: 328.81 M345 MPC

Classificação: ①

Resumo

Apresenta o conceito de comunicação vinculado a sua importância na construção e consolidação da democracia e, portanto, do desenvolvimento da consciência de cidadania na sociedade brasileira. O cientista político Gaudêncio Torquato discute a relação existente entre o político e a sociedade, aborda a comunicação e a formação da opinião pública, a pesquisa de opinião e sua influência sobre os resultados do processo político-eleitoral. O publicitário Nizan Guanaes apresenta um capítulo sobre a publicidade na democracia. Os últimos capítulos são dedicados à comunicação social do Senado, detalhando os serviços e produtos oferecidos pelo Senado ao cidadão no ano de 1999, bem como os programas da Rádio e TV Senado levados ao ar no período.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas.** Rio de Janeiro: FGV, 2009. 440 p., il. gráfs.

Localizador: 320.3 T882PC APV

Classificação:  

Resumo

Explica as várias formas de governo, suas diferenças nos países, suas burocracias, os sistemas de legislaturas, além de efeitos gerados por regimes de exceção, como os ditatoriais. Cada sistema é visto de forma isolada e, depois, comparado, a fim de evidenciar aspectos positivos e negativos. Também demonstra as táticas políticas utilizadas em processos de barganha e os respectivos resultados.



Manuais

BRASIL.Congresso Nacional. Senado Federal. **Manual de atividade legislativa.** Brasília, 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/Relatorios_SGM/AtividadeLegislativa/ManualAtividadeLegislativa.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2012.

Localizador: 016.090 B823 CBC

Classificação:  

Resumo

Apresenta orientações gerais sobre o trabalho legislativo no Congresso Nacional e, especificamente, no Senado Federal. É uma obra de introdução acerca do funcionamento da Casa Legislativa, escrita pela Secretaria Geral da Mesa e possui como públicos-alvo prioritários parlamentares e seus assessores. Contém informações sobre as eleições para representação interna, as formas de participação, o funcionamento das comissões e dos serviços internos de apoio e assessoramento.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Consultoria Legislativa. **Manual de elaboração de textos**. Brasília, 1999. 88 p. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/manualdeelaboracaodetextos.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

Classificação: ①

Resumo

Trata de diversos aspectos de redação, indica convenções de uso corrente e fornece orientações de linguagem e estilo para os trabalhos de consultoria e assessoramento legislativo. Seu intuito é racionalizar o trabalho de quem redige e de quem revisa os textos mediante o uso de referenciais padronizados de redação, além de privilegiar a clareza, a precisão, a coerência, a concisão e a consistência, consagrando uma forma de expressão compatível com os princípios constitucionais da impessoalidade e da publicidade e favorecendo a transparência dos atos do poder público e da própria atuação parlamentar.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Manual de identidade visual**. Brasília, 2011. 122 p. Disponível em: <<http://intra/IdentidadeVisual/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

Classificação:  

Resumo

Instrumento que tem como propósito normatizar a aplicação da marca, a fim de que se obtenha uma unidade visual constante que fortaleça a imagem institucional da Casa. O documento fornece diretrizes e orientações para a uniformização da aplicação da marca e das Armas Nacionais em suas diversas expressões visuais. O endereço eletrônico disponível é o da intranet do Senado.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Arquivo. **Manual de normas e procedimentos de protocolo administrativo**. Brasília, 2011. 100 p.

Localizador: 341.2531 B823 MNP

Classificação:  

Resumo

Apresenta detalhadamente os procedimentos de tratamento de documentos administrativos, estabelecendo igualdade nos procedimentos do protocolo do Senado. Contém instruções para todas as unidades administrativas, que vão desde o respeito às normas, passando pelas formas de encaminhar documentos ao serviço de protocolo, acréscimo de peças, numeração de folhas, solicitação de ações ao serviço de protocolo até o arquivamento. O documento possui tipos de termos em anexo, índice de notas, índice de modelo de despachos e índice de figuras.

Existe outra obra semelhante disponível na biblioteca, intitulada "Manual do serviço de protocolo administrativo: normas e procedimentos", com 36 páginas, da década de noventa, cujo localizador é F 341.2531 M294 MDS.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de redação**: Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília, 2003. 154 p. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/101978/1/manual_redacao_agencia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

Localizador: R. 808.06607 B823 MRA

Classificação:  

Resumo

Traz as normas gerais e específicas adotadas pelos veículos impressos no Senado Federal. Conceitos de termos usuais de processo legislativo, jurídicos e de Economia também estão contemplados. O manual conta ainda com um apanhado de dicas de português e uma relação das abreviaturas mais utilizadas no âmbito legislativo e governamental.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Relações Públicas. **Manual de eventos**. 2. ed. rev. Brasília, 2007. 213 p.

Localizador: 659.2 B823 MDE 2.ED

Classificação: ①

Resumo

Composto por diversas partes, contém uma introdução sobre eventos, o que são e suas principais etapas. Em seguida, descreve os espaços do Congresso utilizados para diversas finalidades de eventos; cada lugar é detalhado no manual para o tipo de uso a que se destina. Descreve um passo a passo de cada setor interessado em realizar eventos e a etapa de intervenção da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal (SRPSF) na sua produção e na sua execução. Tudo é detalhado conforme as normas da casa e da SRPSF.

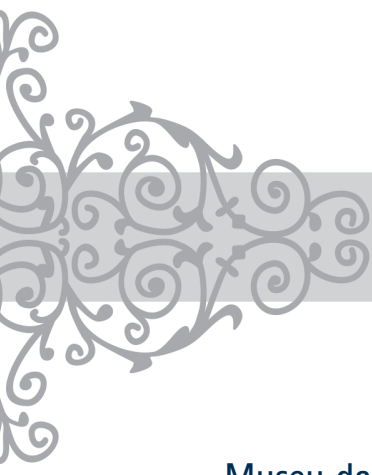
PENNA, Sérgio F. P. de O. *Técnica legislativa: orientação para a padronização de trabalhos*. Brasília: Senado Federal, 2002. 141 p. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/conleg/tecnicalegislativa-2002.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

Classificação:  

Resumo

O objetivo é prover meios para a uniformização da técnica legislativa a ser utilizada nos diversos trabalhos a cargo da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Com tal propósito, a publicação define as proposições legislativas, indica os dispositivos do regimento interno do Senado pertinentes a cada uma delas e propõe esquemas de textos de proposições. Inclui um roteiro para exame de constitucionalidade de proposições, que traz ainda o texto da Lei Complementar nº 95, de 1998, e recomendações práticas para a elaboração de minutas.

Permite o entendimento das normas de produção legislativa do Senado contidas no regimento interno da Casa, e está voltado para facilitar a tarefa não só dos consultores e de todos que trabalham com a elaboração de minutas legislativas, mas também dos interessados em saber como é composto um instrumento normativo.



Museus

Museu da Câmara dos Deputados

Classificação: **I H L F**

Resumo

Surgiu como espaço definitivo destinado à exposição do acervo museológico constituído de documentos que contam a história da Casa, do Senado Federal e do Congresso Nacional, no processo de elaboração das constituições brasileiras, na discussão e votação de proposições que deram origem às leis e às normas complementares. Nele se encontram livros raros, presentes protocolares, obras de arte e mobiliário histórico oriundo de suas antigas sedes no Rio de Janeiro. O acervo vem sendo incorporado à Casa desde a instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823. O museu ainda não é dotado de espaço físico exclusivo, mas possui atendimento próprio para acesso ao acervo.

Contato

Telefone: 55 (61) 3216-5880

Endereço:

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II da Câmara dos Deputados – Segundo Subsolo, Centro de Documentação e Informação (Cedi) – Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 – Brasília – DF

Site: <http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/museu/Acervo/apresentacao.html> (acessado em 17/11/2011)

e-mail: museu.cedi@camara.gov.br

Serviço (atendimento):

De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

Museu da República

Classificação:    

Resumo

Ocupa o antigo Palácio Nova Friburgo (no Império), depois Palácio do Catete (na República), que durante 63 anos foi o coração do Poder Executivo no Brasil. Foi inaugurado em 15 de novembro de 1960, após a transferência da capital para Brasília. Fotos, documentos, objetos, mobiliário e obras de arte dos séculos XIX e XX integram seu acervo, exposto nos diversos salões do Palácio. Oferece ainda, desde novembro de 2007, uma nova forma de interlocução com o visitante: o Espaço de Atualização, no qual a informação está disponível por meio de jornais do dia, noticiários na TV etc.

Contato

Telefones: 55 (21) 3235-3693
55 (21) 3235-5129 – Assessoria de imprensa
(21) 3235-5124 e 2205-4327 – Assessoria cultural

Endereço:
Rua do Catete, 153 – Catete
CEP 2220-000 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Site: <http://www.museudarepublica.org.br/>
e-mail: mr@museus.gov.br

Museu do Senado

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Inaugurado em 1991, recebe, coleta, pesquisa, classifica, conserva, restaura e guarda as peças e documentos que compõem o acervo histórico e artístico do Senado Federal. O acervo abrange documentos históricos, objetos da época do Império, esculturas, tapeçarias e quadros, inclusive o mobiliário das antigas sedes do Senado.

Contato

Telefones: 55 (61) 3303-4331 ou 55 (61) 3303-4029

Endereço:

Praça dos Três Poderes, s/n – Edifício Principal, Salão Nobre
70165-900 – Brasília, DF

e-mail: museu@senado.gov.br

Museu do Tribunal de Contas da União

Classificação:    

Resumo

Apresenta história de mais de um século do controle dos gastos públicos no Brasil. A história da Corte de Contas é divulgada por meio de exposições, publicações e outros materiais gráficos. A concepção do acervo busca atingir o mais variado público e, por meio de um programa educativo, procura estabelecer um diálogo interativo entre o visitante e as exposições.

Contato

Telefones: 55 (61) 3316-7592 / 5381

Endereço:

SAFS Quadra 4 lote 1 – Edifício-sede – 3º andar – sala 324
70042-900 – Brasília, DF

Site: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/museu>

e-mail: museu@tcu.gov.br

Museu Histórico Nacional

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Criado em 1922, é um dos mais importantes museus do Brasil, reunindo um acervo de mais de 277.490 itens, entre os quais a maior coleção de numismática da América Latina. Oferece ao público arquivo histórico com 55.600 documentos iconográficos e manuscritos sobre a História do Brasil e arquivo institucional sobre a trajetória do próprio museu, com documentos, fotografias, impressos, recortes de jornal etc.

O arquivo não apenas guarda a memória do Museu Histórico Nacional desde a sua criação, mas tem sua documentação reconhecida como fonte primária para pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, possibilitando-lhes obter informações sobre políticas culturais em diferentes períodos, sobre a história administrativa de instituições culturais no país e sobre questões relativas à urbanização da região do entorno ao centro histórico da cidade do Rio de Janeiro.

São cerca de cinco mil fotografias, dois mil impressos e oito décadas de relatórios institucionais, além de importantes documentos, entre os quais diversos assinados por presidentes da República como Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira e ministros da Cultura, como Gustavo Capanema. Destacam-se, ainda, o livro de assentamento nomeando funcionários como Gustavo Barroso, Joaquim Menezes de Oliveira e Pedro Calmon e os registros das diversas doações, desde 1922, como a primeira peça doada por particulares, no caso, Gustavo Pena: um fardão de senador do Segundo Reinado, que pertenceu ao Barão de Pontal, Manuel Inácio de Mello e Souza (1771-1859).

Contato

Telefones: 55 (21) 2550-9220 / 2550-9224

Endereço:

Praça Marechal Âncora – Próximo à Praça XV
20021-200 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Site: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/>
e-mail: mhn.comunicacao@museus.gov.br

Serviço:

De terça a sexta-feira, das 10h às 17:30 h (fechado às segundas-feiras)
Sábados, domingos e feriados – das 14h às 18h

O arquivo histórico pode ser consultado de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h30, mediante agendamento prévio através do telefone 55 (21) 2550-9268.

O arquivo institucional é aberto a consultas mediante agendamento prévio através do telefone 55 (21) 25509265.

Serviço de audioguia e multimídia com linguagem em libras:

O Museu Histórico Nacional oferece serviço de audioguia em três línguas (português, espanhol e inglês) e guia multimídia em libras (Linguagem Brasileira de Sinais) para deficientes auditivos. São 40 equipamentos de áudio e dois especiais, com tela de TV para os deficientes auditivos. A duração do audioguia em português é de 1 hora e 23 minutos. A versão em espanhol tem a duração de 1 hora e 11 minutos e a versão em inglês, 1 hora e 5 minutos. O serviço é disponibilizado ao visitante mediante quantia módica.

Museu Imperial

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Possui o principal acervo do país relativo ao Império brasileiro, especialmente do Segundo Reinado, período governado por D. Pedro II. São cerca de 300 mil itens museológicos, arquivísticos e bibliográficos à disposição de pesquisadores e demais interessados em conhecer um pouco mais sobre o tema, além dos constantes eventos, exposições e atividades. No acervo do museu é possível encontrar registros significantes da vida senatorial do Brasil Império.

Contato

Telefones: 55 (24) 2245-5550 ou 5560
55 (24) 2245-8962 (Setor de Promoção)
55 (24) 2245-7321 (Assessoria de Imprensa)
Fax: 55 (24) 2245-5560

Endereço:
Rua da Imperatriz, 220 - Centro
CEP 25610-320 - Petrópolis, RJ - Brasil

Site: <http://www.museuimperial.gov.br/>
e-mail: mimp.faleconosco@museus.gov.br
e-mails e telefones de contato dos mais diversos setores disponível em:
<http://www.museuimperial.gov.br/> (clique em "Contatos" - acessado em 16/11/2011)

Serviço (informações do *site* em 16/11/2011):

Funcionamento:
Visitação: de terça a domingo, das 11h às 18h
Bilheteria: de terça a domingo, das 11h às 17h30
Jardins: de terça a domingo, das 8h às 18h
Atendimento nos setores técnicos: de segunda a sexta, das 13h30 às 17h30

Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga)

Classificação:    

Resumo

Instituição científica, cultural e educacional com atuação no campo da História, cujas atividades têm como referência permanente um acervo. Órgão da Universidade de São Paulo (USP), a ela integrado desde 1963, exerce atividades de pesquisa, ensino e extensão. O museu definiu como área de especialidade institucional a História da Cultura Material. Nesse campo, estabeleceu três linhas de pesquisa: Cotidiano e Sociedade; Universo do Trabalho; História do Imaginário, em função das quais têm sido ampliados e reorientados os acervos e as exposições.

Contato

Telefone: 55 (11) 2065-8000

Endereço:

Parque da Independência, s/nº – Ipiranga

Caixa Postal 42.403 – São Paulo, SP

Site: <http://www.mp.usp.br>

e-mail: mp@usp.br

Serviço:

Visitação de terça a domingo, das 9 às 17h



Prêmios

Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara

Classificação: **1**

Resumo

Estabelecida pela Resolução nº 14 de 2010 do Senado Federal, é destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil. A comenda é conferida a cinco personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de dezembro. Poderão indicar candidatos à distinção: entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à defesa e promoção dos direitos humanos, senadores e deputados federais.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=1540>

Diploma José Ermírio de Moraes

Classificação: **1**

Resumo

Agracia personalidades de destaque no setor industrial que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do Brasil. A Resolução do Senado Federal nº 35 de 2009 estabelece que o diploma é conferido, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se na semana do Dia Nacional da Indústria, comemorado no dia 25 de maio, e homenageia três empresários que mais se destacaram no setor. Podem ser indicados ao diploma empresas ou empresários do setor que se destacaram na promoção do crescimento econômico, mediante a geração de emprego e renda e pela contribuição com os programas de responsabilidade e valorização ambiental, cultural, social e econômica do país. A indicação dos candidatos pode ser feita por qualquer senadora ou senador e deve ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada de justificativa circunstanciada dos méritos do indicado, até o dia 25 de fevereiro do ano em que se der a premiação.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=1530>

Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Classificação: **1**

Resumo

Instituído pela Resolução nº 2 de 2001 do Senado Federal, o diploma é destinado a agraciar mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no país. É conferido anualmente durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Agracia cinco mulheres de diferentes áreas de atuação. Toda entidade, governamental ou não governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à promoção e à valorização da mulher, poderá indicar um nome de candidata ao diploma, a cada ano.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=770>

Ordem do Congresso Nacional

Classificação: ⓘ

Resumo

Criada pelo Decreto Legislativo nº 70 de 1972, destina-se a premiar pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo, de acordo com aprovação de conselho específico para este fim, que se encarrega da proposição, aprovação e promoção da Ordem dos condecorados.

A ordem consta de seis classes: **a) Grande-Colar**: destinado a soberanos, chefes de Estado, altas personalidades estrangeiras, em circunstâncias que justifiquem esse especial agraciamento, ao presidente do Senado Federal e vice-presidente da República, presidente do Supremo Tribunal Federal, e outras personalidades de hierarquia equivalente; **b) Grande Oficial**: senadores e deputados federais, ministros de Estado, ministros do Supremo Tribunal Federal, governadores, almirantes, marechais, marechais do Ar, almirantes de Esquadra, generais de Exército, tenentes-brigadeiros, presidentes dos Tribunais Superiores da União, embaixadores, e outras personalidades de hierarquia equivalente; **c) comendador**: reitores de universidades, membros dos Tribunais Superiores da União, presidentes de assembleias legislativas, vice-almirantes, generais de Divisão, majores-brigadeiros, presidentes de tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal, cientistas, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, secretários dos governos dos estados e do Distrito Federal, e outras personalidades de hierarquia equivalente; **d) oficial**: cônsules-gerais, contra-almirantes, generais de brigada, brigadeiros do Ar, professores de universidade, membros dos tribunais de Justiça e de Contas dos estados e do Distrito Federal, deputados estaduais, primeiros-secretários de embaixada ou delegação, e outras personalidades de hierarquia equivalente; **e) Cavaleiro**: segundos e terceiros-secretários de embaixada ou legação, oficiais das Forças Armadas, escritores, professores, magistrados e membros do Ministério Público, membros de associações científicas, culturais ou comerciais, funcionários do serviço público, artistas, desportistas, adidos civis, e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768>

Prêmio Mérito Ambiental – PMA

Classificação: **1**

Resumo

Instituído recentemente, o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal, agracia pessoas naturais ou jurídicas que, no país, tenham desenvolvido iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Consiste na concessão de diploma de menção honrosa aos contemplados e na outorga de placa, medalha ou troféu.

A cerimônia de entrega do prêmio será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim. O Prêmio Mérito Ambiental será concedido em 3 categorias:

I - Responsabilidade Ambiental: iniciativas de proteção ambiental que promovam crescimento econômico e inclusão social na comunidade;

II - Gestão Sustentável: iniciativas de prevenção ou mitigação dos impactos ambientais das atividades humanas;

III - Inovação Ambiental: iniciativas inéditas para o aprimoramento significativo de sistemas, processos ou produtos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

As indicações dos candidatos ao prêmio deverão ser encaminhadas, munidas da documentação necessária, pelas entidades e organizações da sociedade civil à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal, que divulgará, anualmente, normas para inscrição, inclusive por meio da rede mundial de computadores (internet).

Cabe ao Conselho do Prêmio Mérito Ambiental, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal, um representante da sociedade civil organizada, um pesquisador com produção científica relevante e um representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente, escolher os contemplados.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=1617>

Programa Senado Jovem Brasileiro (Concurso de Redação e Projeto Jovem Senador)

Classificação: **1**

Resumo

Instituído pela Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal, destina-se a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com esse poder. Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro: o concurso de Redação do Senado Federal e o Projeto Jovem Senador.

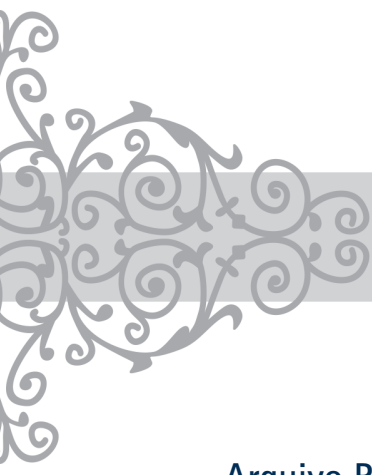
O concurso de redação é realizado anualmente, com a participação de estudantes de 16 a 19 anos de idade regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais. Aos finalistas do concurso é oferecida, como parte da premiação, a participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

São selecionados para participar do Projeto Jovem Senador os estudantes classificados em primeiro lugar no Concurso de Redação, em cada um dos estados e no Distrito Federal. Cabe aos alunos a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que são apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no Plenário do Senado Federal, observando-se, no decorrer dos trabalhos, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em Plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Os trabalhos são dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras. A legislatura tem a duração de três dias, iniciando-se com a posse, seguida da eleição da Mesa e encerra-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua publicação no Diário do Senado Federal.

Mais informações:

<http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=1546>



Unidades de Informação

Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF

Classificação:    

Resumo

Criado pelo Decreto 8.530 de 14 de março de 1985. Em 28 de abril de 2000, é aprovada a Lei nº 2.545, que dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos, definindo o ArPDF como instituição arquivística pública do Poder Executivo e colocando-o como órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIARDF. Seu programa de história oral documenta a história do DF com entrevistas sobre temas relevantes; desde 1987 colhe depoimentos orais de pioneiros que participaram da formação de Brasília e de pessoas que têm se destacado no cenário da cidade, com seu testemunho sobre acontecimentos, conjunturas, modos de vida e outros aspectos da história contemporânea. Especializada em Arquivologia, História do Distrito Federal (antecedentes, construção, inauguração até os dias atuais) e cidades do entorno, sua biblioteca dá apoio aos funcionários do arquivo na realização das atribuições técnicas de suas unidades orgânicas. Além dos usuários internos, atende o usuário regional, nacional e internacional. O empréstimo é permitido aos funcionários do ArPDF e a instituições, quando solicitado oficialmente por uma biblioteca. A biblioteca também atende a solicitação de pesquisas por *e-mail* (vide indicação abaixo).

Contato

Telefone: 55 (61) 3361-1454 / 3361-5916 / 3361 5203
Fax: 55 (61) 3233-2191

Endereço:
SAP Lote B – Bloco 41 – Novacap
CEP: 71.215.000

Site:< <http://www.arpdf.df.gov.br>>
e-mail: biblioteca: biblioteca.arpdf.df@gmail.com (aparentemente não há outros e-mails disponíveis no site)

Serviço:
de quarta a sexta-feira de 8h a 12h e de 13 às 16h30

Fundação Casa de Rui Barbosa

Classificação:    

Resumo

Oferece um espaço reservado ao trabalho intelectual, à consulta de livros e documentos e à preservação da memória nacional. Exerce atividades relacionadas à preservação e à divulgação do legado de Rui Barbosa e à formação, conservação e difusão de acervos bibliográficos, documentais e arquitetônicos. Existem, ademais, estudos e pesquisas (estudos ruianos, de política cultural, História, Direito e Filologia e de cultura brasileira em geral).

Contato

Telefone: 55 (21) 3289-4600

Endereço:

Rua São Clemente, 134 – Botafogo
22260-000 - Rio de Janeiro, RJ

Site: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>

e-mail: por meio de preenchimento de ficha em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=229 (acessado em 17/11/2011)

Serviço:

Museu: de 3ª a 6ª feira, das 10 às 18h. Na última 3ª feira do mês, aberto até as 20h. Aos sábados, domingos e feriados das 14 às 18h, com a última entrada 30 minutos antes do fechamento.

Biblioteca e arquivos: 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, com a última entrada 45 minutos antes do fechamento.

Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC

Classificação: **I** **H** **F**

Resumo

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, abriga conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolve pesquisas em sua área de atuação e promove cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no "Guia dos Arquivos", disponível na página da instituição na internet, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos. Os documentos desse acervo estão sendo progressivamente disponibilizados na internet.

A partir de 1975, o Programa de História Oral recolheu depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Com mais de cinco mil horas de gravação, correspondentes a quase mil entrevistas, boa parte aberta a consulta, o acervo de história oral do CPDOC pode ser mais bem conhecido em consulta à base "História Oral". Em 1974, o centro de pesquisa iniciou o projeto de elaboração do "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro", obra de referência voltada para a História do Brasil no período pós-1930. Além disso, vem desenvolvendo linhas de pesquisa, tais como: elites políticas, história institucional e pensamento social brasileiro. Essas grandes áreas desdobraram-se em outros recortes de pesquisa, que incluem como objetos de estudo biografias, intelectuais, militares, educação, matrizes institucionais de políticas públicas, relações internacionais e pesquisa social aplicada.

Contato

Tels. (21) 3799.5676 / 3799.5677

Fax: (21) 3799.5679

CPDOC | FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro – RJ – 22253-900

São Paulo: Avenida Paulista, 1471, 1º andar, São Paulo – SP – 01311-927

Tel: (11) 3799 -3755

Site:< <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>

e-mail: faleconosco.cpdoc@fgv.br

Instituto Moreira Salles

Classificação:   

Resumo

Entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1992 pelo embaixador e banqueiro Walther Moreira Salles (1912-2001), tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento de programas culturais. Seu acervo reúne cerca de 550 mil fotografias, 100 mil músicas (entre as quais, 25 mil gravações digitalizadas), uma biblioteca com 400 mil itens (quase 90 mil deles catalogados) e uma pinacoteca com mais de três mil obras. Entre as coleções desse conjunto, que são mantidas por meio de modernas técnicas de restauração e conservação, destacam-se as de Marc Ferrez, Marcel Gautherot, José Medeiros, José Ramos Tinhorão, Humberto Franceschi, Pixinguinha, Decio de Almeida Prado e Ana Cristina Cesar. O IMS possui três centros culturais, onde promove exposições, palestras, shows, ciclos de cinema e eventos.

Contato

IMS - São Paulo
Rua Piauí, 844, 1º andar, Higienópolis
CEP 01241-000 - São Paulo-SP
Tel.: 11 3825-2560; fax: 11 3661-0984

IMS - Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 476, Gávea
CEP 22451-040 - Rio de Janeiro-RJ
Tel.: 21 3284-7400 - Fax: 21 2239-5559

Site: <http://ims.uol.com.br/Fale-com-o-IMS/D800>

e-mail: preencher fichas destinadas ao atendimento geral, pesquisadores e imprensa em:
<http://ims.uol.com.br/Fale-com-o-IMS/D800> (acessado em 17/11/2011)





Fontes Terciárias ⁴



Associações

Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – Abel

Classificação:   

Resumo

Sociedade civil sem fins lucrativos que congrega escolas, centros de treinamento, institutos de estudos e pesquisa e entidades afins vinculadas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo-se também nesse universo as escolas dos tribunais de contas. Sua finalidade é promover o aperfeiçoamento das atividades legislativas por meio de eventos educativos de formação, capacitação e qualificação de servidores da administração pública.

Contato

A Abel não possui endereço físico e telefones.

Site: <http://www.portalabel.org.br>

e-mails:

Para enviar notícias das escolas: ascom@portalabel.org.br

Para assuntos administrativos e de filiação: secgeral@portalabel.org.br

Para falar com a Presidência: florian@senado.gov.br

⁴Conforme já exposto no preâmbulo deste Guia de Fontes, são bem-vindas sugestões de melhoria ou incremento dos capítulos das Fontes Terciárias, a exemplo daquelas por parte das instituições que apresentem relevante tangência com o Poder Legislativo e outras por parte de profissionais especializados, tais como no ramo da Biblioteconomia.

Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal – Alesfe

Classificação:   

Resumo

Fundada em 1987, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, de âmbito local, com sede e foro em Brasília – DF. É representativa dos interesses individuais e coletivos de seus associados, tendo em vista o contínuo aprimoramento técnico e cultural.

A Alesfe colabora com a Consultoria Legislativa, a Consultoria de Orçamentos e a Advocacia do Senado e, especialmente, com os parlamentares do Senado Federal, realizando um trabalho de consultoria institucional eficiente, aproveitando a capacitação do corpo de consultores legislativos, de consultores de orçamentos de advogados. Atua por meio da divulgação da produção intelectual de seus 296 associados, sejam consultores ou advogados, ativos ou aposentados, na internet e em outras publicações. A Alesfe também tem se destacado na organização de debates acerca dos temas de interesse do país, no âmbito do Congresso Nacional, contribuindo para o aprimoramento da discussão e da qualidade das proposições legislativas em tramitação. O corpo de consultores e advogados, associados da Alesfe, é composto por servidores concursados, em sua maioria com grau de mestre ou doutor.

Contato

Telefone: 55 (61) 3303-3312

Endereço:

Senado Federal – Anexo II – Bloco B – 2º andar, Praça dos Três Poderes
70.165-900 – Brasília, DF

Site: <http://www.alesfe.org.br>

e-mail: alesfe@alesfe.org.br

Associação dos Servidores do Senado Federal – Assefe

Classificação: ⓘ

Resumo

Fundada no dia 7 de setembro de 1967, é composta de sede social, creche, conjunto aquático, campo de futebol, quadras de esportes e outras instalações, como salão de festas. É uma sociedade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília. Conta com mais de 2.400 associados, e tem por objetivo prestar assistência social, promover a união e o bem-estar de seus associados.

Contato

Telefones: 55 (61) 3443-8996/ 3443-3820 / 3443-3298

Fax: 55 (61) 3443-8996

Endereço:

Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 01, Lote 7 – Asa Sul

CEP: 70.200-001 – Brasília, DF

Site: <http://www.assefe.com.br/>

e-mail: formulário de contato pela internet disponível em <http://www.assefe.com.br/Pages/Contato.aspx>

Associação de Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal – Comsefe

Classificação: 1

Resumo

Sociedade civil com personalidade jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, de caráter cultural, assistencial, profissional, educacional e representativa dos interesses individuais e coletivos dos profissionais de comunicação do Senado Federal. Regida por estatuto próprio, oferece página na internet em formato de *blog*, composta basicamente de notícias, informes e comunicados.

Contato

Endereço (informado pelo estatuto como provisório)
SCES, Trecho 1, Lote 7
72.200-000 – Brasília, DF

Site: <http://comsefe.blogspot.com/>

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis

Classificação: 1

Resumo

Fundado em 6 de outubro de 1988, com sede e foro em Brasília – DF, é a organização sindical representativa dos servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) e da Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep), os dois últimos ligados ao Senado.

O Sindilegis tem base nacional, mais de 11 mil filiados e visa à defesa permanente dos interesses dos servidores do Poder Legislativo. A participação em movimentos de interesse da sociedade é outra marca da atuação do sindicato. Movimentos como Ética na Política, CPI do Orçamento, Reforma da Previdência do governo Lula, entre outros, contaram com seu apoio, como defensor do Estado de Direito, da democracia e da autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário, e contrário a medidas que possam aumentar as diferenças sociais e agravar as condições de vida do povo brasileiro.

Contato

Telefones: (61) 3214-7300 / Fax: (61) 3214-7308

Endereço:

SAS Qd. 06 Bloco K, Ed. Belvedere, 7º andar

CEP: 70070-915 – Brasília, DF

Site: <http://www.sindilegis.org.br>

e-mail: sindilegis@sindilegis.org.br

União Interparlamentar – UIP (*Inter-Parliamentary Union – IPU*)

Classificação:   

Resumo

Estabelecida em 1889, com sede em Genebra, Suíça, é financiada por seus próprios membros. Integrada por mais de 140 parlamentos, dentre os quais o do Brasil, a UIP trabalha em estreita colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU). Regida por estatuto próprio, está focada no diálogo parlamentar e nos trabalhos de paz e cooperação entre os povos, com vistas a firmar a democracia representativa. Além das Nações Unidas, a UIP atua em parceria com organizações interparlamentares regionais, governos e organizações não governamentais que adotam os mesmos princípios. Possui bases de dados em seu site intituladas *Parline* e *Women in Politics*.

Contato

Telefones: +4122 919 41 50 / Fax: +4122 919 41 60

Endereço:
Inter-Parliamentary Union
5, chemin du Pommier
Case postale 330
CH-1218 Le Grand-Saconnex / Geneva
Switzerland

Site: <http://www.ipu.org>
e-mail: postbox@mail.ipu.org



Bibliotecas

Biblioteca da Câmara dos Deputados – Pedro Aleixo

Classificação:    

Resumo

Integra o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (Cedi), possuindo um acervo que se aproxima de 200 mil volumes, situando-a entre as maiores de Brasília e do país. A biblioteca subsidia as atividades legislativas e parlamentares dos membros da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional e as atividades administrativas de seus servidores. O acervo é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. É depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, bem como das publicações da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências. Possui acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes.

Contato

Telefone: 55 (61) 3216-5777

Endereço:

Praça do Três Poderes – Anexo II – Térreo

CEP: 70160-900 – Brasília, DF

Site: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/biblarq/biblioteca-e-arquivo>

e-mail: por intermédio do "Fale Conosco" do site em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/biblarq/fale-conosco>

Biblioteca do Senado Federal – Acadêmico Luiz Viana Filho

Classificação:    

Resumo

Criada em 18 de maio de 1826, fornece o suporte informacional necessário às atividades desenvolvidas no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional. Ao longo dos anos formou importante e raro acervo com aproximadamente 8 mil obras, entre livros e periódicos. Na *homepage* da biblioteca, é possível acessar o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, recortes de jornais e obras raras. O usuário também acessa a *Coleção Virtual da Biblioteca*, baseada em projetos já utilizados em bibliotecas parlamentares de outros países. A coleção oferece o texto completo digitalizado de várias obras de domínio público, litogravuras da *Coleção de Obras Raras* e acesso a diversas bases de dados de assuntos relacionados aos interesses do Senado Federal.

A Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), por sua vez, tem a função de armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações do Senado Federal, à produção intelectual dos servidores da Casa e a outros documentos de interesse do Poder Legislativo. A biblioteca gerencia a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e ocupa uma área de 3.250 m², com salas privativas para senadores e consultores, assessores e diretores; auditório com capacidade para 60 pessoas, além de outras instalações.

Contato

Telefones:

55 (61) 3303-4141

55 (61) 3303-1267

55 (61) 3303-1268

Fax: +55 (61) 3303-1665

Endereço:

Senado Federal, Anexo II – Praça dos Três Poderes – Brasília, DF – CEP 70165-900

Site: <http://www.senado.gov.br/Senado/Biblioteca/>

e-mail: biblioteca@senado.gov.br

Horário de atendimento:

De segunda a sexta-feira
(exceto feriados).

Usuário interno: Das 8h30 às 18h30.

Usuário externo: Das 9h às 14h

Biblioteca do Tribunal de Contas da União – Ministro Ruben Rosa

Classificação:    

Resumo

Integra o Centro de Documentação e está subordinada ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC). A biblioteca é pública e atende os servidores da sede, dos estados e o público em geral. Possui cerca de 22 mil volumes de livros e aproximadamente 450 títulos de periódicos, monografias dos servidores da Casa, a coleção completa do *Diário Oficial da União (DOU)*, apostilas de cursos do ISC, multimeios (vídeos, CDs, DVDs), além de jornais diários, revistas informativas e folhetos. Com o propósito de preservar a memória institucional, a biblioteca mantém acervo separado com um exemplar de toda a produção bibliográfica do tribunal, que constitui a *Coleção de Depósito Legal*. Embora de livre acesso, o acervo é especializado e concentrado no chamado "controle dos gastos públicos", cuja abrangência se dá nas seguintes áreas, com enfoque na área pública: Direito; Contabilidade; Economia; Administração e Finanças Públicas.

Contato

Telefones:

Chefia: 55 (61) 3316-7977

Pesquisa: 55 (61) 3316-7171 / 7170 / 5094

Jurisprudência: 55 (61) 3316-7120

Empréstimo: 55 (61) 3316-7169 / 7524

Fax: 55 (61) 3316-7537

Endereço:

Tribunal de Contas da União

SAFS Quadra 04 – Lote 01 – Edifício Sede – Sala 56

CEP: 70042-900 – Brasília/DF

Site: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu

e-mails:

biblioteca@tcu.gov.br

biblioteca.emprestimo@tcu.gov.br

juris@tcu.gov.br

biblioteca.pesquisa@tcu.gov.br

Funcionamento: segunda-feira a sexta-feira de 9 às 18h30

Biblioteca Nacional do Brasil

Classificação:    

Resumo

Considerada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior da América Latina. A Biblioteca Nacional iniciou com a vinda da família real portuguesa no início do século XIX, tendo sido instituída oficialmente em 29 de outubro de 1810.

Possuidora de diversas coleções incorporadas a seu acervo e dotadas de inestimável valor histórico e científico, também é responsável pelo registro de Direitos do Autor e por guardar exemplares de todas as publicações produzidas no Brasil. Inclui material de interesse direto e indireto para quem pesquisa sobre o Parlamento brasileiro, possuindo significativo acervo iconográfico.

Contato

Telefone: 55 (21) 3095-3879

Fax 55 (21) 3095-3811

Endereço:

Av Rio Branco, 219

CEP 20040-008 Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Site: <http://www.bn.br>

e-mail de atendimento geral: dinf@bn.br

e-mail do Acervo Iconográfico: icono@bn.br

e-mails e telefones de contato dos mais diversos setores disponível em:

http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=65 (acessado em 16/11/2011)

Serviço (de acordo com consulta ao *site* em 16/11/2011)

Horários das visitas guiadas:

2ª a 6ª feira 0 10h às 17h

sábado, domingo e feriado – 12h30 às 16h30

visitas de hora em hora

As visitas especiais ou em grupos deverão ser agendadas com antecedência pelos telefones (21) 2220-9484 e (21) 3095-3881 ou pelo e-mail visiguia@bn.br.

Horários das exposições:

3ª a 6ª feira - 10h às 17h

sábado, domingo e feriado – 12h às 17h

Horário limite para entrada: meia hora antes do término do atendimento

Horários de pesquisa ao acervo:

Acervo Geral e Periódicos:

2ª a 6ª feira – 09h às 20h

sábado: 09h às 15h

horário limite para entrada: uma hora antes do término do atendimento

Acervo Especial:

2ª a 6ª feira – 10h às 18h

horário limite para entrada: uma hora antes do término do atendimento



Cursos e Pós-Graduação no Senado Federal

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Classificação:    

Resumo

Centro democrático de capacitação técnico-profissional voltado principalmente a servidores públicos de todas as esferas e agentes do Poder Legislativo, inclusive a parlamentares. O Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB) disponibiliza suas ferramentas educativo-culturais também a todo cidadão que busca ampliar conhecimentos. Os cursos são oferecidos nas modalidades presencial e a distância. O ILB colabora ainda para o processo de integração e modernização dos parlamentos brasileiros e estimula o intercâmbio educativo-cultural com os legislativos estrangeiros.

Contato

Tel.: 3303-1810

Endereço:

Via N 2 Unidade de Apoio V - Senado Federal

CEP: 70165-900

Brasília DF

Site: <<http://www.senado.gov.br/ilb>>

e-mail: ilb@senado.gov.br

Universidade do Legislativo Brasileiro

Classificação:    

Resumo

O Senado Federal vem desenvolvendo atividades educacionais para treinamento e atualização de seu quadro de servidores, desde 1970. A Universidade do Legislativo (Unilegis) foi criada por meio da resolução nº 1/2001. Estão previstas ações de educação superior, direcionadas para a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), em parceria com renomadas universidades federais, assim como são desenvolvidas atividades de extensão, por meio de seminários, ciclos de conferências e cursos de curta duração.

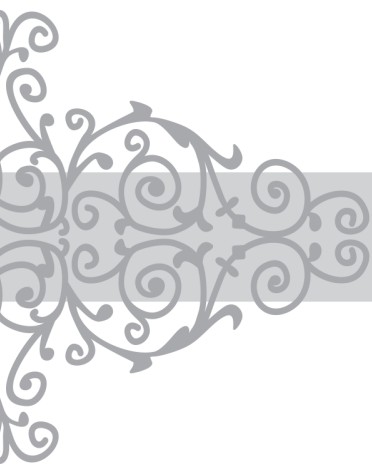
Contato

Endereço:

Via N 2 Unidade de Apoio V - Senado Federal
CEP: 70165-900 Brasília DF

Tel.: 3311-5201 / 5202

Site: <http://www.senado.gov.br/unilegis> (acesso em 10/11/2011)
e-mail: unilegis@senado.gov.br



Instituições

Câmara dos Deputados

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Compõem o Poder Legislativo (art. 44 da Constituição Federal) a Câmara dos Deputados (com representantes do povo brasileiro), o Senado Federal (com representantes dos estados e do Distrito Federal), e o Tribunal de Contas da União (órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa). O Congresso Nacional tem como principais responsabilidades elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. O sistema bicameral adotado pelo Brasil prevê a manifestação das duas Casas na elaboração das normas jurídicas. Em outras palavras, se uma matéria tem início na Câmara dos Deputados, o Senado fará a sua revisão, e vice-versa, à exceção de matérias privativas de cada órgão. A Câmara dos Deputados exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos. A Câmara dos Deputados possui diversas formas de contato com o cidadão.

Contato

Telefones:
55 (61) 3216-0000
Disque Câmara: 0800 619 619

Endereço
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70160-900

Site: <http://www2.camara.gov.br/>
e-mail: fale conosco (vários assuntos) pela página <http://www2.camara.gov.br/participe/fale-conosco?contexto=http://www2.camara.gov.br>

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor)

Endereço: Via N3, Projeção L Bloco B – SGMN

Brasília-DF – CEP 70.160-900

Telefone: (61) 3216.7500/7501

Direção: Rogério Ventura Teixeira

Site: www.camara.gov.br

e-mail: cefor@camara.gov.br

Parlamento Latino-americano – Parlatino

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

O Parlatino surgiu em 10 de dezembro de 1964, na cidade de Lima, Peru. É uma organização regional democrática de caráter permanente, representativa de todas as tendências políticas existentes nos corpos legislativos dos Parlamentos Nacionais da América Latina; está encarregado de promover, harmonizar e canalizar o movimento em direção à integração.

É dotado de: Assembleia, Junta Diretora, Comissões Permanentes e Secretaria-Geral. São idiomas oficiais do Parlamento Latino-Americano o espanhol e o português. Integram o Parlatino os congressos e assembleias legislativas dos Estados participantes, democraticamente constituídos na América Latina: Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Para integrar a delegação de um parlamento membro e para participar ou intervir no desenvolvimento das atividades de qualquer órgão do Parlamento Latino-Americano, requer-se a condição de parlamentar titular ou suplente em exercício.

Contato

Telefones:

(507) 512-8500

(507) 512-8523

Endereço:

Ave. Principal de Amador, Edif. 1112 y 1113.

Apartado Zona 4, casilla 1527 – Ministerio R.R.E.E., Panamá.

Site: <http://www.parlatino.org>

E-mail: <http://www.parlatino.org/pt/conheca-o-organismo/contatenos.html> (contato via formulário eletrônico)

Parlamento do Mercosul

Classificação: **I** **L** **F**

Resumo

Constituído em 6 de dezembro de 2006, em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta, é o órgão, por excelência, representativo dos interesses dos cidadãos dos Estados parte do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Com o objetivo de fortalecer os processos de integração, o Parlamento do Mercosul atua em diferentes temáticas, segundo a competência de cada uma de suas dez comissões permanentes: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Inter-Regionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; Trabalho, Políticas de Emprego, Segurança Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável; Ordenamento Territorial, Habitação; Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; Orçamento e Assuntos Internos. O parlamento do Mercosul tem como prioridade o contato direto com os cidadãos e com a sociedade civil.

Contato

Telefones:

(598) 2410.22.98 / 2410.59.22

Endereço:

Parlamento del Mercosur – Edificio Mercosur – Luis Piera, 1992 – Piso 1

C.P. 11.200 – Montevideo/República Oriental del Uruguay

Site: <<http://www.parlamentodelmercosur.org>>

e-mail: seccomunicacion@parlamentodelmercosur.org

Partidos Políticos e Fundações Partidárias

Classificação:    

Resumo

O *link* <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>, hospedado na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na internet, disponibiliza acesso às informações sobre os partidos políticos brasileiros. Ao se clicar na sigla do partido, aparecem os dados do diretório nacional da agremiação (endereço, telefone, fax, *e-mail*, *site*), bem como o estatuto, suas alterações, e eventuais normas complementares. Os partidos políticos possuem fundações vinculadas responsáveis, entre outras finalidades, por publicações e divulgações importantes para a agremiação e filiados. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE-RJ possui levantamento das fundações, de data desconhecida, em http://www.tre-rj.gov.br/site_novo/jsp/download_arquivo.jsp?id=52788. Acesso em 02-03-2012.

Tribunal de Contas da União – TCU

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Compõem o Poder Legislativo (art. 44 da Constituição Federal) a Câmara dos Deputados (com representantes do povo brasileiro), o Senado Federal (com representantes dos estados e do Distrito Federal), e o Tribunal de Contas da União (órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa). Pela Constituição de 1988, o TCU recebe as delegações de, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e à fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas.

Contato

Telefones: 0800-644.1500

55 (61) 3316-7081 / 7210 / Fax: 55 (61) 3316-7520 – Comunicação Social

55 (61) 3316-5338 / Fax: 55 (61) 3316-5339 – Presidência

55 (61) 3316 7169 / 7524 – Biblioteca/Empréstimo

55 (61) 3316 7171 / 7170 / 5094 – Biblioteca/Pesquisa

55 (61) 3316-7592 / 5381 – Museu do TCU

Endereço:

Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4, Lote 1

CEP 70042-900 - Brasília - DF

Site: <http://portal2.tcu.gov.br/>

e-mails:

imprensa@tcu.gov.br (Comunicação Social)

segepres@tcu.gov.br (Presidência)

biblioteca.emprestimo@tcu.gov.br (Biblioteca/Empréstimo)

biblioteca.pesquisa@tcu.gov.br (Biblioteca/Pesquisa)

museu@tcu.gov.br (Museu do TCU)

Tribunal Superior Eleitoral

Classificação: **I** **H** **L** **F**

Resumo

Foi criado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 – com o nome de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral – e instalado em 20 de maio do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Em abril de 1960, mudou-se para Brasília, onde, em 1971, foi transferido para a Praça dos Tribunais Superiores, onde permanece até hoje. Coordena e delibera sobre todo o trabalho de justiça eleitoral no país, zelando pela integridade dos processos eleitorais.

Sua página na internet contém informações essenciais ao eleitores, dados e estatísticas sobre as eleições, relação e contatos dos partidos políticos, jurisprudência, legislação e seção institucional.

Contato

Endereço:

Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF – 70070-600

Telefone: (61) 3030-7000

Protocolo Administrativo: Sala V-101/103 e Fax: (61) 3316-3930

Protocolo Judiciário: Sala V-504 e Fax: (61) 3316-3939

Central do Eleitor: (61) 3030-8700

Site: <http://www.tse.jus.br/>

Setores e Serviços do Senado Federal

Agência Senado

Classificação: **I** **H** **F**

Resumo

Criada em 1995, a Agência Senado está voltada, fundamentalmente, à geração e difusão gratuita pela internet de notícias, informações e imagens de interesse público, relacionadas às atividades do Senado e do Congresso Nacional. A agência tem compromisso com a democracia e suas instituições; pratica um jornalismo público e pluralista. Administrativamente, é vinculada à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal (Secs).

Contato

Telefones:

Direção: (61) 3303-3327

Edição: (61) 3303-1388

Reportagem: (61) 3303-5095

Fax: (61) 3303-3338

Site: www.senado.gov.br/noticias

e-mail: agencia@senado.gov.br

Twitter: [@Agencia_Senado](https://twitter.com/Agencia_Senado)

Endereço:

Agência Senado – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 20.º andar.

70165-920 – Brasília DF

Alô Senado

Classificação: ⓘ

Resumo

O serviço *Alô Senado* é a central de relacionamento do cidadão com o Senado Federal. Atende ligações de pessoas de todo o Brasil para receber sugestões, opiniões e críticas sobre o trabalho realizado pelos senadores. Sua proposta é facilitar o acesso do cidadão ao Senado, transformando-se em um dos principais canais de contato da sociedade com a Casa. Com as mensagens recebidas pelo *Alô Senado*, os senadores podem acompanhar as demandas encaminhadas pelo cidadão. Gráficos e relatórios ajudam o senador a conhecer melhor o perfil dos cidadãos que o procuram, inclusive suas necessidades de informação. Além de enviar mensagens, o cidadão procura o *Alô Senado* para obter informações legislativas sobre a tramitação de projetos na Casa, resultado das votações e dos trabalhos das comissões parlamentares, entre outros.

Contato

Telefones:

0800 61 22 11

(61) 3303-1211

Fax:

(61) 3303-2417

Site: <http://www.senado.gov.br/senado/alosenado/default.asp>

Endereço:

Secretaria de Pesquisa e Opinião

Senado Federal Via N2, Anexo D, Bloco 4

Cep: 70165-900, Brasília/DF

Arquivo do Senado

Classificação:    

Resumo

A Secretaria de Arquivo do Senado Federal é responsável pela gestão arquivística dos documentos e pela preservação do patrimônio documental da instituição, que compõe-se dos acervos significativos e abrangentes da história nacional. O objetivo central do arquivo é assegurar o controle e a organização dos documentos produzidos, expedidos e/ou recebidos pelas várias unidades organizacionais da instituição no desempenho de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza do documento. O acervo é composto por obras com perfil administrativo e legislativo, contando também com mais de 40 mil imagens fotográficas referentes às atividades políticas da Casa. Entre os documentos, merecem destaque as proposições legislativas e avulsos relacionados à atividade legislativa, de 1826 aos tempos atuais; a documentação produzida sobre as CPLs do Senado e as CPMIs do Congresso, instituídas a partir de 1952.

Destaca-se também o acervo de impressos, constituído por: Anais do Congresso Nacional e do Senado, ambos com séries iniciadas em 1826; o *Diário Oficial da União*, o *Diário do Congresso* e o *Diário do Senado Federal*, com séries iniciadas em, respectivamente, 1887 e 1888. O atendimento ao usuário pode ser realizado de forma presencial, por meio de visita previamente agendada ou a distância. Os documentos de guarda permanente estão disponibilizados para pesquisa e consulta pelos usuários, respeitando os níveis de acesso e a fragilidade que possa impossibilitar o manuseio do documento.

Contato

Telefones:

(61) 3311-4076 / 3311-3425

Fax (61) 3311-3646

Serviço de Atendimento ao Usuário:

Site: <http://www.senado.gov.br/senado/secretarias/arquivo/>

e-mail: arquivo@senado.gov.br

Blog do Senado

Classificação: 1

Resumo

Criado em 2009 como mais uma alternativa de comunicação do Senado com a sociedade, o *blog* é o espaço de publicação de notas de esclarecimento a propósito de matérias incompletas, imprecisas, incorretas ou inverídicas publicadas pela imprensa sobre o Senado, e também divulga informação sobre a atividade legislativa e administrativa da Casa. O *blog* abre ao cidadão a possibilidade de deixar o seu comentário sobre tudo o que é publicado constituindo-se, assim, em efetivo canal de diálogo institucional.

Contato

Assessoria de Imprensa

Telefone: 55 (61) 3303-3966

Fax: 55 (61) 3303-4023

Site: <http://www.senado.gov.br/BLOG/>

Campanhas Institucionais (Subsecretaria de Projetos Especiais)

Classificação:    

Resumo

O Senado Federal possui, em sua estrutura de comunicação, uma área especializada em divulgar o trabalho legislativo e os projetos e ações desenvolvidos pela Casa, tanto para o cidadão quanto para o público interno (senadores, servidores e funcionários). A Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres) é vinculada à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs).

Composta pelos núcleos de Criação e Marketing, a Supres atua nas áreas de planejamento, criação e produção de vídeos institucionais e publicitários, *spots* de rádio, anúncios, *folders*, cartazes, *banners*, adesivos, malas diretas, camisetas, *e-mail marketing*, peças eletrônicas digitais (*banners* para internet, *hotsites*, *games*), além de ações em mídias sociais (Twitter, You Tube, entre outros) como forma de contato com o cidadão no meio virtual.

Contato

Telefone: 55 (61) 3303-1234

Fax: 55 (61) 3303-3059

Site: <http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/default.shtml>

DataSenado

Classificação: **1**

Resumo

Serviço da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), cujo objetivo é desenvolver pesquisas que servem para estreitar a comunicação entre o Senado Federal e a sociedade, de modo a satisfazer suas necessidades e desejos. As pesquisas de opinião oferecem um retrato da opinião pública a respeito do desempenho da instituição e do trabalho parlamentar, das votações, da formulação de projetos de lei, entre outros temas. É de responsabilidade do DataSenado a execução de todas as etapas para a realização das pesquisas, seja por meio de telefone ou internet, com margem segura de confiabilidade e validade. O DataSenado também realiza enquetes quinzenais, pela internet, que sondam tendências e expectativas na sociedade.

Contato

Telefone:
(61) 3303-1211

e-mail:
datasenado@senado.gov.br

Endereço:
Secretaria de Pesquisa e Opinião
Senado Federal Via N2, Anexo D, Bloco 4
Cep: 70165-900, Brasília/DF

Fax:
(61) 3303-2417

Site: <http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/institucional.asp>

Interlegis

Classificação: 

Resumo

Programa desenvolvido pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção de maior transparência e interação desse poder com a sociedade. A Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) utiliza meios como as novas tecnologias de informação (internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as casas legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo. Entre suas atribuições, o Interlegis realiza a promoção da comunidade legislativa, ministra treinamentos, implementa ações de comunicação integrada e divulga e orienta acerca de atividades de finanças e fiscalização, zelando pela disseminação da informação legislativa e pela cidadania.

Contato

Fone: 55 (61) 3311-2556

Fax: 55 (61) 3311-2797

Endereço:

Secretaria Especial do Interlegis

Av. N2 – Anexo "E" do Senado Federal

Brasília DF – Cep: 70165-900

Site: <http://www.interlegis.leg.br>

e-mails:

Para falar com a Ouvidoria do Interlegis: ouvidoria@interlegis.gov.br

Para falar com o editor do portal: editor@interlegis.gov.br

Para falar com a área de EAD (Educação a Distância): educar@interlegis.gov.br

Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal

Classificação:    

Resumo

Vinculado à Consultoria Legislativa do Senado, possui a missão de organizar, apoiar e coordenar projetos de estudos e pesquisas que visem à produção e à sistematização de conhecimentos relevantes para o aprimoramento da atuação do Senado Federal. O Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal (NEPSF) é responsável pela publicação dos Boletins do Legislativo e dos Textos para Discussão. Já realizou pesquisas sobre assuntos como: mercado de cartões de crédito, licenciamento ambiental, tarifas de energia, investimento público em infraestrutura, judicialização da saúde, regulação do setor aéreo, marco regulatório do petróleo, Previdência Social, Bolsa Família, ajuste fiscal, entre outros. Além dessas atribuições, promove seminários e oficinas, com a participação de especialistas, sobre diversos temas abordados.

Contato

Tel.: (61) 3303-5880

Senado Federal
Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal
Av. N2 Anexo E do Senado Federal - Ed. Interlegis
Brasília-DF CEP: 70165-900
e-mail: nepsf@senado.gov.br

Portal Atividade Legislativa

Classificação:   

Resumo

Tendo a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) do Senado Federal como plataforma de informações, o portal oferece serviços diversificados e opções ao cidadão voltados para a atividade legislativa. A SGM presta assessoramento direto à Mesa do Senado Federal no desempenho das atribuições constitucionais, legais e regimentais do órgão: secretaria as reuniões da Mesa e coordena as unidades administrativas que lhe estão afetas e as atividades relacionadas à tramitação das proposições e ao provimento das informações pertinentes à tramitação das matérias legislativas. A SGM atende ainda a questões internas e externas por meio de sua Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento. (SCOP). Oferece pela internet serviços de buscas sobre proposições, normas, tramitações de propostas, sessões, resultados, prazos, pronunciamentos, votações nominais, agenda do dia e outros, além de consultas a discursos em tempo real possibilitadas pela taquigrafia do Senado e pelos diários da Casa.

Contato

Telefone: (61) 3303-4561

Site: <http://www.senado.gov.br/atividade>

e-mail: scop@senado.gov.br

Com vistas ao atendimento à Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso a informações, a Secretaria-Geral da Mesa dispõe de sala para Atendimento ao Usuário do Processo Legislativo, para informações legislativas, localizada no edifício principal do Senado Federal – Térreo (junto ao Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário), telefones: (61) 3303-9467, 9468, 9469 e 9470, e endereço eletrônico (e-mail) atendimento.sgm@senado.gov.br

Rádio Senado

Classificação:   

Resumo

No ar 24 horas por dia, tem como objetivo divulgar as atividades do Senado Federal, com reportagens sobre decisões, debates, discussões e propostas dos senadores. Também são pautados pela Rádio Senado fatos que envolvem indiretamente a atividade legislativa, mas que merecem análise e debate pelos senadores e interessam à sociedade. A Rádio Senado funciona em formato FM e AM, conta em sua estrutura com os setores de produção, fitoteca, técnica, operações, reportagem, edição, locução e administração. A Rádio Senado FM transmite nas seguintes frequências para: Brasília 91,7 MHz, Natal 106,9 MHz; Cuiabá 102,5 MHz, Fortaleza 103,3 MHz e Rio Branco 100,9 MHz.

Contato

Telefones:

Geral: (61) 3303-1237

Programação regional: (61) 3303-4239

Rádio Agência: (61) 3303-1337

Redação: (61) 3303-1260

Site: www.senado.gov.br/radio

e-mail:

Rádio Senado: radio@senado.gov.br

Radio Agência: radioagencia@senado.gov.br

Relações Públicas

Classificação: **I** **F**

Resumo

Responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle de atividades e ações voltadas para proporcionar à sociedade a visão do papel institucional do Senado Federal e do Poder Legislativo brasileiro. Também visa ampliar os canais de comunicação interativos com a sociedade, estimulando a participação cidadã e aperfeiçoando o entendimento do conceito institucional do Senado Federal. Além de coordenar os eventos realizados na Casa, a secretaria é responsável pelo Programa de Visitação Institucional e pelo Concurso de Redação.

Contato

Telefones:

Central de Relacionamento do Senado Federal: 0800 612211

Geral da Secretaria de Relações Públicas: (61) 3303-3388

Fax:

(61) 3303-1067

e-mail:

Geral: srp@senado.gov.br

Coordenação de Eventos: srpeventos@senado.gov.br

Concurso de Redação: concurso-redacao@senado.gov.br

Visitação Institucional: visite@senado.gov.br

Endereço:

Secretaria de Relações Públicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo II, Bloco B

Brasília – DF

Secretaria Técnica de Eletrônica

Classificação:    

Resumo

Por meio da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais (Cedoc), a Secretaria Técnica de Eletrônica (STEL) oferece ao público serviço de gravação de imagem e áudio em recursos informáticos, zelando pela memória e difusão do que é produzido pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado Federal.

Contato

Telefone: (61) 3303-3900

e-mail: stelaq@senado.gov.br

Senado na Mídia

Classificação: **I** **F**

Resumo

Área da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) que oferece os serviços de *clipping* e análise da notícia, acompanhando os principais veículos de comunicação da imprensa nacional. O trabalho de acompanhamento do noticiário distribui diariamente coletâneas das mídias impressa e eletrônica. O *clipping* da imprensa escrita acompanha os principais jornais e revistas do país. O *clipping* eletrônico distribui boletins com notícias dos senadores e do Senado Federal nas principais redes de rádio e televisão. A atividade de análise de mídia produz relatório mensal, avaliando amostra expressiva de todo o noticiário gerado pelo *clipping* do Senado. A análise, de natureza macropolítica, monitora a imagem da instituição e do conjunto dos seus parlamentares, bem como sua correlação com os demais poderes, a partir do acompanhamento de temas relevantes para a atividade parlamentar e legislativa.

Contato

Telefone:
(61) 3303-1211

Fax:
(61) 3303-2417

Endereço:
Secretaria de Pesquisa e Opinião
Senado Federal Via N2, Anexo D, Bloco 4
Cep: 70165-900, Brasília/DF

Site: <http://www.senado.gov.br/noticias/SenadoNaMidia/>

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Classificação: ⓘ

Resumo

Central de atendimento às solicitações dos cidadãos provenientes das unidades do Senado que lidam com informação: SARQ, SBIB, SSINF, CEDOC-Multimídia, entre outros. Criado para atender às exigências da Lei de Acesso à Informação (LAI) Lei nº 12.527, de 18 de novembro 2011, e pelo ATC-9-2012 (Ato da Comissão Diretora) que a regulamenta, no âmbito do Senado Federal, o SIC gerencia as solicitações de informações realizadas pelos cidadãos. É de responsabilidade da Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal (Sidoc).

Contato

Telefone: (61) 3303-3544

Endereço: Senado Federal - Praça dos Três Poderes, s/n, Anexo II, 1º andar (Espaço das Abelhas).

Site: <http://www.senado.gov.br/transparencia/formtransp.asp>

TV Senado

Classificação:    

Resumo

Foi criada no dia 5 de fevereiro de 1996, com base na Lei nº 8.977/95. O sinal da TV Senado está no ar 24 horas por dia e cobre todo o país, por meio das operadoras de TV a Cabo, por satélites e antenas parabólicas dos tipos analógico e digital e, em várias localidades, em sinal aberto de UHF. O telespectador também pode ter acesso à programação da emissora por meio do site www.senado.gov.br/tv. A página da TV Senado na internet oferece canais para transmissão ao vivo de sessões plenárias e reuniões de comissões e disponibiliza, na íntegra, programas para serem assistidos ou baixados. O acervo da emissora, disposto em mídias analógicas e digitais, abrange os seguintes itens: coleção das sessões plenárias ocorridas a partir de agosto de 1998; coleção das reuniões das comissões permanentes e temporárias, comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e especiais transmitidas pela TV Senado, a partir de agosto de 1998; edições do Jornal do Senado a partir de 1999; programas de estúdio que fizeram ou fazem parte da programação desde agosto de 1998; programas educativos e culturais que compõem o catálogo da TV Senado. A TV Senado conta, ainda, com nove canais de transmissão simultânea pela internet.

Contato

Telefone: 0800 61 2211

Site: www.senado.gov.br/tv

e-mail: tv@senado.gov.br

Twitter: [@tvsenado](https://twitter.com/tvsenado)





Tabela de Classificação



Obras Catalogadas por Perfil Temático

Obras, Tipos de Fonte e Subdivisões	Pág.	Classificação por Perfil			
		Institucional I	Histórica H	Legislativa L	Ilustrações F
Fontes Primárias					
LEGISLAÇÃO E NORMAS					
Constituição da República Federativa do Brasil	16	✓		✓	
Regimento comum: Resolução nº 1	15	✓		✓	
Regimento interno da Câmara dos Deputados	14	✓		✓	
Regimento interno: Resolução nº 93	17	✓		✓	
Regulamento administrativo do Senado Federal: Resolução nº 58, de 1972, com as alterações introduzidas até o dia 25 de abril de 2007	18	✓		✓	
Resoluções do Senado Federal	19			✓	
MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES					
A atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal	40	✓		✓	
O campo político brasileiro: a ação parlamentar das senadoras no Congresso Nacional (1987-2003)	38	✓	✓	✓	
O controle de constitucionalidade das leis e a intervenção do Senado Federal	27			✓	
O controle normativo da mídia do Congresso Nacional: critério de noticiabilidade e garantia do uso republicano dos veículos legislativos de comunicação de massa	30	✓			
Delegação legislativa: delegação interna corporis: evolução constitucional do poder conclusivo das comissões no parlamento brasileiro	20	✓		✓	
Democracia e sobre-representação de regiões: o papel do Senado	23	✓		✓	
Emendas individuais dos senadores ao orçamento anual: uma análise dos exercícios de 2008 e 2009	31	✓		✓	

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES	Pág.	I	H	L	F
A experiência do Senado no Império	37	✓	✓		
A federação refletida nas atividades do plenário do Senado em 2001 e 2002	28	✓		✓	
Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional	35	✓			
O impacto da gestão de documentos no processo de produção digital da TV Senado	26	✓			
A importância da arquitetura de marcas na identidade visual de uma organização: um estudo de caso do Senado Federal	33	✓		✓	✓
Principais limitações materiais aos poderes das comissões parlamentares de inquérito no âmbito federal	36	✓			
O processo investigador no Poder Legislativo	25	✓		✓	
O processo legislativo brasileiro	21	✓		✓	
Projeto de visita do Parlamento Brasileiro: construção de uma nova imagem	29	✓			✓
Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946	24	✓	✓	✓	
Rádio Senado: a interação com a sociedade	39	✓			
Reflexos e perspectivas da comunicação institucional do Senado	41	✓		✓	
Regimento interno do Senado Federal: uma análise crítica	42	✓		✓	
O Senado e o poder de fiscalização	43	✓			
Los Senadores y el Senado en Argentina y Brasil: informe de una encuesta	32	✓			
A Tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet	22	✓	✓		
Variantes da regra da maioria: o caso do Senado Federal brasileiro, de 1999 a 2002	34	✓	✓	✓	

PERIÓDICOS	Pág.	I	H	L	F
Periódicos em Geral					
Anais do Senado Federal	44	✓	✓	✓	
Boletim do Legislativo	45	✓		✓	
Os "cabeças" do Congresso Nacional	56	✓			✓
Carta do Senado	46	✓	✓		
Carta': falas, reflexões, memórias	47	✓	✓	✓	
Diário da Câmara dos Deputados	48	✓	✓	✓	
Diário do Congresso Nacional	49	✓	✓	✓	
Diário do Senado Federal	50	✓	✓	✓	
Em discussão!	51	✓		✓	✓
Em pauta	52	✓		✓	
Especial cidadania	53	✓		✓	✓
Especial Jornal do Senado	54	✓		✓	✓
Jornal do Senado	55	✓		✓	✓
Pareceres da Consultoria-geral do Senado Federal	57	✓		✓	
<i>Quorum</i> : Revista do Senado Federal	58	✓	✓	✓	✓
Relatório da presidência: Senado Federal e o Congresso Nacional	59	✓		✓	
Revista de informação legislativa	60	✓	✓	✓	
Revista do Senado	61	✓		✓	✓
Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação	62	✓		✓	✓
<i>Thoth</i>	63	✓	✓	✓	✓

Artigos de Periódicos Especializados	Pág.	I	H	L	F
A ABI e o Senado	103	✓			
O art. 64 da Constituição e o papel do Senado	94			✓	
A biblioteca do Senado: sua história e a nova capital	122	✓			
O Centro Gráfico do Senado	92	✓	✓		
A comunicação do Senado e o direito à informação	66	✓	✓		
Congresso, base da democracia	114	✓	✓		
Constituição e democracia	88	✓		✓	
Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo	117	✓	✓	✓	
Estrutura técnico-administrativa da Câmara e do Senado	80	✓		✓	
Fontes parlamentares brasileiras e os estudos históricos	76	✓	✓		
A função constitucional das Comissões Parlamentares de Inquérito	69	✓		✓	
Histórico da Biblioteca do Senado Federal	78	✓	✓		
Legislativo brasileiro na Nova República	119	✓	✓	✓	
O Legislativo e a imprensa	87	✓	✓		
Liberdade: abre as asas sobre nós	90	✓		✓	✓
Os Mitos do Congresso	89	✓			
Museu Histórico do Senado Federal	74	✓			
Nelson Carneiro assume sob aplausos do Senado	110	✓	✓		✓
Os Palácios do Senado e da Câmara	111	✓	✓		
Os passos da CPI	101	✓	✓		✓

Artigos de Periódicos Especializados	Pág.	I	H	L	F
Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul	71	✓			
Poder Legislativo	97	✓	✓		
O Poder Legislativo e os tratados internacionais: o <i>treaty-making power</i> na Constituição brasileira de 1988	95	✓	✓	✓	
O Poder Legislativo no Brasil	112		✓	✓	
Por que o presidente do Senado preside o Congresso Nacional?	67	✓		✓	
Por que o Senado?	64	✓	✓	✓	
A presença do Senado brasileiro no Mercosul: um breve histórico	79	✓		✓	
A primeira sessão legislativa em Brasília	91	✓	✓	✓	
Primeiro Congresso-República dos Estados Unidos do Brasil	105	✓	✓		✓
Prodasen – 33 anos de história a serviço da modernização do Senado e do Legislativo brasileiro	118	✓	✓		
Radiografia do Congresso: Interlegis, a comunidade virtual	107	✓		✓	
O Salão do Senado	72	✓	✓		
Senado brasileiro: um conselho de anciãos?	98	✓	✓		
O Senado como poder moderador	86	✓	✓		
O Senado da Praça dos Três Poderes	77	✓	✓		
Senado, do Império à República	93	✓	✓		
O Senado do Império e a abolição	81	✓	✓		
O Senado do Império e o pragmatismo parlamentar brasileiro	102		✓		

Artigos de Periódicos Especializados	Pág.	I	H	L	F
O Senado e a Abolição	83	✓	✓	✓	
O Senado e a estruturação política do Império	115	✓	✓		
O Senado e a lei de criação dos cursos jurídico-sociais	120		✓	✓	
O Senado e a nova Constituição	82	✓		✓	
O Senado e a questão religiosa – 1866-1876	121	✓	✓		
Senado e Brasília: construindo a história	85	✓	✓		✓
O Senado e o bicameralismo federal brasileiro	109		✓	✓	
Senado Federal: 180 anos	116	✓	✓		✓
O Senado Federal e as regiões	70	✓		✓	
Senado Federal: o edifício e sua história	75	✓	✓		✓
O Senado na estrutura constitucional brasileira	65	✓	✓	✓	
O Senado, sua missão e o lugar dos senadores da república	100	✓	✓	✓	
Os senadores diante de um terminal	73	✓		✓	
Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976 (Magalhães Pinto)	104	✓	✓		
Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976 (Mauro Benevides)	68		✓		
Sesquicentenário do Senado: sessão solene de 6 de maio de 1976 (Ruy Santos)	113		✓		
Um sistema de disseminação seletiva de informações para o Congresso Nacional	108	✓			
O sistema de informação jurídica do Congresso Nacional	84	✓			
O Solar do campo de Sant'Ana	99	✓	✓		✓
A voz de Brasília é o Senado	96	✓	✓	✓	✓

PRONUNCIAMENTOS	Pág.	I	H	L	F
Pronunciamentos da Presidência do Senado Federal	124	✓	✓	✓	
Pronunciamentos do presidente da República no Congresso – Abertura de Sessões e Posse presidencial	124	✓	✓	✓	
Pronunciamentos Específicos					
Os 150 anos do Poder Legislativo	134	✓	✓		
180 anos do Parlamento brasileiro	144	✓	✓		
20 anos de Democracia	145	✓	✓		
20 anos de Plano Cruzado	146	✓	✓		
Adauto Lúcio Cardoso	147	✓	✓		
Aliomar Baleeiro	148	✓	✓		
Aula inaugural: Seminário sobre Modernização Legislativa e Desenvolvimento Político	142	✓	✓		
Congresso dos novos tempos	135	✓	✓		
O Congresso e o destino da democracia	136	✓	✓		
Da legitimidade do congresso	154	✓	✓		
Homenagem a Afonso Arinos	149	✓	✓		
Homenagem ao pensador, escritor, diplomata, político e abolicionista Joaquim Nabuco	150	✓	✓		
O Legislativo e a problemática da responsabilidade na organização constitucional contemporânea	143	✓	✓	✓	
Um novo congresso	155	✓	✓	✓	
O papel do Senado no entendimento nacional	139	✓	✓	✓	

O Parlamento: qual o seu papel, hoje?	137	✓			
Participação do Poder Legislativo na evolução do Brasil	140	✓	✓	✓	
O Poder Legislativo	138	✓	✓		
O Poder Legislativo e suas prerrogativas	141	✓	✓	✓	
Saudação ao Supremo Tribunal Federal por ocasião de seu centenário	151	✓	✓		
Senado: 185 anos	152	✓	✓		
Sessão solene comemorativa do sesquicentenário da 1ª reunião do Congresso Nacional	153	✓	✓	✓	

Fontes Secundárias

BASES DE DADOS	Pág.	I	H	L	F
Biblioteca digital do Senado Federal	158	✓	✓	✓	✓
Constituinte nos jornais	159	✓	✓	✓	
LexML: Rede de informação Legislativa e Jurídica	160	✓		✓	
Relatórios da presidência	161	✓	✓	✓	
Siga Brasil	162	✓		✓	
Sistema de informação do Congresso Nacional	163	✓	✓	✓	
BIOGRAFIAS	Pág.	I	H	L	F
Apresentação de Afonso Arinos	187	✓	✓		✓
Argemiro de Figueiredo	190	✓	✓		
Catálogo biográfico dos senadores brasileiros, de 1826 a 1986	197	✓	✓		
Clodomir Cardoso	185	✓	✓	✓	

BIOGRAFIAS	Pág.	I	H	L	F
Dados biográficos dos presidentes do Senado Federal: 1826 a 1999	166	✓	✓		
Dados dos senadores da Bahia: 1826 a 2000	167	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores da Paraíba: 1826 – 2000	168	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores de Goiás: 1826-1996	169	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores de Pernambuco: 1826-2001	170	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores de Santa Catarina: 1826-1996	171	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores de São Paulo: 1826-2000	172	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins	173	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Amazonas	174	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-2000	175	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Distrito Federal: 1890-1996	176	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Espírito Santo: 1890-1996	177	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Pará: 1826-2001	178	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Paraná: 1854/1997	179	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro: 1826-2001	180	✓	✓		
Dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul: 1826-2001	181	✓	✓		
Dados biográficos senadores – quinquagésima quarta legislatura 2011 - 2015	182	✓			✓

BIOGRAFIAS	Pág.	I	H	L	F
Darcy Ribeiro	200	✓	✓	✓	
Um Estadista do Império	196	✓	✓		✓
Galeria dos brasileiros ilustres	201	✓	✓		✓
Humberto Lucena	192	✓	✓	✓	
Luiz Carlos Prestes: o constituinte, o senador (1946-1948)	199		✓	✓	
Mauá: Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá: 1813 - 1889	188		✓		
Parlamentares do Império	198	✓	✓		
Parlamentares do Rio Grande do Norte	194	✓	✓		✓
Petrônio Portella	203	✓	✓		
Políticos e estadistas contemporâneos: subsídios para a história política do Brasil	184	✓	✓		
Pompeu de Sousa: perfil parlamentar	202	✓	✓		
Presidentes do Senado no Império	164	✓	✓		
Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX	165		✓		✓
Senado brasileiro: relação por ordem chronologica dos senadores do Brazil desde a fundação do Senado do Imperio...	189	✓	✓		
O Senado e seus presidentes: Império e República	193	✓	✓		✓
O Senado Federal de 1890 a 1927	186	✓	✓		✓
Senadoras: dados biográficos, 1979-2012	183	✓	✓		
Teotônio Vilela	195	✓	✓		✓
A vida de Luiz Viana Filho	191	✓	✓		
A vida de Ruy Barbosa	204	✓	✓		

CAPÍTULO(S) DE LIVRO	Pág.	I	H	L	F
O bicameralismo na Constituição de 1988	206	✓		✓	
A constituição outorgada	210		✓		
A dissolução da Constituinte	211		✓		
A dissolução do Congresso	212		✓		
Exageros da Constituinte	214		✓		
A experiência parlamentarista no Império e na República	207	✓	✓		
Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palacio Monröe e Bibliotheca Nacional	208	✓	✓		
A lucta do Parlamento	213		✓		
Presidencialismo ou parlamentarismo	216	✓	✓		
O Senado	209	✓	✓		✓
As sondagens de opinião como mecanismo de participação da sociedade	215	✓			
CATÁLOGOS	Pág.	I	H	L	F
Catálogo alfabético: Bibliotheca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brazil	220	✓	✓		✓
Catálogo de escritores do Legislativo federal e do TCU	224	✓			✓
Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados – Volume 2	219	✓	✓		✓
Catálogo de obras raras da Biblioteca da Câmara dos Deputados	218	✓	✓		✓
Catálogo de obras raras e valiosas da coleção Luiz Viana Filho	221	✓	✓		✓
Catálogo de publicações	222	✓	✓		✓
Obras de arte do Senado Federal	223				✓

CDs / DVDs / MULTIMÍDIA	Pág.	I	H	L	F
120 anos da República	226	✓	✓		✓
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – 1826-2006	230	✓	✓		✓
Brasil 500 anos	231	✓	✓		
A chama da liberdade – escravidão	227	✓	✓		✓
O Código de Defesa do Consumidor	235	✓	✓	✓	✓
Coleção constituições brasileiras	236	✓	✓	✓	✓
O Congresso faz parte da sua história	243	✓			✓
A Constituição da cidadania	228	✓	✓	✓	✓
Constituição em áudio	234	✓		✓	
A expedição Cruls e outras expedições para a mudança da capital	229	✓	✓		✓
Getúlio do Brasil	237	✓	✓		✓
Grandes momentos do Parlamento brasileiro	238	✓	✓	✓	
História do Senado brasileiro	240	✓	✓		✓
Machado de Assis - a crônica e a história	239	✓	✓		✓
Memória do Senado Federal	232	✓	✓		
Memória do Senado Federal nº 2	233	✓	✓		
Novo Código de Processo Civil	241	✓	✓	✓	✓
Um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo	245	✓	✓		
Ruy Barbosa (1849-1923)	244	✓	✓		✓

DICIONÁRIOS, GLOSSÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	Pág.	I	H	L	F
Dicionário comentado do cadastro parlamentar	247	✓		✓	
Dicionário do voto	250		✓	✓	
Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930	246	✓	✓		
Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil	248	✓	✓	✓	
Quem foi quem nas reformas constitucionais	251	✓		✓	✓
Vocabulário da Política	249		✓	✓	
FOLHETOS	Pág.	I	H	L	F
O apoio do Centro Gráfico do Senado Federal à Assembleia Nacional Constituinte	260	✓	✓		✓
Centro Gráfico do Senado Federal: 30 anos	257	✓	✓		✓
Eu Senadoro um passeio!	265	✓	✓		✓
A institucionalização da advocacia do Senado Federal como salvaguarda das competências constitucionais do Congresso Nacional	258	✓	✓	✓	
Jovem Cidadão	252	✓	✓	✓	✓
Museu do Senado	253	✓	✓		✓
Palácio do Congresso Nacional	255	✓	✓		✓
O parque gráfico do Senado Federal e sua evolução tecnológica	261	✓	✓		
A participação das comissões permanentes do Senado Federal no exame da proposta orçamentária anual	262	✓	✓	✓	
O Senado brasileiro	254	✓	✓		
Senado Federal, Centro Gráfico	257	✓	✓		✓

O Senado na Constituição de 1934	259	✓	✓	✓	
Senado: 150 anos	256	✓	✓		✓
Siga Brasil: o Senado abre o orçamento da união	264	✓		✓	
LIVROS	Pág.	I	H	L	F
A Abolição	288	✓	✓		
O abolicionismo	306	✓	✓		
Antes da guerra: a missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguay	299		✓		
Atores com poder de veto – como funcionam as instituições políticas	328	✓			✓
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva – 1826-2006	273	✓	✓		✓
A Câmara dos Deputados	271	✓	✓		✓
Cartas do Senado, 1710-1730	268		✓		
Ciclo de palestras – o Senado e a opinião pública	319	✓	✓		
O clero no Parlamento brasileiro: Senado do Império	309	✓	✓		
Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal: sua história e desempenho no período de 1946 a 1989	311			✓	
A Constituição desejada: saic: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte	304		✓	✓	
As construções de Brasília	278	✓	✓		✓
O controle da constitucionalidade e o Senado	324			✓	
CPI: guia de referência rápida das Comissões no Senado Federal e no Congresso Nacional: 1974 a 2005	280	✓	✓	✓	

LIVROS	Pág.	I	H	L	F
A democracia desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração	287		✓	✓	
Os deputados brasileiros nas cortes gerais de 1821	281	✓		✓	
Direito Parlamentar	305		✓	✓	
A evolução do controle da constitucionalidade e a competência do Senado Federal	323	✓	✓	✓	
A evolução do sistema eleitoral brasileiro	291	✓	✓	✓	
Guia do parlamentar	274	✓	✓	✓	✓
História das idéias políticas no Brasil	318		✓		
História do Poder Legislativo no Brasil	277	✓	✓		
História institucional do Senado do Brasil	283	✓	✓		✓
Idéias e instituições no Império – influências francesas	267		✓		
Imprensa e parlamento: homenagem dos cronistas políticos brasileiros ao Congresso Nacional na pessoa do Sr. Nereu Ramos	293	✓	✓		
A informática e o legislativo	284	✓			
O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública	310	✓		✓	
O Legislativo na construção da República	294	✓	✓		
Lobby: o que é, como se faz: ética e transparência na representação junto a governos	289		✓	✓	
<i>Marketing</i> político e comunicação: o Senado e a opinião pública	327	✓			
Os meandros do Congresso Nacional: como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras	290	✓	✓	✓	
Mesas diretoras do Senado Federal – 1891 a 1992	312	✓	✓		

LIVROS	Pág.	I	H	L	F
Mídia: crise política e poder no Brasil	298	✓			
Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro – um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal	320	✓		✓	
No Senado do Império	301	✓	✓		
Oito anos de Parlamento – reminiscências e notas	282	✓	✓		
Palácio Monroe: da glória ao opróbio	266	✓	✓		✓
O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão	303	✓		✓	✓
O Parlamento e a evolução nacional: introdução histórica 1826-1840	317	✓	✓		
O Parlamento necessário	321	✓	✓		✓
Poder, grupos de pressão e os meios de comunicação	313	✓			
O Poder Legislativo no Brasil	325	✓	✓	✓	
Por que construí Brasília	295	✓	✓		✓
Presidencialismo ou Parlamentarismo?	292	✓	✓	✓	
PRODASEN: Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal: 30 anos	316	✓	✓		✓
Reengenharia do Legislativo	279	✓		✓	✓
Regimento interno do Senado Federal: comentado e esquematizado	286	✓		✓	
No Senado do Império	301	✓	✓		✓
Senado Federal	276	✓	✓		✓
O Senado Federal brasileiro no pós-constituinte	297	✓	✓	✓	
O Senado Federal em perguntas e respostas	308	✓	✓	✓	
O Senado na história do Brasil	275	✓	✓		✓

LIVROS	Pág.	I	H	L	F
O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889	296	✓	✓		
Senado: apoio administrativo e legislativo	272	✓		✓	
Senado: fatos ou versões	270	✓	✓		
Senado, personagem e instituição	285	✓	✓		✓
Sistemas políticos e o modelo brasileiro	307	✓	✓	✓	
O solar do Conde dos Arcos	314	✓	✓		✓
Tempo de transformação	300	✓	✓		
Tópicos de regimento interno: Senado Federal & Câmara dos Deputados & Câmara Legislativa do DF	322	✓		✓	
Os últimos 13 anos do Senado no Rio	302	✓	✓		
O velho Senado	269	✓	✓		
O Voto no Brasil: da Colônia à 6ª República	315		✓	✓	
MANUAIS	Pág.	I	H	L	F
Manual de atividade legislativa	330	✓		✓	
Manual de elaboração de textos	331	✓			
Manual de identidade visual	332	✓			✓
Manual de eventos	335	✓			
Manual de normas e procedimentos de protocolo administrativo	333	✓			✓
Manual de redação	334	✓		✓	
Técnica legislativa: orientação para a padronização de trabalhos	336	✓		✓	

MUSEUS	Pág.	I	H	L	F
Museu da Câmara dos Deputados	338	✓	✓	✓	✓
Museu da República	339	✓	✓	✓	✓
Museu do Senado	340	✓	✓	✓	✓
Museu do Tribunal de Contas da União	341	✓	✓	✓	✓
Museu Histórico Nacional	342	✓	✓	✓	✓
Museu Imperial	344	✓	✓	✓	✓
Museu Paulista da Universidade de São Paulo – Museu do Ipiranga	345	✓	✓	✓	✓
PRÊMIOS	Pág.	I	H	L	F
Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara	346	✓			
Diploma José Ermírio de Moraes	347	✓			
Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	348	✓			
Ordem do Congresso Nacional	349	✓			
Prêmio Mérito Ambiental – PMA	350	✓			
Programa Senado Jovem Brasileiro	351	✓			
UNIDADES DE INFORMAÇÃO	Pág.	I	H	L	F
Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF	352	✓	✓	✓	✓
Fundação Casa de Rui Barbosa	353	✓	✓	✓	✓
Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC	354	✓	✓		✓
Instituto Moreira Salles	355	✓	✓		✓

Fontes Terciárias					
ASSOCIAÇÕES	Pág.	I	H	L	F
Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – Abel	358	✓	✓	✓	
Associação de Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal – Comsefe	361	✓			
Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal – Alesfe	359	✓	✓	✓	
Associação dos Servidores do Senado Federal – Assefe	360	✓			
Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis	362	✓			
União Interparlamentar – UIP	363	✓	✓	✓	
BIBLIOTECAS	Pág.	I	H	L	F
Biblioteca da Câmara dos Deputados – Pedro Aleixo	364	✓	✓	✓	✓
Biblioteca do Senado Federal – Acadêmico Luiz Viana Filho	365	✓	✓	✓	✓
Biblioteca do Tribunal de Contas da União – Ministro Ruben Rosa	367	✓	✓	✓	✓
Biblioteca Nacional do Brasil	369	✓	✓	✓	✓
CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO NO SENADO FEDERAL	Pág.	I	H	L	F
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB	372	✓	✓	✓	✓
Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis	373	✓	✓	✓	✓

INSTITUIÇÕES E SETORES/SERVIÇOS DO SENADO FEDERAL	Pág.	I	H	L	F
Instituições					
Câmara dos Deputados	374	✓	✓	✓	✓
Parlamento do Mercosul	377	✓		✓	✓
Parlamento Latino-americano – Parlatino	376	✓	✓	✓	✓
Partidos Políticos e Fundações Partidárias	378	✓	✓	✓	✓
Tribunal de Contas da União – TCU	379	✓	✓	✓	✓
Tribunal Superior Eleitoral – TSE	380	✓	✓	✓	✓
Setores e Serviços do Senado Federal					
Agência Senado	381	✓	✓		✓
Alô Senado	382	✓			
Arquivo do Senado	383	✓	✓	✓	✓
Blog do Senado	384	✓			
Campanhas Institucionais	385	✓	✓	✓	✓
DataSenado	386	✓			
Interlegis	387	✓			
Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal – NEPSF	388	✓	✓	✓	✓
Portal Atividade Legislativa	389	✓	✓	✓	
Rádio Senado	390	✓	✓	✓	

Setores e Serviços do Senado Federal	Pág.	I	H	L	F
Relações Públicas	391	✓			✓
Secretaria Técnica de Eletrônica	392	✓	✓	✓	✓
Senado na Mídia	393	✓			✓
Serviço de informação ao cidadão – SIC	394	✓			
TV Senado	395	✓	✓	✓	✓



Bibliografia Consultada

ARELLANO, Miguel Angel Márdero; LEITE, Fernando César Lima; MORENO, Fernanda Passini; BARRADAS, Maria Mércia. Guia de fontes de informação para editores de periódicos científicos. Brasília: UnB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2007. 55 p. (Série Tempus).

BAKER, Richard A. The United States Senate: an Institutional Bibliography 1789-present. Disponível em: <<http://www.senate.gov/reference/resources/pdf/InstitutionalBibliography.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

CRESPINO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, v. 9, n. 1, p. 36-55, jul/dez. 2011. Disponível em <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010844&ddd1=63e04>>. Acesso em: 26 set. 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. 168 p.

FREIRE, Isa. Guia de fontes de informação: produtos que oferecem serviços. Ci. Inf., Brasília, v. 22, n. 2, p. 181-185, mai/ago. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1198/840>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

GAUDÊNCIO, Sale Mário; FIGUEIREDO, Jéssica; LEITE, Rodrigo de Almeida. Guia de fontes eletrônicas de informação: um contributo à pesquisa acadêmica. Mossoró: Faculdade de Ciência e Tecnologia Mater Christi (BMC), 2009. 35 f. Disponível em: <http://www.materchristi.edu.br/faculdade/repositorio/download_51.pdf>. Acesso em: 19. Nov. 2012.

GUIMARÃES, Tatiana Paranhos; MARCIAL, Cristine Coutinho. Guia das bibliotecas como fontes de informação, metodologia de elaboração do guia da 1ª região. Inf. Inf., Londrina, v. 13, n. 2, p. 108-124, jul/dez. 2008.

GROGAN, Denis Joseph. Science and technology: an introduction to the literature. London: Clive Bingley, 1970. 227p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; SOUZA, Isabel Michelle Ferreira. Bibliografia de comunicação organizacional e relações públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações, 2012. Disponível em:<www.eca.usp.br/associa/alaic/boletin11/bibliografia_rp_co.htm>. Acesso em: 26 set. 2012.

PASSOS, Edilenice. Informação jurídica: guia de fontes virtuais. Brasília: nov. 2008. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/guia-fontes-informacao-juridica.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2012.

PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Nova Fronteira, 2001. 637 p., il. algumas color.

SÁLA, Janeide Souza. Guia de fontes de informação para executivos. Brasília: UnB, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação (Face), 2008. 47 p.

O Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal reúne relevantes documentos sobre o Senado Federal e o processo legislativo. Sua publicação representa uma importante iniciativa para a compreensão do funcionamento do Poder Legislativo. Tornar-se-á, com certeza, fonte de pesquisa histórica indispensável para os que buscam informações sobre o Senado brasileiro.

Helena Celeste R. L. Vieira
Diretora da Secretaria de
Biblioteca

